

**Ecos do Movimento Sufragista Britânico na Imprensa
Portuguesa (1903-1918)**

Aline Machado Carvalho

Dissertação de Mestrado em Línguas, Literaturas e Culturas

Março, 2019

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Linguas, Literaturas e Culturas, Especialização em Estudos Ingleses e Norte-Americanos (Anglo-Portugueses) realizada sob a orientação científica da Prof.^a Doutora Gabriela Gândara Terenas.

Índice

RESUMO	6
ABSTRACT	6
Introdução	7
1. A Construção de Imagens na Imprensa	9
2. Breve Panorâmica das Relações Luso-Britânicas entre 1903 e 1918	25
2.1. A República Portuguesa e a Aliança Anglo-Lusa	29
2.2. A Primeira Guerra Mundial: Da Neutralidade à Beligerância	32
2.3. As Mulheres Britânicas e Portuguesas Face ao Conflito	35
3. Os Movimentos das Mulheres	41
3.1. As Sufragistas Britânicas	41
3.1.1. Dos Primórdios aos Finais da Era Vitoriana	41
3.1.2. Nas Primeiras Décadas do Século XX	46
3.2. A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas	60
3.2.1. A “Aliança Republicana”	64
3.2.2. As Reivindicações Femininas: Da Lei do Divórcio ao Código Civil	74
4. Ecos das Sufragistas Britânicas no Periodismo Português	76
4.1. Os Jornais e os(as) Jornalistas	77
4.2. Imagens das Suffragettes na Imprensa Lusa	94
4.2.1. <i>A Lucta</i> : Imagens Ambíguas	97
4.2.2. <i>O Mundo</i> : uma Visão Positiva	103
4.2.3. <i>A Vanguarda</i> : Notícias Informativas	104
4.2.4. <i>A Capital</i> : as Sufragistas e a Guerra	106
4.2.5. <i>O Intransigente</i> : Farpas aos Movimentos Feministas	108
4.2.6. <i>A Mulher e a Criança</i> e <i>A Madrugada</i> : Mulheres Vistas por Mulheres	110
CONCLUSÃO	114
BIBLIOGRAFIA	116
I) Fontes Primárias	116
II) Fontes Secundárias	Erro! Marcador não definido.
III) ANEXOS	

Ecos do Movimento Sufragista Britânico na Imprensa Portuguesa (1903-1918)

RESUMO

Qualquer trabalho que se insira na área dos Estudos Anglo-Portugueses deverá ter como objectivo primordial reconhecer e analisar a presença de um Outro (estrangeiro) – o anglo ou o luso – num contexto nacional, o que pressupõe sempre uma reflexão de carácter comparatista fundamentada na imagologia e na relação entre culturas. No caso em apreço, propôs-se revisitar essa relação intercultural através do material produzido pela imprensa portuguesa, nas primeiras décadas do século XX, a propósito das sufragistas britânicas. Para tal, afigurou-se relevante apresentar um breve panorama das relações luso-britânicas entre 1903 e 1918 para, depois, analisar os movimentos das mulheres inglesas e portuguesas no respectivo período. Ao examinar o modo como as sufragistas inglesas foram veiculadas na imprensa periódica lusa percebeu-se também a forma como os(as) jornalistas portugueses(as) se projectaram a si próprios(as) e o Portugal contemporâneo nessa representação. Para tal, tornou-se fundamental conhecer o perfil dos(as) articulistas, caracterizar os periódicos que noticiaram os acontecimentos ocorridos em Inglaterra, bem como averiguar que jornais optaram por transmitir uma imagem positiva ou negativa das *suffragettes*. O eco das acções das sufragistas britânicas no periodismo português proporcionou um encontro com o universo da própria portugalidade, à época ainda muito avessa ao progresso feminino.

Palavras-chave: Estudos Anglo-Portugueses, Imagologia, *Suffragettes*, Imprensa Lusa

Echoes of the British Suffrage Movement in the Portuguese Press (1903-1918)

ABSTRACT

The primary objective of the any piece of work in the area of Anglo-Portuguese studies should be to recognise and analyze the role of a (foreign) Other – whether British or Portuguese – in a national context, which inevitably presupposes a comparative approach based on imagology and the relationship between the two cultures. In the present case, it was proposed to review this intercultural relationship through reports and articles on the British suffragette campaign which appeared in the Portuguese press during the first decades of the twentieth century. To do so, it was necessary to construct a brief overview of Portuguese-British relations between 1903 and 1918 to compare English and Portuguese women's movements during the period. By analysing how the English suffragettes were portrayed in the Portuguese periodical press it became possible to understand how Portuguese journalists projected both themselves and contemporary Portugal in such articles. To achieve this aim, it was fundamental to discover the writers' profiles, to characterize the newspapers that reported the events which took place in England, as well as to verify which newspapers chose to communicate a positive or a negative image of the suffragettes. The echoes of British suffragettes in the Portuguese press provided an encounter with Portugal itself, a Portugal which was still averse to female progress.

Keywords: Anglo-Portuguese Studies, Imagology, *Suffragettes*, Portuguese Press

INTRODUÇÃO

As relações entre Portugal e a Grã-Bretanha, sob os mais diversos aspectos, têm merecido uma atenção particular no âmbito de dissertações de mestrado e teses de doutoramento apresentadas pelo Departamento de Línguas, Culturas e Literaturas Modernas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. A presente dissertação, intitulada *Ecos do Movimento Sufragista Britânico na Imprensa Portuguesa (1903-1918)*, integra-se nesse conjunto de trabalhos e visa analisar o modo como as sufragistas foram representadas na imprensa periódica lusa.

A tarefa de “dizer o Outro” implica quase sempre (de forma geralmente inconsciente) a revelação do “Eu”. Assim, pretende-se analisar não só o modo como as sufragistas britânicas (o “Outro”) foram retratadas na imprensa, mas também a forma os(as) jornalistas portugueses(as) (o “Eu”) se projectaram a si próprios(as) e ao Portugal coevo nessa representação.

O presente trabalho visa igualmente averiguar de que forma a imprensa portuguesa se instituiu como um intermediário crucial ao noticiar e comentar os acontecimentos relativos às acções levadas a cabo pelas sufragistas. Por isso, torna-se necessário conhecer o perfil de quem escreveu as notícias, bem como as características dos periódicos que deram cobertura a esses factos, vectores a explorar no subcapítulo capítulo 4.1.. Finalmente, impõe-se apurar de que modo o material jornalístico encontrado pode ser revelador da época em apreço, nomeadamente da perspectiva das relações luso-britânicas.

O período em que a presente investigação se insere, de 1903 a 1918, abarcou várias controvérsias de carácter colonial, político, diplomático e militar, incluindo, em Portugal, a queda da Monarquia e a implantação da República e, na Grã-Bretanha, a Era Eduardiana e a agitação provocada pelas sufragistas, a par da Primeira Guerra Mundial. Enquanto na Grã-Bretanha, o combate foi extremamente violento, em Portugal, as mulheres aliaram-se ao Partido Republicano, iniciando a luta pela emancipação feminina, que abrangia também o direito ao voto, de forma bastante pacífica. De facto, as chefes do movimento feminista eram, na sua maioria, activistas republicanas que tinham como objectivo a emancipação das mulheres na sociedade, visando o direito ao trabalho, à educação e ao voto. Em Portugal, o

movimento foi representado pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP), fundada em 1909 com o apoio do Partido Republicano, cujos dirigentes não poupavam palavras de ânimo às mulheres.

Assim, a delimitação *a quo* da presente dissertação justifica-se pelo facto de o ano de 1903 corresponder à fundação, por Emmeline Pankhurst, de The Women's Social and Political Union National (WSPU), que se tornou o mais importante e activo movimento da luta das mulheres pelo direito ao voto, alcançando grande notoriedade não só na Grã-Bretanha, mas também em outros países. Já a escolha do limite *ad quem* resulta do facto de, em 1918, o Parlamento britânico ter finalmente aprovado o Representation of the People Act,¹ que reformulou a Lei Eleitoral, favorecendo as sufragistas britânicas e inspirando mulheres de outros países a lutar pelos seus direitos. Durante a Primeira Grande Guerra, as mulheres britânicas foram convocadas a trabalhar nas fábricas (ocupando o lugar dos homens), o que contribuiu para a sua inclusão na lei de 1918. Embora a luta tanto das mulheres britânicas como das portuguesas não tivesse terminado em 1918, este ano constituiu um marco importante para as sufragistas.

Neste contexto, o presente trabalho tentará responder a questões como as seguintes: de que modo as notícias sobre a sufragistas britânicas podem ser reveladoras do movimento feminista português? Em que momento os universos das mulheres portuguesas e britânicas se entrecruzaram na luta pela emancipação do seu sexo? De que forma o movimento feminista luso se projectou na construção de imagens das sufragistas britânicas? E, ainda, em que medida o perfil dos(as) jornalistas e as características dos diferentes periódicos condicionaram determinadas representações?

Para responder a estas questões, começar-se-á, no primeiro capítulo, por discutir o próprio conceito de imagem no âmbito da sua construção na imprensa.

¹ The Representation of the People Act, de 1918, foi aprovado no Parlamento para reformar o sistema eleitoral na Grã-Bretanha. A lei ampliou o direito de voto para os homens com vinte e um anos ou mais, independentemente de quaisquer rendimentos, e para mulheres com trinta anos ou mais, desde que fossem residentes ou proprietárias de terras situadas no local de residência ou de um imóvel com um valor tributável acima de £5, ou cujos maridos fossem proprietários. Esta legislação decorreu, em grande parte, do facto de aquelas terem desempenhado um importante papel nos esforços de Guerra.

1. A Construção de Imagens na Imprensa

Se a arte de escrever foi o mais admirável invento do
Homem, o mais poderoso e fecundo foi
certamente a imprensa. (Alexandre Herculano
apud Crato 1938, 48)

O capítulo que agora se inicia busca reflectir, do ponto de vista teórico, sobre a presença do elemento estrangeiro na produção nacional, ou seja, sobre as referências às sufragistas britânicas no periodismo português das primeiras décadas do século XX. Este constitui o ponto de partida para uma análise que pretende examinar a relação entre imagem e imprensa, ou melhor, em que medida o discurso jornalístico constrói imagens ou representações do Outro. Assim, o aparelho teórico subjacente à presente dissertação, explanado neste capítulo, visa levar a cabo uma análise fundamentada na imagologia e, obviamente, na relação entre culturas, através do material produzido pela imprensa escrita portuguesa, nas primeiras décadas do século XX, a propósito das sufragistas britânicas.

Antes, porém, de avançar com a reflexão proposta, convém recordar alguns vectores essenciais respeitantes à caracterização da imprensa nos finais de Novecentos e inícios do século XX. No século XIX, em várias regiões da Europa, o indivíduo tornou-se cidadão e as suas responsabilidades cresceram em conformidade com o aumento da sua participação na vida pública. Entre 1800 e 1932, a Europa assistiu a um considerável crescimento demográfico, acompanhado de uma grande concentração da população em centros urbanos. Por outro lado, as ameaças de crise e de guerra, para além de outros factores, contribuíram para criar uma sociedade de massas, de certo modo, vulnerável, susceptível a reacções colectivas inesperadas e ávida de informações. Verificou-se um grande avanço dos meios de comunicação, transformando-se a imprensa escrita num poderoso instrumento de influência da opinião pública. Ao mesmo tempo, os jornais tornaram-se “negócios” controlados pelo capitalismo e pelo Estado.²

Nos meados do século do século XIX, mais precisamente após 1850, a Europa, segundo Fred Inglis, assistiu a um novo e notável fenómeno, o aparecimento da

² Cf. Domenach 1975,15-17.

opinião pública, como efeito da urbanização e da industrialização, bem como à produção em massa. Estes factos exigiram novas formas de comunicação proporcionadas, sobretudo, pela locomotiva. Como consequência destas mudanças, os *media* foram sendo cada vez mais dominados pelo poder e pela política. A relação entre a imprensa e a política passava inevitavelmente pelo diálogo com o poder, chegando o capitalismo a estabelecer um novo relacionamento entre capital e lucro. Nesta crescente mudança, o manuseamento da informação afectou todos os sectores da sociedade, constituindo a imprensa um instrumento de mediação e de comunicação que modificou a base de entendimento que os seres humanos haviam, até então, estabelecido entre si. (1993, 44-45)

A consolidação do jornalismo na Europa – em França, na Holanda e na Inglaterra – verificou-se mediante o encontro entre os universos cultural e político. Nas primeiras décadas do século XX, grande parte dos jornalistas constituía um elemento participativo e activo em todo o processo de construção da informação. Muitas vezes, a sua actividade não se resumia a transmitir mensagens recebidas, fossem relatos directos, debates ou discussões políticas, pois o articulista fazia acompanhar os seus textos com comentários pessoais, interpretando e “colorindo”, a seu gosto, os acontecimentos de que dava notícia.³

Na segunda metade de Oitocentos, a imprensa lusa sofreu uma importante transformação ao tornar-se uma indústria informativa de dimensão alargada e direccionada para um público vasto.⁴ Mais tardiamente do que as grandes potências europeias, Portugal viu a imprensa política e de cariz propagandístico crescer rapidamente, sob a influência dos modelos estrangeiros, não obstante o atraso do país, ainda predominantemente rural. Muitos títulos de periódicos eram inspirados ou mesmo traduzidos literalmente dos seus congéneres estrangeiros, sendo boa parte dos artigos dos jornais preenchidos com notícias internacionais também traduzidas de folhas estrangeiras. Este contacto foi obviamente facilitado pelo telégrafo e pelas agências noticiosas.

Segundo José Tengarrinha, em 1869, em consequência do triunfo da revolução espanhola,⁵ surgiu uma grande agitação de ideias, responsável, até certo

³ Cf. Figueira 2007, 28.

⁴ Cf. Tengarrinha 1989, 236.

⁵ A revolução espanhola resultou do conjunto de mudanças económico-sociais ocorridas nas cidades e nos povoados durante a Guerra Civil (1936-1939), maioritariamente nas regiões controladas pelos

ponto, pelo irromper do jornalismo de propaganda republicana. (1989, 236) Nos anos seguintes, apareceu uma nova gama de jornais, todos ligados directamente à política, mais precisamente a órgãos do Partido Republicano. Os novos chefes políticos necessitavam da imprensa para divulgar os seus ideais. Se, nos dias de hoje, Manuel Castells considera que os *media* constituem a forma mais eficaz de fazer política, em vários outros momentos da História, a população também tomou decisões políticas, a partir de imagens e de informação processadas nos e através dos meios de comunicação. (2013, 267).

Na transição do século XIX para o XX, a imprensa lusa seguia a corrente europeia, na qual a reportagem começava a ganhar espaço, embora a informação continuasse marcada pela visão do jornalista. Todavia, na época, Portugal não fugia à regra e os jornais davam as notícias de acordo com a orientação dos seus proprietários, ou seja, exprimiam apenas o que lhes era permitido. Ao mesmo tempo, assiste-se ao crescimento de lugares para debates: cafés e salões espalhados por Lisboa, Porto e Coimbra, onde as discussões políticas e culturais ganhavam expressão e se reflectiam, por seu turno, nos jornais.⁶

Independentemente do posicionamento ideológico do jornal e/ou do articulista, a notícia constitui a verdadeira essência do jornalismo. A partir da segunda metade do século XIX, Portugal experienciou o desenvolvimento dos transportes, o qual diminuiu as distâncias, permitindo uma maior actualidade dos noticiários, a circulação de ideias e a criação de um novo interesse, por parte do público leitor, pela actualidade nacional e internacional. A imprensa portuguesa passou, desta forma, a produzir um noticiário inteligível, de fácil acesso e de interesse para todos, assumindo, aos poucos, o carácter dos *media* para as massas. Segundo Nuno Crato, o conteúdo do jornal alterou-se substancialmente. A maioria dos periódicos portugueses seguiu uma política semelhante, adoptou a inserção sistemática de publicidade e optou pela venda ao público a um baixo custo. Além disso, inseriram noticiários alargados aos acontecimentos além-fronteiras, a par das notícias do quotidiano e dos *fait divers* ao gosto burguês. (1983, 48)

anarcossindicalistas, nomeadamente na Catalunha e em Aragão. Nestas regiões, a maior parte da economia industrial e agrária foi colectivizada e administrada em regime de autogestão pelos trabalhadores. O desemprego foi abolido, os salários igualados e, na maioria das regiões da Espanha, a propriedade privada foi igualmente abolida, sendo substituída por uma economia solidária e por modos de organização de cariz anárquico.

⁶ Cf. Figueira 2007, 34-37.

No início do século XX, a imprensa periódica portuguesa assistiu à queda do regime monárquico e à crescente predominância do republicanismo. Assim, na sua maioria, os jornais de feição republicana noticiavam o que de mais importante acontecia no estrangeiro, nomeadamente as acções das sufragistas britânicas. De facto, no período em apreço, verificou-se uma divisão entre a imprensa monárquica e a republicana, cada uma a usar os jornais para defender os seus interesses. Como se constatará no subcapítulo 4.2. da presente dissertação, as notícias sobre as *suffragettes* foram levadas a cabo pelo movimento feminista português, a favor da emancipação da mulher, nomeadamente através da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP), e publicadas na imprensa republicana.

A imprensa escrita constitui um instrumento de comunicação, que transporta ou “mediatiza” a mensagem. Nessa mediação interferem elementos políticos, económicos e propagandísticos, consequentes de uma revolução significativa no modo de viver e de pensar da segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a fase industrial da imprensa.⁷ A imprensa escrita estabeleceu-se como parte da vida dos europeus, em geral, e dos portugueses, em particular, de forma significativa, com a expansão dos periódicos, na segunda metade do século XIX, obviamente sob a influência da industrialização e do desenvolvimento dos meios de comunicação. Para aqueles que se ocupavam em transmitir notícias, “journalism was the means by which a collective political consciousness was established, and ideas of popular sovereignty burgeoned.” (Craig 2003, 20) O jornalismo foi-se tornando mais participativo nos processos sociais da colectividade, exercendo uma função mediadora, capaz de actualizar o leitor e de o tornar mais interveniente da sociedade.

Enquanto meio de comunicação e de diálogo, os jornais dão a conhecer realidades e aspirações, questionando-se sobre problemas de interesse para a comunidade. Além da informação, a imprensa escrita veicula também opiniões, de modo a influenciar o público-alvo. O jornalista reúne a informação, selecciona os assuntos que considera relevantes e elabora a notícia. Segundo Domingos da Silva Araújo, o jornalista deve estar consciente da missão que desempenha ao influenciar mentalidades e ao exercer o poder, com consciência da sua responsabilidade político-social. (1990, 9 e 271) Com a mecanização da imprensa e com a profissionalização, o

⁷ Cf. Domenach 1975,14.

novo jornalismo tornou-se uma indústria. Em Portugal, por volta de 1865, já se percebia o avanço do jornalismo contemporâneo, ou seja, a transformação do jornal numa empresa noticiosa, cujo principal objectivo (explícito) era informar. Todavia, rapidamente os jornais passaram a identificar-se com partidos políticos, como se viu.

Como refere Gabriela Gândara Terenas, a imprensa escrita expressa a inquietude do tempo e obedece a uma certa consciência do devir social, apresentando um discurso, que é, em si, uma escrita de mediação. Enquanto forma de comunicação, a imprensa trata, sobretudo, de uma mediação entre dois espaços – um (supostamente) conhecido e um outro estrangeiro –, isto é, duas culturas. (Terenas 2004, vol. I, 25) No tocante ao objecto de estudo do presente trabalho, o produto cultural decorrente da relação entre duas nações, ou seja, de duas culturas, apresenta-se, no discurso jornalístico português, mediante um Eu (português) que escreve sobre acontecimentos que ocorrem na Grã-Bretanha (o Outro). Neste contexto, o movimento das sufragistas britânicas representou a imagem do estrangeiro em Portugal, pelo que a desconstrução das imagens das *suffragettes* nos periódicos portugueses revelar-se-á assaz importante para a compreensão das relações entre os dois países, na época em apreço.

A análise do processo de construção de imagens na imprensa, objecto de estudo do presente trabalho, remonta ao binómio “cultura que olha” e “cultura que é olhada”, o qual orienta qualquer análise sobre o conhecimento do estrangeiro, a partir de uma cultura nacional. A leitura imagológica da relação entre duas culturas pode revelar e traduzir essas imagens, desconstruir a imagem do Outro e/ou percepçionar-se a si mesmo através desse Outro. Parte-se do pressuposto de que qualquer imagem constitui um processo de tomada de consciência do Eu em relação ao Outro, um processo de autoconhecimento e, até, de busca de identidade. Os(as) que escreveram sobre a Grã-Bretanha acabam por se dar a conhecer a si próprios(as), mediante a reflexão que o investigador ou o leitor atento pode fazer sobre os textos. De acordo com Gabriela Gândara Terenas, o conhecimento da portugalidade resulta de uma consequência, de um efeito acessório do pretender dizer o Outro e não propriamente de uma decisão consciente ou deliberada dos(as) articulistas. (2004, vol.I, 19) Ainda que de forma involuntária, o efeito de quem escreve sobre o Outro decorre, não raro, de um olhar para si próprio, na medida em que “to address someone expresses the ethical disturbance produced in me”. (Levinas 1998, 97) Pretende-se, assim,

averiguar em que medida, os textos jornalísticos com referência às sufragistas britânicas podem ser reveladores do Portugal coevo, em geral, e da condição feminina, em particular.

Como se referiu, de forma geral, o jornalista exerce uma função mediadora, em contextos que, não raro, condicionam a sua acção. Ao produzir um texto jornalístico, o articulista constrói frequentemente um discurso sobre o Outro. Essas condicionantes constituem factores estruturais que fazem com que uma notícia adquira determinados conteúdos, formas e modelos. Tendo em conta a realidade portuguesa, Fernando Correia considera justamente que estes factores influem o tratamento da notícia. Trata-se de elementos como a notícia-dominante, o público a que se dirige, os objectivos estratégicos da empresa ou do grupo em que eventualmente o jornal se integre e o tipo de relacionamento com os poderes político-económico. (1998,18-22) Embora o trabalho do jornalista tenha como finalidade produzir material meramente informativo, tal raramente se verifica, pois aqueles elementos tornam-se assaz importantes na construção de uma imagem do Outro.

O profissional escreve para um público específico e tem interesse em conhecer esse público. Na época em apreço, o jornalista, que ainda caminhava lentamente para a profissionalização, atendia sobretudo ao interesse político-ideológico de quem dirigia o periódico. Ainda segundo Fernando Correia, o jornalista não só tinha dificuldade em conhecer o público-alvo e em saber como este reagia e pensava, mas também não estava muito interessado em aprofundar esse conhecimento, que poderia constituir um potencial condicionante para a sua autonomia. Perante esta situação, o jornalista recorria à sua experiência, aos seus conhecimentos profissionais ou até ao seu “instinto” noticioso para conseguir dar uma “boa notícia”. O alegado parco conhecimento do público poderia levá-lo a optar por imagens estereotipadas, construídas apenas a partir de determinados pressupostos, (1998, 199) pois não só se construía uma imagem da realidade, mas também uma imagem do público, que, na verdade, se tratava de uma representação. Neste contexto, convém recordar que, não obstante o surto da imprensa verificado na segunda metade do século XIX, como se viu, a maioria dos leitores portugueses era oriunda da burguesia, mostrando-se interessada nos problemas do país.

Todavia, Correia considera que a imprensa portuguesa continuava sem interagir, de forma considerável, com a opinião pública. Tratava-se de uma relação

pouco sólida e, por vezes, pouco profunda e descontínua. Esta relação superficial, defendida por Correia, devia-se, por um lado, a diferentes formas de compromisso do jornalista face à orientação político-ideológica da empresa jornalística. Por outro lado, o articulista tendia a envolver-se em outra tarefa mediadora, ou seja, entre a notícia (uma informação ou uma reportagem) e os interesses da empresa. Até finais do século XIX, a actividade jornalística era praticada não por profissionais, mas por cidadãos comuns, como políticos ou intelectuais, que exerciam simultaneamente outras profissões.⁸ Estes cidadãos fundavam jornais partidários e, nalguns casos, escreviam para eles. Os redactores redigiam frequentemente artigos políticos, pois muitos deles aspiravam à fama, tornando-se conhecidos como publicistas, disseminadores de novas ideias e aspirantes a futuros cargos políticos. A fase do desenvolvimento industrial da imprensa, em Portugal, foi promovendo, aos poucos, a profissão de jornalista. Ainda no início do século XX, havia uma certa dificuldade em, nalguns casos, distinguir entre jornalismo e literatura. Por esta altura, o jornalista português era um “escritor de jornal”, que colaborava nos periódicos, como folhetinista ou redactor, sendo, na maioria dos casos, uma figura da intelectualidade literária e política da época. Apenas nos meados do século XX, o jornalista iniciou um processo integrativo na redacção do jornal, devido à necessidade, cada vez maior, de instituir a profissão.

Em “O Jornalismo na Era da Publicidade”, Leandro Marshall afirma que os meios de comunicação social, de acordo com hierarquias e critérios de noticiabilidade linguísticos e políticos, medeiam e filtram os acontecimentos de acordo com suas intenções, ideologias e interesses. (2003, 39-40) Tendo em consideração tanto o pensamento de Fernando Correia como o de Leandro Marshall conclui-se que, no início do século XX, a imprensa fez uso de critérios ainda hoje reproduzidos nos modernos *media*. Marshall defende também que a imprensa não retrata a realidade, mas revela um exercício subtil de representação da mesma. Independentemente da temporalidade do texto jornalístico, o discurso do Eu sobre o Outro constrói uma imagem, ou seja, representa a alteridade, ao mesmo tempo que revela muito acerca da identidade.

De facto, o texto jornalístico apresenta um discurso sobre o Outro, mas, simultaneamente, revela o Eu. Deste modo, tentar-se-á averiguar de que forma este

⁸ Cf. Souza 2010, 52-53.

tipo de texto, carregado de elementos de cariz político e propagandístico, se torna representativo da cultura portuguesa, ao mesmo tempo que veicula imagens das sufragistas britânicas. Dito de outra forma, procurar-se-á verificar até que ponto as imagens das *suffragettes* propagadas pelos periódicos republicanos, publicados entre 1903 e 1918, foram reveladoras do movimento feminista português. O interesse em publicar notícias sobre as sufragistas britânicas constitui um reflexo da cultura portuguesa coeva, o que será decisivo para determinar o grau de envolvimento dos periódicos e respectivos articulistas com as questões feministas no âmbito da sociedade portuguesa.

O discurso jornalístico, sinónimo de exercício do poder político, tem a capacidade de moldar as mentes e de construir significados e imagens. Manuel Castells, ao reflectir sobre a construção de imagens na imprensa, detecta, nas teias do discurso jornalístico, uma série de elementos, implícitos ou explícitos, como parte da notícia que se pretende veicular. Para Castells, o poder é exercido por meios coercivos e/ou pela construção de significados nos discursos jornalísticos, estabelecendo relações de poder. (2013, 41) Neste sentido, haverá um menor ou maior grau de influência de um Eu sobre um Outro, dado que as relações de poder, fundamentais numa sociedade, ajudam à elaboração de imagens.

No capítulo “A Construção de Poder através da Construção de Imagens”, Castells desenvolve uma tese, de acordo com a qual os *media* são utilizados para fazer política, ou seja, aqueles que conseguem transmitir as suas mensagens, de forma eficaz, aos cidadãos têm a possibilidade de os influenciar nas suas decisões. Se a política se exerce nos meios de comunicação, estes tornam-se o espaço onde o poder emerge. Contestando a ideia de neutralidade dos meios de comunicação, Castells considera que os “actores” mediáticos, os responsáveis pela produção das mensagens, o fazem de acordo com interesses profissionais, organizacionais e/ou políticos aos quais se encontram afiliados. (2013, 248)

Para Jean-Marie Domenach, a propaganda política surgiu como um fenómeno premente na primeira metade do século XX. Porém, a rivalidade política e, portanto, a propaganda sempre existiram de alguma forma. Os representantes políticos reconheceram continuamente a necessidade de apoio do público para qualquer sucesso na vida pública. A propaganda emprega palavras e símbolos geralmente veiculados pela imprensa, pela rádio e pelo cinema, constituindo uma arma

persuasiva que exerce o poder sobre as massas, mas cujo estilo muda consoante as diferentes situações. (1975, 10)

Retomando Castells, a política mediática tem sido usada por actores políticos representados pelos governos, partidos, dirigentes sociais ou outros. O conteúdo das notícias pode, assim, ser influenciado pelas estratégias dos governos ou dos políticos. Os jornalistas podem acreditar numa notícia e evidenciá-la (ou não). O início de uma crise noutro país ou um grande acontecimento internacional podem (ou não) ter relevância num determinado meio de comunicação. (2013, 272). Tal dependerá, impreterivelmente, da inclinação política do jornal, da importância que o assunto representa na cultura de chegada ou, ainda, das relações políticas existentes entre as duas culturas. Se a cultura receptora partilha, de algum modo, do mesmo acontecimento da cultura emissora, ou seja, no caso em apreço, se Portugal vivencia uma certa versão da campanha sufragista, as notícias sobre as movimentações das mulheres na Grã-Bretanha terão decerto eco na cultura de chegada, destacando ou inferiorizando essas acções. Ao conferir (ou não) ênfase a um determinado acontecimento ocorrido no estrangeiro, a imprensa cria uma certa imagem desse estrangeiro que constitui, sobretudo, um reflexo de si, como se de um espelho se tratasse. Deste modo, a imprensa portuguesa, ao dar notícias sobre as sufragistas britânicas, reflecte também a situação lusa. De facto, o espelho mostra, simultaneamente, a imagem de um Outro e de si mesmo. O dizer o Outro, as suas qualidades ou defeitos, reflecte o Eu.

Um acontecimento gerador de um facto noticioso, nacional ou estrangeiro, ganha espaço num jornal, de acordo não só com o seu afastamento das linhas do quotidiano, do previsível, do normal, do esperado, mas também com o interesse ideológico, político e propagandístico do periódico.⁹ Se se levar a cabo um estudo comparativo do conteúdo das primeiras páginas e do tratamento de uma notícia em diferentes jornais compreender-se-á o posicionamento político que define os diferentes órgãos da imprensa. Para M.M. Bakhtine, qualquer signo é ideológico e, portanto, a ideologia constitui um reflexo das estruturas sociais. Deste modo, o signo e o contexto social encontram-se indissoluvelmente ligados, sendo que “os sistemas semióticos servem para exprimir a ideologia e são, portanto, modelados por ela. A palavra é o signo ideológico por excelência; ela registra as menores variações das

⁹ Cf. Rodrigues 1981, 11.

relações sociais.” (2006, 17) O pensamento de Bakhtine aplica-se ao discurso jornalístico, que, ao exprimir a vida quotidiana, se torna um reflexo do sistema cultural e linguístico de um povo.

A imagem resulta, assim, de uma tomada de consciência de um Eu em relação a um Outro e constitui uma representação de uma realidade estrangeira, na qual se pode perceber o espaço ideológico em que duas culturas assentam. Se uma imagem é uma representação, não traduz necessariamente a realidade da cultura “olhada”, cabendo ao investigador detectar as relações interculturais envolvidas no processo.¹⁰ Ao entender-se a imagem como uma forma de linguagem sobre o Outro, estabelece-se um diálogo com o significado sociocultural intrínseco à representação dessa imagem. Para isso, torna-se fundamental sair do texto e confrontá-lo com informações fornecidas por outras áreas do saber, como a política, a economia, a história e até as relações diplomáticas. Através do diálogo com todas estas áreas disciplinares adquire-se uma metodologia adequada à investigação em curso. Pretende-se, sobretudo, levar a cabo uma leitura global dos textos jornalísticos, enquanto representações do Outro, com a consciência de que aqueles se tornarão porventura mais reveladores do Eu que os produziu.¹¹ O Eu, neste caso o articulista português, mesmo anónimo, revela um certo posicionamento, geralmente alinhado com o do periódico, face à informação recolhida sobre o estrangeiro, no caso a Grã-Bretanha. Assim, os(as) articulistas portugueses(as), ao escreverem sobre as sufragistas britânicas, estabelecem um diálogo não só com esse Outro, mas também, e, sobretudo, com eles(as) próprios(as).

De acordo com Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux, a imagem afigura-se vital na representação e na comunicação. Sendo uma imagem uma representação é também um texto capaz de traduzir hierarquias existentes no imaginário colectivo de duas culturas que se encontram e se olham. (2001, 70) Quando Portugal escreve sobre a Grã-Bretanha, dá-se um encontro entre o imaginário colectivo português e a cultura britânica, mas, na maioria das vezes, o primeiro detém um sentimento de inferioridade em relação ao Outro. Como se constatará no capítulo tocante às relações políticas e diplomáticas anglo-lusas, verificou-se, no período em apreço, uma clara hegemonia britânica. Como

¹⁰ Cf. Machado e Pageaux 2001, 79.

¹¹ Cf. Machado e Pageaux 2001, 66-70.

consequência inevitável, a cultura receptora era geralmente tida como total ou parcialmente inferior à cultura estrangeira. Se o discurso do país que “olha” serve para, de certo modo, desvendar o país “olhado”, os textos provenientes da cultura do Outro, convertidos para a língua do espaço cultural de chegada, traduzem inevitavelmente esse sentimento de inferioridade do Eu.

De acordo com Manfred Beller, uma imagem constitui uma construção mental do Outro, a qual pode condicionar a atitude do Eu face à cultura observada. As diferenças culturais resultam, segundo Beller, da língua, da mentalidade e dos hábitos causadores de imagens positivas ou negativas sobre o Outro. Beller interpela o leitor sobre a verdade das imagens da seguinte forma: “Are we sure that we see what we think we see? Are our opinions about other person or people true? And what do we know about the way we see ourselves?” (Beller 2017, 4) Uma imagem tenta, sobretudo, harmonizar encontro e diferença, “self-image and image of the other.” (Beller 2017, 4)

Winfried Nöth, em *Imagem: Cognição, Semiótica, Mídia* (1997), refere que uma imagem é uma representação cultural, de modo que, para a compreender torna-se necessário um estudo de cariz interdisciplinar. De acordo com Nöth, o mundo das imagens divide-se em dois domínios: o visual e o mental. Segundo ele, os domínios da imagem não existem separadamente, uma vez que não há imagens (como as representações visuais) que não tenham surgido na mente daqueles que as produziram, do mesmo modo que não há imagens mentais que não tenham alguma origem no mundo concreto dos objectos. Embora a representação visual seja originalmente um produto da actividade mental, uma não existe sem a outra. Contudo, o domínio mental constitui o cerne do diálogo sobre a imagem. Segundo Beller, a teoria aristotélica descreve estas imagens mentais como “inner pictures – pictures in the mind or in the soul”. (2017, 4) Uma análise de uma imagem deve concentrar-se na decodificação verbal e textual do produto/discurso cultural, podendo, assim, o discurso jornalístico ser analisado de acordo com uma perspectiva imagológica.

Segundo Stuart Hall, “representation is an essential part of the process by which meaning is produced and exchanged between members of a culture. It does involve the use of language, of signs and images which stand for or represent things”, (2003, 15) ou seja, o processo de representação de qualquer acontecimento,

pessoa, objecto, cultura, sentimento ou sensação passa pela mente: “mental representations which we carry around in our heads”. (2003, 17) Da mesma maneira, tudo o que existe no inconsciente contribui para a construção de significado através da linguagem.

No tocante ao material a analisar no subcapítulo 4.1. da presente dissertação, constatar-se-á que os(as) jornalistas que escreveram sobre o estrangeiro, no caso sobre as sufragistas britânicas, também encontraram condicionantes de carácter político-ideológico na construção dos seus textos. Estas condicionantes revelar-se-ão de extrema acuidade no respeitante à importância conferida ao material estrangeiro em cada periódico, bem como à construção de imagens do Outro na imprensa lusa. O(a) jornalista, assumindo o seu papel de mediador(a), torna-se responsável por esta representação. Caberá ao investigador, ao analisar o discurso sobre o Outro (as sufragistas britânicas) descortinar a presença do Eu, tentando perceber de que modo a campanha das mulheres portuguesas pela emancipação feminina recebeu a atenção da imprensa, em consonância com os interesses políticos e propagandísticos dos periódicos.

De acordo com José Tengarrinha, entre 1906 e 1907, os jornais republicanos passaram a ser órgãos oficialmente revolucionários, ou seja, “publicações periódicas de feição republicana” (1969, 239) que representavam o estrangeiro no contexto de um regime monárquico em declínio. A desconstrução da imagem das sufragistas britânicas – cuja campanha se diferenciava muito da “versão portuguesa” – na imprensa permitirá obter informações acerca do movimento de emancipação feminino português, o qual assentava numa realidade político-cultural muito distinta. Não obstante, as causas assemelhavam-se em vários aspectos, acabando os dois universos por se entrecruzar, como se verificará oportunamente.

Deve sublinhar-se, a propósito, que sendo uma imagem a representação de uma realidade estrangeira, o Eu que a elabora, elogiando-a ou criticando-a, traduz sempre o espaço sociocultural no qual se situa, embora raramente o faça de forma consciente. Para Celeste Henriques Marquês Ribeiro de Sousa, as imagens fixam-se no imaginário segundo a lei da associação. Deve compreender-se que os fenómenos psíquicos não existem isolados, encontrando-se, antes, ligados, formando uma rede mais ou menos complexa, de tal modo que, quando um deles vem à tona, traz outros consigo. Ainda de acordo com os pressupostos de Celeste Ribeiro de Sousa, na

construção da memória verifica-se um processo de deformação de imagens construídas, por influência de mecanismos sociais e culturais. (2004, 88-90) Quando tal processo não ocorre, delega-se ao inconsciente pessoal – espaço de que o imaginário se ocupa – o agrupamento de imagens secundárias. Pode concluir-se, de acordo com Gabriela Gândara Terenas, que as imagens são projecções do inconsciente. De facto, ao revisitar Freud (através de Lacan), a autora refere que aquele considerava, de forma algo polémica, que o inconsciente era, em última análise, o discurso do Eu. (2004, vol.I, 20)

Ao dar conta do movimento sufragista britânico, os(as) jornalistas portugueses(as) construíram representações de acontecimentos reais, processando-os de acordo com seus próprios modelos mentais. Todavia, “o nosso cérebro não se limita a reflectir os ditos acontecimentos, mas processa-os de acordo com seus próprios modelos.” (Castells 2013,199) Assim, a imagem das sufragistas construída pela imprensa não representa a realidade estrangeira, mas reporta-se sobretudo ao movimento das mulheres portuguesas. Interessa, deste modo, descobrir o feminino luso, através das percepções do estrangeiro. Seja a imagem das sufragistas britânicas, retratada na imprensa nacional, negativa ou positiva, muito haverá sempre a dizer acerca das características da organização das mulheres portuguesas.

Verificar-se-á que as referências às sufragistas britânicas nos jornais portugueses veicularam, na maioria das vezes, uma imagem negativa. Houve, assim, uma nítida tentativa de valorização da identidade e da cultura nacionais, afectadas pela grande disparidade existente entre o Eu e o Outro, sentindo-se o primeiro inferiorizado face ao segundo e projectando um sentimento de fobia em relação ao mesmo.¹² De facto, o diálogo entre o Eu e o Outro evidencia, entre outros aspectos, a hierarquização das culturas envolvidas. O histórico das relações anglo-lusas encontra-se marcado por uma hegemonia da Grã-Bretanha face a Portugal, pois tratou-se de uma Aliança em que, quase sempre, o relacionamento entre as duas nações se baseou na preocupação, por parte de Portugal, em manter o acordo para evitar consequências nefastas para si próprio. Por outro lado, a hostilidade dos portugueses face aos britânicos, sobretudo a partir da década de oitenta do século XIX, ajudou a veicular uma imagem profundamente negativa da Grã-Bretanha entre os portugueses, mas que correspondia à expectativa de um público que nutria um

¹² Cf. Machado e Pageaux 2001, 72-74.

sentimento de desagrado face à atitude do Governo de Londres relativamente ao seu aliado. Esta circunstância poderia naturalmente condicionar a tradução da mensagem recebida.

No respeitante às traduções feitas directamente do inglês, nomeadamente, de artigos publicados em periódicos britânicos de grande circulação e que constituíam, não raro, as fontes dos articulistas portugueses,¹³ convém tecer algumas brevíssimas considerações em torno do complexo conceito de tradução. De acordo com George Steiner, a tradução é um acto de comunicação e de interpretação – “ ‘translation,’ properly understood, is a special case of the act of communication” (1988, 49) –, ou seja, uma acção que irá decodificar a mensagem do texto de partida e emití-la no texto de chegada, promovendo a comunicação intercultural. No caso em apreço, trata-se de notícias referentes às suffragettes publicadas nos jornais britânicos e, depois de traduzidas pelos(as) articulistas portugueses(as), publicadas na imprensa lusa.

Por outro lado, deve sublinhar-se que o tradutor é uma força activa, um recriador, que garante a sobrevivência dos textos no tempo e no espaço. Trata-se, portanto, de um mediador: “an intercultural mediator and interpreter, a figure whose importance to the continuity and diffusion of culture is immeasurable”. (Bassnett 2002, 4). Assim, a figura do tradutor torna-se fulcral para a difusão das culturas.

Ora, o articulista, enquanto mediador, é também o sujeito responsável pela tradução. A acumulação de funções – jornalista e tradutor – leva-o, por vezes, a distorcer a mensagem do texto de partida, ainda que, por vezes, não de forma totalmente consciente – sobretudo, como explica Gabriela Gândara Terenas, devido a práticas profissionais de rotina ou a valores partilhados e interiorizados acerca do modo de desempenhar a função de informar, recrear ou instruir. (2004, vol.I, 31) A própria actividade tradutória, como explica Susan Bassnett, afigura-se altamente suspeita, em consequência da desigualdade de poder no âmbito das relações entre autor, texto, tradutor e leitor, os quais tendem a influenciar o processo tradutório. (2002, 80)

¹³ Cf. Terenas 2004, vol.I, 42.

Assim, a origem dos textos sobre as sufragistas britânicas publicados na imprensa portuguesa era ou britânica¹⁴ ou de agências de notícias internacionais, responsáveis pela recolha e disseminação da informação, como se observará no subcapítulo 4.2. da presente dissertação. O processo de tradução com base em artigos publicados em periódicos britânicos acabava por veicular uma imagem do estrangeiro de acordo com a visão que aqueles tinham de si próprios. Assim, os(as) articulistas portugueses(as) que exerciam também a tarefa tradutória deparavam-se com textos, na sua grande maioria, já com uma visão demasiado negativa sobre a campanha das sufragistas britânicas.

O desenvolvimento das grandes agências noticiosas, como a francesa Havas e as alemãs Reuter e Wolff, propiciavam aos jornais um noticiário internacional bastante actual. Beneficiando destes meios e modelos de informação, os jornais propunham-se corresponder aos gostos de uma camada leitora cada vez mais interessada nas questões internacionais e também mais receptiva face a acontecimentos ocorridos além-fronteiras, como foi o caso da campanha das *suffragettes*.

A recepção da imagem do Outro interessa igualmente no domínio da investigação imagológica, implicando o esclarecimento da relação entre o texto e o seu destinatário. Constatar-se-á, de facto, que os artigos com referências às sufragistas britânicas, publicados nos periódicos seleccionados, reflectem uma resposta a uma determinada expectativa do(s) leitor(es), que depende, em grande parte, da relação existente entre a cultura emissora – a britânica – e a cultura receptora – a portuguesa. Por outro lado, deve considerar-se também que o momento de assimilação de um sistema de representação do estrangeiro, em determinadas circunstâncias historico-culturais, tende a influenciar directamente a expectativa do leitor. Não raro, verifica-se, por parte do público leitor português, um conhecimento muito parco da campanha sufragista britânica. Tal facto possibilitou a aceitação de

¹⁴ Neste âmbito haveria um outro estudo a fazer, cujo objectivo seria o de comparar os artigos originais, publicados na imprensa britânica, com os artigos traduzidos ou adaptados para as publicações periódicas portuguesas, o qual implicaria, obviamente, uma análise também de carácter comparatista dos periódicos britânicos com os seus congéneres portugueses. Sobre esta matéria cf. Terenas 2004 e 2019.

uma imagem que dificilmente poderia ser contestada por receptores com informações que lhes permitissem pôr em causa a mensagem recebida.

Como se viu atrás, a construção da imagem do Outro, nomeadamente através da imprensa, implica olhar para si mesmo. Ao representar o Outro, o texto jornalístico transporta consigo a missão do jornalista, a ideologia do periódico e as orientações de quem o dirige. Deste modo, surgem várias interrogações a quem tenta desconstruir essa imagem. Na verdade, quando os jornalistas lusos retratam negativamente as sufragistas britânicas deve perguntar-se o que estaria por detrás dessa atitude. Entre outros aspectos, deve recordar-se que existia um movimento feminista nacional, aliado ao Partido Republicano, e, portanto, dependente de ideologias partidárias. Este posicionamento era totalmente contrário ao das *suffragettes*. Uma leitura cuidada dos textos, que será levada a cabo no subcapítulo 4.2., mostrará que, ao escreverem sobre as sufragistas britânicas, os(as) jornalistas portugueses(as) revelaram, porventura de forma não totalmente consciente, a atitude da sociedade portuguesa face à campanha feminista pela emancipação política e social.

Nos capítulos seguintes da presente dissertação visa-se compreender o modo como a imprensa lusa reagiu ao movimento sufragista britânico, contribuindo, assim, para um melhor conhecimento das relações anglo-lusas na época, bem como do próprio movimento feminista das mulheres portuguesas. Torna-se, assim, curial compreender melhor o panorama das relações luso-britânicas no período em apreço, ou seja, entre 1903 e 1918.

2. Breve Panorâmica das Relações Luso-Britânicas entre 1903 e 1918

Perpetuada em séculos de existência, a Aliança Luso-Britânica é a mais antiga da Europa. A análise do período situável entre 1903 e 1918, no qual a presente dissertação se insere, pretende revisitar as relações entre Portugal e a Grã-Bretanha, numa complexa teia de tratados e acordos diplomáticos estabelecidos entre os Governos das duas nações. De facto, nesta época, a história da Aliança ficou marcada por vários acordos políticos, embora a Grã-Bretanha nem sempre lhes conferisse a importância que os portugueses desejariam, acabando, não raro, por negligenciar os pactos firmados. Na verdade, nem sempre os interesses dos dois aliados coincidiam, até porque a hegemonia britânica fez-se claramente sentir, criando dificuldades ao seu “pequeno aliado”. De uma maneira ou de outra, a Aliança esteve destinada a constituir um motivo de inquietação, muito sentido pelos portugueses.

Uma tentativa de interpretação das relações luso-britânicas no período em apreço envolve não só dinâmicas externas, mas também internas, nomeadamente o modo como os dois regimes políticos portugueses, a Monarquia e a República, lidaram com a Aliança. O início do século XX, em Portugal, ficou marcado por uma radical mudança de regime, à qual a Aliança não poderia ficar alheia. Enquanto, durante os reinados de D. Carlos e de Edward VII, a Aliança viveu um período de uma certa harmonia, o mesmo não se poderá afirmar relativamente à 1ª República, a cuja instauração a Grã-Bretanha assistiu com algumas reservas.

Para melhor se compreender a política externa portuguesa levada a cabo entre 1903 e 1918, convém começar por reflectir sobre o quadro europeu no final do século XIX. Para além da Grã-Bretanha, as outras grandes potências europeias, como a França e a Alemanha, também condicionavam as políticas portuguesas. Portugal encontrava-se economicamente dependente da França,¹⁵ temendo os britânicos que esta nação ou a Alemanha assumissem o controlo financeiro do país. A grave crise financeira de 1902 marcou a realidade económica portuguesa e a astuta Grã-Bretanha

¹⁵ Ao discorrer sobre a problemática financeira de Portugal na década de noventa, Rui Ramos refere que os franceses controlavam 77% das obrigações da Companhia Real dos Caminhos de Ferro, sendo os capitais investidos três vezes mais do que os dos ingleses. Cf. Almeida e Ramos 2008, 59.

olhava-a como uma ameaça face ao eventual domínio de territórios portugueses em África por parte de outras potências. De facto, a dada altura, os portugueses consideraram a hipótese de vender algumas colónias para pagar as dívidas e os britânicos temeram que essas colónias fossem parar a outras mãos, nomeadamente às da Alemanha, risco que a Grã-Bretanha não queria correr.

Entre 1904 e 1906, a imagem de Portugal apresentava-se frágil no cenário internacional. O país continuava a apresentar um atraso face às grandes potências europeias e a Grã-Bretanha, por seu turno, praticava uma política dupla aproximando-se, por vezes secretamente, dessas potências, como a Alemanha, por exemplo. Para controlar as ambições germânicas, os britânicos usavam as colónias portuguesas.

Durante boa parte do século XIX, os portugueses foram obrigados a encarar a sua protectora na cena internacional, a poderosa Grã-Bretanha, como uma das suas principais ameaças, fosse relativamente à integridade das possessões em África ou à liberdade de acção sobre elas. Se, no início do século XX, para a maior parte dos países europeus, a Grã-Bretanha constituía o símbolo do progresso material, o mesmo não se verificava face a Portugal, onde nem sequer tinha propriamente havido uma Revolução Industrial, registando-se uma agricultura pouco desenvolvida.

O panorama interno, marcado por graves dificuldades e falta de progresso, acabrunhava o pequeno Portugal face à cena internacional e, inevitavelmente, diante da sua poderosa aliada. Para além da desconfortável realidade interna, os portugueses teriam de lidar com a sobrançeria britânica que também se reflectia na política interna de um país cuja monarquia estava a ser constantemente atacada pelos republicanos.

Segundo John Vicent-Smith, havia, por parte dos portugueses, uma atitude de inferioridade face à sua aliada, pois foram inúmeras as situações em que os portugueses tiveram que lidar com a arrogância britânica no seu próprio território, não parecendo os ingleses “preocupar-se senão com o seu bem-estar material e a supremacia comercial do seu país em Portugal”, (1975, 25) facto que, obviamente, era percebido pela intelectualidade lusa. Esta, representada por figuras políticas e literárias, inclinava-se mais para a cultura francesa do que para a inglesa. Esta minoria intelectual sentia-se atraída pelo regime republicano francês, pelas suas realizações culturais, pelo progresso material e pelo temperamento dos franceses e

não propriamente pelos britânicos. A proximidade com a França verificou-se tanto no século XIX como na primeira metade do século seguinte.

Ainda na década de noventa do século XIX, sobretudo em consequência do *Ultimatum*, os republicanos fizeram muita propaganda contra a submissão de Portugal face à Grã-Bretanha. Reclamavam que a Aliança não deveria ser um contrato unilateral, mas efectivamente bilateral, honroso e de igual valor para ambas as partes. Ao mesmo tempo, não desmereciam a Aliança, nem faziam propriamente campanha para o seu termo, pois sabiam da sua importância em relação às pretensões portuguesas na cena internacional. Nos últimos anos do seu reinado, D. Carlos teve que lidar com três problemas essenciais (que Londres conhecia bem), cuja solução não poderia tardar: o colonial, o diplomático e o financeiro.

Entre 1899 e 1908, a política colonial de D. Carlos primava pela boa relação com a Grã-Bretanha, em prol da protecção das colónias portuguesas em África. Segundo Rui Ramos, o Rei fora “o principal homem da Inglaterra em Lisboa”. (2007, 87) No respeitante à política externa, D. Carlos apercebia-se do “grande problema” que parecia lançar-se sobre o Governo português: manter a Aliança com a Inglaterra ou aproximar o país de outra nação europeia. Pessoalmente, o Rei considerava que, acima de tudo, se deviam manter as boas relações com o Brasil e a Inglaterra. Assim, perante a situação internacional, D. Carlos aconselhava o Governo a accionar a Aliança luso-britânica e a estabelecer acordos com a secular Aliada. De facto, D. Carlos dispunha de dois importantes trunfos para levar a bom termo estes propósitos: a confiança do Marquês de Soveral (Ministro em Londres) e a amizade de Edward VII. Para além de uma figura diplomática de relevo, Soveral tinha a grande vantagem de se ter tornado amigo pessoal de Edward VII, representando uma mediação privilegiada entre os dois Monarcas.¹⁶

Embora o Rei não fosse o único anglófilo português, não recebia, contudo, o apoio de uma imprensa republicana em crescimento, lamentando que a linguagem dos jornais causasse prejuízos à relação com a Inglaterra. A anglofilia do monarca, para alguns exagerada, poderia comprometer a Declaração de 1899,¹⁷ a qual fora

¹⁶ Cf. Ramos 2011, 88.

¹⁷ No dia 14 de Outubro de 1889 foi assinada, em Londres, por Luís de Soveral e Lord Salisbury, a Declaração Secreta de Windsor. Nela ficavam definitivamente consignados os artigos já discutidos nos primeiros dias de Outubro daquele ano. A Declaração visou, por um lado, o compromisso de Inglaterra relativamente à manutenção e à defesa da soberania lusa e, por outro, o compromisso de que

mantida em segredo. A Declaração de 1899 e a ratificação do Tratado de Windsor, em 1904, confirmavam os acordos anteriormente estabelecidos entre as duas nações. Para Portugal, a reafirmação da Aliança significava uma segurança para o país, em caso de ameaça externa. Neste sentido, em *O Poder e a Guerra 1914-1918* (1996), Nuno Severiano Teixeira aponta para a necessidade sistemática de Portugal recorrer à Aliança luso-britânica, nomeadamente na sequência de qualquer investida alemã nos seus arquipélagos. Todavia, o Governo insistia numa eventual insuficiência da Aliança para garantir a segurança do território, (Teixeira 1996, 15) dúvida que se levantaria face à diplomacia britânica em diversas ocasiões.

D. Carlos mantinha Londres a par das negociações realizadas com outros países, não se pronunciando oficialmente antes de ouvir a opinião de Inglaterra. A anglofilia do Rei, que irritava muitos políticos, devia-se ao facto de aquele acreditar que a manutenção do seu trono se devia à secular Aliada.¹⁸ Segundo Rui Ramos, esta crença decorria de uma carta trocada entre *Lord Salisbury* e *Sir Hugh Macdonell*, datada de 15 de Março de 1896, guardada secretamente por Soveral, onde podia ler-se o seguinte: “É impossível falar com absoluta certeza sobre acontecimentos futuros, mas não posso imaginar em que caso não estaríamos dispostos a enviar uma armada para o Tejo, se com essa medida pudéssemos manter o trono português contra uma insurreição doméstica ou estrangeira”. (*Apud* Ramos 2007, 278-279)

Todavia, ainda segundo Rui Ramos, os chefes do Partido Republicano Português (PRP) não escondiam seu posicionamento francófilo e iberista, considerando que a política externa portuguesa deveria ser orientada para o Continente. Acreditavam, ainda, que os espanhóis ajudariam na defesa do império, pelo que “haveria, portanto, a verdadeira reciprocidade”, feita de dependência mútua, enquanto com a Grã-Bretanha, Portugal não passaria de um “protectorado” com uma “dependência unilateral”. (Ramos 2011, 86-87) Porém, nem os defensores de uma mudança de regime sabiam exactamente as consequências que o derrube da Monarquia poderia trazer para a Aliança e para o país. Assim, os conspiradores republicanos esforçaram-se por criar na imprensa e nos meios diplomáticos da França e da Inglaterra, um ambiente favorável à mudança de regime.

Portugal iria pôr termo à permissão de escoamento de armas e munições para o Transval, abstendo-se também de declarar a neutralidade perante a Guerra Anglo-Bóere. Cf. Pereira 2014,45.

¹⁸ Cf. Ramos 2007, 278-279.

Nos subcapítulos seguintes tratar-se-á dos aspectos relativos ao processo de reconhecimento da República portuguesa pelo Governo britânico e, ainda, da Aliança Anglo-Lusa face envolvimento de Portugal na Primeira Grande Guerra.

2.1. A República Portuguesa e a Aliança Anglo-Lusa

A República portuguesa não foi tão bem-recebida na Grã-Bretanha como se esperava e, muito menos, bem acolhida pela imprensa inglesa. A Corte, a aristocracia e até alguns membros do Governo, como, por exemplo, Winston Churchill (1874-1965), não escondiam a sua preferência por D. Manuel, então exilado em Londres. De facto, em Inglaterra, a conjuntura não era tão favorável quanto parecera a Magalhães Lima¹⁹ e a José Relvas.²⁰ Para Rui Ramos, a missão de José Relvas e de Magalhães Lima fora a de assegurar, junto das grandes potências europeias, uma revolução republicana pacífica, criando, assim, um ambiente favorável, sobretudo nos meios diplomáticos franceses e britânicos, a uma mudança de regime em Portugal. (Ramos 2008, 90)

Todavia, a Grã-Bretanha só viria a reconhecer oficialmente a República portuguesa quase um ano após a sua instauração. Winston Churchill, por exemplo, pedia cautela a Edward Grey, Ministro dos Estrangeiros, face ao reconhecimento do novo regime, pois tal parecia-lhe “um acto deplorável e imprudente.” (*Apud* Vicent-Smith 1976, 42-43) José de Almada confirma a desconfiança por parte dos ingleses em relação ao novo regime instaurado em Portugal, ao considerar que os chefes políticos republicanos tiveram dificuldades em criar elos com o Governo de Londres. (1947, 327)

A imprensa britânica, como *The Times*, por exemplo, começou a publicar artigos pouco favoráveis à República: “O republicanismo, diz bem com a maçonaria, com o anticlericalismo e com a hostilidade à religião.” (*Apud* Almada 1947, 327)

¹⁹ Advogado, jornalista, político, escritor e Grão-Mestre da Maçonaria portuguesa, Sebastião de Magalhães Lima (1850-1928) fundou o jornal *O Século*, em 1880. Defensor de um republicanismo com pendor socialista (utópico), presidia aos destinos da Maçonaria aquando da Revolução republicana, do Golpe de 28 de Maio de 1926 e do desencadear das perseguições que levariam à sua posterior ilegalização durante o Estado Novo.

²⁰ Político republicano português, José de Azevedo Mascarenhas Relvas (1858-1929), conhecido apenas por José Relvas, exerceu o cargo de Ministro das Finanças no Governo Provisório, de 12 de Outubro de 1910 a 4 de Setembro de 1911, tendo sido responsável pela reforma monetária que criou o Escudo.

Bernardino Machado,²¹ por seu turno, havia afirmado “que a Inglaterra governava politicamente Portugal e que o PR [Partido Republicano] queria emancipar a nação de ‘tutela vexatória’”. (*Apud* Almada 1947, 326)

Após 1910, os republicanos alimentaram a convicção de que as boas relações com a Inglaterra ajudariam a consolidar a jovem República, como teria dito Bernardino Machado, futuro Presidente do novo regime : “A base da nossa política internacional é a Inglaterra.” (*Apud* Ramos 2008, 94) Porém, para a Inglaterra não era fácil manter relações com o novo regime português, pois a imprensa descrevia Portugal como um “reino de terror”, com as prisões cheias e as igrejas fechadas. (Ramos 2008, 94)

Sobre o reconhecimento tardio da República por parte de Londres, Armando Marques Guedes afirma que, apenas em Outubro de 1911, o Governo britânico autorizava o Ministro inglês em Lisboa, *Sir Fancis Villiers*, a entrar em negociações com o Governo provisório, sendo o novo regime reconhecido por Londres em 10 de Novembro daquele ano. (1938, 475) Marques Guedes sublinha que o reconhecimento da República também servia os interesses de Inglaterra, devido não só à excelente localização geográfica de Portugal, nomeadamente no respeitante às rotas dos navios britânicos, mas também ao facto de o país possuir um império colonial que oferecia bases militares estratégicas. (1938, 475)

Sabe-se que Londres nunca tratou bem a República portuguesa. Diante desta hostilidade por parte dos britânicos, a partir de 1911 os republicanos optaram por ceder em tudo que fosse possível com o intuito de aliviar a tensão diplomática existente e continuar a manter viva a Aliança Anglo-Lusa. Por exemplo, em Outubro de 1911, Portugal cederia a um pedido da Inglaterra de renovação das garantias que lhe haviam sido dadas, nomeadamente de que nunca permitiria facilidades a um “poder estrangeiro” nos Açores. (Ramos 2008, 96). O quase desespero do Governo republicano face à hostilidade britânica haveria de render novas concessões no

²¹ Terceiro e o oitavo Presidente eleito da República Portuguesa, Bernardino Luís Machado Guimarães (1851-1944) assumiu a presidência por duas vezes: primeiro, de 6 de Agosto de 1915 a 5 de Dezembro de 1917, quando Sidónio Pais, frente a uma junta militar, dissolveu o Congresso e destituiu Bernardino Machado do cargo, obrigando-o a abandonar o país. Mais tarde, em 1925, voltou à Presidência da República para, um ano depois, voltar a ser destituído pela revolução militar de 28 de Maio de 1926, que instituiu a Ditadura Militar, abrindo caminho à instauração do Estado Novo.

futuro, nomeadamente a cedência da soberania à Grã-Bretanha nas colónias portuguesas em África. Recorde-se, a este propósito, que o crescimento da Alemanha incomodava sobremaneira os britânicos, pelo que “em Inglaterra havia muito pouco interesse em ver quaisquer possessões portuguesas passar para as mãos alemãs”. (Ramos 2008, 100) Acontecia, assim, que Londres negociava as colónias portuguesas em África com outras potências europeias e, muitas vezes, limitava-se apenas a “informar” os portugueses das negociações diplomáticas já concluídas. Os britânicos nunca desmentiram os rumores de negociações anglo-alemãs sobre as colónias portuguesas, mas também nunca esclareceram devidamente o assunto.

De facto, os republicanos esforçavam-se por não só dialogar diplomaticamente com a Inglaterra, visando minimizar a hostilidade e a desconfiança dos aliados, mas também mostrar a utilidade de Portugal, no seio da Aliança. Para além disso, os governantes portugueses sabiam que as relações da República com as outras potências, especialmente com a Alemanha e a Espanha, dependiam da Grã-Bretanha. (Ramos 2008, 97) A imagem do país face a outras potências não era, obviamente, positiva. A República portuguesa mostrou que o poder se encontrava nas mãos de um partido único, o PRP, cujo radicalismo se confirmou através de medidas como a Lei da Separação da Igreja do Estado, promulgada logo em 20 de Abril de 1911. Diferentemente da Terceira República francesa, por exemplo, um regime conservador e governado por monárquicos, a República portuguesa afigurava-se, para os leitores de jornais europeus, um país dominado por uma única facção, que actuava através de sociedades secretas, donde se suspeitava que fossem oriundos os assassinos da Família Real, em 1908. (Ramos 2008, 92)

Na verdade, os governos republicanos ansiavam pelo reconhecimento da sua legitimidade e de garantias internacionais por parte das potências europeias, na sua maioria monárquicas. Deste modo, o ponto de vista anglófilo de D. Carlos, que remetia para um sentimento de “dependência” face aos britânicos, foi repercebido pelos republicanos, que consideraram a Aliança absolutamente necessária à sobrevivência do novo regime. Aqueles viram-se, assim, submetidos a uma espécie de “protectorado” e deram por si na mesma situação de dependência que os monárquicos tinham vivenciado. (Ramos 2008, 100). Em 1914, Sidónio Pais, então representante diplomático de Portugal na Alemanha, estava certo de que era

necessário “tirar à Aliança Inglesa o carácter de protectorado não somente indecoroso, mas incerto”. (*Apud* Ramos 2008,100).

Mesmo após o reconhecimento da República pelas principais potências europeias o Governo português tratava de reafirmar as cláusulas da Aliança a fim de proteger os seus domínios. Assim, em 1912, Augusto de Vasconcelos, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, a propósito de uma interpelação alemã sobre o Tratado de Windsor, afirmara o seguinte:

O governo da república sabe que não existe tratado algum entre o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e o Império da Alemanha que contenha seja o que for de natureza a ameaçar a independência, a integridade ou os interesses de Portugal ou duma parte qualquer de seus domínios. (*Apud* Guedes 1938, 476)

Na altura, Vasconcelos teria deixado claro ao Governo de Berlim que, após a proclamação da República, não houvera qualquer alteração no sistema das relações internacionais de Portugal que pudesse pôr em causa os tratados existentes, bem como as respectivas cláusulas.

A propósito da Primeira Grande Guerra e da participação lusa no conflito, Rui Ramos considera essa intervenção uma tentativa de reagir contra a referida situação de protectorado, pois, imediatamente após o deflagrar da contenda, Londres recomendava à República portuguesa que, sem declarar a neutralidade, evitasse entrar em beligerância, (2008, 100) aspecto a desenvolver no subcapítulo seguinte.

2.2. A Primeira Guerra Mundial: Da Neutralidade à Beligerância

Aquando da Primeira Grande Guerra (1914-1918), a Aliança Luso-Britânica afigurava-se a única garantia de segurança para um país pequeno e periférico, na cena política internacional. De acordo com alguns, Portugal deveria adoptar pela neutralidade face ao conflito, embora o Governo português soubesse que o seu posicionamento dependia da secular aliada.

De facto, em Agosto de 1914, Portugal encontrava-se numa situação algo ambígua que lhe havia sido solicitada por Londres: uma neutralidade não declarada. Deste modo, havia um sentimento de indefinição quanto à posição portuguesa face à Guerra e à Aliança. As incertezas eram grandes, tanto no seio da opinião pública como entre os políticos, os quais, ansiosos por uma definição mais clara por parte de Londres, pressionaram o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Freire de

Andrade, a tentar várias manobras diplomáticas nesse sentido. Uma carta de *Sir* Edward Grey solicitava ao Governo português que se abstinêsse de qualquer declaração de neutralidade. Para todos os efeitos, Portugal deveria ser um país neutro, mas sem declarar a neutralidade.²² Este pedido, segundo os portugueses, colocava o país numa situação incómoda, pois a Grã-Bretanha não queria que Portugal participasse no conflito, mas pretendia usar os seus portos, sempre que necessário. Deste modo, Londres esperava dos portugueses uma amigável e colaborante neutralidade, concentrando-se na defesa das suas fronteiras e pouco mais.

Portugal parecia representar um peso para a Inglaterra, pois a Aliança nada adiantava às pretensões britânicas, nem às futuras negociações de Paz. A Grã-Bretanha considerava melhor manter o seu pequeno aliado não-beligerante. Segundo José de Almada, um memorando de 27 de Agosto de 1914 enviado pelo Governo britânico declarava que este não estava apto a assumir a responsabilidade da defesa terrestre das colónias portuguesas, nem das fronteiras de Portugal, preferindo que o país tratasse da sua própria protecção, sendo “preferível que Portugal reservasse o exército e a armada para a defesa da metrópole...” (1947, 336) De qualquer modo, quer os portugueses concordassem ou não, a Aliança Anglo-Lusa era apenas defensiva e, para todos os efeitos, Portugal (continental) não tinha sido atacado pelo inimigo.

Para os Democráticos, esta posição afigurava-se indigna no quadro internacional, mas tanto o, então, Presidente da República, Bernardino Machado, como o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Freire de Andrade, apoiavam uma política de moderação e de apoio incondicional à Grã-Bretanha.²³ Neste sentido, Portugal jamais demonstraria oficialmente qualquer posicionamento hostil ou de animosidade face à sua aliada. Esta atitude de aparente submissão foi, por vezes, contestada internamente, inflamando os ânimos dos que desejavam uma política mais autónoma e interventiva. Todavia, tal não foi possível até 1917, como se constatará. Se, por um lado, havia um sentimento de hostilidade para com a Alemanha, por outro, existiam dúvidas quanto à posição a assumir por Portugal face ao conflito na

²² Cf. Teixeira 1996, 203.

²³ Cf. Vincent-Smith 1976, 88-90.

Europa. A estratégia de uma “neutralidade expectante” poderia vir a ser uma porta eventualmente aberta à beligerância, se a Inglaterra assim o desejasse.

Todavia, a Grã-Bretanha continuava a não demonstrar qualquer interesse na participação de Portugal na Frente Ocidental, pelo que, internamente, os chefes republicanos tiveram de tentar controlar os ânimos decorrentes da rivalidade entre intervencionistas e não-intervencionistas. Estas circunstâncias reflectiram-se também na opinião de alguns observadores britânicos radicados em Portugal, como Aubrey F.G. Bell (1881-1950) e George Young (1872-1952).²⁴ Assim, no capítulo XIII da obra *Portugal of the Portuguese* (1915), intitulado “Great Britain and Portugal”, o anti-republicano, Aubrey Bell²⁵ revela a sua simpatia pela monarquia, a propósito da Aliança: “The British Alliance it said, was essentially an alliance between dynasties and to this character owed its unbroken continuity.” (1915, 218) Ao referir-se ao carácter perpétuo da Aliança entre dinastias, deduz-se que no novo regime republicano, aquela não teria qualquer validade. Num outro momento, Bell referiu-se à fragilidade da Marinha e do Exército portugueses, uma opinião, aliás, consensual entre os britânicos, acrescida da ameaça de a Espanha poder vir a invadir Portugal: “The weakness of Portugal’s army and her defences, and the practical non-existence of her navy are perfectly well known and Spain could easily conquer Portugal where she minded.” (Bell 1915, 217)

Já George Young,²⁶ na obra *Portugal Old and Young. An Historical Study* (1917) demonstra o seu entusiasmo face à nova República portuguesa, congratulando-se com a entrada de Portugal na Guerra: “Portugal is at war because

²⁴ Sobre esta matéria veja-se o artigo de Gabriela Gândara Terenas, “ ‘Portugal and the Allies’: os Britânicos e a Participação de Portugal na Primeira Grande Guerra”. <http://matriadigital.cm-santarem.pt/images/numero4/gndara.pdf>

²⁵ Lusófilo, hispanista, poeta, crítico literário, bibliógrafo e tradutor, Aubrey Fitz Gerald Bell (1881 - 1950) foi um dos mais eminentes especialistas britânicos no domínio da literatura e da cultura portuguesas, da primeira metade do século XX. Em 1911, Bell fixou-se na localidade de Manique de Baixo, em S. João do Estoril, tendo permanecido em Portugal até 1940. Durante esse período de trinta anos, o lusitanista visitou o país e aprofundou os seus conhecimentos sobre as culturas peninsulares, facto que ficou testemunhado nas obras que dedicou a Portugal – *In Portugal* (1912) e *Portugal of the Portuguese* (1915) –, tendo ainda enviado regularmente notícias sobre os acontecimentos presenciados em Portugal para os jornais londrinos.

²⁶ Diplomata, jornalista e escritor, George Young (1872-1952) desempenhou o cargo de Primeiro Secretário da Legação britânica em Lisboa, entre 1914 e 1915, ano em os seus serviços como diplomata foram dispensados. Desde essa altura dedicou-se à organização, em Londres, de uma Secção de Serviços Secretos do Almirantado, colaborando também na imprensa periódica. Depois da Guerra foi nomeado Professor de Português na Universidade de Londres.

the instinct both of national self-preservation and of national progress indicated that war on our side was the policy required by the national interest and by the national ideal.” (Young 1917, 5) Young sublinhava a enorme importância da opção pela intervenção, tanto no contexto das relações anglo-portuguesas como no domínio da consolidação da nova República. Estudioso da História de Portugal, Young acreditava que o mais antigo aliado de Inglaterra, ao levar a cabo uma mudança de regime, havia tido como principal propósito reverter a situação de decadência em que o país há muito se encontrava.

Não obstante todas as divergências, Portugal acabaria por participar na Guerra europeia, com a força militar de que dispunha,²⁷ ao lado da toda poderosa Grã-Bretanha, como acabariam por acordar. Por esta altura, a jovem República vivia uma situação extremamente delicada, quer do ponto de vista da política externa como da atribulada realidade interna. No respeitante ao quadro internacional, havia que lidar com os vizinhos espanhóis e com a defesa dos seus interesses em África. A política interna, por seu turno, trazia constantes agitações partidárias, resultantes do processo de consolidação do novo regime. Enquanto a Guerra se desenrolava na Europa, Portugal desdobrava-se para resolver diversas questões internas. Os republicanos, ainda que inicialmente divididos, acabariam por concordar em participar no conflito mundial. A Grã-Bretanha tratou do assunto com muita precaução, como, aliás, já fizera aquando do reconhecimento da República.

Tanto as sufragistas britânicas como as feministas portuguesas concordaram em suspender as suas atividades aquando do anúncio de Guerra, embora não tivessem ficado alheadas do conflito, como se verificará no subcapítulo seguinte.

2.3. As Mulheres Britânicas e Portuguesas Face ao Conflito

Quando deflagrou a Guerra, as mulheres britânicas foram as primeiras a integrarem corpos militarizados. O Woman's Army Auxiliary Corps (WAAC), fundado em 1917 por *Dame Katherine Furse*,²⁸ chegou a reunir, logo no primeiro ano, perto de quarenta mil mulheres, das quais cerca de oito mil e quinhentas eram

²⁷ Sabe-se que Portugal participaria da Primeira Grande Guerra com cerca de 55.000 homens do Corpo Expedicionário Português (CEP) e com o Corpo de Artilharia Pesado Independente (CAPI) com cerca de 1.300 militares.

²⁸ Uma das mais activas feministas britânicas, Katharine Furse (1875-1952), co-fundadora da English Voluntary Aid Detachment Force (VAD), era filha do poeta e crítico John Addington Symonds e de Janet Catherine North, e sobrinha da pintora Marianne North.

estrangeiras. Através desta colectividade, as mulheres-soldados eram enviadas para as frentes de guerra como cozinheiras, empregadas de escritório ou mecânicas. A partir daí, como Natividade Mariano refere, verificou-se uma modificação no vestuário feminino, passando as mulheres europeias a adoptar peças de roupas e acessórios mais simples e práticos, para além de começarem a vestir calças. (Mariano 2011, 32-35)

Aquando da declaração de Guerra da Grã-Bretanha à Alemanha, em 1914, as mulheres britânicas decidiram unir esforços no seu país face ao conflito. Nessa altura, Millicent Fawcett,²⁹ que presidia The National Union of Woman's Suffrage Societies (NUWSS) acreditava que “the war was the gravest crisis facing Britain, for if Germany won it would destroy the democratic institution of Parliament.” (Apud Bartley 2015, 141) Segundo Paula Bartley, tanto as sufragistas chefiadas por Fawcett como as mulheres que se identificavam pela designação de *suffragettes* concordaram em interromperem suas actividades durante o conflito, pois sabiam que continuavam a contribuir para a campanha pelo sufrágio ao conduzirem a acção das suas respectivas organizações para os esforços da Guerra. Em contrapartida, o Governo britânico concedia liberdade às *suffragettes* presas, sob a condição de estas não violarem novamente a lei. (2015, 142)

Tanto Emmeline³⁰ como sua filha Christabel Pankhurst,³¹ chefes da Women's Social and Political Union (WSPU), defendiam que o momento devia ser entendido

²⁹ Activista feminista, intelectual, política, sindicalista e escritora, Millicent Garrett Fawcett (1847-1929) tornou-se conhecida pela luta em prol de direitos iguais para homens e mulheres. Enquanto sufragista, Fawcett optou por uma postura moderada, não deixando de ser uma activista empenhada. Concentrou as suas energias sobretudo na luta para melhorar as oportunidades de acesso das mulheres às instituições de ensino superior, tendo co-fundado, em 1871, o Newnham College de Cambridge. Mais tarde, em 1897, tornou-se presidente da National Union of Women's Suffrage Societies (NUWSS), posição que ocupou até 1919.

³⁰ Uma das fundadoras do movimento sufragista britânico, Mrs. Pankhurst (1858-1928) encontra-se intimamente associada à luta pelo direito de voto para mulheres no período anterior à Primeira Guerra Mundial. Nascida em Manchester, a mais famosa das sufragistas começou, ainda bem jovem, a pugnar pelo direito à liberdade das mulheres, as quais se encontravam confinadas a um mundo dirigido por homens e envolto em conceitos morais injustos e discriminatórios face a mais de metade da população do mundo. Em 1903, Emmeline Pankhurst fundou a conhecida Women's Social and Political Union (WSPU).

³¹ Ao lado de sua mãe, Emmeline, Christabel Pankhurst (1880-1958) dirigiu a Women's Social and Political Union (WSPU), associação que visava obter o direito de voto para as mulheres. Christabel inaugurou pessoalmente a fase de desobediência civil da campanha. O seu nome aparecia destacado nas conversas e discursos de todos, especialmente nos do Primeiro-ministro, membros do *Cabinet* e MPs. Emmeline Pankhurst confiava a Christabel a continuação da campanha das *suffragettes*.

como uma guerra de uma Grã-Bretanha democrática contra uma Alemanha autocrática. Consequentemente, em 1915, Emmeline encabeçou as negociações junto do então Primeiro-ministro, Lloyd George, que na altura assumiu também o estatuto de Munition Minister para treinar homens e mulheres para trabalharem no fornecimento de munições para as forças britânicas em campo de batalha. Para tal, a circular *National Register Bill* incentivava os homens e as mulheres entre os quinze e os sessenta e cinco anos a registarem-se. Emmeline e Christabel viajaram pelo país, em campanha a favor do recrutamento de mulheres para trabalhar nas fábricas. A partir daí, as britânicas integraram várias bases de serviço femininas, ora como forma de apoio, ora em campos de batalha, através da Woman's Volunteer Reserve (WVR), fundada em 1914, da Woman's Auxiliary Army Corps (WAACS), em 1917, da Woman's Royal Naval Service (WRNS), em 1917, da Woman's Land Army (WLA), em 1917, e da Woman's Royal Air Force (WRAF), em 1918. As mulheres britânicas ainda contribuíram para o esforço de guerra ao constituírem-se como elementos de apoio a diversas actividades, como condutoras de veículos, enfermeiras, mensageiras, dactilógrafas, telefonistas e cozinheiras. Algumas dedicaram-se também a ofícios como os de carpinteiro e de soldador, contribuindo, assim, para a construção de aviões de guerra.

Embora a Europa vivesse em estado de alerta, a Guerra não pôs um fim à luta sufragista. Emmeline Pankhurst aproveitou para ir sempre chamando a atenção para as tarefas desempenhadas pelas mulheres, na retaguarda dos campos de batalhas. Para a chefe das sufragistas, tratava-se da confirmação natural de que as mulheres estavam igualmente habilitadas para exercer o direito de voto: “women's effort in the war had shown that they were ready for the franchise.” (*Apud Bartley* 2015, 138)

De facto, a trégua na campanha sufragista propulsionou as mulheres para a cena político-social dos países em guerra. Hoje, as mulheres desse tempo são recordadas pelo trabalho realizado em diferentes situações, fosse no campo de batalha ou no acolhimento dado aos soldados e respectivas famílias, no pós-guerra.

A declaração de Guerra foi recebida com repúdio pelas mulheres republicanas, que há muito vinham a lutar pelos valores democráticos, pela paz e pela igualdade de povos, raças e sexos, na linha dos movimentos feministas europeus. Uma guerra era contrária a todos estes valores, sendo que o conflito mundial lançou mais uma polémica no seio da República, como se viu. Se os partidos políticos e a sociedade

portuguesa se dividiram entre a intervenção e a não-intervenção, as mulheres também não se excluíram de assumir uma posição.

Perante um quadro de uma certa indefinição face à participação de Portugal no conflito, as mulheres da Liga Republicana reconheciam a necessidade de se posicionarem sobre um assunto de grande relevância. As dirigentes mais importantes da Liga Republicana tomaram partido a favor do cumprimento dos compromissos assumidos com a Aliança Anglo-Lusa. Maria Veleda,³² por exemplo, manifestou-se no jornal *A Madrugada*, órgão da Liga, ao afirmar que “o nosso lugar é ao lado da Inglaterra – e o nosso próprio interesse nos indica esse lugar. Quem foge ou tenta fugir ao cumprimento é um cobarde, indigno de se chamar português!” (*Apud* Monteiro 2011,181) Natividade Monteiro considera que Veleda acusava os monárquicos, os católicos e os conservadores de fazerem política a favor da Alemanha. Para Monteiro o apoio aos alemães representava a incivilidade, e uma possível vitória germânica significaria, para além do fim da liberdade, o perigo de perder as colónias portuguesas. (2011,182) Por seu turno, Ana de Castro Osório,³³ mais em sintonia com as mulheres britânicas, como se verá, encarava a Guerra como

³² Pseudónimo de Maria Carolina Frederico Crispim (1871-1955), Maria Veleda foi professora, jornalista, feminista, republicana, livre pensadora e espiritualista. Pioneira na luta pela educação das crianças e dos direitos das mulheres, bem como na propaganda dos ideais republicanos, Veleda foi uma das mais importantes dirigentes do primeiro movimento feminista português. Em 1909, por sua iniciativa, a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas fundou a “Obra Maternal” para acolher e educar crianças abandonadas ou em perigo moral, instituição que se manteria até 1916, graças à solidariedade da sociedade civil e às receitas obtidas em saraus teatrais, cujas peças dramáticas e cómicas Maria Veleda também escrevia e levava à cena. Em 1912, o Governo nomeou-a Delegada de Vigilância da Tutoria Central da Infância de Lisboa, instituição destinada a recolher as crianças desamparadas, pedintes ou delinquentes, cargo que ocupou até 1941. Entre 1910 e 1915, enquanto dirigente da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e dos periódicos *A Mulher e a Criança* e *A Madrugada*, empenhou-se na luta pelo sufrágio feminino, escrevendo, discursando, fazendo petições e chefiando delegações e representações junto dos órgãos de soberania. Combateu a prostituição, sobretudo a de menores, e o direito de fiança por abuso sexual de crianças. Fundou o “Grupo das Treze” para combater a superstição, o obscurantismo e o fanatismo religioso que afetava sobretudo as mulheres e as impedia de se libertarem dos preconceitos sociais e da influência clerical que as mantinham submetidas aos dogmas da Igreja e à tutela masculina.

³³ Pioneira, em Portugal, na luta pela igualdade de direitos para homens e mulheres, Ana de Castro Osório (1872-1935) escreveu *Mulheres Portuguesas* (1905), considerado o primeiro manifesto feminista português, seguindo-se a criação dos periódicos *A Sociedade Futura* e o *Jornal dos Pequeninos*. Integrou o Grupo Português de Estudos Feministas e, ainda, em 1908, com o apoio do político republicano António José de Almeida, fundou a organização e associação política Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP), sediada no 2º andar do nº 6 da Rua dos Castelinhos, em Lisboa. Desta sociedade faziam parte, entre outras proeminentes mulheres da sociedade lisboeta coeva, as médicas e sufragistas Carolina Beatriz Ângelo e Adelaide Cabete. Imediatamente após a implantação da República, Ana de Castro Osório colaborou com Afonso Costa, então Ministro da Justiça, na elaboração da lei do divórcio. Pouco tempo depois, devido a conflitos internos na Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, nomeadamente com Maria Veleda, face à proposta apresentada ao Governo para se alterar o Código Eleitoral, Castro Osório demitiu-se do cargo de presidente e fundou, em 1911, a Associação de Propaganda Feminista.

um momento decisivo para as mulheres mostrarem o seu valor no mundo do trabalho e de, finalmente, alcançarem os seus direitos.

Seguindo o exemplo das belgas, das francesas e das britânicas, quando Portugal entrou na Guerra, as mulheres portuguesas mobilizaram-se, colocando de lado as suas reivindicações. As republicanas chamaram a si a responsabilidade, incentivando as sócias da Liga a participar na campanha “patriótica” durante o conflito. De entre as suas primeiras acções, conta-se o facto de as mulheres bordarem uma bandeira para os soldados portugueses levarem para a Frente. Confeccionaram também agasalhos, cuja matéria-prima era oferecida pela Liga Republicana, que organizava a sua distribuição por todo o país, através do seu órgão de imprensa, *A Madrugada*, e de outros, nomeadamente *O Mundo*, jornal sempre activo na propaganda promovida por aquela colectividade. Aliás, *A Madrugada* fez questão de publicar notícias sobre o conflito, veiculando informações sobre a mobilização de mulheres dos países beligerantes, em todas as actividades para as quais foram convocadas a prestar serviços. Na enfermagem, na indústria de armamento, na condução de ambulâncias ou de outros meios de transporte, na administração, nas secretarias e nos serviços do exército, as mulheres substituíram os homens. A divulgação do trabalho das mulheres no estrangeiro fazia com que as republicanas acreditassem que as portuguesas sentiam desejo de agir de forma idêntica e com a mesma determinação, se fosse necessário. Porém, para que tal se concretizasse “era preciso convencê-las a instruírem-se e a prepararem-se para o exercício de uma profissão e alertar os políticos para não desperdiçarem este importante contributo feminino”. (Monteiro 2011, 182-183) Da perspectiva de Françoise Thebaud, com o fim do conflito, as mulheres seriam convidadas a regressar ao lar e às tarefas femininas, “em nome do direito dos antigos combatentes, em nome da reconstrução nacional e da defesa da raça.” (1991, 78-79) Enquanto as mulheres alemãs, escreve Thebaud, unicamente condicionadas pela Guerra, não recebiam qualquer subsídio de desemprego, as britânicas recebiam uma alguma ajuda do Governo. (1991, 79)

No contexto da Guerra, mais precisamente em 1916, surgiu uma nova colectividade em Portugal, a “Cruzada das Mulheres Portuguesas”, cuja missão era juntar esforços femininos no auxílio aos soldados e às suas famílias. Presidida pela

mulher de Bernardino Machado, Elzira Dantas Machado,³⁴ a Comissão Central era constituída por mulheres ligadas pelo casamento aos políticos republicanos mais influentes do país. De acordo com os estatutos, a colectividade destinava-se a prestar assistência material e moral aos que dela necessitassem, em consequência da Guerra. Recorde-se que a mobilização das mulheres republicanas se iniciara em 1914, pelo que a “Cruzada” vinha juntar-se aos esforços de outras mulheres e respectivas agremiações. A “Cruzada das Mulheres Portuguesas” ganhou notoriedade, em parte devido aos políticos de renome a ela ligados e ao apoio oficial do Governo. Já o decreto que autorizava a “Cruzada” a fundar uma Escola de Enfermagem para tratar dos doentes e feridos em hospitais militares gerou uma certa polémica, pois a medida constituía um velho projecto da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas.

De facto, a “Cruzada das Mulheres” empenhou-se em habilitar o sexo feminino para trabalhar na enfermagem, mesmo numa sociedade com pouca abertura face às mulheres. A família continuava a escravizar e a limitar as capacidades das portuguesas, as quais, de um modo geral, não se encontravam, quer intelectual, quer fisicamente em condições de exercer uma actividade profissional. Preconceitos sociais ou mesmo pressões familiares impediam-nas de continuar. No entanto, embora as portuguesas não tivessem chegado a participar no teatro de operações (como se verificou com as britânicas), no pós-guerra receberam o apoio dos políticos republicanos para prestarem auxílio às vítimas do conflito e respectivas famílias.

No capítulo seguinte, que se encontra subdividido em dois, caberá averiguar o movimento das mulheres inglesas e portuguesas durante o período em que a presente dissertação se insere. Visa-se, assim, dar conta dos principais acontecimentos protagonizados pelas mulheres que se empenharam em trabalhar em prol do próprio sexo, em luta pelos seus direitos civis e políticos.

³⁴ Activista e feminista portuguesa, Elzira Dantas Gonçalves Pereira Machado (1865-1942) casou em 1882 com Bernardino Machado, o qual foi, por duas vezes, Presidente da República Portuguesa. Como tal, Elzira Machado foi, também por duas vezes (entre 1915 e 1917 e entre 1925 e 1926), primeira-dama de Portugal.

3. Os Movimentos das Mulheres

3.1. As Sufragistas Britânicas

We were willing to break laws that we might
force men to give us the right to make
laws. (Pankhurst 1914, 74)

A partição do subcapítulo em dois visa dar conta, em primeiro lugar, dos acontecimentos protagonizados pelas mulheres britânicas, entre os séculos XIX e XX, e, depois, do avanço intelectual das chefes feministas e de personalidades políticas ligadas ao desenvolvimento de projectos em prol da ampliação dos direitos da mulher.

3.1.1. Dos Primórdios aos Finais da Era Vitoriana

Ainda no século XVIII, com a Revolução Industrial, o número de operárias cresceu muito. De acordo com Maria Lamas, com o avanço da industrialização, muitas mulheres, corajosas e decididas, entraram na vida profissional, trabalhando nas novas manufacturas, ao lado dos homens, mas enfrentando situações precárias e desiguais. A entrada da mulher na vida profissional, como operária, reflectiu-se na vida familiar, pois aquela ficava incumbida de uma dupla tarefa: após longas horas de trabalho fora de casa, tinha os afazeres domésticos à sua espera no regresso. (Lamas 1952, 456-457) Perante esta realidade, vivida por um grande número de mulheres, “a mulher do povo”, como refere Maria Lamas, (ou da “working class”) enrudecia-se pela aspereza do trabalho. (1952, 455)

Para a autora, as mulheres filósofas, como Mary Astell,³⁵ por exemplo, impulsionaram a criação de um estatuto para a mulher burguesa, com o fim de a proteger e orientar na vida, privilegiando um sistema de educação que não só lhe

³⁵ A frase de protesto de Mary Astell (1669-1731) – “If all Men are born Free, how is it that all Women are born Slaves?” – permanece actual. Há mais de trezentos anos, a filósofa abordou questões relacionadas com a moralidade e os direitos da mulher (rica ou pobre) face ao matrimónio, bem como a subordinação ao marido. De entre as suas obras destaca-se *Some Reflections Upon Marriage* (1703).

assegurasse o acesso ao trabalho, mas também lhe ensinasse a pensar de forma autónoma. Neste contexto, Lamas apresenta uma reflexão importante sobre a Inglaterra oitocentista, a qual negava à mulher solteira ou casada o direito de estudar, facto que atrasaria o seu ingresso no mundo do trabalho. Precursoras feministas como (a já referida) Mary Astell e Mary Wollstonecraft,³⁶ autora de *A Vindication of the Rights for Woman* (1792), revelaram-se de extrema importância para se perceber a génese dos movimentos feministas surgidos no século XIX.

Hoje considerada uma das fundadoras do feminismo filosófico, Wollstonecraft tem sido frequentemente citada como uma figura relevante na luta pela emancipação das mulheres. No referido texto, a autora advoga a igualdade de direitos de ambos os sexos, pois “the more understanding women acquire, the more they will be attached to their duty, comprehending it, for unless they comprehend it, unless their morals be fixed on the same immutable principles as those of man.” (Wollstonecraft 1752, 4) A igualdade defendida pela autora dar-se-ia através do direito de frequentar instituições educativas, bem como de uma reflexão colectiva sobre a causa feminina. Efectivamente, num primeiro momento, as sufragistas reivindicaram o acesso da mulher ao ensino básico para, mais tarde, lutarem por uma educação profissional. Em ambos os níveis, as propostas defendiam o acesso ao conhecimento, que impreterivelmente capacitaria o sexo feminino para procurar oportunidades melhores ou iguais às dos homens. De acordo com Mary Wollstonecraft, nenhuma mulher consciente das suas virtudes iria renegar a causa emancipadora, que lhe garantiria, acima de tudo, liberdade de pensar, tal como se lê num dos seus trechos: “Independence I have long considered as the grand blessing of life, the basis of every virtue; and independence I will ever secure by contracting my wants, though I were to live on a barren heath.” (1752, 2) Contudo, Wollstonecraft assinala que, embora tenha experienciado o contrário, a sua proposta de independência feminina constituiu um exemplo de fortalecimento da causa, continuando a ter importância nos dias de hoje.

³⁶ Escritora, filósofa e defensora dos direitos das mulheres, Mary Wollstonecraft (1759-1797), durante a sua breve carreira, escreveu romances, tratados, um relato de viagens, uma história da Revolução Francesa, um manual de boas maneiras e contos infantis. *A Vindication of the Rights for Woman* (1792) tornou-se a sua obra mais conhecida. Nela, Wollstonecraft argumenta que as mulheres não são, por natureza, inferiores aos homens, mas aparentam apenas sê-lo por falta de instrução e de escolaridade. Deste modo, sugere que tanto os homens como as mulheres devem ser tratados como seres racionais.

A campanha sufragista britânica nasceu sensivelmente a partir da segunda metade do século XIX. O Representation of the People Act de 1832 teve como objectivo reorganizar o sistema eleitoral e conferir o direito de voto a um número mais alargado de cidadãos do sexo masculino, abrangendo sobretudo a burguesia. As mulheres nem sequer eram contempladas nesta reforma. Em 1867, por ocasião da segunda reforma eleitoral, John Stuart Mill³⁷ e a sua mulher, Harriet Taylor Mill,³⁸ avançaram com as suas propostas junto ao Parlamento na tentativa de alterar o texto da reforma para que este abrangesse o sexo feminino. Na altura, Stuart Mill tentou outra emenda, sem sucesso, na qual sugeria trocar a expressão “man” por “person”: “[he] introduced an amendment to the bill, proposing to replace the word ‘man’ with ‘person’, and thereby admit women to the franchise on the same basis as men.” (Kent 2001, 194)

As mulheres perceberam de imediato que a possibilidade de triunfarem junto do Parlamento era muito reduzida. De acordo com Susan Kingsley Kent, nos anos seguintes, as sufragistas, junto dos seus aliados, dedicaram-se a divulgar a sua causa com o envio de petições ao Parlamento. Porém, aperceberam-se de que a oposição era muito maior do que imaginavam:

The pioneer suffragists and their supporters expected an early victory. The defeat of Mill’s amendment of the Reform Act of 1867 compelled suffragists to rely on private bills introduced by their parliamentary allies, bills that lacking government support had little chance of passing. (Kent 2001, 197)

Enquanto membro do Parlamento, John Stuart Mill defendeu sempre a causa das mulheres. De uma forma geral, pode afirmar-se que as britânicas envolvidas na luta pelo sufrágio encontraram em Stuart Mill a força política necessária à defesa da sua causa no Parlamento, pois, para o filósofo, as mulheres deveriam usufruir do direito ao voto, a fim de crescerem intelectualmente: “Women do not need political

³⁷ Um dos maiores filósofos britânicos do século XIX, John Stuart Mill (1806-1873) deu importantes contribuições para o avanço de várias áreas do conhecimento, como a metafísica, a ética, a sociologia e a teoria política. Escreveu, ainda, sobre religião e filosofia da educação. Para além de escritor, Stuart Mill foi uma destacada figura pública, tendo sido MP, pelo Partido Liberal, em representação do condado de Westminster, entre 1865 e 1868.

³⁸ Harriet Taylor Mill (1807-1858) foi uma filósofa e defensora dos direitos das mulheres. Harriet também defendeu o direito das mulheres no sentido de serem autorizadas a tomar parte no governo local.

rights in order that they may govern, but in order that they may not be misgoverned.” (*Apud* Bartley 2015, 18) A forma como Mill se reportava à mulher, demonstra o quanto a causa do sufrágio feminino lhe interessava. Atente-se, a título de exemplo, num excerto de um dos seus discursos proferidos numa das sessões da Câmara dos Comuns:

I know (...) there is an obscure feeling – a feeling which is ashamed to express itself openly – as if women had no right to care about anything except how they may be the most useful and devoted servants of some man. Votes for women would raise them from ‘the stultifying servitude of sex’. (*Apud* Kent 2001, 55)

Em poucas linhas, Mill denunciava a opressão vivida pelo sexo feminino, num tempo em que a mulher era propriedade do marido, tendo, entre as suas obrigações como esposa, de servir sexualmente o seu companheiro. Segundo a célebre feminista francesa Simone de Beauvoir, a civilização patriarcal, por um lado, exigia da mulher castidade, mas, por outro, reconhecia ao homem, quase explicitamente, o direito a satisfazer os seus desejos sexuais. (1987, 115)

Para além do voto, as sufragistas defenderam a igualdade de sexo, em consequência das injustiças existentes e das imposições que subjugavam as mulheres às regras do matrimónio, do divórcio e de moralidade vigente. Assim, ainda no século XIX, mulheres britânicas criaram associações, escreveram textos importantes e militaram a favor da causa, com firmeza, frente aos políticos, com palavras de protesto, numa atitude combativa.

Os movimentos em prol do sufrágio feminino do século XIX eram de cariz feminista e chefiados por mulheres britânicas, embora estas tivessem recebido o apoio e a simpatia de alguns homens, como se viu. De facto, as mulheres vitorianas deixaram uma importante herança para as suas congéneres eduardianas, marcada por avanços político-ideológicos e socioculturais que beneficiaram as gerações seguintes, perdurando, sob diferentes formas, até aos dias de hoje. Se, nos tempos actuais, as mulheres, para além do exercício da cidadania, ocupam cargos políticos e de chefia, tal se deve à coragem de outras mulheres (tanto de renome como anónimas) que enfrentaram as barreiras de uma sociedade machista, com vista a alcançarem para si os direitos que os homens já haviam conquistado ou que estavam prestes a adquirir. Se os seres do sexo masculino se haviam aliado aos seus pares para lutar por leis

mais justas, em que os seus “inimigos” eram outros homens, por que razão não haveriam as mulheres de fazer o mesmo? Todavia, a sociedade sobressaltou-se com esta atitude, pois não estava preparada para ela.

Se, por um lado, a sociedade burguesa, defendia uma imagem imaculada, angelical, puritana, feminina e indefesa da mulher, por outro, seria a mulher da “working class” a verdadeira protagonista do seu tempo. Tal remete para as reflexões de Susan Kingsley Kent sobre o facto de a condição feminina nesta época substituir o limite pré-estabelecido pelo modelo social padrão, pois, para além de cuidar dos filhos, a mulher passou a contribuir para a economia do país e, até, para a subsistência da própria família. Sempre conscientes das responsabilidades familiares, as mulheres conciliavam a actividade laboral com o trabalho doméstico. Muitas também se envolveram em campanhas públicas, como a abolição da escravatura e os movimentos reformistas de 1830 e 1832. De qualquer forma, contentavam-se com um papel de bastidores, de esposas dedicadas e companheiras das causas dos maridos. Os movimentos das mulheres em direcção ao seu reconhecimento como seres individuais, actuates na sociedade e não apenas a coadjuvar os interesses dos maridos, verificou-se no processo de inserção no mercado de trabalho. Quando o alcançaram, não almejaram de imediato a paridade, pois desconheciam ainda o mundo laboral masculino. (Kent 2001, 64)

No século XIX, os papéis da mulher e do homem na sociedade encontravam-se muito bem definidos pela mentalidade vitoriana. As questões de natureza biológica constituíam, desde logo, motivo para promover a tensão entre os sexos. Na centúria de Oitocentos, a Medicina, em geral, argumentava, por exemplo, que as mulheres não tinham desejo sexual, pois encontravam-se condicionadas pelo sistema reprodutivo. Mais uma vez, de acordo com Susan Kingsley Kent, no conjunto do pensamento colectivo coevo, esperava-se que a mulher se circunscrevesse ao seu papel de mãe e esposa dedicada. (1999, 65) Porém, ainda nestes tempos, surgiram dirigentes femininas que conduziram mulheres incansáveis na sua luta, sobretudo, pelo direito ao voto.

Deste modo, no final do século XIX, as sufragistas adeptas de uma campanha moderada e pacífica não pretendiam *a priori* violar a lei ou a ordem pública. Assim, surgiu a principal organização sufragista britânica a NUWSS (National Union of Women’s Suffrage Societies), fundada em 1897. Para muitos historiadores, Milicent

Fawcett representa um dos ícones da campanha sufragista britânica, que atravessou, pelo menos, duas gerações. Nos anos setenta do século XIX, Fawcett foi uma das poucas mulheres que discursavam regularmente em público, apesar de confessar que, às vezes, preferiria estar em casa com os seus livros. Além de reivindicar a obtenção do direito de voto para as mulheres, a NUWSS lutava pela reforma da sociedade, que considerava tão importante como conseguir o direito ao voto. Alguns autores citam a NUWSS como a maior e a mais antiga organização sufragista britânica. Todavia, a luta iria ficar mais acesa nos primórdios do século XX, como se constará em seguida.

3.1.2. Nas Primeiras Décadas do Século XX

No início do século XX, as *suffragettes* da WSPU (Women's Social and Political Union) tornaram-se conhecidas por fazerem parte de uma associação que usava uma estratégia mais agressiva. Fundada em Manchester, em 1903, por Emmeline Pankhurst (Presidente) e pelas suas filhas Christabel, Sylvia³⁹ e Adela,⁴⁰ a WSPU adoptou o lema “Deeds Not Words”. Esta postura combativa desviava-se da estratégia moderada da NUWSS, tendo os anos intensos de campanha das *suffragettes* alcançado notoriedade internacional. A campanha da WSPU, que trabalhou activamente pela causa do sufrágio feminino, viu a sua reivindicação triunfar em 1918, com a concessão do direito de voto às mulheres, ainda que de forma restrita, como se constatará.

As mulheres tinham consciência dos obstáculos sociopolíticos impostos pelos tempos. De acordo com Paula Bartley, “some women believed an all-male Parliament would only go so far to improve the lives of woman and wanted the vote because they believe it would lead better laws”. (2008, 10) Para algumas, o Parlamento estaria apenas preocupado com questões de jurisprudência, enquanto as sufragistas pretendiam, na verdade, propor uma reforma muito mais profunda e complexa, a começar pela jurisdição das leis que regiam a sociedade britânica. Ora,

³⁹ Segunda filha do casal Pankhurst, Sylvia (1881-1960) começou a trabalhar a tempo integral para a Women's Social and Political Union (WSPU), em 1906, em conjunto com a irmã Christabel e a mãe.

⁴⁰ Sufragista britânica nascida na Austrália, Adela Constantia Mary Pankhurst Walsh (1885-1961) foi co-fundadora do Partido Comunista australiano. Enquanto militante da WSPU, Adela foi presa pela primeira vez em Londres, em 1906, durante uma manifestação realizada em frente ao Parlamento. Em 1914, quando retomava a sua vida na Austrália, Adela foi convidada a falar sobre a campanha sufragista, tornando-se o centro das atenções nos círculos políticos de esquerda.

uma eventual reforma na lei afectaria inevitavelmente o estatuto masculino, sobretudo enquanto pilar da sociedade.

A investigadora Sandra Stanley Holton apresenta uma proposta de categorização para as duas maiores escolas sufragistas surgidas na Grã-Bretanha. No artigo “The Making of History”, Holton sugere duas possibilidades de classificação das escolas sufragistas, uma de cariz constitucionalista e outra militante. A autora esclarece que as perspectivas de género, assim como as condições político-culturais em que as respectivas escolas se inseriam, ajudam a analisar o caminho percorrido pelas sufragistas. (Purvis e Holton 2001, 13-14) Considera, ainda, que a escola sufragista de carácter constitucional se encontra ligada a Mary Woollstonecraft, a qual, no já referido texto *A Vindication of the Rights of Woman* sintetiza o ideal feminista do seu tempo, “the whole extent of the feminist ideal is set out.” (*Apud* Purvis e Holton 2011,17)

Para Holton, The National Union of Women’s Suffrage Societies (NUWSS), formada em 1897 a partir da união de outras duas associações sufragistas, representa a perspectiva constitucionalista, principalmente devido ao *modus operandi* da sua campanha. Millicent Fawcett dirigiu esta associação, construindo uma excelente reputação pessoal no seu círculo de acção, e procurando sempre os meios que conduzissem a uma reforma pacífica: “she was the undisputed leader of the moderate section of the suffrage movement from the nineteenth-century.” (Bartley 2015, 46) A organização chefiada por Fawcett conferiu prioridade a uma prática democrática com o objetivo de alcançar o sufrágio para as mulheres através de meios pacíficos e legais, em particular mediante a introdução de quotas parlamentares e da realização de reuniões para explicar e promover os seus objetivos.

Até ao aparecimento da Women’s Social and Political Union (WSPU), no princípio do século XX, não havia base suficiente para uma possível divisão entre duas escolas: “there was no sustained counter to this constitutionalist perspective, or to the accounts of the moderate faction, until the advent of the ‘millitant’ approach.” (Holton 2001,17)

Kat Gupta também comenta a tipologia proposta por Holton, afirmando que o termo *suffragist* se relacionou, geralmente, com a campanha sufragista de cariz constitucionalista, enquanto *suffragette* se manteve associado à campanha militante da WSPU. Gupta refere que as manifestações públicas e as intervenções na Câmara

dos Comuns, por parte da campanha sufragista constitucionalista, não tinham grande visibilidade na imprensa coeva: “If constitutionalists activities were not as visible in *The Times* reporting, it would be difficult to report a militant activities in that context.” (Gupta 2016, 220)

Pelo contrário, a campanha militante da WSPU, dirigida pelas Pankhurst, foi largamente noticiada em diversos países. Todavia, existem textos jornalísticos portugueses em que o termo *sufragista* surge como designação única para todas as mulheres envolvidas na luta pelo sufrágio, na Grã-Bretanha. Alguns articulistas portugueses recorrem aos dois termos, *sufragista* e *suffragettes*, de forma a contextualizar as duas escolas e respectiva representatividade na sociedade britânica. Ainda segundo Gupta, verifica-se uma associação de ideias correspondentes à definição das duas escolas:

Words associated with constitutionalists and militants, geography and gender were identified as statistically strongly associated collocates of suffrage terms. However, words associate with the diferente campaigns for equal and universal suffrage, class or origin did not. (2016,82)

De facto, trata-se de campanhas diferenciadas e identificáveis com duas associações diferentes, a NUWSS e a WSPU. Manifestações públicas, prisões, questões legais e políticas ou palavras como *meeting*, *speakers*, *addressed*, *publications* e *campaigning* (Gupta 2016, 82) foram frequentemente atribuídas à WSPU.

Em 1907, a NUWSS adoptou uma nova estrutura, passando Millicent Fawcett a assumir o comando. Nesse ano, Fawcett organizou uma manifestação (considerada a maior alguma vez promovida pela NUWSS) com o intuito de demonstrar publicamente o apoio à luta pelo sufrágio. Cerca de três mil mulheres participaram em “The Mud March”, que tomou forma no Hyde Park Corner, estendendo-se até Exeter Hall. A partir de Abril de 1909, surgiu o jornal da NUWSS, *Common Cause*, que noticiaria as movimentações da campanha. De acordo com Elizabeth Crawford, o periódico “enabled the local societies to keep in touch weekly with both the activities of the executive committee and with each other,” (1999, 438) ajudando também a aumentar o número de sócios de 13.429 em 1909 para 21.571 em 1910. Notou-se ainda um crescimento acentuado no número de associações que, à época, chegaram a somar duzentas e sete e a gerar uma receita de importante valor para a campanha. O visível progresso do periódico feminista verificou-se numa época de

grande desenvolvimento tecnológico, bem como de expansão da cultura de massas. *Common Cause* tornou-se um meio de comunicação directo e eficaz na campanha das sufragistas da NUWSS, deixando de existir em 1918, logo após o Qualification of Women Act ter sido sancionado pelo Parlamento.

Através da sua aptidão conciliatória, Fawcett reunificou a NUWSS, tornando-se a sua primeira Presidente, em 1907. Tal como outras sufragistas, Fawcett envolveu-se na campanha pela paridade das leis, mantendo sempre um discurso equilibrado e pacífico, identificável com a geração que optou por um combate moderado. Na altura em que se casou com Henry Fawcett,⁴¹ Millicent foi influenciada pelo Liberalismo, acabando por unir-se ao Partido da União Liberal (Liberal Unionists).

Segundo Janet Howarth, Millicent Fawcett teria afirmado, a certa altura, que não se identificava com as *suffragettes*, pois gostaria que a sua imagem ficasse ligada, acima de tudo, a uma ideia maternal e marital, ou seja, desejava projectar de si mesma a imagem de uma mulher comum e feminina, não obstante as suas convicções políticas e feministas. (2001, 84-85) De facto, observam-se em Fawcett os valores da mentalidade vitoriana, a qual oferecia às mulheres duas possibilidades de vida em sociedade, tal como refere Susan Kingsley Kent: ou “the angel in the house”, imagem idealizada de esposa e mãe, ou a prostituta. (1999, 190) Com o passar dos anos, a mulher idealizada pela mentalidade vitoriana passou a limitar-se a ilustrações de obras literárias, pois a mulher burguesa real começara a exercer alguma actividade remunerada. Em relação às prostitutas, a elite aristocrática e burguesa continuava a usar os piores adjetivos, não obstante a grande procura da actividade que praticavam.

Face à lei, a mulher inglesa, enquanto permanecesse oficialmente casada, era propriedade do marido, pelo que não lhe era permitido adquirir bens materiais em seu nome. Para além disso, a mulher não podia ganhar o seu próprio dinheiro, não tinha direitos sobre os filhos e gozava de um poder limitado quanto à guarda dos

⁴¹ Académico, estadista e economista britânico, Henry Fawcett (1833-1884) foi um apoiante da campanha pelo sufrágio feminino. Em 1865, propôs casamento a Elizabeth Garrett, mas ela rejeitou, pois queria concentrar-se nos estudos e tornar-se médica. Em 1867, Henry Fawcett viria a casar-se com a irmã mais nova de Elizabeth, Millicent Garrett. Do casamento nasceu uma filha, Philippa Fawcett.

menores. Para a geração de mulheres como Elizabeth Wolstenholme Elmy,⁴² a posição subjugada da mulher na relação matrimonial era de tal forma desumana que lhe negava totalmente o direito à liberdade. Segundo Kent, para muitas feministas, este constituía o tema central a ser discutido:

Their critique of masculinity instilled in them the conviction that only a massive transformation in the laws, customs, mores, and traditions of Britain could produce a society in which women could exercise the same freedom and liberty accorded to men. That transformation, they insisted, required that women arm themselves with the vote. (2001, 253)

Uma grande maioria dos investigadores tem optado por apresentar Emmeline Pankhurst de forma negativa. Consideraram-na exibicionista, intolerante e até déspota messiânica. De facto, a dirigente do Women's Social and Political Union (WSPU) foi uma das figuras mais notórias do movimento sufragista britânico no período eduardiano. A sua trajectória iniciou-se aquando da fundação da referida associação feminista. Em 1890, ela e o marido, o advogado Richard Pankhurst,⁴³ eram politicamente activos, seguidores de uma ideologia socialista e membros do recente formado Independent Labour Party (ILP). As filhas mais velhas, Christabel e Sylvia, participavam habitualmente em eventos políticos e sociais do ILP. Mais tarde, após o falecimento do pai, as jovens Pankhurst, juntamente com a mãe, tornaram-se figuras marcantes na história da WSPU. Curiosamente, Sylvia Pankhurst, na sua obra *The Suffragette Movement* (1931) caracterizou a associação feminista como “a traitor to the socialist cause.” (Apud Holton e Purvis 2001, 190)

Politicamente, a “escola” sufragista chefiada por Emmeline Pankhurst adoptou uma orientação de cariz socialista, embora tivesse tido os seus altos e baixos. Desiludida com o facto de o ILP, não admitir mulheres no Partido, Pankhurst decidiu

⁴² Ensaísta, poeta e defensora do sufrágio feminino, Elizabeth Wolstenholme Elmy (1833-1918) escreveu sob os pseudónimos “E” e “Ignota”. Reconhecida como uma exímia escritora, Elmy escreveu artigos para a National Association for the Promotion of Social Science, assim como artigos para a *Westminster Review* assinados “Ignota”. O mais significativo dos seus escritos terá sido o “Report of the Married Women's Property Committee: Presented at the Final Meeting of their Friends and Subscribers”, apresentado em Manchester, em 1882.

⁴³ Advogado, socialista e forte defensor dos direitos das mulheres, Richard Marsden Pankhurst (1835/6-1898) foi um dos membros fundadores da Manchester Liberal Association. Fez campanhas por múltiplas causas, incluindo a liberdade de expressão, uma educação secular gratuita e universal, o republicanismo, a nacionalização de terras, o desmantelamento da Igreja de Inglaterra e a abolição da Câmara dos Lordes. Fundou a National Society for Women's Suffrage, redigiu o projecto de lei “Women's Disabilities Removal Bill” e foi autor do projecto que se tornou o Married Women's Property Act de 1882.

criar a sua própria instituição de cunho exclusivamente feminista. Apesar da sua decepção face à postura do partido socialista, nos anos iniciais da nova agremiação foram mantidos os laços com o ILP, no qual Emmeline já havia sido eleita para o National Executive Council (NEC), facto que, devido à sua popularidade, poderia repetir-se.

Deve entender-se o alinhamento político da WSPU como um sinal de militância feminista politizada, assumida pelo desejo de mudança moral e social da sociedade britânica, mas, acima de tudo, como um posicionamento político que visava a discussão da lei no Parlamento. Deste modo, as duas “escolas” sufragistas, aparentemente não filiadas oficialmente em qualquer partido político, não eram propriamente apartidárias, pelo contrário, tentavam estabelecer relações políticas convenientes para as suas campanhas.

Entretanto, Emmeline Pankhurst considerava que tinha chegado a hora de mudar de estratégia e fazer o que as sufragistas da “old fashioned suffragist school had ever attempted”. (*Apud* Purvis 2000, 113) Motivada pela emoção, a chefe da WSPU organizou o primeiro protesto. De acordo com Purvis, o acto revelou a personalidade de Emmeline, a qual, à frente da agremiação, demonstrou uma excelente capacidade de controlo nos momentos de crise, bem como de reacção e voz de comando. (2001, 113)

De facto, a forte personalidade de Emmeline Pankhurst transpareceu no *modus operandi* da campanha sufragista. O seu percurso obedeceu a um interesse pessoal, oriundo do seu *background* político e familiar, de luta pela causa dos direitos civis. Aos catorze anos, a jovem Pankhurst assistiu à sua primeira reunião de sufragistas e, consequentemente, como relata no seu livro de memórias, *My Own Story* (1914), ter-se-ia tornado, naquele momento, uma sufragista convicta: “I left the meeting conscious and a confirmed suffragist”. (Pankhurst 1914,10) Durante os primeiros anos de existência, a WSPU desenvolveu um trabalho moderado. Os seus membros participavam em reuniões de carácter socialista, com o apoio da federação dos sindicatos, não se registando actos de desobediência civil. As marchas e as participações nas reuniões parlamentares aconteciam de forma pacífica, como refere Purvis. (2001, 136) Inicialmente, as sufragistas da WSPU pretendiam uma reforma constitucional que beneficiasse a mulher e a criança, mas as mulheres da geração de

Pankhurst insistiam na prerrogativa de que deveriam participar de maneira igual, numa sociedade onde o sexo masculino reinava em absoluto.

Percebe-se, no entanto, que o temor das *suffragettes* residia em não atingir a sua meta primeira, ou seja, a que conferia o direito de voto ao sexo feminino e tornava as mulheres elegíveis. Por isso, tiveram que enfrentar os políticos e as autoridades policiais, arriscando as próprias vidas em confrontos violentos e prisões sucessivas. Como, na maioria das vezes, recusavam-se a pagar as multas, eram enviadas para a prisão, geralmente a penitenciária de Holloway. (Fig.1) Enquanto estavam presas optavam

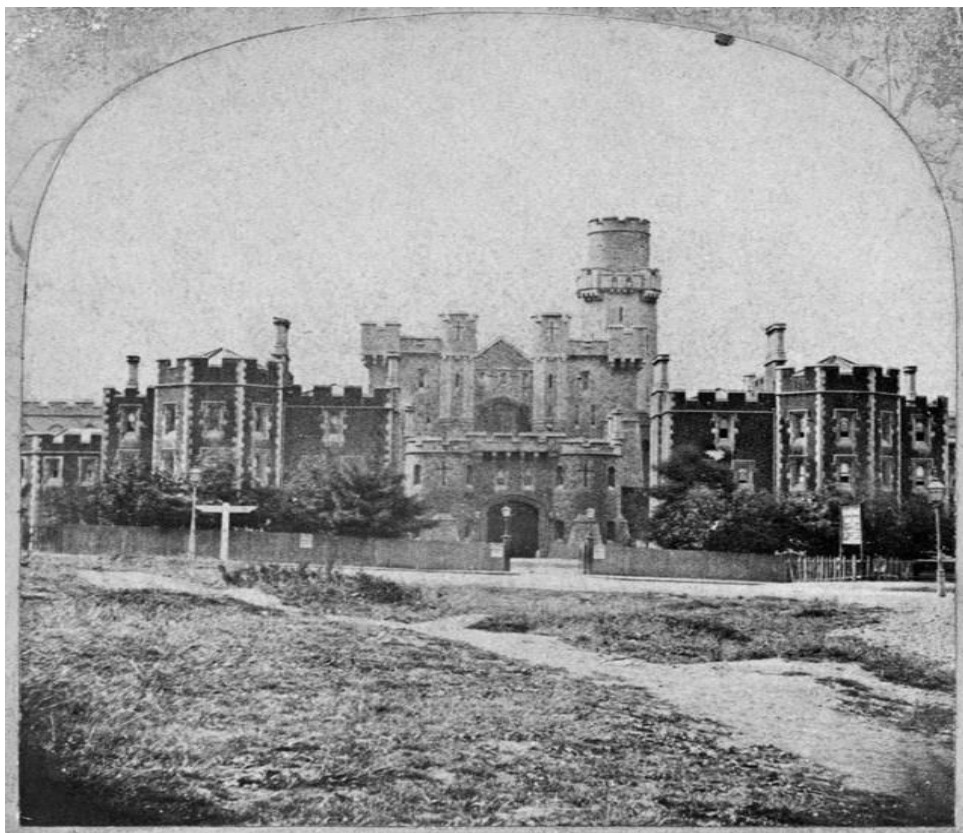


Figura 1 Penitenciária de Holloway

por táticas que se revelavam extremamente agressivas para si mesmas, como as greves de fome, às quais se sucediam tratamentos com requintes de tortura, quando, por exemplo, eram submetidas a alimentação forçada com o uso de sondas gástricas. (Fig.2)

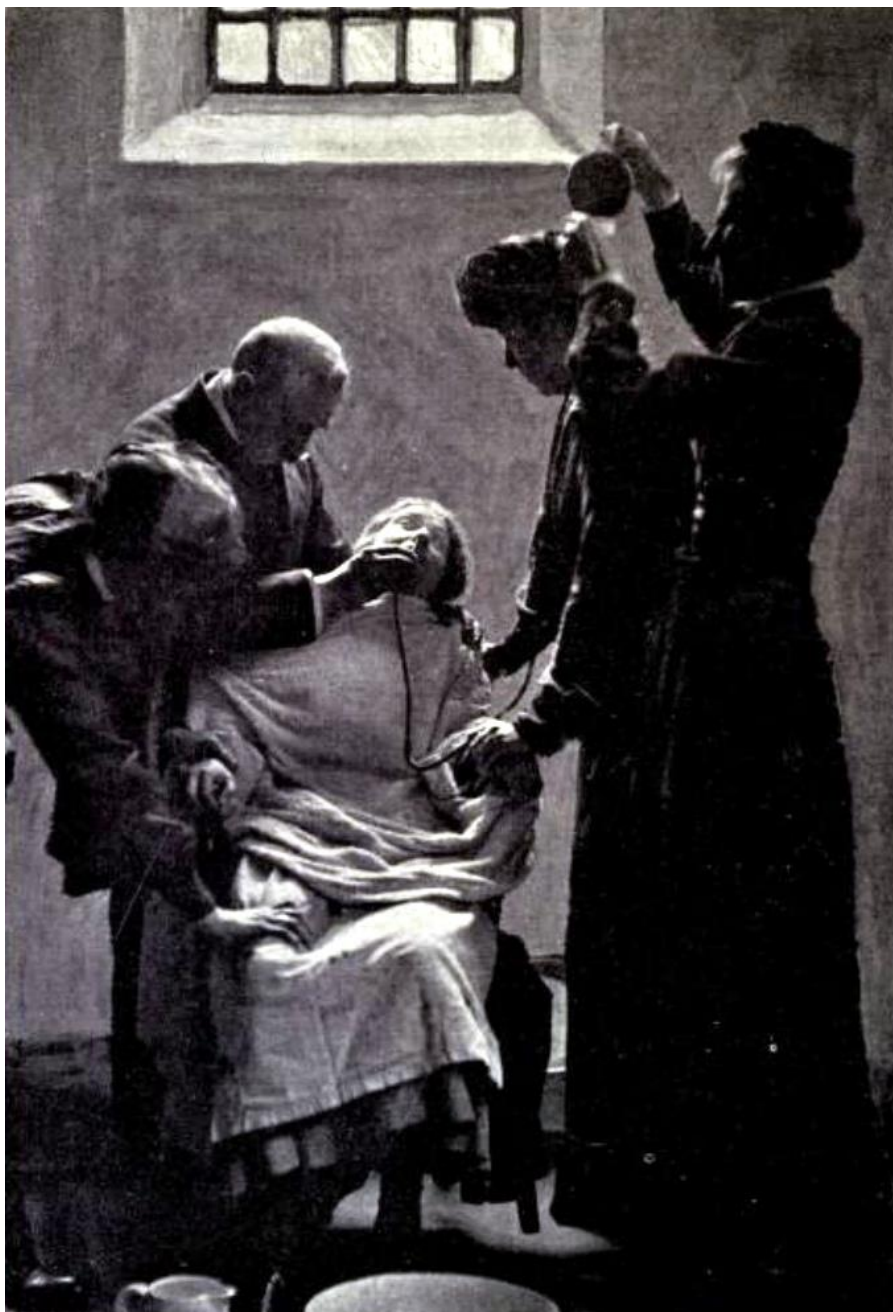


Figura 2 The Suffragettes Force Feeding

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/76/Force-feeding_%28suffragettes%29.jpeg

Na sua autobiografia, Emmeline Pankhurst afirma que a opção pelo aprisionamento (em vez do pagamento de multas), não se relacionava com a ideia de se tornarem mártires – “we never went to prison in order to be martyrs” (Pankhurst 1914, 73) –, um equívoco que, segundo ela, alguns cometiam. Já Marie Mulvey-Roberts, no seu artigo “Militancy, Masochism or Martyrdom?”, (*Apud* Holton e Purvis 2001, 159-168) sugere que a decisão de Pankhurst em enfrentar os horrores da prisão em nome da liberdade civil do sexo feminino poderia soar como uma

expressão do desejo de se martirizarem. (*Apud* Holton 2001, 176) Porém, para Emmeline, os sacrifícios e os horrores que as sufragistas aceitaram viver na prisão tinham como único objectivo obter os seus plenos direitos de cidadãos: “we might obtain the rights of citizenship. We were willing to break laws that we might force men to give us the right to make laws.” (Pankhurst 1914, 73-74)

A militância radical justificava-se também por uma necessidade de paridade com os homens, pois estes haviam igualmente utilizado meios não pacíficos na luta pelos seus direitos: “That is the way men have earned their citizenship.” (Pankhurst 1914, 74) A WSPU preferiu enfrentar o *establishment*, como estratégia política, com o objectivo de forçar o Parlamento a conferir às mulheres o direito ao sufrágio. Os meios para alcançarem este objectivo resultaram em muitas prisões, entre as quais a de Emmeline Pankhurst e a da filha mais velha, Christabel.

Para Susan Kent, os movimentos feministas surgidos na viragem do século centraram-se na luta sufragista como o único meio de as mulheres se libertarem da escravidão masculina. As feministas que participaram nas campanhas pelo sufrágio acreditavam que o direito ao voto, representativo do exercício do poder, elevaria o estatuto da mulher ao do homem. Ainda segundo Kent, as feministas acreditavam que o fortalecimento do seu sexo teria um efeito directo tanto na esfera pública como na privada, principalmente após a Primeira Grande Guerra: “The unprecedented opportunities made available to women by the Great War – their increased visibility in public life, their release from the private world of domesticity, their greater mobility.” (2001, 279)

Sempre que o projecto de lei sobre o sufrágio feminino esteve em vias de ser apresentado numa sessão da Câmara dos Comuns, a WSPU organizava-se e deslocava-se para o local, com força militante, na maioria das vezes em grande número. Geralmente, o resultado das sessões parlamentares não era positivo para as sufragistas, que reagiam com violentos protestos. Quando as militantes da WSPU e os parlamentares partilhavam o mesmo espaço, não havia sossego. A Câmara dos Comuns tornava-se palco de inúmeros acontecimentos, com eco na imprensa coeva, que passou a contar com um facto novo regularmente. Winston Churchill, por exemplo, foi um dos políticos frequentemente interrompidos, em consequência da conduta das militantes, que eram imediatamente detidas.

Bartley comenta que os incidentes provocados pelas *suffragettes* diante do Parlamento eram exactamente o que Christabel Pankhurst almejava. (2015, 78-79) A polémica aumentaria a publicidade da campanha em prol do sufrágio e o consequente aprisionamento das mulheres tornava-se notícia nos *media*. Os actos de violência eram, assim, justificados pelas dirigentes sufragistas, que não pareciam intimidar-se com as críticas. De 1908 em diante, a WSPU envolveu-se numa enérgica actividade ao intensificar a pressão sobre o Parlamento, interrompendo as reuniões dos MPs, pressionando o Governo, enfim, não dando tréguas até que o seu objectivo fosse alcançado. O dia 18 de Novembro de 1908 ficou conhecido nos anais da história da campanha da WSPU pelo nome de “Black Friday”. Nesta ocasião, cerca de trezentas mulheres marcharam em direcção ao Parlamento e entraram em confronto com os policiais, cuja ordem era impedir que o grupo conseguisse invadir as Houses of Parliament. O dia ficou marcado por acções violentas, sendo a polícia acusada de cometer actos de extrema agressividade. De acordo com Sylvia Pankhurst, “men and women were beaten, kicked and stripped almost naked. The hair of women was torn out in handfuls.” (*Apud* Kent 2001, 181) Diante deste facto, o Governo adoptou uma política de intolerância em qualquer situação que envolvesse as militantes, proibindo-as, ainda, de entrar na Câmara dos Comuns, como medida de protecção dos MPs. Todavia, a fúria governamental, além de não intimidar as mulheres, conferiu mais ânimo à campanha. Como resposta à violência, a WSPU não encontrou outra alternativa senão a de usar mais violência.

Para Martin Pugh, a WSPU seria sempre uma organização pequena, se comparada com o número de militantes da NUWSS. Não obstante, Pugh admite que as táticas da campanha da família Pankhurst obtiveram sucesso, reflectindo-se em acções políticas. (2000, 5) De facto, o Governo passou a reconhecer que a causa deveria passar por trâmites constitucionais. Todavia, tal reacção não garantiu o efeito imediato aguardado pelas *suffragettes*, pois tratava-se apenas de uma primeira atitude premonitória de uma eventual mudança de mentalidade. Para aqueles homens, que, acima de tudo, se preocupavam com a representação social, política e familiar, a causa feminista não lhes dizia respeito. O distanciamento existente entre o sexo masculino e o sexo feminino atraía o homem, devido ao seu instinto natural, que reconhecia em si mesmo, mas não na mulher. Neste contexto, como levar a cabo um processo de desconstrução cultural, a partir de imagens tão carregadas de tabus? Para

as *suffragettes*, o “mundo masculino”, representativo da força e da robustez, atenderia, apenas, a um apelo que viesse ao encontro do que o imaginário colectivo havia construído sobre a imagem do homem. Para o sexo masculino, aquele bando de mulheres, eram umas históricas, que nada tinham de angelicais, pois haviam ultrapassado a barreira cultural que as confinava à esfera doméstica. O espaço onde o homem reinava em absoluto passou a ser invadido por intrusas. Porém, preconceitos e rótulos à parte, já nada poderia conter a campanha das sufragistas.

Durante o tempo em que Herbert Henry Asquith foi Primeiro-Ministro (liberal),⁴⁴ entre 1908 e 1916, as *suffragettes* passaram dias difíceis. Após ter alcançado a simpatia da maioria parlamentar, Asquith posicionou-se claramente contra a causa do sufrágio feminino, contando, para isso, com aliados poderosos, como David Lloyd George,⁴⁵ também membro do Partido Liberal. Apesar do sucesso da WSPU em angariar publicidade para a sua causa, a resposta parlamentar permaneceu “profundamente desencorajadora”, principalmente por parte do Primeiro-Ministro, Asquith: “Suffragists enjoyed a great deal of support in Parliament, but Asquith, the Prime Minister, refused to back a women’s suffrage measure.” (Kent 1995, 207)

Para as *suffragettes*, o Primeiro-Ministro Asquith tornou-se um alvo a “abater” e nem mesmo a sua residência sairia ilesa dos ataques das militantes. Tal aconteceu durante os anos de 1910 e 1911, quando a proposta de lei para o sufrágio feminino foi derrotada duas vezes pelo Parlamento. Em Janeiro de 1913, o Governo de Asquith apresentou um projecto para tentar responder a reivindicações relativas ao sufrágio do sexo masculino. Entretanto, Asquith havia anteriormente prometido às sufragistas que estaria aberto a emendas. Todavia, quando o projecto chegou à sessão da Câmara dos Comuns, o Governo anunciou que não permitiria qualquer emenda

⁴⁴ Enquanto Primeiro-Ministro, Herbert Henry Asquith (1852-1928) não demonstrou qualquer simpatia face à campanha das *suffragettes*, afirmando-se política e publicamente contra o sufrágio feminino, pelo menos desde a Reforma de 1884, tornando-se, assim, um alvo constante da luta das sufragistas. Se o Partido Conservador se encontrava dividido, alguns membros do Partido Liberal, como Lloyd George, Winston Churchill, Edward Grey e Richard Haldane, demonstraram uma certa simpatia pela causa, defendendo que algum tipo de mudança seria necessário.

⁴⁵ 1.º Conde Lloyd-George de Dwyfor, David Lloyd George (1863-1945) foi o último membro do Partido Liberal a ser Primeiro-Ministro do Reino Unido. Eleito deputado pelo Partido Liberal por Caernarfon, em 1890, Lloyd George foi considerado um pacifista até 1914, tendo mudado de opinião quando deflagrou a Primeira Guerra Mundial. Quando o Governo liberal caiu, como resultado da “crise de 1915”, foi substituído por um Governo de coligação dominado por liberais.

respeitante ao sufrágio feminino. Em retaliação as *suffragettes* protagonizaram uma sequência de actos:

Crying betrayal, the WSPU embarked upon another campaign of destruction. Christabel Pankhurst designed a strategy that included cutting telegraph wires, pouring acid into postal boxes to destroy letters, slashing pictures in public art galleries, arson, and even the bombing of churches. (Kent 2001, 269)

No ano de 1913, a campanha sufragista da WSPU protagonizou uma série de acções intimidativas e agressivas. Em 31 de Maio de 1913, conhecido como Derby Day, as *suffragettes* protagonizaram o que Kent chamou de “first true martyr to the cause”. (2001, 269) Naquele dia, a sufragista Emily Wilding Davison saltou para a frente ao cavalo do Rei, George V, vindo a falecer. Em muitos momentos, o Primeiro-Ministro acenara com a possibilidade de se atender à reivindicação das sufragistas, mas como nada de concreto acontecia, as militantes voltavam, em fúria, a repetir os actos de violência. Em protesto, Emmeline Pankhurst e duas outras militantes atacaram a residência do Primeiro-Ministro, seguindo-se outras agressões em Londres, com a destruição de montras de lojas elegantes e até de obras de arte da National Gallery. Em consequência, Emmeline foi enviada para a prisão, acusada de incitar os tumultos. (Kent 1999, 269)

Os sucessivos ataques, a violação do património e os confrontos com as forças de segurança tornaram-se características da acção sufragista nas primeiras décadas do século XX. Não raro, as sufragistas eram senhoras respeitáveis, da burguesia, o que chocava uma sociedade que procurava explicações para tal comportamento. Segundo Kent, os políticos insistiam em defender certas teorias de carácter científico e biológico, que, numa visão estereotipada da mulher, justificavam a sua incapacidade de participar num acto eleitoral devido à sua instabilidade emocional, aliada a lacunas de cariz intelectual: “women were thought to be too emotional, too unstable, too lacking in intellectual capacity to participate in the running of government”. (Kent 2001, 269)

A segunda figura na liderança da WSPU, Christabel Pankhurst, foi responsável pela coordenação da maior parte das investidas nas sessões do Parlamento, “not only to speak in her own voice for her own cause, but to split asunder patriarchal cultural hegemony by interrupting men's discourse with each other, were taking one of the most important steps in the history.” (Marcus 2001, 9) A Câmara dos Comuns

representava a hegemonia masculina, o “solo sagrado do poder”, que só os homens podiam pisar. Christabel Pankhurst perturbou a hegemonia masculina, discursou a favor da causa e contra o preconceito, no mesmo palco onde, inúmeras vezes, sofrera com os ataques masculinos. A militante defendia a interdependência cultural na construção da masculinidade e da feminilidade, bem como a representatividade sexual masculina e feminina.

Para Kent, torna-se impossível saber até que ponto as militantes poderiam ter avançado nos seus esforços para alcançar o direito ao voto para as mulheres se a Grande Guerra não tivesse paralisado o fluxo das actividades da campanha. A pausa devida à Guerra foi inesperada e decisiva, tal como Kent afirma: “the Great War intervened to bring their activities to a sudden and decisive halt”. (2001, 269)

De facto, durante a Primeira Guerra Mundial, as sufragistas focaram-se no conflito, praticamente estagnando as suas actividades em luta pelo voto. Em Agosto de 1914, Mrs. Pankhurst suspendeu todas as acções sufragistas e chamou as militantes para ajudarem o país numa luta contra um inimigo maior. O Governo, por seu turno, declarou a liberdade condicional para todas as sufragistas presas. Numa acção pré-guerra, a NUWSS participou no movimento, “Great Peace Meeting”, em Londres, oferecendo todo o apoio necessário ao país. Nesta altura, Mrs. Fawcett declarou que seria quase impossível, perante um cenário de Guerra, algum progresso em relação ao sufrágio:

‘We know that a War Government cannot busy itself with legislation for franchise reform’, declared Mrs Fawcett; as time passed this conviction hardened and she felt that with a coalition government in 1915 there was ‘practically no chance of a new franchise being introduced’. (Pugh 2000, 7)

Tanto Fawcett como Emmeline Pankhurst optaram por suspender temporariamente as campanhas, pois, enquanto cidadãs britânicas, entenderam ser mais adequado juntarem-se aos esforços de Guerra. De facto, as sufragistas tinham esperança de mostrar serviço face à Guerra para, assim, colherem os frutos dos seus esforços mais tarde, quando retomassem a luta.

A decisão da dirigente, Emmeline Pankhurst, em apoiar os esforços de Guerra resultou numa estratégia de aproximação política ao Governo. Na altura, Emmeline e Christabel aproximaram-se mais do Ministro Lloyd George, então responsável pelo Ministério das Munições: “as the new minister for munitions, was anxious to absorb

women workers into the engineering industry.” (Pugh 2000, 9) Por seu turno, a chefe das sufragistas constitucionalistas, Mrs. Fawcett, optou por uma campanha pacificadora ao apoiar a intervenção na Guerra “and planned a congress designed to push the belligerent powers towards a negotiated peace.” (Pugh 2000,10) Talvez por ser mais numerosa do que a WSPU, a NUWSS ficou dividida no seu apoio à Guerra, por isso as militantes planearam uma intervenção menos política, ou seja, mais moderada e sob um mote pacificador.

Em 1915, a NUWSS e a WSPU uniram-se no trabalho de registar e entrevistar mulheres para substituírem os homens nas fábricas de munições espalhadas por Londres, bem como de seleccionar condutoras de autocarros para a London General Omnibus Company. As associações sufragistas também treinaram as mulheres para estas actuarem como “welding, dentistry, glass-blowing and others occupations”, em que as mulheres passaram a ser úteis ao substituírem os homens que partiam para as frentes de batalha. (Bartley 2015, 143)

De acordo com Kent, a Primeira Grande Guerra constituiu um momento de grande reflexão, tanto para homens como para mulheres. Para os primeiros, a Guerra significou, numa primeira fase, uma oportunidade de escapar aos problemas domésticos decorrentes de uma sociedade burguesa e industrial. Em consequência da Guerra e da ausência de um contingente masculino em actividades laborais comuns ao seu sexo, a mulher passou a preencher essa lacuna em larga escala, tal como Kent esclarece. As mulheres tornaram-se, assim, agricultoras, operárias, motoristas de ambulâncias ou enfermeiras na linha de combate. Tanto na Guerra como na sociedade britânica, homens e mulheres exerciam as funções necessárias, independentemente do seu sexo. Deste modo, a associação entre a Guerra e as discussões de género tiveram implicações na mentalidade da população britânica, pois as mulheres passaram a vestir uniformes masculinos, fosse para a guerra ou para o trabalho. (Kent 2001, 278)

Ciente da expansão comercial, do crescimento da indústria militar e do engrandecimento político britânico, Christabel decidiu que chegara a altura de retomar a agenda relativa à emancipação da mulher. Assim, acreditando que a autonomia partidária poderia acrescentar algo à campanha sufragista, fundou, em 1917, um partido político, formado por mulheres, The Woman’s Party. Lloyd George apoiou a iniciativa, afirmando que as Pankhurst poderiam vir a ser úteis ao Governo.

Finalmente, em 1918, o Parlamento aprovou o sufrágio universal para os homens e conferiu o direito de voto às mulheres com mais de trinta anos que preenchessem os seguintes requisitos: “i) they were local government electors occupying property of 5 £ yearly ii) they occupied a dwelling house on the same basis as man who had been entitled to enfranchisement under the 1884 Reform Act iii) they were married to a man entitled to be registered.” (Evans 2003, 135) Para alguns autores, o sufrágio, ainda que restrito, teve uma relação directa com o papel desempenhado pelas mulheres durante a Guerra. Desta feita, Churchill e Asquith reverenciaram-se, nos seus discursos oficiais, ao trabalho realizado pelas mulheres durante a Guerra:

Winston Churchill, for his part, declared that “without the work of women it would have been impossible to win the war.” Herbert Asquith, an inveterate foe of women’s suffrage, announced his conversion to the enfranchisement of women on precisely these grounds. “I think that some years ago I ventured to use the expression, ‘Let the women work out their own salvation,’ ” he recalled in March of 1917. (Kent 2001, 284)

De facto, tanto as sufragistas como o Parlamento vinham a trabalhar na causa do sufrágio já desde antes da Guerra e, com o seu final, não havia como voltar atrás no tempo, recomeçar os debates, prolongar as discussões ou levar a cabo campanhas contra ou a favor do sufrágio feminino.

3.2. A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas

O voto à mulher portuguesa não pode
ser uma esmola, nem um simples favor.
(Monteiro 2011, 89)

A viragem do século assistiu, em toda a parte, às movimentações feministas com objectivos de cariz sociopolítico. Questionou-se o papel da mulher na sociedade, bem como o seu valor e afirmação como pessoa. Na Europa, sobretudo em França, os movimentos de emancipação feminina encontravam-se mais activos do que nunca e, ainda no século XIX, as mulheres começaram a organizar-se. Em Portugal, emergiram através de uma corrente claramente feminista, embora elitista, na qual as mulheres se encontravam unidas pelas mesmas causas.

Em vésperas da transição de regime político, surgiu a primeira associação portuguesa de carácter feminista, que, progressivamente, se tornaria defensora da

causa sufragista. Mulheres da classe média-alta assumiram a chefia da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP), em 1909. Paulatinamente, no contexto de transição da Monarquia para a República, iniciar-se-ia, em Portugal, o percurso feminino pela emancipação social e política. Na verdade, a segunda década do século XX oferecia um solo fértil para o crescimento do feminismo, em Portugal, numa altura em que a mulher burguesa iniciava um processo de aproximação a universos ainda por ela não explorados, como, por exemplo, a política.

A cultura francesa foi quase sempre das mais influentes nos costumes portugueses. A burguesia da capital (epicentro dos factos políticos) vivia sob influxo do modelo francês, tanto nas leituras como no vestuário. Para além da influência francesa, há também a considerar, neste âmbito, a norte-americana e a britânica,⁴⁶ sobre a qual o presente trabalho se debruçará mais adiante.

De acordo com Cecília Barreira, a França ditava as regras a seguir pela burguesia portuguesa, (1991, 16) pelo que o termo “feminismo”, em conformidade com alguns autores, provém de terras francesas. Sobre esta questão, Fátima Mariano, recorrendo ao pensamento de Karen Offen, afirma que o termo, supostamente surgido em França depois de 1870, percorreu o mundo de forma morosa e desigual. (Mariano 2011, 21) A francesa Humbertine Auclert⁴⁷ teria sido a primeira mulher a atribuir a si mesma o estatuto de feminista. Advogada e defensora do voto das mulheres, Auclert criou o periódico *La Citoyenne* (1882), onde usou pela primeira vez o termo “feminista”.

O vocábulo rapidamente se espalhou, começando a ser usado também em oposição a “masculinismo”. (Mariano 2011, 21)⁴⁸ Na Grã-Bretanha, na palavra “feminism” surgiu entre 1894 e 1895. Não obstante as influências francesa e

⁴⁶ Cf. Barreira 1991, 15-16.

⁴⁷ Conhecida como a primeira sufragista francesa, Humbertine Auclert (1848-1914) fundou, em 1876, a *Société le droit des femmes* (Sociedade do Direito das Mulheres), entidade que apoiava o direito ao voto feminino.

⁴⁸ Sobre a mesma matéria, veja-se também Anna Cova, que refere vários nomes de intelectuais franceses que se interessaram pelo feminismo e pelas suas causas. Entre eles contam-se o Marquês de Concorcet, filósofo do século das Luzes, que escreveu a *Declaration des droits de l'homme et du citoyen* (1789), uma figura eminente no cenário feminista francês da Terceira República, sendo considerado pelas francesas o pai do feminismo; e Olympe de Geouges, que publicou, em 1791, uma *Declaration des droits de la femme et de la citoyenne*, onde cita o primeiro artigo da Constituição, a fim de reconhecer às mulheres o seu estatuto de cidadãs. Estes dois nomes constituem figuras de referência para as feministas do século XVIII, uma época em que ainda não havia qualquer movimento feminista organizado de que se tenha conhecimento. Existiram, porém, actos isolados, como estes escritos, que se tornaram representativos no século seguinte, aquando do surgimento das organizações feministas na Europa.

britânica, nomeadamente através da imprensa, como se constatará, o movimento feminista luso desenvolveu-se de forma autónoma.

No Portugal do século XIX, as mulheres estiveram à frente de associações em defesa dos seus direitos, sempre propugnados de forma mais cautelosa do que em outros países, onde se assistiu a movimentos radicais na luta pelos direitos da mulher. Para Fátima Mariano, as manifestações feministas em Portugal surgiram com algum atraso temporal, nas últimas décadas do século XIX, quando poucas portuguesas se atreveram a assumir uma posição a favor da causa feminista. No entanto, o seu discurso era bastante cuidadoso, tendo em conta o conservadorismo da sociedade portuguesa. Nesta altura, não existia propriamente uma consciência de grupo, ocorrendo as contribuições de forma isolada e individual e, apenas mais tarde, as mulheres se uniram em associações. (Mariano 2011, 39) Muitas dessas mulheres que pensaram sobre as causas feministas, como Carolina Michaëlis de Vasconcelos⁴⁹ e, mais adiante, Ana de Castro Osório, foram exceções na sua época, incompreendidas e, por muitos, ignoradas.

Em Portugal, não se tratava de um número avultado de mulheres, mas apenas de uma minoria culta, com condições financeiras desafogadas, que estavam descontentes face ao seu papel tradicional de mãe de família e de esposa dedicada. Algumas delas, como, por exemplo, Ana de Castro Osório, tornaram-se escritoras ou jornalistas. Deste modo, a imprensa tornar-se-ia um dos principais veículos de transmissão das suas ideias, numa época em que lhes era negado o direito de intervir politicamente.

Em 1907, algumas mulheres, entre elas Ana de Castro Osório, foram iniciadas na Maçonaria e fundaram o “Grupo Português de Estudos Feministas”, com o objetivo de difundir os ideais da emancipação feminina, fundar uma biblioteca e publicar estudos destinados a instruir e a educar a mulher portuguesa, a fim de esta desempenhar melhor as suas funções de mãe e de educadora na sociedade futura. Dirigido por Ana de Castro Osório, o Grupo agregava intelectuais, médicas, escritoras e, sobretudo, professoras, teve uma existência efémera, mas foi um dos

⁴⁹ Nascida em Berlim, Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925) era portuguesa por casamento e por devoção. Crítica literária, escritora e lexicógrafa, Michaëlis de Vasconcelos foi a primeira mulher a leccionar cultura alemã numa Universidade portuguesa. Vasconcelos foi presidente honorária do corpo administrativo do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas.

primeiros de que há memória. O Grupo teve a adesão das médicas Adelaide Cabete,⁵⁰ Carolina Beatriz Ângelo⁵¹ e Sofia Quintino.⁵² Para Maria Regina Tavares da Silva, Ana de Castro Osório foi uma defensora incansável do movimento feminista em Portugal. Radical e militante, publicou a primeira obra declaradamente feminista, *Mulheres Portuguesas* (1905), na qual sublinhava que, em Portugal, o feminismo ainda era “uma palavra de que os homens se riem ou se indignam, consoante o temperamento, e de que a maioria das próprias mulheres coram [*sic*], coitadas, como de falta grave cometida por algumas colegas, mas de que elas não são responsáveis.” (Osório 1905, 13) De facto, de um modo geral, a questão feminista (e as suas causas) provocava estranheza e constrangimento, num Portugal ainda muito avesso à intervenção da mulher na esfera pública.

A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP) foi a primeira associação que efectivamente se propôs defender a emancipação da mulher. Em grande medida, o projecto feminista fundiu-se com o da instauração do regime republicano. Apoiado pelo Partido Republicano Português (PRP),⁵³ o projecto foi pensado por Ana de Castro Osório e por António José de Almeida⁵⁴ e apoiado, inicialmente, por Bernardino Machado e Magalhães Lima. Em 1909, a Liga foi finalmente fundada com o objectivo de conciliar o envolvimento político do Partido Republicano (PR) com as reivindicações feministas. Os dirigentes republicanos apoiavam a iniciativa de criar uma associação feminista, pois, num primeiro momento, interessava-lhes a fundação de mais uma frente de combate à Monarquia. O discurso destas mulheres letradas (médicas, escritoras e, sobretudo, professoras) constituiu um contributo importante para a campanha republicana. Todavia, tanto João Gomes Esteves como Fátima Mariano consideram que o feminismo floresceu

⁵⁰ Conhecida apenas por Adelaide Cabete, Adelaide de Jesus Damas Brazão Cabete (1867-1935) foi pioneira na reivindicação dos direitos das mulheres e uma das principais feministas portuguesas do século XX. Republicana convicta, foi médica obstetra, ginecologista, professora, maçon, publicista, benemérita, pacifista, humanista, abolicionista e defensora dos direitos dos animais.

⁵¹ Médica e feminista portuguesa, Carolina Beatriz Ângelo (1878-1911) foi a primeira mulher a votar no país, por ocasião das eleições para a Assembleia Constituinte, em 1911.

⁵² Dedicada a causas referentes aos direitos humanos, Sofia da Conceição Quintino (1878-1964) foi uma republicana convicta e uma mulher de carácter inovador.

⁵³ Deve notar-se que o PRP levou à substituição da Monarquia Constitucional por uma República Liberal Parlamentar, em Portugal. Em 3 de Abril de 1870 foi eleito um Directório Republicano Democrático, que se pode considerar o embrião do Partido Republicano. Em 25 de Março de 1876 foi legalmente criado, com o consentimento do Rei D. Luís, o PRP.

⁵⁴ Político republicano português e sexto Presidente da República Portuguesa (cargo que exerceu de 5 de Outubro de 1919 a 5 de Outubro de 1923), António José de Almeida (1866-1929) foi o único Presidente da Primeira República a cumprir integralmente e sem interrupções o seu mandato de quatro anos, tendo Portugal retornado, com ele, a uma presidência civil.

algo tardiamente, quando as mulheres dos republicanos tomaram a iniciativa de se unirem aos seus pares com o objectivo de se empenharem na luta pela implantação da República e pela defesa dos direitos da mulher. (Esteves 1991, 11; e Mariano 2011, 25)

Nos seus estatutos, a LRMP visava “orientar, educar e instruir, nos princípios democráticos, a mulher portuguesa tornando-a um indivíduo autónomo e consciente, fazer propaganda cívica, inspirando-se no ideal republicano e democrático, e promover a revisão das leis na parte que interessa especialmente à mulher e à criança.” (Esteves 1910,177) A prioridade da Liga consistia em reavaliar a legislação respeitante ao divórcio e à família. Na prática, a Liga nasceu republicana e empenhada em mudar a realidade da mulher portuguesa, que vivia à sombra do marido e da sociedade. O empenho destas mulheres resultou em convites para discursarem em sessões realizadas nos Centros Republicanos e para secretariarem comícios, assumindo posições que antes nunca lhe haviam sido oferecidas. Aliadas ao PRP, participaram em reuniões, sendo, muitas vezes, chamadas a discursar. O apoio feminino aos republicanos foi-lhes bastante útil e, para as mulheres, esta aliança conferia-lhes uma maior visibilidade, conferindo-lhes esperança num futuro reconhecimento dos seus direitos político-sociais, nomeadamente no respeitante ao acesso à educação e ao voto.

Entre avanços e retrocessos, a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas assistiu à queda da Monarquia, em 1910, permanecendo activa até meados de 1919. Todavia, “a aliança” com o Partido Republicano não se revelou tão frutuosa face às reivindicações das mulheres quanto parecia inicialmente prometer, pois o direito ao sufrágio, sem restrições, surgiu tardiamente e de forma pouco satisfatória, como se constatará em seguida.

3.2.1. A “Aliança Republicana”

Como se referiu, as primeiras feministas, filiadas na Liga, associaram-se ao Partido Republicano, facto que não se verificou em outros países, nomeadamente na Grã-Bretanha, onde a campanha das sufragistas não contou com qualquer aliança política, como se constatou nos subcapítulos 3.1.1. e 3.1.2. As feministas estrangeiras não entendiam o interesse das mulheres portuguesas em formar uma Liga política, dado que “era certo [que], em toda parte se sabia bem que o direito das mulheres

nada tem com as formas de governo e que na monarquia como na república eles se podiam reivindicar”. (Esteves 1991, 37) Todavia, as mulheres da Liga justificavam o seu apoio aos republicanos “como mulheres e feministas”, afirmando estar certas de que “os homens que trabalham pela República (...) darão as leis mais urgentemente necessárias para a dignificação do [seu] sexo. (Esteves 1991, 37)

De acordo com Fernando Catroga, o novo regime “floresceu como uma ideologia política que prolongava, em muitos dos seus aspectos, o progressismo, característico do iluminismo,” (1991,169) acrescentando o seguinte:

o republicanismo foi a tradução politicamente mais significativa do combate contra a sobrevivência de valores do antigo regime que constituíam resistências mentais, ainda fortes, ao alargamento e a consolidação das relações (económicas, políticas e culturais), capitalistas e ao enraizamento das ideias liberais e democráticas. (Catroga 1991, 169)

Sob o aceno democrático do republicanismo, as mulheres empenharam-se pela causa feminista, acreditando que apenas um novo regime – a República – lhes poderia dar o apoio de que necessitavam. De facto, o ideário republicano propunha-se reorganizar o modelo social vigente, através da democratização da uma cultura que valorizasse a liberdade individual. A LRMP, em consonância com o PR, acreditava que a base da mudança de regime residia na democratização do ensino. Para Cecília Barreira, o feminismo nasceu como um movimento de aspiração colectiva, lutando, sobretudo, em benefício da colectividade. (1991, 178)

Por seu turno, Ana de Castro Osório entendia que a união com o Partido Republicano (PR) se afigurava “uma forma de governo nem nova e nem perfeita – porque não há nada em que absoluto o seja – e, no entanto, mais lógica, mais compreensível a nossa inteligência e mais tolerável a nossa razão, dando-nos também mais garantias de progresso.” (*Apud* Esteves 2008, 66) Até para a mais descrente das militantes, o regime que se anunciava parecia colocá-las de imediato numa posição de igualdade. Seria como uma mãe a proteger o filho e a dar-lhe condições para crescer forte e independente. Assim, a aliança entre feminismo e republicanismo dava ânimo a muitas mulheres. Para João Esteves, estava depositada a esperança numa nova forma de governo, que, para além de salvar a sociedade portuguesa dos malefícios da monarquia, acenava com a possibilidade de garantir melhores dias para o futuro do sexo feminino. (Esteves 1991, 38) No entanto, algumas vozes

aconselhavam prudência na forma como se depositava porventura demasiada confiança num projecto que ainda soava algo utópico.

Para Fátima Mariano, o cenário contava com dois quadrantes: o lado feminino, oprimido, que não havia manifestado um interesse efectivo em expressar-se em sociedade, permanecendo tímido nas suas bases; e o quadrante republicano que parecia ir ao encontro dos interesses das mulheres, pois naquela altura precisava de aliados. (2011, 25) Neste contexto, unia-se o útil ao agradável: a visibilidade feminina aumentaria e, portanto, as mulheres acederam aos convites para participar nos comícios da campanha republicana. “Os convites” endereçados às mulheres reflectiam um passo importante na amplificação das vozes femininas em Portugal.

Porém, algumas divergências surgiram nos discursos das próprias dirigentes da Liga. Ana de Castro Osório e Maria Veleda⁵⁵ tinham visões muito próprias (e diferenciadas) acerca do grau de envolvimento da Liga com o PR. Para Veleda “as mulheres daquele tempo aceitavam, desejavam, empenhavam-se pela vitória da República, [mas] mais por amor aos homens da sua família do que propriamente por causa das suas conveniências.” (*Apud* Esteves 1991, 37) Já Castro Osório considerava que “a mulher antes de ser política é feminista, isto é, tem de salvar os seus direitos.” (*Apud* Esteves 1991, 41) O tom de certo modo conciliador de Veleda parecia sinalizar algo intrínseco à sua personalidade, já que viria a afirmar-se como uma feminista humanitária. A posição de Ana de Castro Osório afigurava-se mais incisiva quanto à causa feminista, a qual deveria sobrepôr-se a qualquer outro tipo de interesses. De qualquer modo, pode afirmar-se que as duas dirigentes partilhavam do apoio do PR, pelo que a Liga deveria respeitar quem as acolhia e empenhar-se pela vitória de ambos.

Durante dez anos, a Liga foi, para muitos republicanos, uma extensão do Partido, revelando-se bastante útil para a campanha política. O reconhecimento, por parte dos republicanos, da capacidade intelectual das mulheres, revelou-se quando estas discursavam em nome do Partido. Com efeito, por diversas vezes, as mulheres tornaram-se protagonistas de discussões e polémicas, conseguindo, por algum tempo, ser recebidas e ouvidas pelos homens republicanos. Não obstante, tal não impediu que as mulheres se sentissem, por vezes, “traídas” pelos seus correligionários.⁵⁶

⁵⁶ Cf. Sousa 2006, 29.

Ao recorrerem ao espírito iluminista, os republicanos entendiam ter chegado o momento de encarar a impreparação cívica e cultural dos portugueses, começando pela revisão dos códigos e das leis que determinavam os direitos e deveres das pessoas, dos bens e das suas relações no âmbito privado. Desta forma, construíram-se as bases de um novo regime que oferecesse mais ao povo, esforçando-se por defender os direitos individuais, no âmbito social e cívico. Nesta linha de pensamento, Bernardino Machado, então presidente do Directório republicano, na sessão inaugural da Liga, em 1908, sublinhou o interesse com que os republicanos viam a participação das mulheres nas suas movimentações políticas, ao celebrar a forma positiva com que aquelas tinham reagido ao chamamento que lhes havia sido feito em nome do patriotismo: “ (...) a prova e a sua presença, dia a dia mais numerosa, nos nossos comícios, onde já uma senhora há pouco falou e outra serviu de secretária.” (*Apud* Esteves 1992, 31) Em prol da Liga, aquelas mulheres participaram na campanha republicana, com a mais clara demonstração de força de intelecto, de capacidade organizativa e, ainda, de empenhamento político.

Se, nos seus discursos, os políticos celebravam a participação feminina, no círculo republicano sabe-se que o número de mulheres que aderiram à campanha feminista naquela altura não foi tão expressivo. Segundo João Esteves, menos de uma quinzena das sócias da Liga participou em cortejos, comícios, funerais ou em qualquer outro acto público do mesmo género. No início do século XX, a mulher não tinha uma intervenção quotidiana activa, tarefa que estava atribuída ao homem. (1992, 112) Daí, talvez, a acção lenta da LRMP, tal como sugerido por autores como Fátima Mariano. (2011, p.42) Convém, ainda, referir que a maioria das intervenções das mulheres da Associação não tinha um carácter propriamente feminista, no sentido que habitualmente se atribui ao termo. As mulheres participavam nos eventos do quotidiano, como cortejos e festividades locais, mas não erguiam nem a bandeira da Liga nem a feminista, como forma de fazer campanha. Porém, também já não eram propriamente anónimas, e a participação nestes eventos ajudava-as, de algum modo, a manifestarem-se.

Com a instauração do regime republicano, o feminismo emerge e a LRPM entendeu que devia concentrar-se no alargamento dos direitos da mulher, estabelecendo um elenco de prioridades: educar e instruir a mulher, com vista à sua independência económica e, depois, à conquista dos direitos civis e políticos. Não

obstante, algumas sócias discordaram desta ordem de prioridades, pois consideravam mais apropriado garantir primeiro os direitos políticos e civis, os quais lhes facilitariam, depois, o acesso à instrução.

Em síntese, os primeiros anos de existência da LRMP não se pautaram propriamente por muitas acções reivindicativas, mas apenas pela defesa de melhorias no acesso à educação que lhes permitisse desempenhar, de forma mais satisfatória, as tarefas que lhes eram atribuídas. Enviaram petições, menções, agradecimentos e felicitações ao Congresso e aos políticos republicanos, como Afonso Costa,⁵⁷ e realizaram conferências, sessões, reuniões e assembleias, tanto privadas como abertas ao público. Face ao sufrágio feminino, a LRMP tratou de pressionar o novo Governo, através do envio de petições, mas a garantia de direitos políticos para as mulheres portuguesas não constituiu propriamente o momento mais triunfante da história do movimento, sendo este quesito incluído nos objectivos da agremiação apenas após o 5 de Outubro, o que, de facto, diz muito a respeito do histórico desta caminhada e do consequente resultado. Apenas após a promulgação da Lei do Divórcio e da Família, duas das prioridades da Liga, as mulheres se voltaram, então, para a luta pelo sufrágio feminino, como se verificará na alínea 3.2.2..

Como nota Fátima Mariano, tanto antes como após a proclamação da República, as mulheres serviram de instrumento para os republicanos. Os anos passaram, o código eleitoral sofreu alterações, mas a promessa republicana de conferir às mulheres o direito de participarem nos actos eleitorais apenas se tornaria realidade muito tempo depois de a Liga encerrar as suas actividades. Com efeito, os republicanos foram os primeiros a alegar que as mulheres não eram suficientemente cultas para exercer tal direito cívico, encontrando-se, ainda, profundamente ligadas à Igreja Católica, facto que representava uma ameaça aos governos republicanos. Fátima Mariano sugeriu que talvez o PR tivesse protelado a questão dos direitos políticos para uma fase em que a sociedade, em geral, estivesse mais democratizada e alfabetizada.⁵⁸ Na verdade, Portugal apresentava-se um país profundamente católico, onde a instrução da mulher não constituía uma prioridade, pois esta continuava

⁵⁷ Advogado, Professor universitário e político republicano, Afonso Costa (1871-1937) deu preciosos contributos para a elaboração da Constituição de 1911, devendo-se-lhe também várias iniciativas políticas conducentes à elaboração de leis como a da Família, a do Registo Civil e a do Divórcio.

⁵⁸ Deve notar-se que, nos inícios do século XX, apenas cerca de 15% da população feminina portuguesa estava alfabetizada.

confinada ao espaço doméstico. (Mariano 2011, 148) Estas circunstâncias teriam contribuído para que a maioria preferisse silenciar-se, com receio de causar algum desconforto familiar ou social. Na verdade, a estreita relação da Liga com o PR de nada serviu às mulheres, em matéria de direitos políticos. Fátima Mariano refere a apatia das mulheres, a sua falta de combatividade e, muitas vezes, a pouca ambição relativamente à matéria do voto. (2011, 151) Na prática, as investidas da direcção da Liga mantiveram-se na esfera do debate, mas não do combate, evitando, assim, qualquer possibilidade de conflito.

No mês da instauração da República, Outubro de 1910, a LRMP avançou com a sua primeira petição junto do Governo. O texto dizia exclusivamente respeito às mulheres que tivessem algum diploma de estudos ou se encontrassem a exercer alguma actividade remunerada, fosse de cariz comercial ou administrativo, ou usufruíssem de fortuna própria ou alheia. Este conteúdo de carácter restritivo repetir-se-ia em petições futuras relativas ao sufrágio.

Para aproveitar a fase de intensa actividade referente à luta pelo sufrágio, a Liga criou a Comissão de Propaganda Feminista, que entregaria outra petição, no ano seguinte, em 1911, a Teófilo Braga, então presidente do Governo Provisório, onde se reivindicava o voto para as mulheres economicamente independentes.⁵⁹ A petição continuava a reivindicar o voto apenas para as mulheres que se encontrassem numa situação privilegiada, gozando de independência económica ou exercendo alguma actividade científica ou literária, não indo, portanto, ao encontro da realidade da maioria das mulheres, pois poucas poderiam efectivamente desfrutar de tal direito, caso a proposta fosse aceite pelo Governo. Por outro lado, parece legítimo colocar as seguintes questões: estariam as sócias da Liga a pronunciar-se nas entrelinhas da sua petição? Estarim a alertar o Governo para a necessidade urgente de instruir a mulher, a fim de torná-la culturalmente independente e, assim, apta a participar nas decisões cívicas do país? De facto, esta petição parecia algo paradoxal, pois não correspondia à real situação das mulheres.

Com a aproximação das primeiras eleições, a realizar em 1911, a República precisava de elaborar a sua própria Constituição. Apesar de a lei eleitoral não

⁵⁹Assinavam a petição Adelaide da Cunha Barradas, Ana de Castro Osório, Constança Dias, Joana de Almeida Nogueira, Maria Laura Monteiro Torres, Rita Dantas Machado e Virgínia da Fonseca, sendo curioso constatar que o nome da médica Carolina Beatriz Ângelo encabeçava a lista, precedido de Dr.ª.

conceder claramente o voto à mulher, também não lho negava. Na opinião de Fernando Catroga, a Lei Eleitoral de 14 de Março de 1911 não confirmou a posição do Partido Republicano, tal como fora assumida durante a campanha antimonárquica. Uma vez chegados ao poder, os chefes republicanos pareciam distanciar-se cada vez mais do prometido durante a campanha, nomeadamente no respeitante ao sufrágio universal. (Catroga 1991, 284)

Neste contexto, Carolina Beatriz Ângelo, médica, viúva, chefe de família e letrada,⁶⁰ requereu à Comissão de Recenseamento do segundo bairro que a incluísse nos cadernos eleitorais, invocando, para tal, a sua condição civil, prevista nos artigos 18 e 20 do Código Civil, que lhe garantia o direito de participar no acto eleitoral. Por sorte, o pedido caiu nas mãos do Juiz João Baptista de Castro, pai de Ana de Castro Osório, que, de imediato, deferiu a favor, pois a lei, ao mencionar “os portugueses” não distinguia o sexo, supondo-se, portanto, englobar tanto os homens como as mulheres. Se o legislador tivesse intenção de as excluir tê-lo-ia manifestado de forma mais clara.⁶¹ Assim, em 28 de Maio de 1911, Carolina Beatriz Ângelo foi a primeira portuguesa a participar de um acto eleitoral, não devido aos republicanos, mas sim em consequência da interpretação da magistratura. O facto isolado e histórico que garantiu o voto a uma única mulher portuguesa ecoou nos *media* locais e internacionais, animando, assim, as mulheres a darem continuidade à campanha e a acreditarem no sufrágio como algo que não só mudaria muito a sua condição, mas também a base estrutural da sociedade. Como nota Fernando Catroga, no caso de Carolina Beatriz Ângelo, a deliberação judicial “forçou o espírito da lei”, uma vez que este, na altura, não se encontrava em sintonia com a maioria das vozes dos políticos republicanos. Uma prova disso foi o posicionamento da Assembleia Constituinte, logo após a sentença do Juiz João Baptista de Castro, que isolou o facto ao aprovar imediatamente um articulado para a Lei Eleitoral, deixando claro que a eleição para a Câmara dos Deputados e o Senado se efectuariam através do sufrágio “directo dos cidadãos eleitores.” (Catroga 1991, 293) Relativamente ao acto isolado de Carolina Beatriz Ângelo, a própria Maria Veleza,⁶² que, de início, se declarara anti-sufragista, considerou a necessidade de se vencer a luta das mulheres

⁶⁰ *Supra* nota 51.

⁶¹ Cf. Esteves 1991, 95.

⁶² Cf. Monteiro 2000, 181.

através do sufrágio, porque “enquanto a mulher não puder fazer ouvir a sua voz nas câmaras, ou não se fará nada em seu favor, ou o que se fizer será uma obra incompleta e imperfeita”. (*Apud* Esteves 1991, 95) Contudo, além de se recusar a identificar-se com a imagem das *suffragettes* britânicas, Veleda, enquanto mulher republicana, não estava disposta a causar qualquer embaraço ao Governo, adoptando uma atitude moderada. Todavia, após a morte prematura da primeira eleitora portuguesa, em 1911, e a ausência de Ana de Castro Osório, que tinha ido viver para o Brasil com o marido, Veleda viria a envolver-se com mais afinco na luta pelo direito ao voto feminino.

Porém, num novo e quase derradeiro capítulo ocorreu em 2 de Julho de 1912, quando o Senado aprovou uma proposta que reconhecia o do direito de voto às mulheres, ainda que restritivo. Alegava-se, assim, que mulheres com a idade mínima de vinte e cinco anos, com cursos superiores, secundários ou especiais podiam exercer o direito de voto. Sentindo ser o momento de pressionar o Governo, a direcção da Liga, juntamente com cerca de trinta senhoras, dirigiu-se à Câmara dos Deputados para entregar uma nova petição que reclamava o alargamento do direito de voto a mais mulheres. Pedia-se a extensão do direito ao voto àquelas que provassem ter realizado o exame de instrução primária de 2.º grau, às professoras de instrução primária, às chefes de família que pagassem contribuições ao Estado e às que pertencessem às classes trabalhadoras.⁶³

Para João Esteves, o conteúdo da petição, ainda que restritivo, reflectia, de certa forma, o limite das investidas da organização. Tratava-se, notoriamente, de um percurso ainda por fazer, e, naquele momento, não seria proveitoso pedir mais, em virtude do estado de ignorância e analfabetismo em que se encontrava a mulher portuguesa. Em 1913, quando a pauta sobre o sufrágio universal circulava na Câmara dos Deputados, Jacinto Nunes⁶⁴ foi um dos deputados a defender o voto para as mulheres.⁶⁵

O golpe que faria estremecer as bases da Liga foi recebido em 3 de Julho de 1913, quando a nova Lei Eleitoral, da responsabilidade de Afonso Costa, restringia

⁶³ Cf. Esteves 1991, 95-96.

⁶⁴ Político, destacado membro do Partido Republicano Português durante o período que antecedeu a implantação da República e Presidente da Câmara Municipal de Grândola, José Jacinto Nunes (1839-1931) foi membro de uma geração que viveu sob a influência das ideias da Revolução Francesa. Nesse sentido, Jacinto Nunes foi um grande defensor da democracia e do municipalismo.

⁶⁵ V. Esteves “*Da Esperança à Deceção: a Ilusão do Sufrágio Feminino na Revolução Republicana Portuguesa de 1910*”. www.historiaconstitucional.com

ainda mais os direitos políticos femininos, ao legitimar “eleitores todos os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores de 21 anos e que saibam ler e escrever português”. (Sousa 2006, 13) Com este desfecho, muitas sócias, desiludidas com o Governo republicano, desligaram-se da associação.

Em 1918, a direcção da Liga apresentou ao Presidente Sidónio Pais, a derradeira petição sufragista, com um texto parecido com os anteriores, solicitando o voto para as mulheres maiores de vinte e um anos que soubessem ler. Todavia, os decretos seguintes não trouxeram qualquer novidade relativamente ao assunto. As sucessivas derrotas geraram amargura no seio das correligionárias, tal como Ana de Castro Osório sublinhou:

eu me pergunto, minhas senhoras, por que razão nos afastam das urnas de que devem sair os representantes do povo, se nós somos mais da metade numérica desse povo? (...) Ah, minhas senhoras, eu senti, aqui de longe onde me encontro,⁶⁶ vergonha pelos homens do meu país. (*Apud* Monteiro 2011, 12)

Também Natividade Monteiro descreveu a insatisfação com que Maria Veleza e as outras mulheres viveram esta fase da LRMP. Apesar do encorajamento recebido do Partido Republicano, este não lhes garantiu o direito de intervir na política, nem mesmo o de exercer a cidadania através do voto. Segundo Monteiro, existia um conflito latente entre as forças políticas, que cediam pouco a uma eventual partilha do poder às aspirações feministas.

Pode, assim, concluir-se que a LRMP não nasceu sufragista e que a sua campanha resultou apenas na concessão do voto a uma minoria. Embora não se tivessem deixado levar pelo *modus operandi* do feminismo internacional, as dirigentes portuguesas acompanharam, através da imprensa, meio de comunicação privilegiado na época, o progresso dos movimentos feministas estrangeiros. Porém, devido ao atraso cultural do país, as mulheres lusas não conseguiram acompanhar o ritmo das suas congéneres francesas ou britânicas, por exemplo. Faltava-lhes um certo amadurecimento que as colocasse ao mesmo nível das mulheres de países mais avançados e organizados. O atraso de Portugal reflectiu-se, entre outros aspectos, na ausência de representações do país em encontros internacionais. Uma aliança com organizações internacionais nunca se concretizaria através da Liga, mas sim

⁶⁶ Por esta altura, Ana de Castro Osório ainda se encontrava-se no Brasil, onde permaneceu entre 1911 e 1914, tendo trabalhado como professora, para além de exercer a actividade de escritora.

mediante a Associação de Propaganda Feminista (APF), em 1911, e do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), em 1914.⁶⁷ A APF nasceu das divergências surgidas na Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, potenciadas pela questão do sufrágio, enquanto a CNMP (1914-1947) se dedicou à defesa dos direitos sociais e políticos das mulheres.

Não obstante, a LRMP assegurou-se, por intermédio das páginas dos periódicos, de que as sócias se mantinham actualizadas face ao que ocorria em outros países. O jornal *A Madrugada*,⁶⁸ propriedade da Liga, desempenhou um papel importantíssimo na circulação de informações sobre as iniciativas levadas a cabo em outros países, a favor da causa feminista. A respeito das relações da Liga com o estrangeiro deve mencionar-se a visita da médica e jornalista Madeleine Pelletier⁶⁹ a Portugal, em Novembro de 1910. No artigo “Feminismo, Feminismos e Sufragismo na 1.ª República”, João Esteves refere-se à repercussão da visita de Pelletier ao país, nos seguintes termos:

A Revolução, a força espiritual e intelectual dos seus dirigentes e o contacto com a realidade do país, levou-a a acreditar “que, aqui, nunca as feministas terão a necessidade de recorrer ao emprego da força” e que obteriam “justiça sem combate, e talvez mesmo sem necessidade de argumentar.” (Esteves, 2011, 30)

Adepta de uma linha apaziguadora, Pelletier via com bons olhos a acção da Liga, mas chamava atenção para uma postura demasiado frágil em termos de campanha, criticando o facto de as portuguesas depositarem demasiada confiança nos homens que faziam política.

As vozes antifeministas também se fizeram ouvir, divergindo nas suas opiniões sobre o sufragismo português. Em “Vozes Antifeministas na 1ª Republica. Ecos de Oposição”, Isabel Baltazar classifica o antifeminismo de Raul Proença⁷⁰ imprudente

⁶⁷ Cf. Esteves 1991, 166.

⁶⁸ Dirigidos por mulheres, o jornal *A Madrugada* (1911-1915) e a revista *A Mulher e a Criança* dedicavam-se ao público feminino, explorando temáticas de interesse para as mulheres portuguesas. Assuntos como a falta de instrução das mulheres eram constantemente denunciados nas páginas de ambos os periódicos, para além das campanhas a favor de uma lei igualitária no respeitante ao divórcio.

⁶⁹ Madeleine (Anne) Pelletier (1874-1939) tornou-se, em 1906, a primeira mulher médica com um diploma em Psiquiatria, em França. Ficou conhecida pelos seus interesses políticos e filosóficos, que a transformaram numa das mais conhecidas feministas francesas do século XX.

⁷⁰ Escritor, jornalista, bibliotecário e filósofo português, Raul Sangreman Proença (1884-1941) foi um dos membros do grupo que fundou a revista *Seara Nova*.

e incoerente. Proença concordava com a posição dos republicanos que viam a relação da mulher com a Igreja como uma forma de controlo do pensamento. Para Baltazar, tratava-se de uma incoerência dos republicanos, que caíam num antifeminismo ao negarem à mulher o direito ao sufrágio. (*Apud* Esteves 2011, 57) De facto, parece ter existido um paradoxo entre a teoria e a prática no discurso republicano, pois durante a campanha para a implantação da República, os políticos favoreceram e encorajaram as mulheres, declarando-se, acima de tudo, a favor da liberdade de pensamento. Porém, uma vez chegados ao poder recuaram e negaram os direitos prometidos, alegando a ignorância da maioria das mulheres.

Apenas durante o Estado Novo, em 1931, o voto feminino foi autorizado, mas de forma ainda muito restrita,⁷¹ até porque o sufrágio universal só se tornaria uma realidade depois de Abril de 1974.

No subponto seguinte explorar-se-á o empenho das mulheres da LRMP em busca da igualdade perante a Lei do Divórcio do Código Civil.

3.2.2. As Reivindicações Femininas: Da Lei do Divórcio ao Código Civil

Quando trata da Lei do Divórcio, Zília Osório de Castro afirma que o esforço da Liga Republicana das Mulheres foi de carácter informativo. Cabia-lhes, sobretudo na figura da Presidente, incentivar a mulher portuguesa a sair do estado de passividade e ignorância em que se encontrava. Aos republicanos competia a tarefa, talvez desconfortável, de as apoiar no Parlamento, num clima um tanto morno, pois só uma minoria, oriunda de uma certa elite social, apoiava assumidamente a causa, dado que as demais mulheres não haviam ainda compreendido os sinais dos tempos. (Castro 2011, 87-88)

Aquando da realização da primeira assembleia geral da LRMP, em Fevereiro de 1909, a revisão da Lei do Divórcio já estava em debate no meio político, adquirindo igual destaque nos assuntos do dia. Na ocasião da assembleia geral foram apresentadas propostas de rectificação do texto da lei e manifestou-se urgência em discutir o assunto como forma de incrementar o debate sobre uma questão que já se encontrava na Câmara dos Deputados. Por iniciativa própria, a Liga recolheu assinaturas que fariam parte de uma petição a ser enviada ao Governo Provisório e

⁷¹ Em 1931, o Decreto n.º 19 694, de 5 de Maio, estipulou que as mulheres, chefes de família viúvas, divorciadas ou separadas judicialmente e tendo família a seu cargo, bem como as mulheres casadas cujo marido estivesse ausente nas colónias ou no estrangeiro podiam votar. Cf. Silva 1992, 25.

realizou conferências, promovidas por Ana de Casto Osório, com o objectivo de intensificar a campanha para alterar a Lei do Divórcio. No respeitante à recolha de assinaturas, a representatividade masculina foi maior do que a feminina, pois a maioria das mulheres parecia ainda esquiva face às movimentações pela sua causa.

Tal como João Esteves refere, a defesa da revisão do Código Civil seria um passo importante para a independência feminina. Sem a revisão do Código, a mulher não tinha qualquer protecção, quer moral ou legal, sendo desprezada pela sociedade quando se limitava a praticar as mesmas infracções do marido. (Esteves 1991, 88) A indissolução do casamento deixava a mulher eternamente presa ao cônjuge, o que, não raro, funcionava como uma espécie de servidão.

No dia 27 de Outubro de 1910, a Liga apresentou ao Governo uma petição, na qual reclamava a revisão imediata do Código Civil, a Lei do Divórcio e o sufrágio feminino. No dia 31 do mesmo mês, o divórcio foi aprovado em Conselho de Ministros e, em 3 de Novembro, tornar-se-ia Lei. Na prática, a aprovação do divórcio não teve uma relação directa com a propaganda da LRMP, pois quando Afonso Costa recebeu a delegação da Liga, o texto do divórcio já estava redigido. Este facto colocou Portugal na linha da frente face a outros países, pois, de acordo com Fátima Mariano, nem mesmo a França, pioneira na legitimação do divórcio, possuía uma lei tão vanguardista como a portuguesa. (Mariano 2011, 86-87)

A alteração do Código Civil seria a luta seguinte da Liga. A reivindicação surgiu na mesma altura em que foi entregue a proposta de Lei do Divórcio. Porém, a campanha em prol da revisão do Código Civil foi diminuta. João Esteves questiona o posicionamento da Liga, a este propósito, nomeadamente a ausência de notícias sobre a questão nos órgãos de imprensa feministas, não contribuindo, assim, para a disseminação do assunto junto das mulheres. Esteves espanta-se por não ter encontrado qualquer alusão a esta matéria na revista *A Mulher e a Criança*. Por seu turno, no jornal *A Madrugada* surgiram apenas algumas palavras, em tom festivo, sobre a promulgação das referidas leis. (Esteves 1991, 90) Estas, que funcionavam como complemento à do divórcio, contavam, mais uma vez, com a assinatura do Ministro da Justiça, Afonso Costa, político muitas vezes elogiado pelas mulheres antes da implantação da República e em relação ao qual a LRMP tinha uma especial consideração. De novo, o Governo republicano não aplicava o que havia apregoado durante a campanha. A aprovação da Lei do Divórcio e do Código Civil iriam

amadurecer a colectividade feminina devido ao comportamento da República face às mulheres.

A Liga pretendia abrir escolas, tentando instituir, em 1914, numa primeira tentativa, uma escola denominada Solidariedade Feminina. A iniciativa não contou com interesse suficiente por parte das mulheres, o que obrigou a Liga a abandonar a ideia. O fracasso relacionado com as tentativas de instruir as mulheres reflecte, de certo modo, as actividades da campanha. Todavia, deve reconhecer-se que as iniciativas da agremiação em prol da educação da mulher portuguesa tiveram uma adesão extremamente baixa por parte do público feminino.

Em jeito de conclusão, pode afirmar-se que, entre tentativas e falhas, a primeira associação feminista interagiu com os ideais republicanos e mobilizou-se dentro dos seus padrões. Não é, pois, de estranhar que a nova corrente feminista tivesse acompanhado o percurso do regime republicano. Apesar do interesse de políticos como Bernardino Machado e Afonso Costa, entre outros, pelo aumento do número de escolas para o sexo feminino, o analfabetismo continuava a ser a condição da maioria das mulheres portuguesas.⁷² Como se viu, em Portugal, a evolução da luta feminista encabeçada pela Liga foi bastante morosa. Na verdade, se o PR não as tivesse chamado a colaborar na preparação da mudança de regime, elas teriam continuado a manifestar-se de forma isolada ou a emitirem opiniões em jornais.

O capítulo seguinte, o qual também se encontra organizado em dois subcapítulos, visa apresentar uma análise da imprensa portuguesa das primeiras décadas do século XX, mais especificadamente dos jornais e jornalistas que, de alguma forma, se interessaram pela campanha das sufragistas britânicas para, assim, se perceberem os ecos do movimento britânico no periodismo português.

4. Ecos das Sufragistas Britânicas no Periodismo Português

Os subcapítulos seguintes abordam, primeiramente, os jornais e os(as) jornalistas que escreveram sobre as sufragistas britânicas com vista a encontrar pontos comuns e divergentes entre os artigos e explicá-los em função do perfil do(a) articulista ou do jornal. O subcapítulo 4.2. visa desconstruir as imagens das sufragistas britânicas veiculadas pelas publicações periódicas lusas, com base na

⁷² Cf. Vaquinhas 2000, 45.

fundamentação teórica que norteia o presente trabalho, apresentada no capítulo 1. (“A Construção de Imagens na Imprensa”). Simultaneamente tentar-se-á relacionar essas imagens com ligações sociopolíticas existentes, à época, entre os dois países com o objectivo último de descortinar a projecção da imagem das mulheres portuguesas, nos referidos textos.

4.1. Os Jornais e os(as) Jornalistas

O extraordinário crescimento da imprensa portuguesa verificado nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX deveu-se, sem dúvida, ao processo de industrialização que marcou a Europa na segunda metade de Oitocentos: número e variedade constituem características definidoras da evolução da imprensa periódica na época, nomeadamente em Portugal.⁷³ O crescimento da imprensa lusa reflectiu-se no aparecimento de jornais de cunho acentuadamente político, bem como de periódicos particularmente vocacionados para o público feminino, duas vertentes a considerar no período em apreço, ou seja, entre 1903 e 1918.

A imprensa política de cariz propagandístico veiculou notícias do estrangeiro, entre as quais se incluíam as novidades sobre as sufragistas britânicas. Neste contexto, afigura-se importante conhecer o perfil dos jornais, o estatuto daqueles que os dirigiam e os dados biobibliográficos dos que escreveram sobre a acção das *suffragettes*. Salienta-se que muitos dos artigos são anónimos, pelo que, nestes casos, a caracterização daqueles(as) que escreveram sobre a campanha das mulheres britânicas fica confinada ao posicionamento ideológico do periódico em questão. Tentar-se-á também avaliar o grau de importância que tal matéria adquiriu sobretudo na imprensa lisboeta, palco dos debates políticos no dealbar do século XX e ao longo do período em apreço.

Nos finais de Oitocentos, o estilo noticioso e informativo adquiria cada vez mais espaço, nomeadamente com o aparecimento dos jornais republicanos de cariz estritamente político ou político-noticioso, que visavam contribuir para a propagação da causa republicana. Um dos seus maiores expoentes foi, sem dúvida, *O Mundo*, que apareceu na viragem do século. O posicionamento político-ideológico dos

⁷³ Cf. Terenas 2004, vol.I, 53.

periódicos que foram aparecendo entre os finais do século XIX e os inícios do XX entrou, frequentemente, em choque com o sistema governativo, monárquico, o qual, ameaçado pela oposição partidária, tentou defender-se com legislação severa, nomeadamente no respeitante à imprensa, que se manteve até 1910. A censura adoptada pelo regime monárquico e, mais tarde, durante a Primeira Guerra Mundial, pelos Governos da Primeira República, limitaram muito o trabalho dos jornalistas. Na viragem do século, o número de periódicos rondava os quatrocentos, incluindo periódicos de circulação diária, mensal e semanal.

Em 1899, Joaquim Leitão⁷⁴ afirmava o seguinte, a propósito do crescimento da imprensa: “enquanto o livro é aberto, por um pequeno público, o jornal vae [sic] ser soletrado pelo taberneiro, discutido pelo barbeiro, decorado talvez pelo operário, recitado à sesta pelo padeiro.” (Apud Baptista 1966, 15) Esta reflexão demonstra, de forma evidente, a popularidade que a imprensa adquirira entre a população, no final de Oitocentos, embora o índice de analfabetismo fosse muito elevado.⁷⁵

No seu trabalho de compilação dos jornais diários do século XX, Mário Matos e Lemos considera que, no início do século XX, os meios técnicos ainda eram escassos, sendo muitos jornais compostos manualmente. Os tipógrafos tinham um horário de trabalho de mais de dez horas diárias para garantir a saída de um jornal de seis a oito páginas – número predominante na época – ou até de apenas quatro páginas. Em 1910, uma Lisboa pré-revolucionária, com menos de meio milhão de habitantes pouco instruídos, contava com quatro importantes diários republicanos: os matutinos *A Lucta* e *O Mundo*, e os vespertinos *O País* e *A Capital*. (Lemos 2006, 25)

Um dos jornais republicanos que circulou em Lisboa por mais tempo, *O Mundo* (1900-1927), afirmava-se republicano e anticlerical, tendo sido dirigido por França Borges⁷⁶ até Novembro de 1915. Tratava-se de um jornal matutino, de quatro

⁷⁴ Ao longo da vida, Joaquim Leitão (1875-1956) ocupou diversos cargos de relevo, dos quais se destacam os seguintes: Secretário-geral da Academia das Ciências de Lisboa; Director do Museu da Assembleia Nacional da Restauração; Inspector das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais de Lisboa; sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras; e Director Geral da Assembleia Nacional (1935-1945). Durante os anos de exílio, de 1911 a 1912, foi um dos directores do jornal monárquico *O Correio*, que saía no Porto.

⁷⁵ De acordo com o censo de 1900, existiam 4 261 336 analfabetos para uma população de 5 423 132 habitantes (incluindo o continente e as ilhas adjacentes). A situação do sexo feminino era ainda pior, pois, em Portugal, existiam 2 831 132 mulheres, das quais apenas 425 287 sabiam ler, sendo, portanto, a percentagem de analfabetas de 85%.

⁷⁶ António França Borges (1871-1915) afirmou-se como jornalista de combate, em particular quando começou a colaborar com Alves Correia, em *A Vanguarda*. A partir daí, a sua visibilidade aumentou,

páginas e sete colunas. Como era frequente na época, *O Mundo* provinha de uma sucessão de títulos anteriores a 1900, como *O País* (1895-1898) de cuja redacção França Borges também fizera parte. Mais tarde, o título mudaria para *A Lanterna* (1898-1899), depois para *A Pátria* (1899-1900), para finalmente ser baptizado com o nome de *O Mundo*, por sugestão do próprio França Borges. Esta publicação tornar-se-ia uma das principais armas da propaganda republicana. Segundo Jacinto Baptista, o jornal não era um “colosso da informação”, como o *Diário de Notícias* ou *O Século*, mas, a partir do sexto ano de publicação passou a compor-se e a imprimir-se em oficinas próprias. (Baptista 1996, 25) Tal progresso constituía um indício de estabilidade, para a época, pois nem todos os jornais políticos (monárquicos ou republicanos) gozavam de uma situação financeira desafogada. O crescimento do jornal, aliado ao seu posicionamento abertamente político, tornou-o, frequentemente, alvo da censura, praticada mediante a apreensão, a suspensão, a supressão e outros procedimentos análogos. Estes acontecimentos ocorreram sobretudo durante a ditadura franquista que precedeu a proclamação da República.⁷⁷ *O Mundo* constituiu um dos alvos preferenciais de perseguições políticas, de sucessivas apreensões e até de censura prévia. De facto, a imprensa assumia-se cada vez mais como uma poderosa arma de propaganda contra a Monarquia.

O Mundo não se encontrava sozinho na sua luta activa pela implantação da República em Portugal. Nos jornais *A Lucta* e *A Capital*, surgidos em 1906, encontra-se material em defesa de um novo regime político. Porém, por esta altura, a imprensa sofria de uma grande repressão, que se manteve até à queda da Monarquia. A instabilidade e a rotatividade dos governos monárquicos, aliadas aos desafios colocados pelas acções de republicanos, socialistas, anarquistas, operários e maçons, entre outros, contribuíram para acirrar os ânimos contra a Monarquia, que tentava conter o avanço da oposição através de uma legislação cada vez mais repressiva, ameaçando a liberdade da imprensa, em geral, e dos jornalistas, em particular. Os jornais considerados “incómodos” eram judicialmente processados ou apreendidos, textos ou partes deles censurados e alguns jornalistas ou redactores presos ou

tendo-se tornado um dos jornalistas republicanos mais populares. Envolveu-se em inúmeras polémicas e chegou a ser preso por alegado abuso de liberdade de imprensa.

⁷⁷ O decreto ditatorial de João Franco, de 20 de Junho de 1907, prorrogado, nos seus efeitos, pelo decreto de 21 de Novembro do mesmo ano, proibia a circulação, a exposição ou qualquer outra forma de publicidade, escritos, desenhos ou impressos atentatórios da ordem ou da segurança pública, garantindo aos governos civis o poder de suspender a publicação dos jornais. Cf. Baptista 1966, 23.

exilados.⁷⁸ Neste contexto, *O Mundo* constituiu um caso paradigmático, pois foi alvo de severas perseguições e de censura. O jornal seguia uma prática de rotina denunciadora de “intrigas” indiscretas e “secretas” de padres e frades, tal como refere Vasco Pulido Valente, que apresenta a República como um “regime revolucionário e violento”. (1975, 52)

Com o alvorecer do século XX, existiam, em Portugal, várias facções políticas, sendo a direcção dos jornais confiada a homens do respectivo partido. A ligação da imprensa ao poder político-partidário transformou os jornais em tribunas para a defesa das respectivas ideias. De entre os jornais claramente partidários que tiveram uma vida relativamente longa, devem citar-se os republicanos *A Vanguarda*, *A Lucta* e *O Mundo*. *A Vanguarda* foi administrada por Magalhães Lima,⁷⁹ tendo Brito Camacho⁸⁰ fundado *A Lucta*, em 1900, jornal que dirigiu durante muitos anos. Machado Santos⁸¹ dirigiu *O Intransigente*, entre 1910 e 1915, e França Borges *O Mundo*. Estes jornais participaram activamente na intensa agitação política vivida entre o final do século XIX e início do século XX, a qual, aliás, não acalmaria com a com a implantação da República, sobretudo devido às divergências dentro do Partido Republicano.

Propriedade do jornalista e político Sebastião de Magalhães Lima, de 1905 a 1907, o jornal *A Vanguarda* (1891-1911) foi por ele comprado depois de uma curta passagem pela *Folha do Povo*. O próprio Magalhães Lima afirmou que “*A Vanguarda* desempenhou a sua missão de jornal político, com nobreza, com coerência [e] com dignidade.” (Lima 1929, 211-212) De facto, o jornal afirmou-se como um dos meios mais eficazes de propaganda dos ideais republicanos.⁸² Nas suas

⁷⁸ Cf. Sousa 2010, 39.

⁷⁹ *Supra* nota 19, p.27.

⁸⁰ Manuel de Brito Camacho (1862-1934) nasceu em Monte das Mesas, no concelho de Aljustrel. Foi eleito para o Parlamento em 1908, catorze anos após ter-se candidatado, pela primeira vez, pelo Partido Republicano Português, quando era cirurgião-ajudante do Exército. Em 1894, fundou o jornal *O Intransigente*, que durou onze meses. No dia 1 de Janeiro de 1906, chegou às bancas o primeiro número de *A Lucta*, projecto que duraria vários anos. Fundador do Partido Unionista (1911), que, em 1919, deu origem ao Partido Liberal, Brito Camacho foi político, orador, homem de letras e jornalista. Cf. Mira e Ribeiro 1942, 47.

⁸¹ Mais conhecido por António Machado Santos ou simplesmente Machado Santos, António Maria de Azevedo Machado Santos (1875-1921) foi um militar e político português, considerado o fundador da República Portuguesa pelo denodo com que se bateu na Revolução de 5 de Outubro de 1910 e, depois, na defesa do regime contra a intentona monárquica de 22 a 24 de Janeiro de 1919, em Monsanto.

⁸² No início, o jornal era dirigido por António Narciso Rebelo Alves Correia (1861-1900), um dos grandes jornalistas dos tempos pré-republicanos, a par de João Chagas e Brito Camacho. Grande propagandista do ideal republicano, Alves Correia escreveu textos contundentes nos jornais *Folha do*

memórias, Magalhães Lima relata que contava com a colaboração das senhoras da Liga Portuguesa da Paz,⁸³ recebendo-as semanalmente na redacção do jornal. Sobre o feminismo escreveu o seguinte: “não se compreende que se queira a emancipação do homem e não se queira ao mesmo tempo a emancipação da mulher. A humanidade compõe-se por igual de homens e mulheres.” (Lima 1929, 254) A este propósito, referia ainda que a Revolução Francesa havia sido um agente emancipador do homem, mas esquecera-se da mulher, a qual se mostrara igualmente digna de usufruir dos seus direitos. Para Magalhães Lima, a liberdade incluía a emancipação não só do homem, mas também da mulher: “eu fui sempre não só um socialista como também um feminista, não só republicano, como também livre-pensador.” (1929, 256) A respeito do seu envolvimento com o movimento feminista francês, Magalhães Lima comentava que fora intermediário na criação de uma colectividade similar ao Conselho Nacional das Mulheres Francesas, em Portugal, organizado e dirigido, na época, por *Madame* Avril de Sainte Croix.⁸⁴ Considerando que as questões relativas à emancipação da mulher em Portugal se encontravam em atraso, Magalhães Lima sugeria levar a cabo uma campanha “enérgica” a favor da educação da mulher. (1929, 260)

De Abril a Novembro de 1911, o jornalista José Maria de Moura Barata Feio Terenas (1850-1920) assumiu a direcção de *A Vanguarda*. Feio Terenas dedicou parte da sua vida ao jornalismo, à política e à defesa do republicanismo, tendo sido membro da Maçonaria e deputado em diversas legislaturas, em 1900 e 1910. Em 1914, o jornal *A Vanguarda* passou a ser propriedade da Empresa Jornalística O Socialista, acabando a publicação em 31 de Julho de 1929.

Deve notar-se que as redacções dos principais jornais republicanos, para além de local de trabalho e de ponto de encontro entre políticos, amigos e simpatizantes,

Povo, O Século, Os Debates, A Vanguarda e O País, mantendo-se sempre atento ao seu papel em prol da República, embora não tivesse chegado a vê-la, pois faleceu em 1900.

⁸³ A Liga foi uma organização não-governamental fundada em Lisboa, em 18 de Maio de 1899, dia inaugural da Conferência de Paz de Haia, por iniciativa da escritora e feminista republicana Alice Pestana (1890-1929). A associação definia-se como uma sociedade destinada a propagar a doutrina da paz, pela arbitragem, pretendendo-se alheia a assuntos religiosos e de política partidária.

⁸⁴ Escritora, jornalista e feminista francesa, Avril de Sainte Croix (1855-1939) foi, por muitos anos, chefe do ramo francês da Federação Internacional Abolicionista, que pretendia abolir a regulação estatal da prostituição, tendo também lutado contra o tráfico de mulheres. Sainte Croix aconselhou o Governo francês e a Liga das Nações em assuntos sobre mulheres. Foi Vice-presidente do Conselho Internacional de Mulheres, a partir de 1920, e Presidente do Conselho Nacional das Mulheres francesas de 1922 a 1932.

serviam para outros fins. Na redacção de *A Vanguarda*, por exemplo, António José de Almeida⁸⁵ foi iniciado na Maçonaria, antes da sessão magna no Palácio Maçónico.⁸⁶

A Lucta, jornal fundado em 1900, foi apreendido logo em Agosto do mesmo ano, sendo o redactor-chefe preso, em seguida. Em consequência, o periódico sobreviveu apenas até Novembro do mesmo ano, tendo retomado as suas actividades em 1906, contando com a direcção de Manuel de Brito Camacho. No primeiro exemplar encontra-se um texto de Brito Camacho, onde se lê o seguinte: “*A Lucta* cooperará com os corpos dirigentes do partido, com maior lealdade, e com o melhor esforço, para o completo e rápido triunfo das nossas ideias políticas.” (1906, 21) Reafirmava, ainda, a aliança com os republicanos, ao referir que *A Lucta* se comprometia a publicar todas as comunicações que lhe fossem enviadas pelo Directório e pelas Comissões Republicanas, para além de acatar os conselhos que lhe dessem e todas as advertências que lhe fossem feitas. A respeito do jornal *A Luta*, Mário Matos e Lemos afirma tratar-se de um periódico republicano, fundado antes da implantação da República, capaz de criar uma escola de princípios e de métodos políticos, a qual deu origem à União Republicana, um dos partidos do regime. Assinala, ainda, que o jornal formou um partido político, ao contrário do que geralmente acontecia, pois um agrupamento político dava origem a um periódico. Atento ao público leitor, *A Lucta* passaria a ser publicado à noite por se considerar que, assim, a acção política do jornal era “mais eficaz junto do público leitor.” (Lemos 2006, 424) Considerado uma força de combate à Monarquia, o jornal *A Lucta* optava por uma linguagem erudita, por vezes agressiva, mas nunca grosseira.⁸⁷ O grupo “*A Lucta*” viria a formar-se com a missão de preparar o país para a República, mediante a palavra falada e escrita, além de se tornar o núcleo de formação do Partido União Republicana. O binómio jornalismo e política aplica-se muito bem quando se recorda Brito Camacho e o jornal *A Lucta*. Durante a campanha republicana e após o 5 de Outubro de 1910, o jornalista, parlamentar e Ministro da Pasta do Fomento do Governo de Afonso Costa esteve envolvido simultaneamente em questões políticas e jornalísticas. Entre os colaboradores de *A*

⁸⁵ Supra nota 54,p.61.

⁸⁶ Cf. Samara 2010,149.

⁸⁷ Cf. Mira e Ribeiro 1942, 50.

Lucta que publicaram artigos sobre as sufragistas britânicas contam-se Ana de Castro Osório, Ladislau Piçarra⁸⁸ e Emílio Martins Costa.⁸⁹

Com a implantação da República, em Outubro de 1910, verificou-se, segundo Jacinto Baptista, um franco aumento do número de anúncios nos jornais de informação, revelador do um crescimento económico do sector. Em consequência do aumento das tiragens, sustentado pela publicidade, o preço dos exemplares diminuiu. O jornal de França Borges, por exemplo, pela manhã oferecia uma interpretação do dia anterior ao custo de dez réis (preço da maioria dos diários). (Baptista 1966, 18)

Em 1910, logo depois da Revolução, António Maria de Azevedo Machado Santos, por muitos conhecido como um revolucionário obstinado, fundou o diário *O Intransigente*. Homem de ideias e acções revolucionárias jogava politicamente dentro e fora das linhas do jornal. Fazia acusações ao Governo de Afonso Costa, assumindo uma postura combativa. Machado Santos pertenceu à Maçonaria e à Carbonária, suspeitando-se de que mantinha actividade conspirativa desde 1907. Em 1910, ano da fundação de *O Intransigente*, Machado Santos participou activamente na organização do 5 de Outubro, ficando conhecido como o “herói da Rotunda”. Esteve sempre envolvido em movimentos revolucionários, mantendo uma postura de constante contestação ao Governo, nas páginas de *O Intransigente*, o que o levou à prisão, entre 1915 e 1916. No primeiro número do jornal, que saiu no dia 12 de Novembro de 1910, encontra-se um artigo intitulado “País”, da autoria de José Eugénio Ferreira,⁹⁰ que indica a posição do jornal nos seguintes termos: “leais para com todos e abertamente ao lado dos republicanos puros, não solicitamos benevolência do público porque – custe o que custar – poremos sempre a verdade acima do interesse de lisonjear a opinião publica”. (*Apud* Lemos 2006, 389) A partir de Novembro de 1913, a direcção do jornal queixava-se de se encontrar submetida à censura prévia, receando até o fim da sua circulação. No dia 13 de Março de 1915, ainda se contestava o cerceamento sofrido, sendo *O Intransigente* impresso pela

⁸⁸ Ladislau Piçarra (1872-1930) dirigiu a revista *A Tradição*, sediada em Serpa, de que se publicaram sessenta e seis números, entre 1889 e 1904. Aí escreveu diversos artigos sobre etnografia. Foi, ainda, um dos sócios fundadores da Liga de Educação Nacional, em 1908.

⁸⁹ Oriundo de uma família da burguesia liberal, Emílio Martins Costa (1877-1952) foi político, escritor e professor.

⁹⁰ Advogado, jurista e Professor universitário, José Eugénio Dias Ferreira (1882 -1953) foi militante do Partido Republicano Português. Deixou publicados livros e artigos sobre Direito, Finanças, Política e História, entre outros.

última vez aquando da prisão e consequente deportação de Machado Santos para os Açores.

Diário republicano da noite, *A Capital* (1910-1938) foi publicado pela primeira vez em 1 de Julho de 1910. Desde o início, o jornal apresentou-se como republicano e comprometeu-se “a lutar, combater, doutrinar, influir por todos os meios ao alcance da nossa mediania, mas com intensa dedicação das nossas convicções ardentes (...)”, além de defender o “estabelecimento de um governo de todos, para todos e por todos, que é o governo da República”. (*Apud* Lemos 2006, 159) *A Capital* adoptou como mote “um jornal do povo, pelo povo e para o povo.” (*Apud* Lemos 2006, 159) Os jornalistas de *A Capital* assumiam-se republicanos nos seus princípios, prometendo lutar incansavelmente pela liberdade e democracia.

No primeiro quartel do século XX, a imprensa lusa teve que lidar com inúmeros acontecimentos políticos que já vinham do século anterior, decorrentes, em grande parte, da ascensão do Partido Republicano Português, que, de certa maneira, se aproveitou da instabilidade do quadro político para se estruturar e arregimentar novos militantes. De acordo com Pulido Valente, uma leitura dos jornais republicanos de maior circulação na época revela as questões mais prementes da altura. Democracia, nacionalismo, probidade governamental e anticlericalismo constituem alguns dos vectores elencados pelo autor, o que remete, substancialmente, para uma campanha antimonárquica, oferecendo uma reflexão acerca do rumo das ideias tomado pelos detentores do poder político e, consequentemente, da imprensa. (Valente 1976, 61) A luta pelo poder, travada entre republicanos e monárquicos, na imprensa lisboeta, constitui uma forma de mediação para avaliar as ambições e as frustrações dos leitores face a questões que, de uma forma geral, eram universais, como como o direito ao sufrágio por parte das mulheres.

Deve notar-se que, para além do PRP, o movimento republicano mantinha uma teia de ligações que entroncavam em organizações como a Associação do Registo Civil, a Carbonária, as associações feministas, como a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, a Liga Liberal e a Maçonaria, entre outras. Estas, por seu turno, encontravam-se ligadas entre si pelas mais diversas razões. A Associação do Registo Civil, por exemplo, mantinha uma grande proximidade com a Junta Federal do Livre Pensamento, que, por seu turno, se conectava com as Juntas locais. Magalhães Lima constitui um exemplo paradigmático desta teia: presidiu à Junta

Federal, dirigiu o jornal *A Vanguarda*, órgão do Livre Pensamento, era maçom e, em 1907, foi eleito Grão-Mestre da Maçonaria. Em síntese, pode afirmar-se que estas organizações se encontravam, directa ou indirectamente, ligadas à luta pela emancipação das mulheres.

A campanha das mulheres portuguesas pelo sufrágio feminino passava, sobretudo, pela sua instrução, como já se referiu, pois o grau de analfabetismo entre elas era muito elevado. Deve recordar-se, neste contexto, que imprensa, na sua grande maioria, era constituída por homens, pelo que foram os jornalistas da época, sobretudo os intelectuais e os políticos, que escreveram sobre as *suffragettes*. As poucas mulheres portuguesas letradas também escreveram para a imprensa, quer em artigos de opinião nos jornais republicanos, quer nos periódicos de carácter feminista. Deve recordar-se, a propósito, a importância das secções femininas nos jornais diários de grandes tiragens, como, por exemplo, o republicano *O Mundo*, sob o título “Jornal da Mulher”. Esta secção era dirigida pela jornalista Virgínia Quaresma.⁹¹

Maria Veleda,⁹² uma das directoras da revista *A Mulher e a Criança* e colaboradora nos jornais *A Vanguarda* e *O Mundo*, teria criticado, algumas vezes, a secção feminina dos jornais, da mesma forma que criticava outras secções femininas, cujo conteúdo não ultrapassasse a divulgação de receitas de culinária, conselhos sobre modas, bordados e remédios caseiros ou a publicação de poemas, entre outras temáticas que, a seu ver, não contribuíam para a educação e a emancipação da mulher. Embora Maria Veleda elogiasse a secção feminina de *O Mundo*, considerando que o seu conteúdo ia para além do habitual, ao fornecer às leitoras “notícias e impressões do movimento das ciências, das letras, das artes e da política”, (*apud* Monteiro 2012, 25) não poupava críticas quando os conteúdos incluíam os atrás mencionados. De um modo geral, a secção “Jornal da Mulher”, além de apresentar assuntos “tradicionalmente femininos”, veiculava, por vezes, informação

⁹¹ Jornalista natural de Elvas, Virgínia Quaresma (1882-1973) foi uma das primeiras mulheres a licenciar-se em Letras, em 1903, tendo trabalhado muitos anos nas redacções de *O Século* e *A Capital*, bem como fundado uma das primeiras agências de publicidade. Destacou-se na cobertura de acontecimentos políticos, especificamente quando o regime republicano foi instaurado, em 1910. Foi a primeira mulher a exercer a profissão de jornalista em Portugal, tendo-se distinguido na reportagem e na entrevista, dois (sub)géneros que fazem a “passagem” para o jornalismo moderno. Cf. Lopes 1981, 58.

⁹² *Supra* nota 32, p.35-36.

sobre o movimento das sufragistas britânicas, como se constatará no subcapítulo 4.2. do presente trabalho.

Ao referir-se ao posicionamento de alguns políticos e respectivos jornais face à direcção da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP), João Esteves reproduziu as palavras de protesto de Maria Veleda: “de palavras estamos nós tão fartas!” (Apud Esteves 1992, 47) Veleda dirigia-se a dois jornais que, segundo ela, “atacavam as sufragistas e desdenhavam de qualquer intervenção sua na política.” (Apud Esteves 1992, 85) Um deles era *A Lucta*, dirigido por Britos Camacho, como se viu, e o outro *O Intransigente* de Machado Santos. Naquele momento, as palavras de Maria Veleda demonstravam que o posicionamento de alguns jornais republicanos nem sempre fora amistoso relativamente à luta das mulheres pela sua emancipação.

A imprensa da LRMP fazia-se representar através da revista *A Mulher e a Criança* e o jornal *A Madrugada*. Ambas as publicações, organizadas por mulheres portuguesas, ocuparam-se em veicular informação sobre as sufragistas britânicas, para além de abordarem outros temas pertinentes para a educação da mulher, enquanto mãe, esposa e dona de casa. O periódico *A Mulher e a Criança*, o primeiro órgão de imprensa da Liga, foi publicado durante dois anos, entre Abril de 1909 e Maio de 1911. Geralmente continha entre doze a dezasseis páginas, era dirigido por mulheres e apresentado como uma revista mensal, de propaganda feminista e social. As suas sócias fundadoras foram Ana de Castro Osório, Maria Benedita Mouzinho de Albuquerque Pinho⁹³ e Fausta da Gama.⁹⁴ Logo no primeiro ano de existência da revista, enquanto uma minoria defendia a suspensão das suas actividades, alegando prejuízos para os cofres da Liga, a maioria das sócias apoiava a sua manutenção e o trabalho das jornalistas, defendendo a continuidade do periódico. Argumentavam, ainda, que a revista se tornara indispensável à difusão dos objectivos da colectividade e à propaganda a favor da causa das mulheres. Deve notar-se que políticos como

⁹³ Escritora, tradutora, feminista e republicana, Maria Benedita Mouzinho de Albuquerque Pinho (1865-1939) foi uma defensora convicta dos ideais republicanos. Colaborou na imprensa de Leiria, traduziu, para a revista *A Mulher e a Criança*, o folhetim *Les Deux Vies*, de Paul e Victor Margueritte, centrado na questão do divórcio, e escreveu diversos romances, durante a primeira década do século XX.

⁹⁴ Filha de um juriconsulto, Fausta Pinto da Gama (?-1910) foi uma das dirigentes da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas.

António José de Almeida, Luís de Almeida Nogueira⁹⁵ e Magalhães Lima foram colaboradores desta folha feminina.

De acordo com João Esteves, a revista tinha a preocupação de englobar o maior leque possível de temáticas que contribuíssem para a emancipação da mulher, assim como de proporcionar às leitoras uma melhor formação política, cultural e prática, bem como de fornecer informações sobre a Liga e noticiar casos relativos à situação da mulher, em outros países. O periódico desempenhou uma função pedagógica importante, ao cruzar assuntos políticos com temáticas relativas à educação e à criança. Para as crianças publicavam-se contos, cujo objectivo era estimular a leitura. As mulheres encontravam aqui informações de utilidade geral, como técnicas de enfermagem, receitas de cozinha e conselhos sobre economia doméstica, para além de artigos de opinião sobre o divórcio e o sufrágio. O conteúdo da revista seguia, por um lado, uma linha tradicional, visando orientar a dona-de-casa, mas, por outro, apresentava um alinhamento mais actual com vista à sua futura emancipação.

Quando *A Mulher e a Criança* (1909-1911) começou a dar claros sinais de dificuldades financeiras, devido ao desinteresse do público e à ausência de publicidade, o jornal *A Madrugada* (1911-1915) veio, de certa forma, substituí-la. Como se mencionou atrás, por esta altura, existiam já páginas de jornais inteiramente dedicadas à publicidade, a principal fonte de subsistência dos periódicos. *A Madrugada*, jornal mensal reduzido a quatro páginas, noticiava regularmente acontecimentos sobre a luta das mulheres no estrangeiro com relevância para artigos de intervenção e de opinião sobre acontecimentos políticos e a situação da mulher em Portugal e em outros países, reduzindo, no entanto, as informações acerca das reuniões e da actuação da Liga. (Esteves 1991, 157)

Tanto *A Mulher e a Criança* como *A Madrugada*, ambos dirigidos por mulheres, eram periódicos dedicados ao público feminino, explorando temáticas de interesse para as mulheres portuguesas. Assuntos como a falta de instrução das mulheres eram constantemente denunciados nas páginas de ambos os periódicos, para além das campanhas a favor de uma lei igualitária no respeitante ao divórcio. A secção feminina “Jornal da Mulher” do diário republicano *O Mundo*, também dava

⁹⁵ Luis de Almeida Nogueira (1866-1929) foi colaborador do jornal *O Mundo*, da revista *A Mulher e a Criança* e do *Jornal da Mulher*. Para Nogueira, o feminismo, como todos os movimentos, tem sempre na sua fundamentação a construção de um ideal, nobre e altivo, pela causa da dignidade de uma mulher. (Monteiro 2011, 54-55)

geralmente conta dos movimentos da LRMP. Tal foi o caso da campanha a favor da igualdade entre homens e mulheres, a propósito da lei do divórcio. Logo que o projecto de lei fosse decretado, a Liga estava determinada a levar a cabo uma forte campanha, com recolha de assinaturas, para a qual recebeu o apoio de *O Mundo*. Todavia, a baixa percentagem de adesão feminina, levou a responsável pela coluna “Jornal da Mulher”, Virgínia Quaresma, a comparar as mulheres portuguesas às britânicas, considerando não encontrar em Portugal o mesmo entusiasmo que se verificava em Inglaterra: “reparemos na situação actual dessa propaganda e observar-se-á com tristeza, que o entusiasmo que sobreveio à primeira hora, (...) desapareceu apenas se exigiu uma acção mais tenaz e persistente.” (Apud Esteves 1991, 87)

As memórias de Maria Veleda, publicadas em 2004 sob o título *Maria Veleda (1871-1955)*, ajudam a perceber a politização e o percurso da imprensa republicana face à causa das mulheres. Colaborando em vários órgãos de imprensa, como *A Capital* e periódicos regionais, Veleda foi estabelecendo uma rede de contactos, que se revelaria fundamental não só para a sua aprendizagem política, mas também para o seu trabalho de escritora. A sua colaboração em *A Tradição* (Serpa, 1889-1904) permitiu-lhe conhecer Ladislau Piçarra, republicano e livre-pensador, de quem, segundo a própria, haveria de receber as primeiras ideias emancipadoras que a guiariam ao longo da vida.

Segundo João Esteves, a partir de 1906, encontra-se, com regularidade, na imprensa um conjunto de reflexões sobre o feminismo através de artigos escritos por mulheres portuguesas, como se constatará em seguida. Para Esteves, as mulheres que deram a sua opinião sobre a sua causa desejaram uma atitude ponderada na execução dos seus propósitos e do ideário feminista:

o verdadeiro feminismo, aquele que por toda a parte tem triunfado na vida prática, pretende simplesmente, dar à mulher o verdadeiro lugar a que tem jus na sociedade, pondo-a em estreita e inteligente colaboração com o homem. Este é considerado um amigo e, socialmente, um igual, um equivalente; nunca um adversário. (Esteves 1998, 36)

No respeitante ao perfil dos(as) que escreveram sobre as sufragistas britânicas, pode afirmar-se que, na sua maioria, aqueles(as) se encontravam ligados(as) aos movimentos de emancipação feminina. Ao longo da Primeira República assiste-se a um crescimento de publicações orientadas por notáveis feministas, mas também por

homens que quisessem participar na sua luta. Trata-se de uma época marcada por lutas femininas, em busca de um papel nas relações sociais, para além do de mãe e esposa.

Emílio Martins Costa (1877-1952), ainda enquanto estudante, fez parte da Maçonaria Académica, passando depois para a Carbonária Portuguesa. Membro activo da Loja Maçónica Montanha (onde Machado Santos foi iniciado), Martins Costa proferiu conferências sobre questões ligadas à política do ensino, nomeadamente aos programas e às metodologias. Publicou várias obras, de entre as quais, por razões óbvias, se destaca *As Mulheres e o Feminismo* (1929), onde o autor reflecte acerca do feminismo e da mulher, dois termos em que havia, segundo ele, mais divergência do que ligação. Relativamente às sufragistas britânicas, Martins Costa afirmava o seguinte:

Há mais de 20 anos, e artigos publicados no jornal *A Lucta*, manifestava-se abertamente contra a forma como as sufragistas inglesas reclamavam os seus direitos políticos, porque estas feministas reivindicavam exclusivamente, ou quási, o direito do voto, e por isso se chamavam sufragistas. (Costa 1929, 14-15)

Martins Costa classificava, assim, as sufragistas britânicas (pejorativamente) como feministas e, mais adiante, posicionou-se criticamente face à campanha das *suffragettes*, que, para ele, apenas reivindicavam o voto, uma questão secundária, pois o mais importante era o aspecto económico-educativo. Encontra-se, assim, na reflexão de Martins Costa uma clara projecção do Eu na construção da imagem do próprio movimento feminista britânico.

Costa interroga-se a respeito da necessidade de as mulheres exercerem o direito de depositar o “tal papelinho nas urnas”, (Costa 1929, 14-15) já que isso não alteraria em nada as suas vidas. As mulheres poderiam (e deveriam) dedicar-se a muitas outras actividades, a “coisas boas”, (Costa 1929, 14-15) sem perdas de tempo ou incómodos trazidos pela actividade eleitoral. Embora afirme não ser contra o direito de voto das mulheres, não percebe porque fariam elas coisas mais interessantes com esse direito, lamentando, ao mesmo tempo, o facto de três países democráticos – Portugal, França e Suíça – ainda negarem os direitos políticos às mulheres, o que se lhe afigurava algo contraditório. Martins Costa concluiu o seu raciocínio com uma interrogação: “Teriam as sufragistas inglesas conseguido o que pretendiam, e teriam

arrastado as feministas dos outros países na corrente das reivindicações?” (Costa 1929, 20)

Formado em Medicina, António Ladislau Piçarra dirigiu a revista *A Tradição*, que, como se viu atrás, circulou em Serpa, entre 1889 e 1904. Um dos sócios fundadores da “Liga de Educação Nacional”, em 1908, Ladislau Piçarra desempenhou um papel importante no associativismo docente além de publicar um vasto número de artigos relativos à educação. Em 1911 foi eleito deputado para a Assembleia Nacional Constituinte e, em 1912, senador. Fez parte do Grupo Republicano de Estudos Sociais,⁹⁶ que, em Agosto de 1896, iniciou as suas actividades, reunindo um vasto número de republicanos influentes da época.

Além de aparecerem como colaboradores de diversos jornais, tanto Martins Costa como Ladislau Piçarra partilharam de um período histórico ligado às reformas educativas da Primeira República. Ambos são citados na lista de pedagogos na obra *Educar: Educação para Todos. Ensino na I República* (2011), coordenada por Maria Cândida Proença.

Além de colaborador da revista mensal *A Mulher e a Criança*, Luís de Almeida Nogueira, como já se referiu atrás,⁹⁷ colaborou também no jornal *O Mundo*. Em Fevereiro de 1909, Almeida Nogueira publicou neste jornal um artigo intitulado “Jornal de Feministas e Anti-Feministas”, afirmando que o antifeminismo era “fruto da ignorância”. (*Apud* Monteiro 2011, 34-36) Numa reflexão sobre o artigo de Almeida Nogueira, Isabel Baltazar, na obra coordenada por Natividade Monteiro, publicou um texto intitulado “Vozes Antifeministas na 1ª República. Ecos de Oposição ao Feminismo”, no qual defende que Almeida Nogueira considerava que o feminismo ainda era “propagandeado por uma elite”, (*Apud* Monteiro 2011, 55) quando, na realidade, a maioria das feministas eram oriundas da classe operária. Sabe-se que, no início do século XX, sobretudo durante a Guerra, o trabalho nas fábricas, era, no geral, uma realidade das mulheres britânicas.

⁹⁶ Em finais de Agosto de 1896, constituiu-se, em Lisboa, o denominado Grupo Republicano de Estudos Sociais, onde é possível encontrar alguns dos nomes importantes da vida cultural e política portuguesa da última década do século XIX, a colaborarem ou a aproximarem-se do Partido Republicano. Este grupo, dentro da organização política dos republicanos, acabou por dar origem, em 1900, à Liga Académica Republicana, tendo desenvolvido um trabalho de consolidação e de reconhecimento do Partido através de diversas acções públicas, conferências e comícios, onde divulgou o seu ideário. Cf. Ventura 2000, 20.

⁹⁷ *Supra* nota 95, p.84.

Em 1909, *A Lucta* organizou uma série de conferências, onde usaram da palavra republicanos distintos, como António Caetano Macieira Júnior e Carlos Amaro de Miranda e Silva. Advogado, maçom e político activo durante a I República, António Macieira (1875-1918) foi Ministro da Justiça do Governo de Augusto de Vasconcelos, de 12 de Novembro de 1911 a 16 de Junho de 1912, tendo reflectido acerca da causa feminista. Afirmou que a conservadora Inglaterra não era dada a mudanças, por isso demoraria muito para validar o voto feminino. Em *A Lucta*, Macieira escreveu que “sem educação não há progresso: eduque-se a mulher a si própria com o auxílio do homem e o concurso da lei.” (Macieira 1909,1) Por seu turno, Carlos Amaro (1879-1946) participou activamente nas acções revolucionárias que precederam o 5 de Outubro, escreveu crónicas literárias nos jornais *A Lucta* e *A Capital*, tendo ainda colaborado na secção política de *A Pátria*. Amaro costuma discorrer sobre as restrições impostas ao sexo feminino.

Conhecido como “o príncipe do jornalismo”, Francisco Mayer Garção (1872-1930)⁹⁸ viveu o período aureo da propaganda republicana com muita dedicação. Destacou-se como profissional do jornalismo, deixando a sua marca pessoal nos jornais *O Mundo*, *A Capital* e a *A Manhã*. Em *A Capital*, encontra-se um artigo com a sua assinatura, o qual veicula uma imagem de Inglaterra, onde as mulheres são autodidactas, estando mais adiantadas, do ponto de vista da educação, do que as portuguesas, mas actuando de uma forma que, a seu ver, não contribui para o avanço da causa feminina.

Humorista e escritor português de ascendência francesa, mas nascido em Lisboa, André Francisco Brun (1881-1926) colaborou em diversas publicações periódicas, nomeadamente em *A Sátira* (1911), *O Palco* (1912), *Atlântida* (1915-1920), *Contemporânea* (1915-1920), *O Domingo Ilustrado* (1925-1927) e *Miau! Portugal na Guerra* (1917-1918).⁹⁹ Na secção “Migalhas” de *A Capital* encontra-se um artigo intitulado “Um Bilhete a *Mistress Pankhurst*” demonstrativo do seu interesse pela luta das *suffragettes*. No “bilhete”, Brun aprecia a decisão das

⁹⁸ Francisco Mayer Garção (1872-1930) pertenceu à geração que sucedeu ao 31 de Janeiro. Era considerado «o príncipe do jornalismo». Em 1896 funda a revista «Inferno» com Antero de Figueiredo, José Sarmento, Domingos de Guimarães, entre outros.

⁹⁹ A sua obra literária reparte-se entre o teatro e a crónica, centralizando-se nos aspectos comezinhos da pequena burguesia da vida lisboeta, demonstrando reconhecido sentido de humor. Foi autor de um grande número de peças teatrais, especialmente comédias e números de teatro de revista.

sufragistas pela paz aquando do anúncio da Guerra. O acto da chefe sufragista, Emmeline Pankhurst, chamou a atenção do jornalista, que o entendeu como um gesto merecedor de reconhecimento e respeito: “Vossa Ex., em suma, não é simplesmente uma mulher maníaca. É um homem de bem. Permita-me que lhe aperte a mão”. (Brun 1914,1)

Ao mesmo tempo que colaboravam nos jornais, mulheres como Ana de Castro Osório e Maria Veleda lutavam, em conjunto com os republicanos, pela instrução da mulher, ainda antes da fundação da LRMP. Neste contexto, as mulheres portuguesas atraíram para si olhares e comparações com as francesas e as britânicas. Muitos articulistas, ao reportarem a campanha das *suffragettes*, criticando-a ou elogiando-a, estavam, afinal, a dar conta dos problemas da mulher portuguesa e da sua luta pela emancipação.

Os(as) articulistas que escreveram sobre as *suffragettes* também foram vítimas da legislação repressiva contra a imprensa referida no subcapítulo 4.1.. Segundo Natividade Monteiro, Maria Veleda, por exemplo, foi vítima da severa lei de imprensa, aliada a uma cilada política. Acusada de abuso de liberdade de imprensa por um artigo publicado em *A Vanguarda*, em 1908 (ano do Regicídio), no qual se teria referido à Rainha em “termos menos comedidos, além do que as circunstâncias aconselhavam”, (Monteiro 2012,128) Veleda foi julgada e condenada a pagar uma multa. Uma alegada leitora, Maria José de Passos, assumidamente monárquica, teria respondido ao artigo de Veleda, indagando-a sobre o que faria “se, à sua vista, arrancassem a vida a seu esposo e filho muito amados.” (*Apud* Monteiro 2012, 128) Na verdade, a leitora Maria José de Passos não existia, mas a ousadia de Veleda valeu-lhe uma multa de trezentos mil reis. Veleda passou, assim, a ser a primeira mulher escritora “querelada”, como se dizia na época. Ana de Castro Osório saiu em socorro da companheira e, apelando à solidariedade, abriu uma subscrição pública para o pagamento da multa. O facto chama atenção por razões diversas. Desde logo, demonstra a coragem e a intrepidez de Maria Veleda, uma feminista, republicana, professora e livre-pensadora, que, apesar das dificuldades de expressão da época e de viver numa sociedade conservadora e patriarcal, não se intimidava e escrevia o que muito bem entendia. Depois, deve assinalar-se que Veleda foi julgada em simultâneo com o director da *A Vanguarda*, Magalhães Lima, o que demonstra que, no respeitante à imprensa, a legislação não olhava ao sexo, tratando ambos de igual

modo, o que não se verificava no matrimónio, nem nos direitos civis. Em terceiro lugar, deve sublinhar-se que, se comparada a outras mulheres estrangeiras, a ousadia de Veleda não se revelava nada de especial. Se se pensar nas acções levadas a cabo na Grã-Bretanha, sob a chefia de Emmeline Pankurst, a atitude de Veleda afigura-se muito mais moderada. Finalmente, o julgamento de Veleda originou uma querela política, pois a jornalista não escondia o seu posicionamento anticlerical e antimonárquico.

Por vezes, Ana de Castro Osório assinava os seus artigos com o pseudónimo Ann Moore. Em “Amplificador da Voz Feminina”, Isabel Lousada afirma que “muitas das feministas da primeira vaga assumiram a Imprensa como veículo de propaganda eficaz do seu ideário, pelo qual se entregaram e sacrificaram”. (2010)¹⁰⁰

A francesa Madeleine Pelletier (1874-1939) reconhecia o mérito da campanha das portuguesas e chegou a escrever a respeito do assunto. Curiosamente, no artigo “Portugal e o Voto das Mulheres”, publicado em *O Mundo*, Pelletier elogiou também a actuação corajosa das mulheres britânicas. A este propósito, João Esteves defendeu que as considerações de Pelletier sobre as relações entre feminismo, livre-pensamento e Maçonaria eram de tal forma irónicas e contundentes, que não foram bem recebidas pela intelectualidade portuguesa. A troca de informações, mesmo em tom de discórdia, demonstra que não foi só Portugal que se interessou pelo que se passava no resto da Europa, mas as mulheres estrangeiras também se interessaram pela movimentação das portuguesas. (Esteves 1991, 40-43)

Todas estas mulheres-jornalistas defendiam um feminismo humanista, empenhado na emancipação da mulher e na libertação da Humanidade. Tal como Eduarda Ventura Ferreira refere, “na imprensa e na tribuna criticaram as omissões, o desleixo e a cumplicidade das autoridades, perante a violação dos mais elementares direitos dos cidadãos.” (2015,10) Quando dispostas a discursar, não poupavam críticas aos desentendimentos da família republicana, nem aos desvios do programa político do Partido que tanto haviam apoiado. Como intensificadora das vozes femininas, a imprensa foi a principal divulgadora das mulheres que precisavam de ser ouvidas.

Agricultor, ex-seminarista, poeta, escritor, historiador, professor, político e militante republicano de cariz ateu e anticlerical, o jornalista José Tomás da

¹⁰⁰ V. <https://run.unl.pt/handle/10362/21726>

Fonseca¹⁰¹ (1877-1968) pertenceu ao Movimento de Unidade Democrática, à Maçonaria e ao Partido Comunista Português. Escreveu para a revista *A Mulher e a Criança* e, ao mencionar a campanha das sufragistas britânicas, afirmou-se esperançoso ao ver a mulher libertar-se da tutela dos homens e dos códigos.

Definidos os perfis dos(as) articulistas, passar-se-á, no subcapítulo seguinte à tarefa final de analisar a imagem das sufragistas britânicas veiculada pelos jornais portugueses, bem como de realizar o processo de desconstrução dessas imagens, o que levará decerto um melhor conhecimento do próprio movimento feminista português, na época em apreço.

4.2. Imagens das *Suffragettes* na Imprensa Lusa

Recorde-se que fundamenta o propósito desta investigação, a representação do Outro (as sufragistas britânicas) no imaginário português através do jornalismo das primeiras décadas do século XX, em Portugal. Nesta época, a imprensa lusa encontrou solo fértil para se desenvolver, o que resultou no aparecimento e na consolidação de vários jornais de cariz político-noticioso e de periódicos femininos. As principais activistas da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP) não só escreviam para jornais generalistas, mas também criaram a sua própria imprensa, com distribuição nacional, como se viu.

Neste contexto, afigurou-se necessário encontrar um critério que, sendo obviamente discutível, oferecesse a possibilidade de levar a bom termo a dissertação apresentada. Em primeiro lugar, o critério de selecção de periódicos, cujos artigos constituem o *corpus* do trabalho, prendeu-se com o local de publicação. A opção recaiu sobre Lisboa, capital do país, que representava, a par do Porto e de Coimbra, um dos centros políticos e editoriais mais importantes. Por questões de delimitação de tempo e de espaço, a pesquisa circunscreveu-se, contudo, aos jornais lisboetas que, de alguma forma, noticiaram acontecimentos sobre a acção das sufragistas britânicas. De entre estes, optou-se por aqueles que, não obstante as intempéries, ainda hoje se configuram como um testemunho relevante do movimento feminista de outrora. Assim, os jornais lisboetas escolhidos para constituírem o *corpus* da presente

¹⁰¹ José Tomás da Fonseca (1877 — 1968) foi um agricultor, ex-seminarista, poeta, escritor, historiógrafo, jornalista, professor, político e militante republicano de cariz ateu e anticlerical português. Pertenceu ao Movimento de Unidade Democrática, à Maçonaria e ao Partido Comunista Português.

dissertação são os seguintes: *A Lucta, O Mundo* e respectiva secção “*Jornal da Mulher*”, *A Vanguarda, A Capital, O Intransigente, A Madrugada*, e a revista semanal *A Mulher e a Criança*.

Neste subcapítulo visa-se avaliar o grau de representação do movimento sufragista britânico nos periódicos seleccionados e, simultaneamente, o modo como o Eu se projectou nessa representação do Outro. Assim, esta secção do trabalho apresenta os resultados da análise dos artigos com referência às sufragistas britânicas nos periódicos seleccionados (e já devidamente caracterizados¹⁰²). O material apresentado e comentado constitui, na grande maioria dos casos, uma novidade, pelo que se pretende que este estudo constitua um contributo de alguma importância para se avaliar o grau de recepção de aspectos da Cultura Inglesa em Portugal, via publicações periódicas, e, a partir daí, inferir algumas conclusões não só relativamente à construção de uma determinada imagem da Grã-Bretanha, mas também, porventura de forma mais relevante, do conhecimento das preocupações e do pensamento portugueses face à causa das feministas lusas, mediante um determinado olhar sobre as sufragistas britânicas. Tentar-se-á detectar pontos comuns e divergentes nos artigos em apreço, tendo em conta as características do periódico e o perfil do(a) jornalista. Finalmente, levar-se-á a cabo a desconstrução das imagens veiculadas, sustentando sempre as reflexões apresentadas nos conteúdos teóricos discutidos no capítulo 1., os quais conduzem a presente investigação.

Verificou-se que os jornais seleccionados são, na sua maioria, de cariz assumidamente republicano, o que se deve ao crescimento da imprensa político-ideológica na época. Não obstante, vários dos artigos seleccionados reproduzem notícias publicadas em periódicos britânicos ou são oriundas de agências noticiosas (nomeadamente a francesa Havas) e traduzidas para os periódicos em observação. Deste modo, deve notar-se que a informação veiculada pelos articulistas portugueses corresponde, por vezes, à visão que os britânicos tinham sobre si próprios, a qual, em vários casos, foi apenas transcrita para os artigos em estudo.

No respeitante aos jornalistas pode afirmar-se que a informação veiculada se encontrava muito marcada pela sua própria visão. Assim, a maior ou menor receptividade face aos acontecimentos ocorridos além-Mancha decorria, não raro, da opinião do(a) articulista, surgindo nas entrelinhas do facto noticioso, além de

¹⁰² *Supra* capítulo 4.1., p.72 da presente dissertação.

depende do interesse político-ideológico da direcção do periódico.¹⁰³ Como, de acordo com a mentalidade portuguesa dos primórdios do século XX, a mulher permanecia confinada à esfera doméstica, com um nível de escolarização muito baixo e sob o controlo do marido, as dirigentes feministas que surgiram nessa altura optaram por um discurso cuidadoso, tendo em conta o conservadorismo da sociedade portuguesa,¹⁰⁴ pelo que, em quase nada faziam lembrar a linha combativa da campanha sufragista levada a cabo pelas britânicas.

A luta pelo direito ao sufrágio feminino na Grã-Bretanha revela-se uma das manifestações colectivas que criaram mais polémica na época em estudo, já que as mulheres saíram às ruas para exigir uma maior participação política num território exclusivamente masculino. Na maioria das vezes, as sufragistas foram recebidas por políticos e pela imprensa em geral com risos de escárnio e palavras insultuosas. Apenas muito pontualmente a sua acção foi alvo de elogios por parte da imprensa. Nas notícias escolhidas, o nome de Emmeline Pankhurst foi obviamente muito citado, sendo referida como uma dirigente politicamente activa. As imagens vilipendiosas relativas ao movimento foram tão fortes que, até hoje, perpassam o imaginário colectivo quando se fala em sufragistas.

No conjunto das notícias referentes às *suffragettes*, destacam-se, pela frequência com que foram publicados, os artigos respeitantes aos *modus operandis* da campanha na Grã-Bretanha e, consequentemente, a receptividade dos políticos quanto à reivindicação do sufrágio feminino. Na construção da imagem das sufragistas britânicas nos periódicos portugueses existem mais pontos concordantes do que divergentes. Se, por um lado, o cenário político português se encontrava marcado por um discurso animador, próximo da causa feminina, e levado a cabo pela campanha do Partido Republicano, por outro lado, as leis demorariam a incluir a mulher nos cadernos eleitorais. Todavia, pode afirmar-se que, de um modo geral, prevaleceu uma imagem extremamente violenta e dominadora dos britânicos enquanto povo.

Relativamente à linguagem usada, encontram-se adjectivos hostis face à campanha sufragista, em geral, e, em particular, relativamente à sua chefe, Emmeline Pankhurst. A grande maioria dos artigos era de cariz meramente noticioso e,

¹⁰³ *Supra*, capítulo 4.1., p. 75 do presente trabalho.

¹⁰⁴ *Supra*, capítulo 3.2., p.58 do presente trabalho.

portanto, sem uma opinião claramente expressa pelos(as) articulistas (na sua maioria anónimos) acerca dos acontecimentos. Os artigos de opinião, pelo contrário, eram devidamente assinados.

Os textos destacavam as acções de cariz agressivo, cuja autoria foi sempre atribuída às sufragistas. Como já se referiu, com o surgimento da WSPU (Women's Social and Political Union), em 1903, a designação *suffragettes* passou a ser atribuída a todos os membros da campanha chefiada por Pankhurst, que se apresentava com uma estratégia mais agressiva e combativa, bastante diferente da levada a cabo pela NUWSS (National Union of Women's Suffrage Societies), fundada em 1897, a qual não pretendia violar a lei ou perturbar a ordem pública.¹⁰⁵ No entanto, os artigos lusos não distinguem as duas associações, recorrendo, quase sempre, à expressão “sufragistas inglesas”.

4.2.1. A *Lucta*: Imagens Ambíguas

Órgão político-noticioso, *A Lucta* formou-se com a missão de preparar o país para a República, mediante a palavra escrita. Relativamente às notícias sobre a campanha das sufragistas, o jornal optou por uma linguagem cuidada, embora por vezes agressiva:

As sufragistas inglesas não se aquietam, e parecem dispostas a fazer vingar as suas reclamações recorrendo aos processos mais audaciosos. O dia 12 (...) [de Fevereiro de 1908] foi um verdadeiro inferno nas ruas de Londres.¹⁰⁶ Nas ruas da grande cidade travou-se uma batalha de que a policia saiu mal ferida. Pois se nos bons *policeman* bateram mulheres! Saindo do seu congresso depois de se entusiasmarem com os mais calorosos discursos, as sufragistas formaram em columna cerrada, avançando sobre a Camara dos Communs [*sic*]. Chegadas ao palácio do parlamento, quizeram entrar n'elle a viva força, invadindo-o como se fora uma fortaleza inimiga. (...) Travou-se um embate rijo e tão violentas foram as mulheres na agressão que um momento houve em que se julgou

¹⁰⁵ *Supra*, capítulo 3.1.2., p.44-45 do presente trabalho.

¹⁰⁶ De acordo com Paula Bartly, a partir de 1908, “the WSPU intensified the political pressure and promoted new and confrontational methods to force MPs to give women the vote.” (2008, 82) Emmeline Pankhurst foi presa pela primeira vez justamente em Fevereiro de 1908, quando encabeçava uma comitiva de militantes que tentava entrar no Parlamento, em protesto pela prisão de cinquenta *suffragettes*. Na ocasião, Emmeline tentou entregar ao Primeiro-ministro “a protest resolution”, mas a polícia recusou o acesso da sufragista ao Parlamento. Em consequência, Emmeline foi sentenciada a seis semanas de prisão por se negar “to be bound over”. Em protesto, Mrs. Pankhurst deixou o Parlamento, gritando “Votes for Woman”. (Bartley 2015, 99)

inevitável a invasão da câmara, tal o ímpeto com que arremeteram dando bordoadas a torto e a direito nos policiais, arranhando-os e mordendo-os. Ali todos se interessam cada vez mais pelo direito de voto das mulheres e o ridículo do espetáculo dado por algumas das mais telhudas não invalida a seriedade e a justiça das suas reclamações. (Anónimo 1908, 1)

Nos periódicos generalistas, como *A Lucta*, as notícias em torno do sufrágio apresentavam contornos próximos dos opositores ao feminismo. Tal deve-se, sobretudo, à construção de uma imagem, em geral, negativa das mulheres que se empenharam na luta pela emancipação feminina na Grã-Bretanha da primeira década do século XX. As *suffragettes* lutavam, em particular, pela igualdade de direitos políticos, baseando-se num tipo de militância que imprimia contornos extremamente ousados para o seu tempo. Assim, o jornal reproduzia uma imagem negativa e, por vezes, grotesca, que chegava do estrangeiro, pelo que o tratamento da notícia sobre as sufragistas corroborava as críticas estrangeiras. Os homens (intelectuais e políticos) que escreviam para o jornal veiculavam uma imagem negativa, que eles próprios ajudavam a explorar, a qual revelava, em grande medida, o pensamento colectivo coevo português relativo à causa feminista. Por vezes, incorriam numa nota positiva num contexto globalmente negativo que definia a notícia. De facto, *A Lucta* reconhecia que a campanha das mulheres britânicas também se revestia de inteligência e de ardor na luta pela conquista do voto feminino, não obstante o relato de episódios considerados “jocosos”:

O movimento a favor do voto feminino tem, por mais d’uma vez, constituído assumpto de artigos e notícias da *Lucta*. Até agora, porém, quasi exclusivamente nos temos ocupado do lado jocoso da questão, isto é, dos trinta mil episódios provocados pelas sufragistas inglesas. É tempo, portanto, de pormos os nossos leitores ao corrente do que a sério se tem feito e continua a fazer sobre o assumpto. E, valha a verdade, não é pouco. Na própria Inglaterra, onde, como há dias assignalamos, diversas associações que lutam, com inteligência, ardor e compostura pela conquista do voto feminino, há elle tem ganho algumas victórias, como vae ver-se. (Anónimo 1908, 1)

Sinónimo de exercício do poder político, o discurso jornalístico tem a capacidade de moldar as mentes e de construir significados e imagens, sobretudo quando produzidas sob a hegemonia de uma cultura sobre a outra. Tornava-se, assim, natural que os jornais portugueses reproduzissem quase sempre uma imagem negativa das mulheres que provocavam a ira dos políticos britânicos. De qualquer

forma, *A Lucta* reconheceu o tratamento hostil conferido à campanha feminista, proferindo palavras de reconhecimento e de louvor face à acção das sufragistas.

Neste contexto algo ambíguo, *A Lucta* publicou o julgamento público, feito pela imprensa britânica, da chefe sufragista, Emmeline Pankhurst, acusada de incitar as companheiras à violência e à destruição. O jornal citava como fonte a edição de *The Daily Mail*,¹⁰⁷ que representava Pankhurst como uma mulher rebelde e indisciplinada que incitava as companheiras a fazer “birras”:

Um jejum de 25 dias – diz a edição de Liverpool do “Daily Mail” que 25 dias tem decorrido desde que Mr. Pankhurst está na prisão. Desde que entrou não tomou nenhum alimento contudo conserva boa aparência e não se mostra abatida, parecendo resistir por mais algum tempo sem tomar alimento. Isso representa um mysterio para os médicos e pensam que a endiabrada mulher levasse para a prisões pastilhas alimentos comprimidos escondidas nalgumas algibeiras do vestido, tomando às occultas. (Correa 1913, 1)

De facto, a “force feeding” (Kent 1999, 268) foi o recurso encontrado para alimentar as sufragistas aprisionadas, que praticavam “greve de fome” como forma de protesto. No mesmo periódico, o já referido jornalista Ladislau Piçarra,¹⁰⁸ que sempre desempenhou um papel importante no associativismo docente lisboeta, ao reflectir sobre a causa feminista criticou as sufragistas por lutarem unicamente pelo direito ao sufrágio (igual ao dos homens). Para Piçarra, a pretensão era legítima, mas, antes disso, devia conquistar-se a liberdade através do aprimoramento intelectual. Curiosamente, tratava-se da principal causa das feministas portuguesas à época, ou seja, para estas o sufrágio não se apresentava como uma prioridade:

Mas em nosso humilde parecer, a base de um tal feminismo não reside num direito de voto igual aos homens, como pretendem as *sufragistas*; essa base reside fundamentalmente na superior cultura do espírito da mulher. Quereis ser livres, senhoras? A vossa pretensão é legítima, podeis ser livre. Mas conquistae a vossa liberdade pela educação. Quer dizer – desenvolvei a vossa inteligência e fortificai a vossa vontade. (Piçarra 1909, 1)

¹⁰⁷ De acordo com Gabriela Gândara Terenas, os jornais britânicos tiveram uma circulação considerável em Portugal, nomeadamente na segunda metade do século XIX. (2004, vol. I, 58)

¹⁰⁸ *Supra* nota 87, p.80.

Emílio Martins Costa¹⁰⁹ partilhou da mesma opinião, tal como se pode constatar no excerto abaixo:

O desacordo que eu estou com as feministas, à maneira das sufragistas, provem, como disse, na grande preponderância que elas dão à conquista dos direitos políticos. (...) essa preferência pelos direitos políticos, revela-nos além do seu atraso mental, o lado injusto e portanto antipathico da propaganda a que se entregam, visto só pugnarem assim pelo direito de algumas mulheres e não pelo de todas. (Costa 1908, 1)

Tanto Piçarra como Costa advertiam que a mulher deveria chegar ao sufrágio pela via da educação, decerto em consequência da elevada taxa de analfabetismo entre as mulheres. Assim, se a percentagem de mulheres a receber as informações através da imprensa era baixa, restava aos homens escrever para um público-leitor maioritariamente masculino. Deve recordar-se que a instrução feminina era também um dos propósitos assumidos pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP).¹¹⁰ Assim, Martins Costa posicionou-se criticamente face à campanha das *suffragettes*, pois entendia que a questão do voto era secundária, antes se devendo tratar da instrução da mulher.¹¹¹

Em outra ocasião, *A Lucta* noticiou a realização de conferências, uma delas realizada no Centro Republicano da Pena, em 1909. O jornal dava conta da conferência, proferida por Carlos Amaro de Miranda e Silva (1879-1946), advogado e político activo durante a I República, particularmente interessado na reformulação do código eleitoral português. No texto reproduzido por um articulista anónimo, Miranda e Silva discorria sobre as restrições impostas ao sexo feminino, afirmando o seguinte: “Muito se tem escripto e falado em defesa do voto feminino e na verdade, na maior parte das nações os homens tem negado às mulheres o direito do voto, e invocando simplesmente o direito do mais forte.” (*Apud* Anónimo 1909, 1) Evocava ainda o nome de John Stuart Mill, sugerindo que o importante legado do filósofo britânico devia ser seguido pelos portugueses.

Em outra conferência, também publicada em *A Luta*, António Caetano Macieira Júnior,¹¹² republicano e militante dos democráticos, debatia o direito ao

¹⁰⁹ *Supra* nota 88, p.80.

¹¹⁰ *Supra*, capítulo 3.2., p.57 do presente trabalho.

¹¹¹ *Supra*, capítulo 4.1., p. 86 do presente trabalho.

¹¹² *Supra*, nota 97, p. 87 do presente trabalho.

sufrágio feminino, considerando a conservadora Inglaterra pouco disposta a qualquer mudança na Lei. Mais uma vez, a importante obra de Stuart Mill foi citada:

Embora ouvisse-os bem os primeiros gritos da emancipação, a França só muito tarde se poz definitivamente ao lado da Inglaterra, a conservadora, que para mudar um pé, leva um século a despedir-se do outro, e os Estados Unidos, que assimilam num golpe de vista e deliberam n'um minuto, aceitaram mais depressa as palavras de Stuart Mill de que a própria Inglaterra, que as ouviu no parlamento depois de as ter lido na sua obra celebre: *A Sujeição das mulheres*. (Apud Anónimo 1909, 1)

De facto, Stuart Mill propôs uma das primeiras emendas ao projecto de lei, a favor do sufrágio alargado a homens e mulheres, que viria, contudo, a sofrer um revés. O pensamento de Mill também interessou os portugueses em relação à luta das mulheres, pois as conferências pareciam ter como objectivo, mais ou menos explícito, incentivar a mulher portuguesa à luta pela sua participação na vida política, mas, ao mesmo tempo, repudiar o estilo militante e algo agressivo das *suffragettes*.

A campanha sufragista, chefiada por Emmeline Pankhurst, assumiu contornos violentos, os quais, na generalidade, foram acintosamente criticados em *A Lucta*. A estratégia adoptada pelas Pankhurst destoava do outro grupo feminista surgido em Inglaterra no século XIX. Emmeline considerava que tinha chegado a hora de mudar de estratégia e fazer o que as sufragistas da geração anterior jamais haviam realizado.¹¹³ *A Lucta* não só relatou os factos ocorridos, mas também emitiu opiniões que enfatizavam aspectos menos positivos da campanha sufragista, ou seja, no mesmo artigo surgia uma crítica, seguida de uma demonstração de apoio, que aparece ao final do texto: “Ali todos se interessam cada vez mais pelo direito de voto das mulheres e o ridículo do espectáculo dado por algumas das mais telhudas não invalida a seriedade e a justiça das suas reclamações.” (Anónimo 1908,1)

O conjunto de artigos publicados em *A Lucta* confere também relevância aos recorrentes episódios ocorridos na Câmara dos Comuns, palco de inúmeros acontecimentos envolvendo as sufragistas e os Membros do Palamento. Tais situações tiveram eco na imprensa coeva portuguesa, nomeadamente o embate com o Primeiro-ministro liberal, Herbert Henry Asquith, forte opositor à causa feminista, como se viu. De acordo com *A Lucta*, Asquith teria decidido não receber comissões de sufragistas que o procuravam para reclamar o voto de “viva voz”. Encontra-se,

¹¹³ *Supra*, capítulo 3.1.2., p.48 do presente trabalho.

ainda, em *A Lucta* uma notícia reveladora da estratégia idealizada por Emmeline Pankhurst, “aquella terrível”, a qual tentara enviar duas correligionárias de boa aparência e que não se assemelhassem a uma militante sufragista, ao gabinete do Primeiro-ministro. Todavia, como resultado, as duas senhoras foram impedidas de entrar devido à suspeita dos polícias. Tal estratégia, percebida como “um novo expediente sufragista”, era reveladora da opinião do jornal, que visava propagar uma imagem das sufragistas que, não sendo positiva, se tornaria menos passível de ser seguida ou aplaudida como modelo pelas feministas lusas:

As pupilas de *miss* Pankhurst não tiveram permissão de entrar: entrou só o empregado dos correios, que entregou ao chefe do gabinete os talões dos impressos. Mas Asquith compreendendo que se tratava de um novo expediente sufragista, devolveu-os ao empregado, recusando-se a receber qualquer remessa de mulheres bonitas, de procedência desconhecida. Outra ideia *miss* Pankhurst! (Anónimo 1909, 1)

Como se constatou, o jornal veiculou o que acontecia além-Mancha em relação a episódios de insucesso ou de violência praticados pelas sufragistas. As notícias que chegavam do estrangeiro, ao passarem pelo crivo dos articulistas, recebiam um tratamento que lhes conferia um tom algo caricato. Consequentemente, o assunto perdia a formalidade tradicionalmente ligada a questões de importância política, adquirindo o corolário de uma matéria propagandística de cunho irónico. Apesar do tom jocoso, *A Lucta* deixou muito claro, nas notícias publicadas, quem eram os políticos britânicos que se opunham a ou que apoiavam uma reforma eleitoral que incluísse as mulheres como eleitoras: “Asquith entende que o sufrágio feminino é uma medida desastrosa, E. Grey, Haldarw e Lloyd George são pela reforma.” (Anónimo 1912, 1)

Tendo *A Lucta*, desde a sua fundação, assumido o seu estatuto de periódico republicano, vários chefes republicanos arrogaram, por seu turno, um posicionamento favorável à causa feminista em Portugal. Neste contexto, aqueles sugeriram uma aliança com um grupo de senhoras empenhadas no progresso da mulher e na criação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP), coligação que se revelou um factor inibidor de uma postura mais combativa por parte das feministas portuguesas.

4.2.2. *O Mundo: uma Visão Positiva*

O jornal *O Mundo* ofereceu uma visão claramente positiva da campanha das *suffragettes*, nomeadamente na secção feminina intitulada “Jornal da Mulher”, dirigida por Virgínia Quaresma.¹¹⁴ Para além de apresentar assuntos “tradicionalmente” femininos, esta secção veiculava informação sobre o movimento das sufragistas britânicas, mostrando o seu apoio à causa:

Por mais que de quasi todo o mundo e de quasi todos os matizes procure lançar a nota irritante do ridículo sobre o simpático movimento das sufragistas inglesas, tão heroicamente persistentes na sua luta, o facto é que ninguém de bom critério e sã razão pode negar-lhes a sinceridade, a tenacidade, a coragem com que fazem conhecer aos poderes que não desistem da sua empresa, nem cessam de fazer a conquista dos seus direitos. E é a Inglaterra que nos dá esse estranho espectáculo de quebrar por momentos a sua estafada tradição de terra privilegiada das liberdades públicas, empregando exclusivamente a força contra quem apenas, ordeiramente, procura fazer valer uma pretensão justa. (...) quando um grupo de sufragistas inglesas pretendia levar ao parlamento uma representação, a polícia interviu e tentou tumultuar a manifestação, dando-se nessa ocasião um conflicto de que saíram feridas algumas pessoas. (Anónimo 1909, 5)

Não deixa de ser algo surpreendente que um jornal dirigido por um homem, o jornalista França Borges,¹¹⁵ incluisse uma secção da responsabilidade de uma senhora, contribuindo, assim, para construir uma imagem mais positiva das sufragistas, através das informações que chegavam por telégrafo. Trata-se de um apoio quase incondicional, que raramente se encontra em outros periódicos consultados. A secção procurava destacar as acções das sufragistas, mostrando-se a favor da campanha, nomeadamente ao justificar que esses actos violentos eram incitados pelas autoridades policiais, que visavam apenas desacreditar a causa, usando a força como estratégia privilegiada. De acordo com o(a) articulista a polícia dominava pela coerção as mulheres que tentavam, de forma pacífica, a validação da sua causa:

O fato em si não merece comentário, tao flagrante injustica representa, bastando a sua exposição para nos dar a impressão exacta do que vale essa decantada liberdade britânica onde se agriem mulheres só por que nas ruas de

¹¹⁴ *Supra* 91, p. 83, da presente dissertação.

¹¹⁵ *Supra* nota 75, p.76 da presente dissertação.

Londres organiza uma manifestação ordeira. E, ademais, de uma brutalidade, uma cobardia. Bater em mulheres indefesas, que de antemão se sabe não possuem a força física indispensável para a resposta adequada. (Anónimo 1909, 3)

O jornal publicou um artigo da já referida jornalista francesa, Madalene Pelletier,¹¹⁶ a qual (à semelhança de outras mulheres) defendia um feminismo humanista, empenhado na emancipação feminina e na libertação da humanidade. Na imprensa e na tribuna, estas mulheres-jornalistas criticaram o desleixo e a cumplicidade das autoridades perante a violação dos mais elementares direitos dos cidadãos. Neste artigo, Pelletier elogiava a intrepidez das sufragistas britânicas nos seguintes termos: “toda a gente conhece a coragem das sufragistas inglesas. Para vencerem sujeitam-se às prisões terríveis do seu país, onde os presos políticos são tratados como os ladrões e mais criminosos de direito comum.” (Pelletier 1910, 1)

4.2.3. A *Vanguarda*: Notícias Informativas

Em *A Vanguarda*, que se assumiu como um dos meios mais eficazes de propaganda dos ideais republicanos, as notícias relativas às sufragistas adquiriram algum destaque, mas o tom era de cariz noticioso e informativo, ou seja, tendencialmente imparcial. No entanto, Sebastião de Magalhães Lima,¹¹⁷ proprietário do jornal, entendia que a liberdade política incluía não só o homem, mas também a emancipação da mulher. Nas suas memórias, publicadas sob o título *Memórias da Minha Vida* (1864), encontra-se um posicionamento bastante favorável face à causa da emancipação da mulher, chegando o jornalista republicano a assumir-se como feminista: “eu fui sempre não só um socialista como também um feminista, não só republicano, como também livre-pensador,” (Lima 1864, 25)

No jornal que dirigiu nota-se que as notícias do estrangeiro chegavam ao periódico via telégrafo,¹¹⁸ dado o número sucinto de palavras, sendo os textos apresentados entre a folha de rosto e a página dois. É, portanto, na secção intitulada “Telegramas do Estrangeiro” que se encontra a maioria das notícias sobre as sufragistas:

¹¹⁶ *Supra* nota 69, p.70 da presente dissertação.

¹¹⁷ *Supra* nota 19, p.27 da presente dissertação.

¹¹⁸ À época, o telégrafo era um eficaz meio de comunicação de notícias breves e recentes.

LONDRES, 27 – as três protagonistas do movimento sufragista, as sr. Pankhurst, Cristabel e Drummond, foram novamente, hontem, levadas ao tribunal, acusadas de promoverem tumultos. Devem estar recordados que no dia 11 de outubro, as três sufragistas fallaram ao povo em Trafalgar Square, sendo distribuídos manifestos impressos onde dia 13 de outubro à noite, milhares de pessoas mais ou menos sympáticas a causa de voto para as mulheres, responderam a chamada das *leaders* das sufragistas. Deram-se vinte prisões, entre as quais as três senhoras acima indicadas. (Anónimo 1908, 2)

Estas notícias têm um cariz eminentemente informativo, como já se referiu, não havendo qualquer preocupação em enaltecer ou denegrir os factos narrados. De um modo geral, noticiam-se as estratégias usadas e a consequente prisão como resultado de determinados actos, nomeadamente os praticados junto ao Parlamento:

Escrevem de Londres em data de 11 do corrente: As sufragistas pretenderam, novamente, assaltar o parlamento, com o fim de entregarem uma petição ao presidente do conselho. Um pouco antes das quatro horas da tarde pararam em frente de uma das grandes portas que dão entrada para o parlamento, duas carroças fechadas, do systema d’aquellas que se adoptam nas mudanças (...). Quando na rua, o público apupou-as com ironias mais ou menos frescas. Elas, porem, não se deram por vencidas, e por três vezes, emprehnderam o assalto, sem resultado. Algumas foram presas por agressões a polícia, sendo comndenadas a seguir, a seis semanas de prisão. (Anónimo 1908, 1)

Para além da secção “Telegramas do Estrangeiro”, *A Vanguarda* optou por comunicar os factos de interesse sobre as sufragistas, através de artigos de opinião devidamente assinados, como foram os casos de Maria Veleda¹¹⁹ e de Luís de Almeida Nogueira.¹²⁰ Este último revelava um certo optimismo ao referir-se às sufragistas. Deve notar-se, mais uma vez, no excerto citado abaixo, a recorrência às ideias de Stuart Mill para justificar os avanços da luta das mulheres na Grã-Bretanha, nomeadamente junto dos políticos:

Com effeito, temos por ex., a *Inglaterra*, onde a obtenção do sufrágio político da mulher tem preocupado os homens d’Estado, mesmo os maiores. – vamos, emfim, vêr a grande Patria de Stuart Mill ceder aos tão profundos argumentos do sábio filósofo da Libertação da Mulher, para que já não é cedo demais! (Nogueira 1911, 1)

¹¹⁹ *Supra* nota 31, p.35 da presente dissertação.

¹²⁰ *Supra* 94, p. 84.

As palavras da feminista, republicana, professora e livre-pensadora Maria Veleda demonstram empatia para com as suas congéneres britânicas: “d’essas corajosas e perseverantes mulheres inglesas – as sufragistas – as quaes organizadas e disciplinadas dentro de um partido, que se tem revelado a todo o mundo progressivo, vão, palmo a palmo, ganhando terreno, firmes na sua marcha, altivas e destemidas.” (Veleda 1909,1) A feminista portuguesa salientava, ainda, a coragem e o empenho das mulheres em fazer valer a sua causa, não obstante o seu aprisionamento, o qual, aliás, em nada deslustrava a campanha:

Tendo pretendido assaltar o parlamento, para alli fazerem valer a causa, por que tão apaixonadamente se dedicam, sabe-se que muitas d’essas ousadas mulheres caíram nas garras da polícia. Encerradas na prisão declararam altivamente que – antes d’uma semana verão forçados a abrirem a porta do cárcere. Muito embora saem delle, fechadas n’um caixão. (Veleda 1909, 1)

4.2.4. A *Capital*: as Sufragistas e a Guerra

Diário republicano da noite, *A Capital* prometia lutar incansavelmente pela liberdade e pela democracia. Tal como *A Lucta* e *A Vanguarda*, *A Capital* foi sobretudo um jornal de cariz informativo, sendo esta a característica predominante na apresentação das notícias, em geral, e sobre as sufragistas britânicas, em particular.

Os artigos sobre as *suffragettes* tinham como fonte de informação a agência de notícias Havas, encontravam-se na primeira página e continham poucas linhas. Reportavam-se, sobretudo, aos actos protagonizados pelas sufragistas, aos consequentes prejuízos materiais e à prisão de algumas militantes:

As sufragistas inglesas – atacam um posto de polícia tentando por em liberdade a celebre agitadora Mrs. Pankhurst. Glasgow, 9 de março Mistress Pankhurst presa em Glasgow durante uma conferência em que a polícia foi atacada a bengalada, sendo-lhe arremessados vasos com flores. Os agentes armados de bastão tomaram de assalto a tribuna que era protegida por fios de ferro ocultos por meio de grinaldas de flores. As manifestantes atacaram depois o posto da policia, mas foram dispersas por agentes a cavalo. (Havas) (Anónimo 1914, 1)

O texto destacava a prisão da dirigente do movimento, Emmeline Pankhurst, frequentemente referida como uma agitadora tenaz e incitadora da violência. Na verdade, sob a chefia de Pankhurst, as militantes foram acusadas de atacar a autoridade policial e de causar graves prejuízos de ordem material, em património público e privado.

Entre os anos de 1914 e 1915, *A Capital* conferiu destaque ao empenho das mulheres britânicas nos esforços da Primeira Grande Guerra e às palavras de Lloyd George, que demonstrara simpatia e interesse pela causa feminista. *A Capital* reproduziu as palavras do Primeiro-ministro, também Minister of Munitions do Governo durante a Primeira Grande Guerra, como se referiu, que sublinhava o facto de mais de cinquenta mil mulheres já estarem a trabalhar no fabrico de munições, asseverando que “não se trata de uma questão de concorrência entre o trabalho masculino e o trabalho feminino, mas sim de cooperação de homens e mulheres que já ajudam o país a atravessar a mais forte crise que ele jamais conheceu.” (*Apud* Anónimo 1915, 1) Mais adiante acrescentava-se: “as Inglesas ajudarão a alcançar a vitória. Sem ellas, a vitória tardaria, e a vitória que custa a chegar e d’aquellas que deixam sob os pés sangrentos vestígios”. (*Apud* Anónimo 1915,1)

Atento aos pormenores do conflito, o jornal apresentava na folha de rosto um longo artigo (anónimo), que destacava a iniciativa das britânicas e a consequente gestão do assunto por parte do Minister of Munitions, Lloyd George. A forma como a questão foi apresentada por *A Capital* demonstra o interesse do público leitor português pelas acções das mulheres britânicas, bem como pelo posicionamento masculino face a tais iniciativas.

O patriotismo das sufragistas durante a Grande Guerra foi alvo da atenção do articulista André Brun,¹²¹ o qual escrevia regularmente artigos de opinião para *A Capital*, numa secção intitulada “Migalhas”, que surgia sempre na primeira página. Neste espaço, Brun tratou de assuntos diversos e da actualidade. Sobre o feminismo, o jornalista escreveu o seguinte: “Agora quando, sahindo da orbita vastíssima da sua acção n’este mundo, a mulher se a balança a campanhas ridículas e por vezes odiosas e pretende dar ao seu sexo um destino para que não foi talhado.” (Brun 1914, 1) Percebe-se, assim, que Brun, para além de acompanhar a campanha feminista, criticava a forma de acção das sufragistas britânicas. Todavia, num “bilhete” dirigido a “*mistress* Pankhurst”, enalteceu o posicionamento da chefe da WUSP, quando esta defendeu a paz interna durante o período da Guerra:

Declarou-se a Guerra e reparei que o feminismo inglez tinha nobremente concedido um armistício ao seu inimigo de dentro e se associara a lucta contra

¹²¹ *Supra* nota 98, p.88 da presente dissertação.

o inimigo externo. (...) Folgo que V. Ext. demonstre claramente que, afinal, não é a ridícula de virago que a muitos parecia ser. E digna de todos os respeitos e, que as violências com que tentava fazer triunfar a sua causa eram excessivas para os que não aceitavam a Justiça dessa mesma causa, a sua atitude de agora, cheia de nobreza e patriotismo, pode bem de servir de exemplo a muitos políticos da minha terra (...). (Brun 1914, 1)

O articulista expressava, assim, a sua opinião sobre a bem conhecida chefe das sufragistas, simbolicamente, através de um bilhete. Deste modo, não obstante as acções por vezes violentas da campanha, Brun admirava o ardor com que as feministas lutavam, ansiando pelo seu triunfo. Ao afirmar que Pankurhst não era uma “ridícula de virago”, ou seja, que não tinha estatura, voz e gestos considerados masculinos, Brun criticava, indirectamente, aqueles que interpretavam as acções das sufragistas como algo marcadamente “masculinizado” e, portanto, incompatível com uma imagem da mulher identificável como um “anjo do lar”. Aliás, a trégua devido à Guerra foi considerada uma subtilidade da natureza feminina, já que o interesse nacional se sobrepôs, segundo o articulista português, aos interesses da causa.

Em Portugal, os discursos políticos chamavam a atenção para o baixo nível de instrução do sexo feminino. O jornalista Mayer Garção¹²² contribuiu para a construção de uma imagem do Eu (português) ao escrever sobre o Outro (britânico) num artigo intitulado “O Voto Feminino.” Nele veiculou a opinião, generalizada, de que a mulher, antes de obter o direito ao voto, deveria instruir-se, tal como na Grã-Bretanha, onde as mulheres já haviam atingido um nível de educação muito superior ao das portuguesas: “Na Inglaterra, a simples instrução produz as suffragistas, détraquée e grotescas, que conseguem tornar-se odiosas pelas violências que commetem. Entre nós, uma ignorância esmagadora, pesa sobre o cérebro da grande maioria das mulheres portuguesas.” (Garção 1913, 1)

4.2.5. *O Intransigente*: Farpas aos Movimentos Feministas

Para João Esteves, tanto *O Intransigente* como *A Lucta* mostraram-se intolerantes face à causa sufragista, pois “atacavam as sufragistas e desdenhavam de qualquer intervenção sua na política.” (1991, 47) Ainda segundo o mesmo autor, Maria Veleda teria acusado *O Intransigente*, dirigido por Machado Santos,¹²³ de

¹²² *Supra* nota 98, p.89 da presente dissertação.

¹²³ *Supra* nota 81, p.78 da presente dissertação.

permitir a publicação no seu jornal de “vários *suelos*”, (47) em que se ridicularizavam as mulheres republicanas. De facto, em *O Intransigente* encontram-se notícias referentes às *suffragettes*, onde a posição dos articulistas confirma a tese de Esteves, pois trata-se de apreciações críticas face à luta travada por aquelas mulheres.

A ocorrência de notícias sobre as sufragistas em *O Intransigente* verificou-se nos anos de 1912 e 1913, mais precisamente na folha de rosto e na página dois. O jornal veiculou uma imagem depreciativa do movimento, adjectivando pejorativamente as *suffragettes* com expressões como “vivos diabos” e “endiabradas mulheres”. Para além disso, aquelas foram responsabilizadas por actos de violência que resultaram na prisão de algumas militantes:

Aqueles dos nossos leitores que em pouco atentamente tenham seguido o desenrolar da ação feminista em Inglaterra, devem como nós, ter chegado a conclusão de que as *miss* sufragistas não são mulheres...mas vivos diabos. Cada *meeting* tem sido assinalado por actos de violência da força pública em consequência de manifestações turbulentas das sufragistas. Durante cada cortejo que teem organizado as prisões efectuado tem sido quasi sem conta. (...) (Anónimo 1912, 2)

Em outro texto, o articulista preocupou-se em sublinhar os actos de vandalismo e os atentados ao património, levados a cabo pelas sufragistas, nomeadamente à residência de Lloyd George. Emmeline Pankhurst teria assumido a autoria do atentado nos seguintes termos: “As autoridades não têm precisão de perder o seu tempo em inúteis pesquisas, para perceberem os autores do atentado. Eu reivindico pessoalmente, a inteira responsabilidade. Se me condenarem a trabalhos forçados, farei a greve de fome.” (*Apud* Anónimo 1913, 2)

Como se sabe, a campanha das *suffragettes* não foi a única a ter eco em Portugal. Neste sentido, *O Intransigente* criticou as britânicas por estas serem mais agressivas do que, por exemplo, as norte-americanas: “mais violentas ainda que as americanas, as sufragistas da Grã-Bretanha, parecem ter a missão especial de desmentirem as principaes características que são atribuídas a sua raça.” (Anónimo 1913, 1)

As mulheres britânicas apenas conquistaram (parcialmente) o direito de voto em 1918,¹²⁴ pelo que, antes disso, a matéria andou frequentemente em discussão na Câmara dos Comuns. Em 1913, o Governo discutia uma reforma eleitoral e uma emenda ao projecto de lei que tratava do voto para as mulheres. *O Intransigente* abordou a questão, tentando justificar as causas que haviam levado o Governo a retirar o projecto de lei antes de ser votado na Câmara dos Comuns. Primeiramente, o articulista anónimo argumentou que essa retirada se devia às sucessivas emendas, que acabaram por descaracterizar a proposta de reforma: “as emendas em favor do sufrágio das mulheres modificariam completamente o carácter do projecto e, que por consequência lógica, este projecto deveria ser retirado.” (Anónimo 1913, 2) De acordo com o mesmo artigo, face ao seu descontentamento, as sufragistas organizaram vários comícios, demonstrando a sua insatisfação, no decurso dos quais as oradoras declararam guerra ao Governo:

Madame Pankhurst, por exemplo, anunciou a constituição de guerrilhas com estas retumbantes palavras ‘vamos formar guerrilhas que combaterão como Garibaldi lutou pela unidade italiana (...)’ Que as sufragistas se tanto for necessário para o triunfo da sua causa, se entregarão a toda a espécie de desacatos contra as propriedades. (Anónimo 1913, 2)

4.2.6. *A Mulher e a Criança e A Madrugada: Mulheres Vistas por*

Mulheres

Tanto a revista *A Mulher e a Criança* como o jornal *A Madrugada* foram publicações organizadas por mulheres portuguesas, que se ocuparam em veicular informações sobre as sufragistas britânicas, para além de abordarem outras temáticas pertinentes, como a educação da mulher, enquanto mãe, esposa e dona de casa.

A revista mensal *A Mulher e a Criança*, primeiro órgão oficial da LRMP, tinha como prioridade divulgar os princípios e os objectivos da Liga, bem como os acontecimentos relacionados com a associação. Tratava-se de uma publicação voltada para a difusão pública dos eventos da agremiação e à divulgação da situação da mulher em Portugal e no estrangeiro. (Esteves 1991, 153) No entanto, encontra-se um número muito reduzido de artigos com referência às sufragistas britânicas. De facto, houve um maior interesse na divulgação da vida associativa da Liga do que das

¹²⁴ *Supra* nota 1, p.7 da presente dissertação.

acções das *suffragettes*. Ainda assim, num artigo publicado neste periódico pode ler-se o seguinte: “na Inglaterra a enérgica e porfiada campanha das sufragistas tem emocionado extraordinariamente toda a Europa. Madame Pankhurst – a dirigente do movimento – goza hoje de uma reputação verdadeiramente mundial”. (Anónimo 1911, 6) Numa revista dirigida apenas por mulheres, as articulistas demonstraram simpatia pelo esforço das suas congéneres de além-Mancha, valorizando a sua causa e expressando o seu apoio.

Tendo como ponto de partida um telegrama relativo a uma manifestação das “damas” sufragistas, ocorrida em Hyde Park, o articulista Tomás da Fonseca¹²⁵ reflectiu sobre a realidade da mulher, afirmando o seguinte: “como me sinto renascer, quando vejo a mulher a libertar-se da tutela dos homens e dos códigos!” (1910, 7) Ainda sobre o mesmo assunto, Tomás da Fonseca reproduziu em *A Mulher e a Criança* um texto sobre as características da manifestação:

Londres.23.11. Uma grande manifestação de damas suffragistas aprovou esta tarde em Hyde Park uma moção reclamando o direito de voto. Atravessaram Londres e chegaram ao Hyde Park, onde se tinha levantado 40 tribunas para as oradoras, seis grandes cortejos conduziram estandartes e acompanhados de músicas. Não há memória de uma d’uma tão grande multidão. (Fonseca 1913, 2)

O elegante Hyde Park, mencionado pela revista e por outros jornais estudados, surgia como lugar de eleição para as manifestações das *suffragettes*, embora fosse também um local privilegiado para passeios de todos os elegantes da capital inglesa.

Em *A Madrugada*, as notícias respeitantes à campanha das *suffragettes* encontram-se na secção “Ecos do Estrangeiro”, na página dois. Esta secção demonstrou grande interesse por assuntos relativos ao sufrágio e às questões feministas em vários países do globo, como a Austrália, os Estados Unidos, a Rússia, a França e, sobretudo, a Inglaterra. As articulistas de *A Madrugada* mostraram-se observadoras atentas dos movimentos das sufragistas britânicas, ocupando-se em interpretar os factos e em oferecer uma versão favorável das acções relatadas, veiculando uma atitude de simpatia face à causa. Os textos apresentavam argumentos

¹²⁵ *Supra* nota 101, p.91 da presente dissertação.

que visavam, claramente, aprovar a campanha das *suffragettes*, inclusive quando se tratava de comunicar o seu discutível *modus operandi*:

Num festival em que o ministro inglês Lloyd George falou com dificuldade em meio a incessantes interrupções das “sufragettes” deram-se cenas indignas por parte de alguns assistentes e se não fosse a energia e zelo da polícia com certeza haveria mais graves acontecimentos a lastimar. Sufragistas de qualquer dos sexos que ousasse interpelar o orador era expulso violentamente por entre os apupos da multidão e cá fora chegaram ao extremo de não só espancarem brutalmente as pobres indefeizas, mas ainda peor: -- rasgaram-lhe os vestidos e arrancaram-lhes mãos cheias de cabelo. Um repórter do Daily Mirror entrevistou uma das vítimas que lhe mostrou uma recordação que desejava para sempre guardar: -- uma porção de cabelo que pudera apanhar no tumulto. (Anónimo 1912, 2)

A *Madrugada*, um dos órgãos da imprensa oficial da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP), pretendeu construir uma imagem positiva da campanha das sufragistas. Mesmo diante de práticas pouco moderadas, o jornal interpretou os acontecimentos favorecendo as militantes e desconstruindo a imagem negativa das sufragistas veiculada por outros órgãos de informação. Se as filiadas na LRMP consideravam que uma aliança política com a WSPU poderia fortalecer a sua campanha, *A Madrugada*, em sintonia, revelava uma imagem ordeira e politicamente correcta das *suffragettes*:

Contrariamente a que alguns jornaes inglezes costumam alardear, as sufragistas são recebidas com toda a cordealidade e ouvidas atentamente nos círculos eleitoraes onde fazem inevitavelmente uma intensa e, quasi, sempre vantajosa propaganda a favor dos candidatos que se declaram abertamente pelo voto da mulher. Ei já que vem a propósito, anunciamos também o regresso a Inglaterra de Mrs. Pankhurst, a ilustre leader das “suffragettes”, da sua longa viagem pelos Estados Unidos da América. (Anónimo 1912, 2)

O jornal, claramente favorável à emancipação da mulher, desmistificava, assim, a imagem, até então hostil e desordeira, que outros periódicos haviam veiculado sobre a chefe da WSPU, Emmeline Pankhurst.

Em síntese, pode afirmar-se que os periódicos femininos foram sempre dando notícia das actividades levadas a cabo pelas sufragistas, na Grã-Bretanha, tendo em vista a participação activa das mulheres portuguesas na vida política do país. Neste contexto, assinalam-se as notícias de acontecimentos que pugnavam pela causa das

mulheres como algo positivo, bem como o registo do pensamento e das palavras do ilustre filósofo inglês, Stuart Mill, e da francesa Madeleine Pelletier, em favor do voto do sexo feminino. Já os periódicos republicanos que atacavam as *suffragettes* e criticavam o seu *modus operandi* reflectiam o contexto português, constituído por tímidas mulheres, por um movimento feminista inócuo e por uma realidade política fragilizada por questões internas e externas. Internamente, o país deparava-se com uma monarquia decadente e a sofrer com o avanço republicano. Enquanto isso, o movimento feminista português organizava-se, mas com um certo atraso temporal, sobretudo em comparação com as sufragistas britânicas. A imprensa político-noticiosa crescia ao ritmo do Partido Republicano e dava conta dos factos de além-Mancha, nutrindo uma alguma simpatia pela causa feminista nacional.

Percebe-se que os jornalistas portugueses não conheciam verdadeiramente a realidade inglesa (e muito menos *in loco*), limitando-se a receber e a reproduzir as notícias que lhes chegavam do estrangeiro, nomeadamente via jornais londrinos ou agências noticiosas.¹²⁶ Conclui-se, assim, que as informações divulgadas pelos jornais portugueses (em geral com uma conotação negativa) correspondiam a uma certa expectativa dos leitores face ao que se passava na Grã-Bretanha. O movimento feminista chefiado por Emmeline Pankhurst não constituía propriamente um modelo para as mulheres portuguesas ou algo com que os políticos republicanos se identificassem.

Se, para muitos articulistas portugueses, a luta das mulheres pelos direitos políticos era indiscutível, encontrava-se sempre em primeiro lugar o seu aperfeiçoamento intelectual. Até para a LRMP, o sufrágio não se apresentava como uma causa primeira da campanha, mas sim a instrução alargada ao sexo feminino. Deste modo, a imagem das sufragistas construída pela imprensa lusa não representa a realidade estrangeira na sua totalidade, mas reporta, em grande medida, ao movimento das mulheres portuguesas. Assim, o feminismo nacional revela-se através de projecções do estrangeiro, ou seja, a construção, predominantemente negativa, da imagem das *suffragettes* diz muito acerca do que pretendia o grupo de mulheres da LRMP.

¹²⁶ *Supra*, capítulo 1., p.8 da presente dissertação.

CONCLUSÃO

O estudo desenvolvido ao longo destas páginas apresenta-se concludente para uma primeira diagnose do movimento sufragista feminino português, entre 1903 e 1918, realizada através da imagem das *suffragettes* britânicas veiculada na imprensa lusa.

O tom negativo com que periódicos como *A Lucta*, *O Instansigente*, *A Capital* e *A Vanguarda* representaram as sufragistas britânicas e a respectiva campanha deveu-se, sobretudo, a uma tentativa de valorização da identidade nacional. Interessava à imprensa lusa veicular uma imagem que propagandeasse na sociedade portuguesa uma certa antipatia face à campanha das *suffragettes*. Por vezes, notou-se, até, uma tentativa de construção de uma imagem masculinizante das mulheres envolvidas na campanha sufragista de além-Mancha. Contudo, sabe-se que essa representação poderia não encontrar correspondência com a realidade.

A imprensa feminina, nomeadamente *A Mulher e a Criança* e *A Madrugada*, bem como o jornal *O Mundo*, que destinou a coluna “Jornal da Mulher” para as notícias do interesse das mulheres portuguesas, valorizou a causa das mulheres britânicas mostrando empatia face ao esforço das suas congéneres de além-Mancha. Estes periódicos acolheram bem a luta das *suffragettes*, reconhecendo-lhes o empenho em levar ao Parlamento a discussão de uma nova lei, bem como os esforços em prol de uma mudança de mentalidade no seio da sociedade britânica.

Apesar do atraso de Portugal face à sua secular aliada, encontraram-se algumas similaridades na luta pela emancipação feminina, nomeadamente no respeitante ao empenho em melhorar situações como a educação do sexo feminino e o direito ao voto. Todavia, as mulheres portuguesas e as britânicas agiam em contextos diferentes. Para as portuguesas, as questões fundamentais para a sua emancipação residiam, em primeiro lugar, na instrução e, só depois, na lei do divórcio e no direito ao voto. De facto, as portuguesas da LRMP começaram timidamente a intervir no cenário político, não chegando a promover quaisquer manifestações públicas. Contudo, usaram a imprensa para avaliar de forma positiva as suas congéneres britânicas.

Assim, pode concluir-se que, de um modo geral, os jornais estudados optaram por veicular uma imagem negativa das *suffragettes*. Por um lado, a hostilidade face ao Outro mostrou-se reveladora de um Eu que, inconscientemente, almejava alcançar o *status* da cultura “olhada”, ou seja, de uma Grã-Bretanha forte e combativa. Ao menosprezar o movimento feminista britânico, a imprensa portuguesa parecia tentar minimizar a sua pequenez e fortalecer a identidade nacional. Por outro lado, a predominância desta imagem negativa face à campanha sufragista revela também muito sobre o conservadorismo da sociedade portuguesa, a qual, apesar de reconhecer a pertinência da luta das mulheres, ainda via a questão com alguma estranheza e um certo constrangimento, pois o país permanecia muito avesso à intervenção do sexo feminino na esfera pública. Desta forma, quando Portugal escreve sobre a Grã-Bretanha encontra-se com ele mesmo, isto é, com a sua própria identidade, marcada por algum sentimento de inferioridade em relação ao Outro e por uma certa anglofobia latente.

Finalmente, pretende-se que este trabalho constitua um contributo, ainda que parcelar, não só para o conhecimento da imagem do movimento feminista britânico, tal como foi veiculada pela imprensa periódica portuguesa no período em análise, mas também para avaliar o modo como a construção dessa imagem se tornou reveladora dos esforços das mulheres portuguesas em prol da emancipação política e civil, nas primeiras décadas do século XX.

BIBLIOGRAFIA

I) Fontes Primárias

- Anónimo. “Cartas D’Inglaterra – O Voto das Mulheres – Sufragismo Criminoso”. A *Lucta*. Lisboa: Empresa de Propaganda Democrática, 4º ano, nº 1142, 25 de Fevereiro de 1909.1.
- Anónimo. “Colaboração Feminina – Portugal e o Tratado das Mulheres”. *O Mundo*. Lisboa: Composição e Impressão Rua do Mundo 95 a 103, 9º ano, nº 4942, 8 de Dezembro de 1910.3.
- Anónimo. “Condenação das Sufragistas”. A *Vanguarda*. Lisboa: Redacção, Oficinas de Composição e Impressão e Estereotipia Rua Luz Soriano 48, XI ano, nº 4227, 18 de Outubro 1908.3.
- Anónimo. “Ecos do Estrangeiro”. A *Madrugada*. Lisboa: Composto e Impresso pela Papelaria e Tipografia Liberty de Lamas e Franklin. 1º ano, nº 4, 30 de Novembro de 1911.2.
- Anónimo. “Ecos do Estrangeiro”. A *Madrugada*. Lisboa: Composto e Impresso pela Papelaria e Tipografia Liberty de Lamas e Franklin. 1º ano, nº 6, 31 de Dezembro de 1911.2.
- Anónimo. “Ecos do Estrangeiro”. A *Madrugada*. Lisboa: Composto e Impresso pela Papelaria e Tipografia Liberty de Lamas e Franklin. 1º ano, nº 8, 31 de Março de 1913.2.
- Anónimo. “Ecos do Estrangeiro”. A *Madrugada*. Lisboa: Composto e Impresso pela Papelaria e Tipografia Liberty de Lamas e Franklin. 1º ano, nº 30, 31 de Dezembro de 1913.2.

- Anónimo. “Ecos do Estrangeiro”. *A Madrugada*. Lisboa: Composto e Impresso pela Papelaria e Tipografia Liberty de Lamas e Franklin. 2º ano,nº20,31 de Março de 1913.3.
- Anónimo. “Ecos do Estrangeiro”. *A Madrugada*. Lisboa: Composto e Impresso pela Papelaria e Tipografia Liberty de Lamas e Franklin. 2º ano,nº22,31 de Outubro de 1912.2.
- Anónimo. “Ecos do Estrangeiro”. *A Madrugada*. Lisboa: Composto e Impresso pela Papelaria e Tipografia Liberty de Lamas e Franklin. 2º ano,nº32, 30 de Setembro de 1913.2.
- Anónimo. “Ecos do Estrangeiro”. *A Madrugada*. Lisboa: Composto e Impresso pela Papelaria e Tipografia Liberty de Lamas e Franklin. 3º ano,nº33, 30 de Abril de 1912.2.
- Anónimo. “Ecos do Estrangeiro”. *A Madrugada*. Lisboa: Composto e Impresso pela Papelaria e Tipografia Liberty de Lamas e Franklin. 3º ano,nº28, 30 de Junho de 1912.1.
- Anónimo. “Ecos do Estrangeiro”. *A Madrugada*. Lisboa: Composto e Impresso pela Papelaria e Tipografia Liberty de Lamas e Franklin. 4º ano,nº53, 30 de Abril de 1914.4.
- Anónimo. “O Hino das Sufragistas”. *A Vanguarda*. Lisboa: Redacção, Oficinas de Composição e Impressão e Estereotípia Rua Luz Soriano 48, XII ano,nº 4499, 20 de Julho de 1909.1.
- Anónimo. “Em Torno da Guerra – O Papel das Mulheres”. *A Capital*. Lisboa: Oficina de Impressão Rui da Bica, 71. 6º ano,nº 1781, 21 de Julho de 1915.1.
- Anónimo. “O Feminismo – Sua Influência na Legislação da Austrália – Na Itália”. *A Lucta*. Lisboa: Empresa de Propaganda Democrática, 5º ano, nº 716, 22 de Janeiro de 1908. 1.

- Anónimo. “O Feminismo – O Voto das Mulheres”. *A Lucta*. Lisboa: Empresa de Propaganda Democrática, 3º ano, nº 710, 16 de Janeiro de 1908.1.
- Anónimo. “O Feminismo em Inglaterra – O Movimento Sufragista Encontra Poderoso Adversário”. *A Capital*. Lisboa: Oficina de Impressão Rui da Bica, 71, 1º ano, nº81, 27 de Abril de 1910.3.
- Anónimo. “Uma Greve de Sufragistas”. *A Capital*. Lisboa: Oficina de Impressão Rui da Bica, 71, 1º ano, nº273, 7 de Abril de 1911.1.
- Anónimo. “Inglaterra – O Voto para as Mulheres”. *A Capital*. Lisboa: Oficina de Impressão Rui da Bica, 71, 1º ano, nº 102, 14 de Julho de 1910.1.
- Anónimo. “As Inglesas Querem Votar”. *A Vanguarda*. Lisboa: Redacção, Oficinas de Composição e Impressão e Estereotipia Rua Luz Soriano 48, XI ano, nº 3625, 28 de Janeiro 1908.2.
- Anónimo. “Jornal da Mulher – Crónica Feminista”. *O Mundo*. Lisboa: Composição e Impressão Rua do Mundo 95 a 103, 7º ano, nº 2712, 17 de Janeiro de 1907.4.
- Anónimo. “Jornal da Mulher – O Feminismo na Inglaterra e na França”. *O Mundo*. Lisboa: Composição e Impressão Rua do Mundo 95 a 103, 6º ano, nº 2010, 3 de Junho de 1906.3.
- Anónimo. “Jornal da Mulher – As Sufragistas Inglesas”. *O Mundo*. Lisboa: Composição e Impressão Rua do Mundo 95 a 103, 6º ano, nº 2950, 17 de Julho de 1909. 3.
- Anónimo. “Jornal da Mulher – Sufragistas. A Reclamação do Voto pelas Mulheres de Todo o Mundo Tem um Grande Fundo de Justiça ”. *O Mundo*. Lisboa: Composição e Impressão em Rua do Mundo, 9º ano, nº 3610, 26 de Junho de 1909. 5.

- Anónimo. “Jornal da Mulher – Sufragistas e Mártires”. *O Mundo*. Lisboa: Composição e Impressão Rua do Mundo 95 a 103, 9º ano,nº 3841, 18 de Novembro de 1908.5.
- Anónimo. “Lá Por fora – Pelo Reino Unido – As Sufragistas Inglesas Persistem, Intemeradamente na Defesa dos seus Direitos.” *O Intransigente*. Lisboa: Composição Rua das Gáveas, 88, II ano,nº 620, 30 de Junho de 1912.2.
- Anónimo. “Movimento Social – Feminismo e... Sufragistas”. *O Intransigente*. Lisboa: Composição Rua das Gáveas, 88,III ano,nº 883, 14 de Junho de 1912.1.
- Anónimo. “As Mulheres Inglesas Dispostas a Substituir os Homens”. *A Capital*. Lisboa: Oficina de Impressão Rui da Bica, 71, 5º ano,nº1484, 18 de Setembro de 1914.1.
- Anónimo. “No Centro Republicano da Penha – Luta Eleitoral – Conferência do Dr. Carlos Amaro”. *A Lucta*. Lisboa: Empresa de Propaganda Democrática, 4º ano, nº 1106, 19 de Janeiro de 1909.1.
- Anónimo. “Noticiário – A Mulher Inglesa e o Feminismo”. *A Mulher e a Criança*. Lisboa: Tipografia A. de Mendonça. 2º ano,nº4, 1 Abril de 1910.14.
- Anónimo. “Nova Proeza das Sufragistas”. *A Capital*. Lisboa: Oficina de Impressão Rui da Bica, 71, 5º ano,nº1417, 13 de Julho de 1914.1.
- Anónimo. “Pelo Correio: Um Expediente das Sufragistas”. *A Lucta*. Lisboa: Empresa de Propaganda Democrática, 4º ano, nº 1, 116, 1 de Março de 1909. 1.
- Anónimo. “Política de Saias: Sufragistas e Anti-Sufragistas”. *A Lucta*. Lisboa: Empresa de Propaganda Democrática, 3º ano, nº 736, 1 de Agosto de 1908 .1.
- Anónimo. “Saias e Calças – As Sufragistas na América Deixam a Perder de Vista, e muito, suas ‘Correligionárias’ Inglesas. *O Intransigente*. Lisboa: Composição Travessa do Carmo, 11,III ano,nº 850, 7 de Maio de 1913.1.

- Anónimo. “Saías e Calções – As Sufragistas Inglesas Continuam Praticando Desmandos”. *O Intransigente*. Lisboa: Composição Travessa do Carmo, 11, III ano, nº 654, 26 de Fevereiro de 1913.2.
- Anónimo. “Sufrágio Feminino”. *A Mulher e a Criança*. Lisboa: Tipografia A. de Mendonça. 3º ano, nº6, 1 de Março de 1911.6.
- Anónimo. “As Sufragistas – Assalto ao Parlamento Inglês”. *A Lucta*. Lisboa: Empresa de Propaganda Democrática, 3º ano, nº769, 14 de Fevereiro de 1908.1.
- Anónimo. “As Sufragistas – Dinheiro não lhes Falta”. *A Lucta*. Lisboa: Empresa de Propaganda Democrática, 2º ano, nº 687, 23 de Novembro de 1907. 1.
- Anónimo. “As Sufragistas.” *O Intransigente*. Lisboa: Editora: Composição Travessa do Carmo, 11, III ano, nº 789, 24 de Fevereiro de 1913.1.
- Anónimo. “As Sufragistas Inglesas”. *A Capital*. Lisboa: Oficina de Impressão Rui da Bica, 71, 4º ano, nº1292, 10 de Março de 1914.1.
- Anónimo. “As Sufragistas Inglesas – Ministro Insultado, Apunhado, Espancado”. *A Lucta*. Lisboa: Empresa de Propaganda Democrática, 3º ano nº 940, 11 de Junho de 1909.2.
- Anónimo. “As Sufragistas Inglesas”. *A Vanguarda*. Lisboa: Redacção, Oficinas de Composição e Impressão e Estereotipia Rua Luz Soriano 48, XI ano, nº 3983, 30 de Outubro 1908.1.
- Anónimo. “As Sufragistas – O Voto Feminino: Um Ministro em Calças Pardas”. *A Lucta*. Lisboa: Empresa de Propaganda Democrática, 3º ano, nº1106, 12 de Dezembro de 1908.1.
- Anónimo. “Telegramas do Estrangeiro – Desastres de uma Sufragista”. *A Vanguarda*. Lisboa: Redacção, Oficinas de Composição e Impressão e Estereotipia Rua Luz Soriano 48, 11º ano, nº 3427, 11 de Junho de 1908.2.

Anónimo. “Telegramas do Estrangeiro – A Liga Anti-Sufragista – As Sufragistas em Croydon – As Colónias e a Esquadra ”. *A Vanguarda*. Lisboa: Redacção, Oficinas de Composição e Impressão e Estereotipia Rua Luz Soriano 48, XII ano,nº 4386, 28 de Março de 1909.1

Anónimo. “Telegramas do Estrangeiro – As Sufragistas em Balão”. *A Vanguarda*. Lisboa: Redacção, Oficinas de Composição e Impressão e Estereotipia Rua Luz Soriano 48, XII ano,nº 4350, 19 de Fevereiro de 1909.1.

Anónimo. “Telegramas do Estrangeiro – Sufragistas Condenadas”. *A Vanguarda*. Lisboa: Redacção, Oficinas de Composição e Impressão e Estereotipia Rua Luz Soriano 48, XI ano,nº 4131, 1908.3.

Anónimo. “Telegramas do Estrangeiro – As Sufragistas Inglesas”. *A Vanguarda*.

Lisboa: Redacção, Oficinas de Composição e Impressão e Estereotipia Rua Luz Soriano 48, XI ano,nº 4166, 15 de Fevereiro de 1908.2.

Anónimo. “Telegramas do Estrangeiro – As Sufragistas Inglesas”. *A Vanguarda*. Lisboa: Redacção, Oficinas de Composição e Impressão e Estereotipia Rua Luz Soriano 48, XII ano,nº 4460, 11 de Junho de 1909.1.

Anónimo. “Telegramas do Estrangeiro – As Sufragistas Triunfam”. *A Vanguarda*. Lisboa: Redacção, Oficinas de Composição e Impressão e Estereotipia Rua Luz Soriano 48. XII ano,nº 4501, 22 de Julho de 1909.1.

Anónimo. “As Tropelias das Sufragistas”. *A Capital*. Lisboa: Oficina de Impressão Rui da Bica, 71, 4º ano,nº1305, 22 de Maio de 1914.1.

Anónimo. “O Voto das Mulheres”. *A Mulher e a Criança*. Lisboa: Tipografia A. de Mendonça. 2º ano,nº19, 1 de Novembro de 1910.6-7.

Anónimo. “O Voto das Mulheres: Surge Contra as Sufragistas um Inimigo Poderoso ”. *A Lucta*. Lisboa: Empresa de Propaganda Democrática, 3º ano, nº 886, 12 de Junho de 1908.1.

- Brun, André. “Migalhas – Bilhete a MistressPankhurst”. *A Capital*. Lisboa: Oficina de Impressão Rui da Bica, 71, 5º ano,nº 1559, 4 de Dezembro de 1914.1.
- Correa, José Armandio Guerreiro. “Cartas da Inglaterra – Correspondência paraA *Lucta*”. *A Lucta*. Lisboa: Empresa de Propaganda Democrática, 3º ano, nº 768, 8 de Dezembro de 1909.1.
- Costa, Emílio. “Feminismo”. *A Lucta*. Lisboa: Empresa de Propaganda Democrática, 3º ano, nº 827, 13 de Abril de 1908.1.
- Fonseca, Tomás da. “Glória às Mulheres”. *A Mulher e a Criança*. Lisboa: Tipografia A. de Mendonça. 2º ano,nº8, 1 de Agosto de 1910.7-8.
- Garção, Mayer. “O Voto Feminino”. *A Capital*. Lisboa: Oficina de Impressão Rui da Bica, 71, 3º ano,nº 1023, 5 de Junho de 1913.1.
- Nogueira, Luís de Almeida. “Feminismo – O Movimento Internacional do Sufrágio das Mulheres.” *A Vanguarda*. Lisboa: Redacção, Oficinas de Composição e Impressão e Estereotipia Rua Luz Soriano 48, XXI ano,nº 7534,20 de Julho de 1911.1.
- Osório, Ana de Castro. “Libertação Feminina”. *O Mundo*. Lisboa: Composição e Impressão Rua do Mundo 95 a 103, 17º ano,nº 15111, 18 de Abril de 1917. 1.
- Piçarra, Ladislau. “A Mulher Moderna”. *A Lucta*. Lisboa: Empresa de Propaganda Democrática, 4º ano, nº 1427, 8 de Dezembro de 1909. 1.
- Veleda, Maria. “ O Sufrágio Feminino”. *A Vanguarda*. Lisboa: Redacção, Oficinas de Composição e Impressão e Estereotipia Rua Luz Soriano 48, XII ano,nº 4465, 16 de Junho de 1909.1.
- . “As Sufragistas Triunfam”. *A Vanguarda*. Lisboa: Redacção, Oficinas de Composição e Impressão e Estereotipia Rua Luz Soriano 48, XII ano,nº 4503, 24 de Julho de 1909.1.

II) Fontes Secundárias

1. Relações Luso-Britânicas

Almada, José de. *A Aliança Inglesa: Subsídios para o seu Estudo*. 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1947.

Bell, Aubrey. *Portugal of the Portuguese*. New York: Charles Scribners Sons, 1915: <https://archive.org/details/portugalofportug00bellrich/page/iii>. Data de acesso: 3/02/2018.

Castro, Luiz Vieira de. *D Carlos I: Elementos de História Diplomática*. Lisboa: Editorial Império, 1936.

Guedes, Armando Marques. *A Aliança Inglesa. Notas de História Diplomática: 1383-1943*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1943.

Pereira, Teresa Raquel Nunes, *Impérios Digitais: dos Choques Culturais Anglo-Portugueses aos Jogos de Vídeo de Estratégia. Dissertação de Mestrado*.
https://run.unl.pt/bitstream/10362/13609/1/Teresa_Pereira.Imp%C3%A9rios_Digitais.Capa_2014.pdf. Data de acesso: 10/1/2019.

Ramos, Rui. “Aparências e Realidades: os Republicanos Perante a Aliança Inglesa, até à Primeira Guerra Mundial.” *A Primeira República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*. Coordenação de Filipe Ribeiro de Meneses e Pedro Aires Oliveira. Lisboa: Tinta-da-China, 2011. 80-100.

Teixeira, Nuno Severiano. *O Poder e a Guerra, 1914-1918: Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Estampa, 1996.

Terenas, Gabriela Gândara. “Portugal and the Allies: os Britânicos e a Participação de Portugal na Primeira Grande Guerra”. *Revista Matria Digital*.
<http://matriadigital.cm-santarem.pt/images/numero4/gndara.pdf>. Data de acesso: 15/04/2018.

Vincent-Smith, John. *As Relações Políticas Luso-Britânicas 1910-1916*. Tradução de Maria Helena Fernandes. Coleção Horizonte. Lisboa: Livros Horizonte, 1975.

Young, George. *Portugal Old and Young. An Historical Study*. Oxford: Clarendon Press, 1917.
<https://archive.org/details/portugaloldyoung00youunrich/page/n5>:
Data de acesso: 26/04/2018.

2. Histórias de Portugal e da Grã-Bretanha

Adams, W.S.. *Edwardian Portraits*. London: Secker&Warburg, 1957.

Almeida, João Marques de e Rui Ramos (coord.). *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal: Séc. XIX-XX*. Lisboa: Cosmos, 2008.

Brendon, P., *Eminent Edwardians. Four Figures Who Defined their Age: Northcliffe, Balfour, Pankhurst, Baden-Powell*. London: Pimlico, 2003.

Catroga, Fernando. *O Republicanismo em Portugal: Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1991.

Ford, Boris (ed.) *The Cambridge Cultural History of Britain. Early Twentieth-Century Britain*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, vol. 8.

Hattersley, Roy. *The Edwardians*. London: Little, Brown, 2004.

Houass, Ilham. *A Conferência de Algeciras de 1906: a Posição Portuguesa Face à Questão Marroquina*:
http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/27381/2/ulfl219406_tm.pdf.
Data de acesso: 1/02/2018.

Nowell-Smith, Simon (ed.), *Edwardian England 1901-1914*. London/New York, Oxford University Press, 1964.

Mira, Ferreira de e Aquilino Ribeiro. *Brito Camacho*. 2ª ed. Lisboa: Bertrand, 1948 (1ª edição: 1942).

Proença, Maria Cândida (coordenação de). *Evento – Educar: Educação para Todos. Ensino na I República*. Lisboa: INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2011.

Pugh, Martin. *State and Society. A Social and Political History of Britain 1870-1997*. London/New York: Arnold/Oxford University Press, 1999 (1st edition: 1994).

Ramos, Rui. *D. Carlos*. Coleção Reis de Portugal. 2ª ed. Lisboa: Temas e Debates, 2007 (1ª edição: 2006).

Samara, Maria Alice, *As Repúblicas da República. História, Cultura Política e Republicanismo*. Dissertação de Mestrado. <https://run.unl.pt/handle/10362/5572> Data de Acesso: 10/08/2018.

Thompson, F.M.L. (ed.), *The Cambridge Social History of Britain 1750-1950*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Thompson, Paul. *The Edwardians: the Remaking of British Society*. London/New York: Routledge, 1992.

Valente, Vasco Pulido. *O Poder e o Povo: a Revolução de 1910*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1976.

Ventura, António. *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal: As Convergências Possíveis (1862-1910)*. Lisboa: Cosmos, 2000.

Wrigley, Chris (ed.) *A Companion to Early Twentieth Century Britain*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 2003.

3. Imprensa e Propaganda

Araújo, Domingos da Silva. *Vamos Falar de Jornalismo*. 2ª edição. Lisboa: Direcção Geral da Comunicação Social, 1990 (1ª edição: 1988).

- Baptista, Jacinto. *Um Jornal na Revolução: O Mundo de 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Seara Nova, 1966.
- Castells, Manuel. *O Poder da Comunicação*. Trad. de Rita Espanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- Correia, Fernando. *Os Jornalistas e as Notícias: A Autonomia Jornalística em Questão*. Lisboa: Caminho, 1998.
- Craig, Geoffrey. *The Media, Politics and Public Life*. Crows Nest, Australia: Allen & Unwin, 2004.
- Crato, Nuno. *A Imprensa: Iniciação ao Jornalismo e a Comunicação Social*. 3ª edição. Lisboa: Presença, 1989 (1ª edição:1983).
- Dionísio, Eduarda; Helena G. Neves; e Adriano Duarte Rodrigues. *Comunicação Social e Jornalismo*. Lisboa: A Regra do Jogo, Vol. 2., 1981-1982.
- Domenach, Jean-Marie. *A Propaganda Política*. Trad. de Ciro T. de Pádua e Revisão de José Pires. Amadora: Livraria Bertrand, 1975.
- Figueira, João. *Os Jornais Como Actores Políticos: O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2007.
- Inglis, Fred. *A Teoria dos Media*. Trad. de José Eduardo Esperança. Lisboa: Vega, 1993.
- Lemos, Mário Matos e. *Jornais Diários Portugueses do Século XX: Um Dicionário*. Coimbra: Ariadne, 2006.
- Marshall, Leandro. *O Jornalismo na Era da Publicidade*. São Paulo: Summus, 2003.
- Sousa, Jorge Pedro (coord.) *O Pensamento Jornalístico Português: Das Origens a Abril de 1974*. Covilhã: LabCom, 2010.

Tengarrinha, José. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2ª edição revista e aumentada. Lisboa: Caminho, 1989 (1ª edição: 1965).

4. Estudos sobre Mulheres e Movimentos Feministas

Bartley, Paula. *Access to History: Votes for Women 1860-1928*. 3rd edition. London: Hodder Education, 2015 (1ª ed: 2007).

Barreira, Cecília Maria Gonçalves. *Universos Femininos em Portugal. Retrato da Burguesa em Lisboa: 1890-1930*. Tese de Doutoramento em História Cultural e das Mentalidades. Lisboa: FCSH-UNL, 1991.

Beauvoir, Simone de. *O Segundo Sexo. Os Factos e os Mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. 4ª edição. Amadora: Bertrand, vol. I. 1987(1ª edição 1980).

Castro, Zília Osório de; João Esteves; e Natividade Monteiro (coord.). *Mulheres na 1ª República : Percursos, Conquistas e Derrotas*. Lisboa: Colibri, 2011.

Costa, Emílio. *As Mulheres e o Feminismo*. Lisboa: Separata da Seara Nova, 1929.

Duby, Georges e Michelle Perrot. *História das Mulheres no Ocidente: O Século XX*. Trad. Maria Helena da Cruz Coelho. Vol. V. Porto: Afrontamento, 1991.

Esteves, João. *Da Esperança à Decepção: a Ilusão do Sufrágio Feminino na Revolução Republicana Portuguesa de 1910.*: www.historiaconstitucional.com
Data de acesso: 20/08/2018

---. *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: uma Organização Política e Feminista: 1908-1919*. Lisboa: FCSH-UNL, 1991.

---. *Mulheres e Republicanismo: 1908-1928*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Presidência do Conselho de Ministros, 2008.

Garner, Les. *Stepping Stones to Women's Liberty: Feminist Ideas in the Women's Suffrage Movement 1900-1918*. London: Heineman, 1984.

- Gupta, Kat. *Representation of the British Suffrage Movement*. London: Bloomsbury Academic, 2015.
- Hollis, P., *Ladies Elect*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- Holton, Sandra & June Purvis. *Votes For Women*. London: Routledge, 2000.
- Kent, Susan Kingsley. *Gender and Power in Britain, 1640-1990*. London: Taylor & Francis e-Library, 2001.
- Lamas, Maria. *As Mulheres do Meu País*. Lisboa: Actualis, 1952.
- Lousada, Isabel. “Imprensa: Amplificador da Voz Feminina. Percursos, Conquistas e Derrotas das Mulheres na 1ª República”.
<https://run.unl.pt/handle/10362/21726> Data de Acesso: 20/02/2018.
- Marcus, Jane. *Suffrage and the Pankhursts*. Vol. III. London: Routledge, 2001.
- Mariano, Fátima. *As Mulheres e a I República*. Lisboa: Caleidoscópio, 2011.
- Monteiro, Natividade. *Maria Veleda (1871-1955): Uma Professora Feminista, Republicana e Livre Pensadora*. Olhão: Gente Singular, 2012.
- Oliveira, Américo Lopes. *Dicionário de Mulheres Célebres*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1981.
- Osório, Ana de Castro. *As Mulheres Portuguesas*. Lisboa: Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905. Cópia digitalizada pela Biblioteca Nacional de Lisboa:
<http://purl.pt/13902/3/#/1> .Data de Acesso: 20/02/2018.
- Pankhurst, Emmeline. *My Own Story*. E-book Produced by Chuck Greif and Martin Pettit. Toronto: University of Toronto Libraries and the Online Distributed Proofreading Team at <http://www.pgdp.net> :
file:///E:/[Emmeline_Pankhurst]_My_own_story(b-ok.org).pdf. Data de acesso: 20/07/2018

Pugh, Martin, *The Pankhursts*. London: Allen Lane, 2001.

---. *Women and the Women's Movement in Britain, 1914-1999*. 2nd Edition. London: Palgrave Macmillan, 2000 (1st ed: 1992).

Silva, Maria Regina Tavares da. *Feminismo em Portugal na Voz de Mulheres Escritoras do Início do Séc. XX*. Cadernos Condição Feminina, nº 15. 2^a ed. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1992 (1^a edição 1982).

Sousa, Maria Reynolds de. *A Concessão de Voto às Portuguesas: Breve Apontamento*. Coleção Fio de Ariana, nº 3. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2006.

Vaquinhas, Irene. *Senhoras e Mulheres na Sociedade Portuguesa do Século XIX*. Lisboa: Colibri, 2000.

Wollstonecraft, Mary. *A Vindication of the Rights for Woman*, 1792: <http://pinkmonkey.com/dl/library1/vindicat.pdf>. Data de acesso: 10/05/2018.

5. Imagologia

Beller, Manfred e Joep Leerssen. *Imagology. The Cultural Construction and Literary Representation of National Characters: a Critical Survey*. Amsterdam: Rodopi, 2007.

Hall, Stuart. *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. London: Sage Publications, 2003.

Lévinas, Emmanuel. *Alterity and Transcendence*. Transl. by Michael B. Smith. London: The Atllone Press, 1998.

Machado, Álvaro Manuel e Daniel-Henri Pageaux. *Literatura Portuguesa, Literatura Comparada, Teoria da Literatura*. Lisboa: Edições 70, 1982.

Nöth, Winfried e Lucia Santaella, *Imagem: Cognição, Semiótica, Mídia*. São Paulo: Editora Iluminaras, 1997.

Quinet, Antonio. *Um Olhar a Mais – Ver e Ser Visto na Psicanálise*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004 (1ª edição 2002).

Sousa, Celeste Henriques Marquês Ribeiro de. *Do Cá e do Lá: Introdução à Imagologia*. São Paulo: Humanitas, 2004.

Terenas, Gabriela Gândara, “De Cultura a Cultura”. *Diagnoses Especulares: Imagens da Grã-Bretanha na Imprensa Periódica Portuguesa (1865-1890)*. Tese de Doutorado. Lisboa: FCSH, 2004, vol. I. 15-47.

6. Varia

Bakhtin, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 12ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2006. http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Bakhtin-Marxismo_filosofia_linguagem.pdf. Data de acesso: 15/06/2018.

Bassnett, Susan. *Translation Studies*. Third edition, London: Routledge, 2002 (1ª edição: 1980).

Lima, Magalhães. *Episódios da Minha Vida*. Lisboa: Livraria Universal, 1927.

Steiner, George, *After Babel: Aspects of Language and Translation*. Third Edition. Oxford: Oxford University Press, 1988 (1ª edição: 1975).

E' hoje que reassume a direcção politica do *Diário Popular* o sr. José d'Arce.

[illegible][illegible]

Grêve monstro
A colza vem de America. Mais de 100.000 produtores de canola da França e da Alemanha estão em greve, ameaçando com o petróleo, no caso de não se desistirem de suas reivindicações. Os Estados Unidos também estão ameaçando os asiáticos, e é só por isso que representam uma força econômica e política no mundo. Em 1993, os Estados Unidos foram a primeira nação a fazer reclamações.

'Bonne presse'
Disse o senhor Xavier que o ex-D. Manuel tava em Paris para uma homenagem. Mas não foi. Foi para uma reunião com os ministros. E, mesmo, digamos em mau humor, mas, fôcil de se perceber, não foi para uma homenagem. A nossa frase sobre o primeiro tempo ou seja, mais tarde, não se aplica. O segundo tempo não aconteceu jamais.

[illegible]

Tapando o crime
Segundo uma nota oficial do Ministério da Justiça, o Sr. Wladimir de Lima produziu no Parlamento, durante o debate sobre o assassinato de Kennedy, uma declaração de recusa a responder a certas perguntas sobre a sua participação no assassinato de Kennedy. O Sr. Wladimir de Lima afirmou que não se lembra de ter estado presente no momento do assassinato de Kennedy e que não se lembra de ter estado presente no momento do assassinato de Kennedy.

A situação política

[illegible]

uma dose a
manhã.
uma dose a
noite, e por
alguns dias
dele dar-lhe
alguma co-
sa que se en-
gastasse no
dia seguinte.
Já passava
com a minha
mulher alguns
dias sem bre-
veja e me bre-
veja-me te-
ria mais apas-
sionado se-
de todos os

Despiste, ele sempre me tratava com a
vida, perdoava, regularmente se prostra-
va perante mim, e me fazia a festa de
uma vez a cada quinze dias, e me dava
uma peça de roupa de cada vez.
Depois de ter procurado o meio de
criar a minha família, e depois de ter
conseguido de possuir Magdalena, chegou
a hora de me fazer a felicidade de ter
uma esposa.
E, sem consultar a minha mulher,
já antes disso, eu já tinha comprado a
cozinha do uso agual presente, que

[illegible][illegible]

mento de que as nossas crenças políticas e religiosas não são capazes de fazer-nos esquecer o recenseamento; tem apenas em vista o contribuir para que todos exerçam os seus deveres cívicos, e que os cidadãos que se julgam republicanos ou socialistas.

Marinha de guerra

Desperas — Navios — Quadros

Agora, que tanto se fala nos Dreadnoughts e Super-Dreadnoughts que estão sendo construídos em França, na Alemanha e na Inglaterra, e se joga com milhares

S. N. B. A. D. O. A. Desloca- gem dos Taie. Patria Para tes, ca chinba- lido. Equi- cado de Fica pe- A re

milhares de toneladas de uma simplicidade e um despreendimento surpreendentes, não há força de propósito perguntar onde está a nossa marinha de guerra.

Procurando com algum cuidado, encontramos relativamente pouca coisa no orçamento. E vamos, que se encontra alguma coisa de valor.

Quanto custa a marinha? Segundo o orçamento de 1999-2001, a marinha de guerra custa:

Despesa extra-orçamentária	3,396,000,000
Despesa extra-orçamentária	8,000,000

Uns **458 milhões de reais**, para uma frota que não para menos.

Pessoal	
Pessoal militar ativo	1.596,34 (1985)
Pessoal militar inativo	563,94 (1985)
Pessoal civil ativo	1.040,36 (1985)
Pessoal civil inativo	279,30 (1985)
Retribuições, passagens, etc.	577,34 (1985)
	Subtotal: 3.557,30
Material - Outros encargos	
Material e outros des- pesas	700,11 (1985)
Materiais de telegrafia em uso	1.000,00 (1985)
Equipamentos e material de defesa movel	165,53 (1985)
Subsidios de navegação	531,99 (1985)

[illegible][illegible]

— São dadas, mas por alto; comido, e, em princípio, não resolve, além disso, o caso de obter para Dabulão, ao se meter a medir.

— Mas não está dito. Espero que se dê a ver, mas não. Mas me fale, Sr. Marcel, muito me interessaria saber se há alguma possibilidade de se obter uma inesperada honra, talvez com, ou sem, ajuda, do Obsequioso e grosseiro a

s.
na
do
e

phal
ertu-
rida
po-
ves-
ncie
s in-
que,
uva-
co-
a cá
sua
o da
urgo

mili-
 eden-
 an-
 cas
 e de-
 que
 apere
 o lu-
 Viva
 a
 r
 fran-
 is ve-
 io ca-
 agal e
 rem-
 o que
 ra do
 nada

regui-
sistia
co, e
Ligh
co pa-
cho da
lanças
e e vo-
cinde
toda-
ção
se sua
spathi-

so mo-
m ma-
le vinte
s, con-
ressões
acabru-
ada do
dizer a
politico
n Paris,
ntimen-
vel Xa-
nos pro-
de fran-
suspica-
ções, a
e. E. de-

abandonado
Manuel:
cado en-
andam
so hui-
manol Ok!
le prin-
ouvimos
das pari-
do str.
ados tes-
fica-se a
riosa his-
the atinar
SUA VON.
Manuel

do na repa-
do, disse que
amento de sua
eigar com a
rel, se se di-
que tinham
pecunarios
antigo do
a sua educa-
na morte de
ritar na re-
e as expec-
peranças de
para Magda-
cis politicas e
na (Luitvold
silla de Pres-
e os fazen

(Continua)

4.º anno

Bruto CAMACHO

Redacção e Impressão: Rua da ...
Lisboa, 1.º de Março de 1909

QUESTÕES PEDAGÓGICAS

Os velhos regulamentos escolares...
A disciplina, a moral, a cultura...
O papel do professor...
A formação do aluno...

Uma forma de...
A disciplina, a moral, a cultura...
O papel do professor...
A formação do aluno...

Uma forma de...
A disciplina, a moral, a cultura...
O papel do professor...
A formação do aluno...

Uma forma de...
A disciplina, a moral, a cultura...
O papel do professor...
A formação do aluno...

Uma forma de...
A disciplina, a moral, a cultura...
O papel do professor...
A formação do aluno...

Lisboa, Segunda-feira 1 de Março de 1909



PARA AUMENTAR O EXERCÍCIO

Notas systemáticas de recreamento...
O exercício voluntário de legião...
A importância do recreio...

Uma forma de...
A disciplina, a moral, a cultura...
O papel do professor...
A formação do aluno...

Uma forma de...
A disciplina, a moral, a cultura...
O papel do professor...
A formação do aluno...

Uma forma de...
A disciplina, a moral, a cultura...
O papel do professor...
A formação do aluno...

Uma forma de...
A disciplina, a moral, a cultura...
O papel do professor...
A formação do aluno...

Lisboa, Segunda-feira 1 de Março de 1909



PARA AUMENTAR O EXERCÍCIO

Notas systemáticas de recreamento...
O exercício voluntário de legião...
A importância do recreio...

Uma forma de...
A disciplina, a moral, a cultura...
O papel do professor...
A formação do aluno...

Uma forma de...
A disciplina, a moral, a cultura...
O papel do professor...
A formação do aluno...

Uma forma de...
A disciplina, a moral, a cultura...
O papel do professor...
A formação do aluno...

Uma forma de...
A disciplina, a moral, a cultura...
O papel do professor...
A formação do aluno...

Lisboa, Segunda-feira 1 de Março de 1909



PARA AUMENTAR O EXERCÍCIO

Notas systemáticas de recreamento...
O exercício voluntário de legião...
A importância do recreio...

Uma forma de...
A disciplina, a moral, a cultura...
O papel do professor...
A formação do aluno...

Uma forma de...
A disciplina, a moral, a cultura...
O papel do professor...
A formação do aluno...

Uma forma de...
A disciplina, a moral, a cultura...
O papel do professor...
A formação do aluno...

Uma forma de...
A disciplina, a moral, a cultura...
O papel do professor...
A formação do aluno...

Lisboa, Segunda-feira 1 de Março de 1909



PARA AUMENTAR O EXERCÍCIO

Notas systemáticas de recreamento...
O exercício voluntário de legião...
A importância do recreio...

Uma forma de...
A disciplina, a moral, a cultura...
O papel do professor...
A formação do aluno...

Uma forma de...
A disciplina, a moral, a cultura...
O papel do professor...
A formação do aluno...

Uma forma de...
A disciplina, a moral, a cultura...
O papel do professor...
A formação do aluno...

Uma forma de...
A disciplina, a moral, a cultura...
O papel do professor...
A formação do aluno...

Republican

no. Felicitações
aqueiro Pro-
de 5 de Abril
do Directorio

As apreciações da imprensa

As apreciações da imprensa
geira.

○ dr. Alberto Costa diz que manaria que o Directorio tivesse p. crear la flora uma atmosphera de movimento republicano part. pergunta o que fez o Directorio sentido. Temois feito um grand. uso de rhetorica, sendo necessario mais alguma coisa.

○ sr. Ribes de Avellar' man. uma regular moção:

«O Congresso do partido rep.

laborio por elle apresentado, dá aprovação, reservando apenas a liberdade d'acção em relação ao ponto sobre o manifesto sobre a mo-

Antônio José d'Almeida explica o Diretorio no sentido de não ser estrangeiro a campanha que se inicia contra o palácio e contra o publicano. Encarece os serviços pelo dr. Magalhães Lima, e as coisas de jornalistas estrangeiros com a notícia mais eminentes correio.

O sr. França Borges apresenta
te moções

O Sr. Antão de Carvalho apresentou o seguinte projeto:

O Congresso, ouvido e relatando as explicações do Director do plano combatendo dos actos de corrupção da vida politica republicana, resolve que os membros

negem a dedicação e ao esforço
os membros do Directorio: co-
equi o seu aplauso e passa á se-
te da ordem do dia.

O sr. Ribas de Avelar manifestou o seguinte requerimento:

«Requeiro que se dê por rubricado e discutido o estatuto do Directo-
ria geralidade como na esp.
com prejuizo dos oradores locais.
Entra em discussao o projecto
relativo.

O sr. dr. Bernardino Machad
sempre falou com os estrangei-
ros do Directo, salvo quasi

O sr. França Borges diz que viu um erro de feição que des-

O sr. dr. Affonso Costa abunda expensas pelo sr. Brito Camacho.

...ato de malfétores, porque necessitam de fôlego nas arrecadações e presta amedidas.

Por certo, era natural que um renascimento de novo visse "um sistema de conspiração, ou, por uma manifestação de esperanças reservadas, sob o ponto político. Facilmente se podia pensar em casos de necessidade, à guisa de tentativas de revolução, ou mas não verdade."

Restavam os demissionários e, então, os descontentes e uma parte destes, o mais elevado em

Amor. Armado estava casado havia seis meses. Negociava-se com a sua imperador. Contudo, no Oyster, havia um pequeno mundo que possivelmente um

Os governos e o parlamento

A este dia depois da abertura da sessão do parlamento, quando se reuniram os deputados e senadores para a primeira sessão da legislatura, os governos e o parlamento não se encontram em condições de trabalhar. Os governos não se encontram em condições de trabalhar, porque não têm a maioria necessária para trabalhar. O parlamento não se encontra em condições de trabalhar, porque não tem a maioria necessária para trabalhar. Os governos e o parlamento não se encontram em condições de trabalhar, porque não têm a maioria necessária para trabalhar.

Em plena luta

Os últimos momentos da sessão do parlamento foram marcados por uma luta intensa entre os governos e o parlamento. Os governos não se encontram em condições de trabalhar, porque não têm a maioria necessária para trabalhar. O parlamento não se encontra em condições de trabalhar, porque não tem a maioria necessária para trabalhar. Os governos e o parlamento não se encontram em condições de trabalhar, porque não têm a maioria necessária para trabalhar.

Em plena luta

Os últimos momentos da sessão do parlamento foram marcados por uma luta intensa entre os governos e o parlamento. Os governos não se encontram em condições de trabalhar, porque não têm a maioria necessária para trabalhar. O parlamento não se encontra em condições de trabalhar, porque não tem a maioria necessária para trabalhar. Os governos e o parlamento não se encontram em condições de trabalhar, porque não têm a maioria necessária para trabalhar.

Em plena luta

Os últimos momentos da sessão do parlamento foram marcados por uma luta intensa entre os governos e o parlamento. Os governos não se encontram em condições de trabalhar, porque não têm a maioria necessária para trabalhar. O parlamento não se encontra em condições de trabalhar, porque não tem a maioria necessária para trabalhar. Os governos e o parlamento não se encontram em condições de trabalhar, porque não têm a maioria necessária para trabalhar.

Uma resurreição

A sessão do parlamento foi marcada por uma resurreição. Os governos não se encontram em condições de trabalhar, porque não têm a maioria necessária para trabalhar. O parlamento não se encontra em condições de trabalhar, porque não tem a maioria necessária para trabalhar. Os governos e o parlamento não se encontram em condições de trabalhar, porque não têm a maioria necessária para trabalhar.

Em plena luta

Os últimos momentos da sessão do parlamento foram marcados por uma luta intensa entre os governos e o parlamento. Os governos não se encontram em condições de trabalhar, porque não têm a maioria necessária para trabalhar. O parlamento não se encontra em condições de trabalhar, porque não tem a maioria necessária para trabalhar. Os governos e o parlamento não se encontram em condições de trabalhar, porque não têm a maioria necessária para trabalhar.

Em plena luta

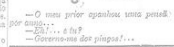
Os últimos momentos da sessão do parlamento foram marcados por uma luta intensa entre os governos e o parlamento. Os governos não se encontram em condições de trabalhar, porque não têm a maioria necessária para trabalhar. O parlamento não se encontra em condições de trabalhar, porque não tem a maioria necessária para trabalhar. Os governos e o parlamento não se encontram em condições de trabalhar, porque não têm a maioria necessária para trabalhar.

Em plena luta

Os últimos momentos da sessão do parlamento foram marcados por uma luta intensa entre os governos e o parlamento. Os governos não se encontram em condições de trabalhar, porque não têm a maioria necessária para trabalhar. O parlamento não se encontra em condições de trabalhar, porque não tem a maioria necessária para trabalhar. Os governos e o parlamento não se encontram em condições de trabalhar, porque não têm a maioria necessária para trabalhar.

Editor — JOÃO DE MENEZES
Propriedade da Imp. de Prop. Democrática
Redacção, administração, typographia
e officina de impressão
rua do Calhariz, 12. (Palácio Azambuja)
Toda a correspondência relativa à redacção
deve ser dirigida ao Director
e não a qualquer outro
Endereço telegraphico: ACTUL — Lisboa

BAROMETRO, de 8 h. da manhã.			
Forte.....	758,3	Evora.....	760,4
Guarda.....	760,0	Sagres.....	760,0
Coimbra.....	758,0	P. Delgada.....	766,7
Lisboa.....	759,9	Funchal.....	760,4
Máxima, 766,7—Mínima, 758,0			
TEMPERATURA, de 9 h. da manhã.			
Forte.....	9,5	Evora.....	9,6
Guarda.....	9,0	Sagres.....	10,0
Coimbra.....	9,0	P. Delgada.....	12,0
Lisboa.....	12,2	Funchal.....	14,2
Máxima, 14,3—Mínima, 9,0			
Vibor de 2 (Temperatura máxima, 14,7)			



O que nos diz o director da fiscalisação do governo

151

Director e proprietario—França Borges

ANDANDO... Partido Republicano

O que temos aqui é o resultado de uma situação política que se tornou insustentável. O partido republicano, que se apresentava como o único representante da liberdade e da justiça, vê-se hoje obrigado a reconhecer a sua incapacidade para governar o país. A situação política tornou-se tão grave que não há mais espaço para dúvidas. O partido republicano, que se apresentava como o único representante da liberdade e da justiça, vê-se hoje obrigado a reconhecer a sua incapacidade para governar o país.

ANDANDO... AS GREVES

Um facto eloquente. As greves em Portugal são um fenómeno que não pode ser ignorado. Elas representam a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e salários. É um sinal de que a sociedade portuguesa está a despertar e a lutar por uma maior justiça social. As greves são um facto eloquente que não pode ser ignorado.

ANDANDO... PORTUGAL E O VOTO DAS MULHERES

Portugal e o voto das mulheres. Este é um tema que tem vindo a ganhar importância nos últimos tempos. A luta pelo sufrágio feminino é uma das grandes questões da actualidade. É necessário que se reconheça o papel das mulheres na sociedade e que se lhes conceda o direito de voto. Portugal e o voto das mulheres.

PORTUGAL E O VOTO DAS MULHERES

Portugal e o voto das mulheres. Este é um tema que tem vindo a ganhar importância nos últimos tempos. A luta pelo sufrágio feminino é uma das grandes questões da actualidade. É necessário que se reconheça o papel das mulheres na sociedade e que se lhes conceda o direito de voto. Portugal e o voto das mulheres.

PORTUGAL E O VOTO DAS MULHERES

Portugal e o voto das mulheres. Este é um tema que tem vindo a ganhar importância nos últimos tempos. A luta pelo sufrágio feminino é uma das grandes questões da actualidade. É necessário que se reconheça o papel das mulheres na sociedade e que se lhes conceda o direito de voto. Portugal e o voto das mulheres.

PORTUGAL E O VOTO DAS MULHERES

Portugal e o voto das mulheres. Este é um tema que tem vindo a ganhar importância nos últimos tempos. A luta pelo sufrágio feminino é uma das grandes questões da actualidade. É necessário que se reconheça o papel das mulheres na sociedade e que se lhes conceda o direito de voto. Portugal e o voto das mulheres.

AS GREVES

Um facto eloquente. As greves em Portugal são um fenómeno que não pode ser ignorado. Elas representam a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e salários. É um sinal de que a sociedade portuguesa está a despertar e a lutar por uma maior justiça social. As greves são um facto eloquente que não pode ser ignorado.

AS GREVES

Um facto eloquente. As greves em Portugal são um fenómeno que não pode ser ignorado. Elas representam a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e salários. É um sinal de que a sociedade portuguesa está a despertar e a lutar por uma maior justiça social. As greves são um facto eloquente que não pode ser ignorado.

AS GREVES

Um facto eloquente. As greves em Portugal são um fenómeno que não pode ser ignorado. Elas representam a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e salários. É um sinal de que a sociedade portuguesa está a despertar e a lutar por uma maior justiça social. As greves são um facto eloquente que não pode ser ignorado.

COLLABORAÇÃO FEMININA

COLLABORAÇÃO FEMININA. Este é um tema que tem vindo a ganhar importância nos últimos tempos. A luta pelo sufrágio feminino é uma das grandes questões da actualidade. É necessário que se reconheça o papel das mulheres na sociedade e que se lhes conceda o direito de voto. COLLABORAÇÃO FEMININA.

COLLABORAÇÃO FEMININA

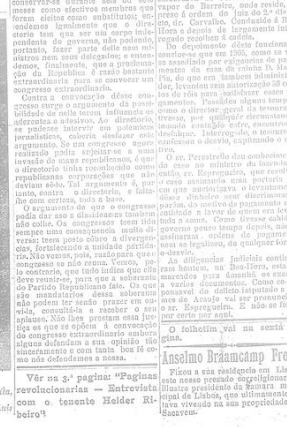
COLLABORAÇÃO FEMININA. Este é um tema que tem vindo a ganhar importância nos últimos tempos. A luta pelo sufrágio feminino é uma das grandes questões da actualidade. É necessário que se reconheça o papel das mulheres na sociedade e que se lhes conceda o direito de voto. COLLABORAÇÃO FEMININA.

COLLABORAÇÃO FEMININA

COLLABORAÇÃO FEMININA. Este é um tema que tem vindo a ganhar importância nos últimos tempos. A luta pelo sufrágio feminino é uma das grandes questões da actualidade. É necessário que se reconheça o papel das mulheres na sociedade e que se lhes conceda o direito de voto. COLLABORAÇÃO FEMININA.



Comissão Municipal Republicana de Lisboa



Comissão Municipal Republicana de Lisboa



Comissão Municipal Republicana de Lisboa



Comissão Municipal Republicana de Lisboa

[illegible]

O serviço de polícia foi feito pelos guardas e esquadra da Ajuda, sob o comando do seu chefe.

...estas 11 horas e três quartos da tarde, de lustrar o lustro pelo aljubar da chaminé e a andar pelo porta 578, da rua da Princesa, resplandecia do Sr. Manoel J. Ribeiro de Carvalho, com a guarda na A. Comendador da Pólvora.

A propriedade pertence a D. Catharina C. d'Albuquerque, e está segura na Companhia Fidejussora.

O logo não causou nenhuma impressão.

Compreendi o pessoal a maioria do quartel I que logo me deu a palavra.

Sociedade de Geografia

Excursão à Batúlia

Reuniram-se nesta noite a seis com-estudo encaminhada de levar a efeito uma excursão da Sociedade de Geografia à Batúlia, presidido e Sr. Almeida.

Foi presente e recebida com muito agrado um grupo de Sr. Tito Lacerda director da "Revista

É provável que esta se realize no domingo de agosto, tendo a Sociedade de Geografia uma festa comemorativa.

A Sociedade de Geografia irá em comboio especial até Leiria, estando ali preparados o almoço e jantar para os excursionistas.

O sr. Mendonça e Costa, que esteve presente, foi encarregado de coligir todas as informações precisas para a organização definitiva do programa da excursão.

Liga dos Interesses públicos

Como assistimos resultu bastante, na sala "Xiquanque" da Sociedade de Geografia, mais uma vez a comissão permanente de vigilância contra o contrato com a Companhia Carris de Ferro de Leiria e entre outros assuntos de que se tratou, preside o sr. presidente do conselho municipal.

Para levar a efeito o seu propósito a comissão pôde contar a redacção da representação que ha de se entregar ao sr. ministro de Relações Exteriores.

Eram 11 horas da noite quando terminou a reunião, na qual toda a comissão foi unanime em votar a sua attitude de vigilância e defeza pelos interesses da população de Lisboa.

A comissão reunio novamente hoje ás 8 horas na sua Sociedade da Geographia.

25:000\$000

Na Theaterrina da Misericordia de Lisboa, ás 10 e ás 11 horas da manhã, vendem-se bilhetes de 12000 e vigesimos a 600 reis para a loteria de 1904.

SANATORIO do Seixoso - Lixa. *Deixei ali.*

Photographia Vasques
Executa artisticamente

retratos em platina
Especialidade em retratos de Bebês
2, Rua D. Pedro V
A. S. Pedro de Alcântara

"O MUNDO,"
Jornal republicano de Lisboa
ASSINATURAS
(Pagamento adiantado)
Portugal e Ilhas Adjacentes: 36.000 réis;
França: 197.000 réis por semestre; 300 réis
trimestre; África, Portugal e Ilhas: 45.000
réis; 28.000 a 18.000, União Soviética;
36.000, 45.000 e 30.000, Lisboa um a
300 réis.

COMUNICADOS E ANÚNCIOS
No 1.ª página, 13000 linhas e linhas; na 2.ª,

— Não se acultam informações anônimas!

— É isso exatamente o que nos convém...
— As coisas estavam na minha casa, na casa de Sarcenes... Vem jantar comigo na casa de Sarcenes!

— Não, não venha... É da maior importância, não venha nem veja nada disso... Devo ir a todo o custo evitar tudo aquilo possa comprometer-nos. Quando precisarmos conferenciar comigo, é quando eu estiver aqui conferenciar consigo, e não quando eu estiver em sua casa...

— Hei: ficamos combinados...

— Até breve...

— Até a vista...

— ...dale com licença, tratamos...

«Agora e os quatro Duros. Lartiguez re-
lato a casa.
«Agora temos um minuto pessoal uns a
tendo da campanha da porta da entrada.
«O novo proprietário da pequena casa da rua de
regões foi imediatamente avisar a porta, e achou
nos face das rajas de los apertada, trajando
um um crendo dura alvostela casa burguesa.
«I recordando apanhado a sua pequena
arabesca, que firma do algebrista, o em que se de
sua casaria as seguintes palavras:
«I meu nome é Domingos. Não sei andar, o
sou mudo. Sem mandado aqui pelo e se, Abade
fizes, ali de ficar no estado do a. Centena-
«I não se de crende particular, e farei que
pouca para bem cumprir os deveres do lugar.
venho aqui ocupar.»



10 horas
billetes a
a loteria

165
ente
na
kber
ara
-Liss.
rin
te
s
-an
do
IAES

uma cora
lido grosso
dele anse
e de cura e
uma perfu-

URÃO
ia
O. 1.º

MOS
Es
microscopio
das 3 e 5
paga. Tele-
o. 2.º

mça
terno
RTINS

ellos
se de

exquisito. Vendese nos bons estabelecimen-
tos por 8000 colóns.
O mais 2000 réis.
Aguarda e Algodão branco da copa e grão de collier

AVALIAÇÃO
 do Trabalho
 das do Postu-
 rias do Correl-
 o não que não
 —Portu-
 Lisboa, onde
 VA
 DA BOCCA
 porcelans,
 nes, Denta-
 (h), Cor-
 de den-
 dentes da
 ações de
 da tarde
 2.
 O,
 e Lisboa
 AS

[illegible]

...e durante o
o leitor se per-
da, a esse res-
sonâncias inter-
...e importan-
o criou que lev-
estado pelo via-
...pois era de
...sustentação, para
da chegada...
que acaba de
...penicilina;
...possibilita? Te-
...conhecido, em
[Cinthia].

156

Sabado, 26 de junho de 1939

OMUNDO

NA PROVINCIA

Com a sua grande e antiga história, o Brasil tem uma rica e variada vida provincial. Em cada uma das suas diversas regiões, há aspectos únicos de cultura, economia e sociedade. A vida provincial é marcada pela diversidade de costumes e tradições, refletindo a grandeza do território brasileiro. A proximidade com o litoral ou o interior influencia diretamente o desenvolvimento econômico e social das localidades. A vida provincial é, portanto, um reflexo da diversidade geográfica e cultural do Brasil.

Em algumas regiões, a vida provincial é marcada pela agricultura, com grandes fazendas e propriedades rurais. Em outras, a vida urbana é mais desenvolvida, com centros comerciais e industriais. A vida provincial é, portanto, um reflexo da diversidade geográfica e cultural do Brasil.

A vida provincial é marcada pela diversidade de costumes e tradições, refletindo a grandeza do território brasileiro. A proximidade com o litoral ou o interior influencia diretamente o desenvolvimento econômico e social das localidades. A vida provincial é, portanto, um reflexo da diversidade geográfica e cultural do Brasil.

Grande reunião para os militares As Plúrias Pink

Uma reunião importante para os militares ocorreu na noite de ontem, quando se discutiram as questões relacionadas à defesa nacional e à organização das forças armadas. A reunião contou com a presença de altos oficiais militares e autoridades civis, visando a coordenação das ações e a tomada de decisões importantes para o futuro do país.

Os temas abordados durante a reunião incluíam a modernização do equipamento militar, a melhoria da formação dos soldados e a otimização da logística. As discussões foram conduzidas de forma aberta e construtiva, com todos os participantes contribuindo para o bem da nação.

Arrebaldes de Lisboa

Em Lisboa, Portugal, ocorreram eventos significativos relacionados à cultura e à história da cidade. Os arrebaldes, que são celebrações tradicionais, foram realizados com grande pompa e circunstância, atraindo milhares de visitantes.

As celebrações incluíam procissões religiosas, jogos populares e apresentações artísticas. A cidade ficou repleta de vida e cor, refletindo o orgulho dos lisboetas por suas tradições e patrimônio cultural.

UMA PRÉ-PALESTINA A VIUVA ALEGRE

Em uma região do Brasil, a vida das mulheres é marcada por desafios e lutas. A viúva alegre, apesar das dificuldades, mantém um espírito positivo e luta por uma melhor vida para si e para sua família.

As condições de vida são precárias, com falta de recursos e oportunidades. No entanto, a resiliência e a força de vontade das mulheres são exemplos de coragem e determinação.

APPOSSO DE LEMOS

Em Lemos, ocorreu um episódio interessante envolvendo a posse de um terreno. O caso envolveu disputas legais e negociações complexas, refletindo a importância da propriedade e da justiça no desenvolvimento local.

O processo foi conduzido com transparência e respeito às leis, visando a resolução pacífica do conflito. O resultado foi uma decisão justa e satisfatória para todas as partes envolvidas.

Centro Dr. Antonio José de Almeida

O Centro Dr. Antonio José de Almeida é um importante centro cultural e educacional. Ele oferece uma variedade de cursos e atividades, visando ao desenvolvimento intelectual e artístico da comunidade.

O centro é conhecido por sua programação diversificada e por ser um espaço de encontro e troca de ideias. Ele desempenha um papel fundamental na formação e no crescimento da sociedade local.

Surfistas

Os surfistas estão aproveitando o verão e as ondas perfeitas das praias. A prática do surf é uma atividade popular que promove a saúde física e o contato com a natureza.

Os surfistas devem sempre tomar precauções de segurança e respeitar o meio ambiente. A prática responsável garante a sustentabilidade do esporte e a preservação das praias.

Reclamação do voto pelas mulheres em um grande fundo do mundo

A luta das mulheres por igualdade de direitos e participação política continua. A reclamação do voto é um passo importante para a conquista da cidadania plena e da justiça social.

As mulheres devem continuar a lutar por seus direitos e por uma sociedade mais justa e equitativa. A participação política é essencial para o desenvolvimento do país.

Surfistas

Os surfistas estão aproveitando o verão e as ondas perfeitas das praias. A prática do surf é uma atividade popular que promove a saúde física e o contato com a natureza.

Os surfistas devem sempre tomar precauções de segurança e respeitar o meio ambiente. A prática responsável garante a sustentabilidade do esporte e a preservação das praias.

Reclamação do voto pelas mulheres em um grande fundo do mundo

A luta das mulheres por igualdade de direitos e participação política continua. A reclamação do voto é um passo importante para a conquista da cidadania plena e da justiça social.

As mulheres devem continuar a lutar por seus direitos e por uma sociedade mais justa e equitativa. A participação política é essencial para o desenvolvimento do país.

Surfistas

Os surfistas estão aproveitando o verão e as ondas perfeitas das praias. A prática do surf é uma atividade popular que promove a saúde física e o contato com a natureza.

Os surfistas devem sempre tomar precauções de segurança e respeitar o meio ambiente. A prática responsável garante a sustentabilidade do esporte e a preservação das praias.

Reclamação do voto pelas mulheres em um grande fundo do mundo

A luta das mulheres por igualdade de direitos e participação política continua. A reclamação do voto é um passo importante para a conquista da cidadania plena e da justiça social.

As mulheres devem continuar a lutar por seus direitos e por uma sociedade mais justa e equitativa. A participação política é essencial para o desenvolvimento do país.

CRONICA DO DIA

Supremo Tribunal de Justiça

O Supremo Tribunal de Justiça realizou uma sessão pública para discutir questões importantes de direito e justiça. Os ministros debateram extensamente os casos apresentados, visando a prolação de decisões fundamentadas e justas.

A sessão foi marcada pela participação ativa dos ministros e pela apresentação de argumentos sólidos por ambas as partes envolvidas. O processo judicial segue seu curso normal, refletindo o compromisso do tribunal com a justiça e a legalidade.

Postas ilustradas

As postas ilustradas são uma forma popular de comunicação e entretenimento. Elas oferecem notícias, histórias e imagens interessantes para os leitores. A ilustração é um elemento fundamental para atrair a atenção e facilitar a compreensão do conteúdo.

As postas são produzidas com cuidado e criatividade, visando a qualidade e a atratividade. Elas são uma excelente maneira de manter-se atualizado sobre os acontecimentos do dia a dia e de se divertir.

Calendário (junho)

O calendário de junho apresenta os dias da semana e as datas importantes do mês. É uma ferramenta útil para organizar o tempo e planejar atividades. O mês de junho é marcado por eventos importantes e festividades, oferecendo uma variedade de opções para a população.

O calendário é atualizado regularmente para refletir as mudanças e as novidades. Ele é uma referência valiosa para todos os cidadãos, ajudando na gestão do tempo e na participação em eventos comunitários.

Boletim meteorológico

O boletim meteorológico fornece informações sobre o clima e as condições atmosféricas. É essencial para a agricultura, a navegação e a vida cotidiana. O boletim é baseado em dados coletados por estações meteorológicas e em análises científicas.

Os dados incluem temperatura, umidade, velocidade do vento e previsão de chuva. O boletim é emitido regularmente para garantir que a população tenha acesso às informações necessárias para tomar decisões informadas.

Movimento marítimo

O movimento marítimo envolve a chegada e a partida de navios nos portos. É uma atividade essencial para o comércio internacional e o transporte de passageiros. O movimento é monitorado cuidadosamente para garantir a segurança e a eficiência das operações.

Os navios são classificados por tipo, tamanho e destino. O movimento marítimo é uma parte vital da economia e da sociedade, permitindo a troca de bens e pessoas entre diferentes regiões e países.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

As informações financeiras incluem dados sobre o mercado de valores, taxas de juros e preços de commodities. São essenciais para a tomada de decisões econômicas e para o planejamento financeiro. As informações são coletadas de fontes confiáveis e atualizadas regularmente.

Os dados financeiros permitem a análise de tendências e a identificação de oportunidades de investimento. Eles são uma ferramenta fundamental para investidores, bancos e governos, ajudando na gestão dos recursos e na promoção do crescimento econômico.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

As informações financeiras incluem dados sobre o mercado de valores, taxas de juros e preços de commodities. São essenciais para a tomada de decisões econômicas e para o planejamento financeiro. As informações são coletadas de fontes confiáveis e atualizadas regularmente.

Os dados financeiros permitem a análise de tendências e a identificação de oportunidades de investimento. Eles são uma ferramenta fundamental para investidores, bancos e governos, ajudando na gestão dos recursos e na promoção do crescimento econômico.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

As informações financeiras incluem dados sobre o mercado de valores, taxas de juros e preços de commodities. São essenciais para a tomada de decisões econômicas e para o planejamento financeiro. As informações são coletadas de fontes confiáveis e atualizadas regularmente.

Os dados financeiros permitem a análise de tendências e a identificação de oportunidades de investimento. Eles são uma ferramenta fundamental para investidores, bancos e governos, ajudando na gestão dos recursos e na promoção do crescimento econômico.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

As informações financeiras incluem dados sobre o mercado de valores, taxas de juros e preços de commodities. São essenciais para a tomada de decisões econômicas e para o planejamento financeiro. As informações são coletadas de fontes confiáveis e atualizadas regularmente.

Os dados financeiros permitem a análise de tendências e a identificação de oportunidades de investimento. Eles são uma ferramenta fundamental para investidores, bancos e governos, ajudando na gestão dos recursos e na promoção do crescimento econômico.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

As informações financeiras incluem dados sobre o mercado de valores, taxas de juros e preços de commodities. São essenciais para a tomada de decisões econômicas e para o planejamento financeiro. As informações são coletadas de fontes confiáveis e atualizadas regularmente.

Os dados financeiros permitem a análise de tendências e a identificação de oportunidades de investimento. Eles são uma ferramenta fundamental para investidores, bancos e governos, ajudando na gestão dos recursos e na promoção do crescimento econômico.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

As informações financeiras incluem dados sobre o mercado de valores, taxas de juros e preços de commodities. São essenciais para a tomada de decisões econômicas e para o planejamento financeiro. As informações são coletadas de fontes confiáveis e atualizadas regularmente.

Os dados financeiros permitem a análise de tendências e a identificação de oportunidades de investimento. Eles são uma ferramenta fundamental para investidores, bancos e governos, ajudando na gestão dos recursos e na promoção do crescimento econômico.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

As informações financeiras incluem dados sobre o mercado de valores, taxas de juros e preços de commodities. São essenciais para a tomada de decisões econômicas e para o planejamento financeiro. As informações são coletadas de fontes confiáveis e atualizadas regularmente.

Os dados financeiros permitem a análise de tendências e a identificação de oportunidades de investimento. Eles são uma ferramenta fundamental para investidores, bancos e governos, ajudando na gestão dos recursos e na promoção do crescimento econômico.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

As informações financeiras incluem dados sobre o mercado de valores, taxas de juros e preços de commodities. São essenciais para a tomada de decisões econômicas e para o planejamento financeiro. As informações são coletadas de fontes confiáveis e atualizadas regularmente.

Os dados financeiros permitem a análise de tendências e a identificação de oportunidades de investimento. Eles são uma ferramenta fundamental para investidores, bancos e governos, ajudando na gestão dos recursos e na promoção do crescimento econômico.

ANDRÉES

ANDRÉES
Londres, 26

ANDRÉES
Londres, 26

ANDRÉES
Londres, 26

ANDRÉES
Londres, 26

ANDRÉES
Londres, 26

ANDRÉES
Londres, 26

ANDRÉES
Londres, 26

ANDRÉES
Londres, 26

ANDRÉES
Londres, 26

ANDRÉES
Londres, 26

ANDRÉES
Londres, 26

ANDRÉES
Londres, 26

ANDRÉES
Londres, 26

ANDRÉES
Londres, 26

VI ANO (XVIII) N. 3983 (6564)

NUMERO AVULSO 10 REIS

Sabado, 15 de fevereiro de 1908

ASSIGNATURAS

Estadual	100	1800	1800
Provincial	50	900	900
Exterior	100	1800	1800
Extrangeira	100	1800	1800

JULIO APFONSO
Redactor, Administrador e Editor da Companhia
Impressora e Litographica
R. L. LUZ GORIANO, 48

MARIO REPUBLICANO INDEPENDENTE

PUBLICACOES
Proprietario e Director
MAGALHAES LIMA
Editor e Redactor da Companhia
N. TELEPHONICO, 431

Eleições

Não se sabe quando, nem por que, mas já se vê, em eleições, a grande importância da escolha de um partido, que se diz a favor ou contra a República.

O partido da República, que se diz a favor ou contra a República, é o partido da República, que se diz a favor ou contra a República.

Max e o partido da República, que se diz a favor ou contra a República, é o partido da República, que se diz a favor ou contra a República.

Conclui-se, portanto, que o partido da República, que se diz a favor ou contra a República, é o partido da República, que se diz a favor ou contra a República.

Por isso, a escolha de um partido, que se diz a favor ou contra a República, é a escolha de um partido, que se diz a favor ou contra a República.

Por isso, a escolha de um partido, que se diz a favor ou contra a República, é a escolha de um partido, que se diz a favor ou contra a República.

Por isso, a escolha de um partido, que se diz a favor ou contra a República, é a escolha de um partido, que se diz a favor ou contra a República.

Por isso, a escolha de um partido, que se diz a favor ou contra a República, é a escolha de um partido, que se diz a favor ou contra a República.

Por isso, a escolha de um partido, que se diz a favor ou contra a República, é a escolha de um partido, que se diz a favor ou contra a República.

Por isso, a escolha de um partido, que se diz a favor ou contra a República, é a escolha de um partido, que se diz a favor ou contra a República.

Por isso, a escolha de um partido, que se diz a favor ou contra a República, é a escolha de um partido, que se diz a favor ou contra a República.

Por isso, a escolha de um partido, que se diz a favor ou contra a República, é a escolha de um partido, que se diz a favor ou contra a República.

Br. Antonio José d'Almeida
Estas eleições são uma oportunidade para o povo se manifestar a favor ou contra a República.

Divida Nacional
A dívida nacional é uma carga pesada para o povo, que deve ser paga com o suor e o sangue.

Do "Vasco da Gama"
O "Vasco da Gama" é um navio português, que se diz a favor ou contra a República.

At. extraliga inglesa
A extraliga inglesa é uma competição de futebol, que se diz a favor ou contra a República.

Ainda nefanda lei
A lei nefanda é uma lei que se diz a favor ou contra a República.

Da Canhoneira Teja
A canhoneira Teja é uma canhoneira, que se diz a favor ou contra a República.

Em desaccordo?
Em desaccordo, é uma expressão, que se diz a favor ou contra a República.

Os marinheiros indultados
Os marinheiros indultados são marinheiros, que se diz a favor ou contra a República.

Do "D. Carlos"
O "D. Carlos" é um navio português, que se diz a favor ou contra a República.

Dr. Campos Lima
Dr. Campos Lima é um médico, que se diz a favor ou contra a República.

Dr. Campos Lima
Dr. Campos Lima é um médico, que se diz a favor ou contra a República.

A VER NAVIOS

Os navios portugueses são uma força poderosa, que se diz a favor ou contra a República.

Os navios portugueses são uma força poderosa, que se diz a favor ou contra a República.

Os navios portugueses são uma força poderosa, que se diz a favor ou contra a República.

Os navios portugueses são uma força poderosa, que se diz a favor ou contra a República.

Os navios portugueses são uma força poderosa, que se diz a favor ou contra a República.

Os navios portugueses são uma força poderosa, que se diz a favor ou contra a República.

Os navios portugueses são uma força poderosa, que se diz a favor ou contra a República.

Os navios portugueses são uma força poderosa, que se diz a favor ou contra a República.

Os navios portugueses são uma força poderosa, que se diz a favor ou contra a República.

Os navios portugueses são uma força poderosa, que se diz a favor ou contra a República.

Os navios portugueses são uma força poderosa, que se diz a favor ou contra a República.

Os navios portugueses são uma força poderosa, que se diz a favor ou contra a República.

A POLICIA CIVIL DE LISBOA

Proezas de bandidos e assassinos

Os bandidos e assassinos são uma ameaça para o povo, que se diz a favor ou contra a República.

Os bandidos e assassinos são uma ameaça para o povo, que se diz a favor ou contra a República.

Os bandidos e assassinos são uma ameaça para o povo, que se diz a favor ou contra a República.

Os bandidos e assassinos são uma ameaça para o povo, que se diz a favor ou contra a República.

Os bandidos e assassinos são uma ameaça para o povo, que se diz a favor ou contra a República.

Os bandidos e assassinos são uma ameaça para o povo, que se diz a favor ou contra a República.

Os bandidos e assassinos são uma ameaça para o povo, que se diz a favor ou contra a República.

Os bandidos e assassinos são uma ameaça para o povo, que se diz a favor ou contra a República.

Os bandidos e assassinos são uma ameaça para o povo, que se diz a favor ou contra a República.

Os bandidos e assassinos são uma ameaça para o povo, que se diz a favor ou contra a República.

Os bandidos e assassinos são uma ameaça para o povo, que se diz a favor ou contra a República.

Os bandidos e assassinos são uma ameaça para o povo, que se diz a favor ou contra a República.

PUBLICAÇÕES

Segunda página, Roma	203	crs
Tercera página, Roma	121	crs
Resumo d'actualidade, Roma	21	nos

PROPRIETARIO E DIRECTOR

do jornal e o Estado de São Paulo
e Imprensa

MAGALHÃES LIMA
Endereço telegraphico: VANGUARDA—LISBON

N.º TELEFONICO, 831

OS COMICIOS DE HONTEM

Contra o convenio e o addiamento

das camaras
o Porto e em Leiria, os oradores republicanos
são acclamadissimos pelo povo — Este pro-
testa solememente contra o tratado trans-
vaaliano e o adiamento das camaras

Alexandre de Barros

No Porto

Am os srs. José Belvas, Bernardino Machado, Alexandre do Barros, Duarte Leite e Padua

Correia
 INTO, 10, 87 = 10,7.—No salão da "América", a uma hora, começamos o primeiro repulicamento para protestar contra o Trabalho Transviado e contra o adiamento da greve.

Presido José Hovlas

Dr. Basilio Zúñiga, vice-presidente da missão mexicana republicana, expõe ao presidente José Hovlas, em uma reunião no Palácio Nacional, milhares de poemas escritos pelo poeta e crítico José Hovlas, que afirma que os poemas são uma espécie de "princípio" que assiste a toda missão política na cidade do Porto. Zúñiga, a ocasião para saudar algumas das obras de Hovlas, que foram enviadas ao Tlatelco, do Distrito, que são, de acordo com o presidente, uma espécie de "princípio" que assiste a toda missão política na cidade do Porto.

propósito da questão do Deusa, afirmou o poeta nunca esteve separado, não se scindiu entre o norte e o sul, e, se o

[illegible]

... e sua desistência. Entretanto o país
postulado da religião dos relativos
e os interesses nacionais, mas le-
o Parlamento, e partido republica-
proposto do dr. Affonso Costa, no
voto, vem para os comícios. Mostra

[illegible]

...os seus aliados conservavam na lapela uma pa-
lmeira plantada a sete beirais e bandeirada
com as cores vermelha e verde. Para de-
reito e à distância, forças de infantaria,
cavalaria, municipal, e polícia sob as or-
deas do major-general, Teodoro de

Em Leiria

Discursam os srs. Innocencio Camacho, Felô Terenas e João de Menezes

LEIRIA, 18.9. — Com grande concorrência, realizou-se hoje o domingo eleitoral para a eleição dos vereadores da cidade de Leiria. O primeiro turno do convênio luso-brasileiro não se efetuou devido à ausência de um dos candidatos das listas. A votação foi realizada no salão da escola municipal, sob a presidência do sr. Manoel de Faria.

...muito, mesmo Maria Calunga, Anacleto Franco e Guerra Junqueiro, sabedores a solidiedade da palavra e as recebas com uma manifestação e calorosa palma: apresentando a obra de Francisco...

[illegible]

LEIJA. 28. 5. 25. — Foi votada, a pro-
posito de se elegerem os deputados para o
termo que vai desde da primeira sessão
da câmara municipal de Pácora, a seguinte
lista de deputados: —

[illegible]

Na palavra a sr. dr. João de Moraes, que começa por dizer que não é um romancista, como disse o seu colega Fico Teixeira, que se pode descobrir as grandes atitudes da vida que o governo comunista tem, começando por o contrário, com os de

... e aprovada pelo parlamento. Referem-se às
novas colônias, tentando compreender o
valor que elas têm. Referem ainda à
administração galega, que é o capítulo
também o tratado e termina, in

168

A acção do governo

Desempenhamos em Lisboa a Porto fadado deplorável. Sempre o mesmo: a acção do governo não se manifesta em nada. Mas os seus factos não podem deixar de merecer a nossa reprobção, seja a que for que a sua responsabilidade seja, e que a mesma forma não pode deixar de registar-se em um livro, que é um simples jornal de justiça, e a atitude do governo e das suas autoridades, que simultaneamente a liberdade e a segurança dos cidadãos.

Dr. Antonio José de Almeida foi recebido no Porto com manifestações de respeito e veneração. Quando os seus amigos e vitoriosos, em suas andanças, appareçam e chegarão a tentar agredir, não se dão com um confito trágico entre suas dimensões e a vida, deve-se a acção do governo, que pela sua acção, que não se pode deixar de reconhecer a manifestação, e que, quando o respeito tomava proporções mais graves, mandou armar a guarda real, e qual vitoriosa uma luta que podia ter consequências fataes.

Em Lisboa, a acção do governo não tem um centro, que o governo cercou de todas as garantias de liberdade. Ninguém pôde dizer que as prisões de guerra, a acção do governo, que pela sua acção, que não se pode deixar de reconhecer a manifestação, e que, quando o respeito tomava proporções mais graves, mandou armar a guarda real, e qual vitoriosa uma luta que podia ter consequências fataes.

Em Lisboa, a acção do governo não tem um centro, que o governo cercou de todas as garantias de liberdade. Ninguém pôde dizer que as prisões de guerra, a acção do governo, que pela sua acção, que não se pode deixar de reconhecer a manifestação, e que, quando o respeito tomava proporções mais graves, mandou armar a guarda real, e qual vitoriosa uma luta que podia ter consequências fataes.

Em Lisboa, a acção do governo não tem um centro, que o governo cercou de todas as garantias de liberdade. Ninguém pôde dizer que as prisões de guerra, a acção do governo, que pela sua acção, que não se pode deixar de reconhecer a manifestação, e que, quando o respeito tomava proporções mais graves, mandou armar a guarda real, e qual vitoriosa uma luta que podia ter consequências fataes.

Em Lisboa, a acção do governo não tem um centro, que o governo cercou de todas as garantias de liberdade. Ninguém pôde dizer que as prisões de guerra, a acção do governo, que pela sua acção, que não se pode deixar de reconhecer a manifestação, e que, quando o respeito tomava proporções mais graves, mandou armar a guarda real, e qual vitoriosa uma luta que podia ter consequências fataes.

PREVISÕES ELEITORAIS A futura Camara As

Calculos baseados no projecto pendente de revolução do Senado

Democráticos . . . 102
Evolucionistas . . . 44
Revolucionistas . . . 17
Total . . . 163

Democráticos . . . 102
Evolucionistas . . . 44
Revolucionistas . . . 17
Total . . . 163

Democráticos . . . 102
Evolucionistas . . . 44
Revolucionistas . . . 17
Total . . . 163

Poesia da Arcada

Com o seu volume de contos...
Poesia da Arcada

Com o seu volume de contos...
Poesia da Arcada

Com o seu volume de contos...
Poesia da Arcada

Com o seu volume de contos...
Poesia da Arcada

Com o seu volume de contos...
Poesia da Arcada

Com o seu volume de contos...
Poesia da Arcada

Com o seu volume de contos...
Poesia da Arcada

Com o seu volume de contos...
Poesia da Arcada

Com o seu volume de contos...
Poesia da Arcada

Com o seu volume de contos...
Poesia da Arcada

Com o seu volume de contos...
Poesia da Arcada

Com o seu volume de contos...
Poesia da Arcada

FOGO DE VISTAS...

As correntes monarchicas

As correntes monarchicas...
Fogo de vistas...

As correntes monarchicas...
Fogo de vistas...

As correntes monarchicas...
Fogo de vistas...

As correntes monarchicas...
Fogo de vistas...

As correntes monarchicas...
Fogo de vistas...

As correntes monarchicas...
Fogo de vistas...

As correntes monarchicas...
Fogo de vistas...

As correntes monarchicas...
Fogo de vistas...

As correntes monarchicas...
Fogo de vistas...

As correntes monarchicas...
Fogo de vistas...

As correntes monarchicas...
Fogo de vistas...

As correntes monarchicas...
Fogo de vistas...

As correntes monarchicas...
Fogo de vistas...

As correntes monarchicas...
Fogo de vistas...

As correntes monarchicas...
Fogo de vistas...

As correntes monarchicas...
Fogo de vistas...

As correntes monarchicas...
Fogo de vistas...

As correntes monarchicas...
Fogo de vistas...

As correntes monarchicas...
Fogo de vistas...

As correntes monarchicas...
Fogo de vistas...

PARA O PROXIMO CONGRESSO

Dois projectos que urge discutir

Dois projectos que urge discutir...
Para o proximo congresso

Dois projectos que urge discutir...
Para o proximo congresso

Dois projectos que urge discutir...
Para o proximo congresso

Dois projectos que urge discutir...
Para o proximo congresso

Dois projectos que urge discutir...
Para o proximo congresso

Dois projectos que urge discutir...
Para o proximo congresso

Dois projectos que urge discutir...
Para o proximo congresso

Dois projectos que urge discutir...
Para o proximo congresso

Dois projectos que urge discutir...
Para o proximo congresso

Dois projectos que urge discutir...
Para o proximo congresso

Dois projectos que urge discutir...
Para o proximo congresso

Dois projectos que urge discutir...
Para o proximo congresso

Dois projectos que urge discutir...
Para o proximo congresso

Dois projectos que urge discutir...
Para o proximo congresso

Dois projectos que urge discutir...
Para o proximo congresso

Dois projectos que urge discutir...
Para o proximo congresso

Dois projectos que urge discutir...
Para o proximo congresso

Dois projectos que urge discutir...
Para o proximo congresso

Dois projectos que urge discutir...
Para o proximo congresso

Dois projectos que urge discutir...
Para o proximo congresso

NOVA PROZEA DAS SUFISTAS

Parto d'uma greve de suftistas

Parto d'uma greve de suftistas...
Nova proza das suftistas

Parto d'uma greve de suftistas...
Nova proza das suftistas

Parto d'uma greve de suftistas...
Nova proza das suftistas

Parto d'uma greve de suftistas...
Nova proza das suftistas

Parto d'uma greve de suftistas...
Nova proza das suftistas

A CAPITAL

ca-se aos domingos

ca-se aos domingos...
A capital

ca-se aos domingos...
A capital

ca-se aos domingos...
A capital

ca-se aos domingos...
A capital

ca-se aos domingos...
A capital

A questão do Ulster

Os voluntarios apoderam-se de

Os voluntarios apoderam-se de...
A questão do Ulster

Os voluntarios apoderam-se de...
A questão do Ulster

Os voluntarios apoderam-se de...
A questão do Ulster

Os voluntarios apoderam-se de...
A questão do Ulster

Os voluntarios apoderam-se de...
A questão do Ulster

Os voluntarios apoderam-se de...
A questão do Ulster

Os voluntarios apoderam-se de...
A questão do Ulster

Os voluntarios apoderam-se de...
A questão do Ulster

Cantinas escolares

As festas no Jardim da Estrella

As festas no Jardim da Estrella...
Cantinas escolares

As festas no Jardim da Estrella...
Cantinas escolares

As festas no Jardim da Estrella...
Cantinas escolares

As festas no Jardim da Estrella...
Cantinas escolares

As festas no Jardim da Estrella...
Cantinas escolares

As festas no Jardim da Estrella...
Cantinas escolares

As festas no Jardim da Estrella...
Cantinas escolares

As festas no Jardim da Estrella...
Cantinas escolares

CRONOLOGIA

18 de julho de 1914

18 de julho de 1914...
Cronologia

18 de julho de 1914...
Cronologia

18 de julho de 1914...
Cronologia

18 de julho de 1914...
Cronologia

18 de julho de 1914...
Cronologia

18 de julho de 1914...
Cronologia

18 de julho de 1914...
Cronologia

18 de julho de 1914...
Cronologia

18 de julho de 1914...
Cronologia

18 de julho de 1914...
Cronologia

18 de julho de 1914...
Cronologia

18 de julho de 1914...
Cronologia

18 de julho de 1914...
Cronologia

18 de julho de 1914...
Cronologia

18 de julho de 1914...
Cronologia

18 de julho de 1914...
Cronologia

18 de julho de 1914...
Cronologia

18 de julho de 1914...
Cronologia

18 de julho de 1914...
Cronologia

18 de julho de 1914...
Cronologia

RECLAMAÇÕES OPERARIAS

Gréve dos pescadores

Os pescadores e armadores de Cetimbra, os primeiros declararam-se homens em grôve. Reclamam contra os impostos e os impostos dos pescadores não economizam, pois quanto mais reclamam, a tornar-se permanente, dizem elles que farão com que os pescadores se não dediquem ao trabalho e se vão para a cidade para desajaz. Os armadores, desejando em parte atender os reclamantes, resolveram dar-lhes participacão nos lucros, o que os pescadores não acceptam.

Alguns armadores, para *fararem* a grôve, metteram já hoje nas suas companhias gente de força e esvalhada, e os pescadores, que se não dão ao fe do distrito, teáo vindo tambem para Lisboa uma commissão de grévistas, que se dirigiu já para despozar os armadores de Cetimbra.

O sr. governador civil, no intuito de solucionar o conflicto, partiu, pelas 16 horas, para Cetimbra. A co-

E INSTRUÇÃO

Normal primário

Projeto de lei em discussão
nos Deputados

Oraturo sr. dr. João de Deus Ramos

O sr. ministro da instrução affirmã
que devem ser consideradas de cul-
tura geral certas disciplinas que a
comissão affirma e prova serem do
habilitação profissional.

—E á essa toda a questão?

—Toda a questão. Mas, para vêr
que se trata de um erro de facto ou

... nha o projecto está escripto textualmente: *O curso de habilitação tem de*

[illegible]

garizando noções científicas opostas às suas explicações de ordem

teológica. A criação da terra, o aparecimento da vida, os fenômenos da gravidade e de gravitação, o tempo—tudo isso se presta à divulgação de noções erradas, fornecidas por

— Mas negára a acusação, negara-o cheio de firmeza.

[illegible]

[illegible]

O ESTADO E A ARTE

Durante o novo regimen

O Museu de Arte Antiga tem assumido um grande desenvolvimento, diz o seu director

Reflexão na grande revista francesa, chegou para ajudar o "Povo" e dar-lhe, através de l'Arte Antica et Moderne, fundada pelos mestres académicos príncipe Varenburg, o vogal e conde Delaunay, de um artigo publicado em julho de 1911 sobre a reorganização dos serviços de bellas artes em Portugal, e que, fundado no maior elogio a reconhecido do seu valor, e que, quando para director do Museu Nacional d'Arte Antica, se diz que essa obra, fundada em Portugal, e que, o ponto de vista, as suas ideias, e

[illegible][illegible]

mao permitiu, sequer, tentativa de maior flexibilidade e reorganização, ela acabou se tornando um instrumento de controle do trabalho ao mesmo tempo em que não permitia ao mesmo os meios necessários a sua eficácia. O uso de Arde Affonso como ministro das Finanças, elevou a importância verbal do ministro a nível de cargo, mas não lhe deu o devido reconhecimento logo do que era necessário para o cargo, que, sendo o primeiro do governo, deveria ter sido imediatamente assumido, quando definitivamente organizado, com o seu lota ministrado de imediato, e não se alocado para o fim de uma vez, e, no ar, Affonso acabou se tornando um ministro de "reserva", com um cargo importante, mas não exercido, e, portanto, não utilizado.

[illegible][illegible]

...felicidade com sua própria vida. Segundo Mattos e C.-I. de Otero, "o princípio mais importante da ética cristã é a dignidade humana, em primeiro lugar, e a justiça social e a solidariedade".

3. Biotecnologia e criação

NOA "A utilização de organismos vivos ou de suas células para produzir produtos ou para obter conhecimentos que não se referem a produtos ou conhecimentos já existentes, e a modificação da natureza, e a criação de organismos vivos".

[illegible]

100

Boatos

Boatos são a facilidade com que se espalham boatos estorpidos, e de um momento para outro, uma creatura qualquer apparece, e, ao mesmo tempo, desaparece, e espalha-se a noticia, para semear sobressaltos e perturbar a tranquillidade da cidade. Boatos são a facilidade com que se espalham boatos estorpidos, e de um momento para outro, uma creatura qualquer apparece, e, ao mesmo tempo, desaparece, e espalha-se a noticia, para semear sobressaltos e perturbar a tranquillidade da cidade.

A suspensão da ditadura



A proposta do governo de deixar de exercer funções do poder legislativo que se agia, sendo a data da abertura do parlamento, as vésperas de 1.º de maio, está publicada o decreto assinado com as assinaturas de todos os membros do gabinete. A proposta do governo de deixar de exercer funções do poder legislativo que se agia, sendo a data da abertura do parlamento, as vésperas de 1.º de maio, está publicada o decreto assinado com as assinaturas de todos os membros do gabinete.

Arte e critica

Assim se vêem os ar. Herges Mendonça, nas 'Novidades', a propósito da 'República' do S. Paulo. E assim se vêem os ar. Herges Mendonça, nas 'Novidades', a propósito da 'República' do S. Paulo.

O maior navio do mundo



Na Belfast, milhares de curiosos, acumulados nas ruas tiveram o prazer de assistir, cabendo passando, ao lançamento do Olympic, o maior navio do mundo.

Choque de comboios



Na colisão em Olazeguita houve um viajante ferido e seis contusos. Na colisão em Olazeguita houve um viajante ferido e seis contusos.

Uma greve de suffragistas

Uma greve de suffragistas. Uma greve de suffragistas. Uma greve de suffragistas.

Colônia e morte instantaneamente

Colônia e morte instantaneamente. Colônia e morte instantaneamente.

Peira da Arcada

Peira da Arcada. Peira da Arcada. Peira da Arcada.

FRANÇA

O caso dos documentos enviados do ministério dos estrangeiros envolve crime de traição. O caso dos documentos enviados do ministério dos estrangeiros envolve crime de traição.

A CAPITAL ARTISTICA

A exposição de pintura da Sociedade Silva Porto. A exposição de pintura da Sociedade Silva Porto.

O THEATRO DE NATUREZA

O THEATRO DE NATUREZA. O THEATRO DE NATUREZA. O THEATRO DE NATUREZA.

O sr. João Chagas
e o caso do sr.
Guy de Cassagnac

uma defesa de a "A Luta", em que se to-
um sofisma e varios erros

[illegible][illegible]

... e a *Lucha* teve que abandonar o terreno em que tão mal colocara o seu protegido.

Dissemos mais que não era muito praxe os diplomatas não chamarem aos tribunas os seus difamadores na imprensa, e tivemos o exemplo do consul de Espanha.

E' só este argumento na verdade esmagador, que a *Lucha* apresenta agora destruir e para

...—Que quem leu o artigo do sr. Cassagnac na *Autorité*, quando o nosso ministro em Paris, via logo que ele era o autor do *Paris* que eu havia dito é filho de Victor Hugo.

—Que o sr. Chagas não chamasse aos tribunais o sr. Cassagnac porque o brio, a altivez e a dignidade de um pair não se levam — para a barra dos tribunais — impune e impunemente pôde extorquir da justiça o que a audácia do sr. imprudente.

—Dei um consilium não

Agora, já que se invocam categorias de funcionários por de lado o exemplo do ex-ministro, citaremos o Casimiro Pereira, presidente da publicação Francesa, que pelo sr. Gerault Richier jornalista ao tempo de menor peso que o sr. (Assagane, não trepiche chamando de jornalista a um jornalista de menor peso que o sr. Gerault Richier) não se advegará Gerault Richier enovado luto, a aliviar e a digni-



Com
reali

a inau-
guale.
Efet-
los são
brilha-
trange

ta mes
ca que
Para
cliente
honor

mimic
rotas,
proxim
pintad
José d
adeant

Dent
moz, d
dir em
na^o, c

No 1
Main
hoje ca
out. Pal

noites
N. tr.
mort. v.
en. co
s. cont
co, mas
heco qu

APOL
grande
no brau
Eduardo
ja que e
gratias

pela doce
primeiro
AVEN
para mi
pela fam
cena no
Hoje to

PANTOFOLIO
formosa
nbiola, qu
ciando o
portorio
sende me
revista *

gar
ree
alle

quali
trial



—

ADONIS

Land

M

DI
D
I
CI
SC

100

184

Fazenda Junior.

E... ponto no assunto.

M. V.

Vae sem comentarios...

rem o seu voto a favor ou contra certos costumes
região.

Como era d'esperar, este resultado causou grande satisfação entre as sociedades femininas inglezas.

A secretaria — *Filipa d'Oliveira*

30 de abril de 1912

ANNO I LISBOA, 30 DE ABRIL DE 1912 N.º 9



A MADRUGALA

FOLETA MENSAL, PROPRIEDADE DA LIGA REPUBLICANA DAS MULHERES PORTUGUEZAS

<p>REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO RUA ANTÃO, 20, 2.ª - LISBOA COMPOSTO, E IMPRESSO PAP. E TIP. LIBERTY DE LIMA & FILHA - Rua de Livramento, 85 e 90 - LISBOA</p>	<p>DIRETORA - Maria Veleda SECRETARIA - Filipa d'Oliveira ADMINISTRADORA - Leza Loyo Pequeto EDITORIA - Ana Maria Gonçalves Dias</p>	<p>Distribuição gratuita às associadas ASSINATURAS Semestral 120 Ano 240 Número AVULSO no exterior Anúncios a preços convencionais</p>
---	--	--

A LIÇÃO DA EPOCA

A mulher inglesa, que sem renunciar ao culto do seu "chamado", tão cheio d'encanto, nem perder as modelares e singelas virtudes que são o ergulho d'uma raça austera e forte, a passo e passo foi conquistando a parte que inequivelmente lhe cabia na vida social do seu país, — apenas pela maioria de quatorze votos não alcançou a aprovação, em segunda leitura, d'um projeto de lei sufragista na Câmara dos Comuns.

Mr. Lloyd George, por exemplo, um dos poucos ministros desfavoráveis ao «Conciliation Bill» votou contra, e certo, mas unicamente por julgá-lo bastante restrito na concessão do voto, apesar de ser uma medida já um tanto democrática.

Sim, o entusiasmo inextinguível das inglesas pela causa sufragista, incendia hoje os ponderados espíritos d'einentes homens d'Estado britânicos, que se não deixam, absurdamente, vencer por visões... fantasmas.

Os nomes ilustres de Sir Edward Grey, John Burns, Balfour, Bonar Law, Lord Lytton, R. Macdonald, etc., que não se limitam a expor teorias mas nas ocasiões definitivas concretamente demonstram a sua sincera devoção pelo sufrágio, são a melhor e a mais decisiva prova de que a questão foi inteligentemente compreendida nas elevadas esferas da política inglesa.

O partido laborista tem o voto feminino no seu programa.

E' erro imaginar que a aristocracia seja indiferente á causa.

Uma das sociedades sufragistas é presidida pela condessa de Selbourne, outra por Lady Betty Balfour (parente da falecido rei Eduardo, por aliança), etc.

E Lady Lytton por varias vezes sofreu a prisão em virtude de tomar parte em manifestações das «suffragettes» que, embora aparentemente desmorteiem com as suas agitadas reclamações, são dedicadissimas ao movimento. A condessa de Pulteney, que visitou Londres e ponde observar de «visu» as verdadeiras causas dos seus audaciosos gestos, publicou ha tempos na *Review* um subtil e brilhante artigo sobre o sufrágio em Inglaterra, e referindo-se ás sufragistas militantes citava opiniões valiosas, concordando que no Reino Unido se não fazem reformas importantes sem recurso á violencia.

Já depois das condenações a trabalhos forçados d'algumas senhoras por causa dos tumultos havidos, entre outros, as chamadas «suffragettes» — com exclusão das numerosas sociedades que de ha muito tempo fazem a propaganda sufragista pacificamente, note-se — realizaram um grande «meeting» no Albert Hall (onde cabem 10.000 pessoas) rendendo a noite pela assistência, só n'esta noite, mais de 45.000\$000 réis.

Quarenta e cinco contos...

Avalia-se bem o entusiasmo e fica-se a gente a pensar onde estará, a estas horas, a fleugma característica do povo britânico.

O CLAMOR FEMINISTA

«Ce que la femme veut...» Toda a causa onde palpita inmoderados ideais e uma concepção mais elevada e proveitosa dos deveres femininos, tarde ou cedo vencerá.

Serrana.

O calor com que o homem vem de ha muito defendendo o seu antigo monopólio de todos os direitos sociais, a despeito das bem fundamentadas reclamações da outra metade da humanidade escravizada ao seu despotismo de longos seculos, vai arrefecendo de encontro á cerrada e justissima argumentação em prol das espoliadas.

Depois de repetidas e vão tentativas de se querer provar que a mulher não vale um homem encarada física e psiquicamente; que não pode emborcar com elle como fator na complicada tarefa de sustentar e fazer progredir a sociedade moral, economica e politicamente, essa desavença hoje está reduzida a uma questão de «dignidade humana».

Incontestavelmente.

A mulher, clamando por justiça, pede sómente que a empossen duma herança equitativa, como prestante membro da comunidade e irmã legítima do homem; pede, nem mais nem menos, o que lhe pertence por direito bem adquirido, sem prejuizo dos seus irmãos.

Como fonte da vida, que as mulheres são, e de tal maneira que, na sua falta, não haveria humanidade possível; como milagrosa economista, das suas gestos mentes fornecidos pelo senhor de todos os seus gestos e de toda a sua fortuna herdada e adquirida; como educadoras da prole com as responsabilidades maternas e moraes de preparar fortes e honestos cidadãos para a república; como sacerdotizas enterecidas e amorosas desse culto prestado á família na qualidade de mães e de esposas, as mulheres não valem menos do que os homens. Martires duma religião de amor pelos do que os homens. Martires duma religião de amor pelos seus, que o são também da sociedade, onde os não desamparam com o seu providencial carinho, essas escravas do dever, essas grilhetas das chamadas «convencencias sociais» e que os homens desejam continuar a repelir dos negocios publicos, para melhor se refestelarem na ganancia de proventos e honras!

E' uma indignidade.

Porque os homens não só disfrutam os direitos proprios, como também estão na posse de todos os nossos: cabem-lhe dez e gosam de vinte. Não temem unicamente uma competência, mas uma restituição, ainda assim sem juros nem capital.

Os factos são factos, e contra eles não ha argumentos.

A mulher herdou quaisquer bens dos paes ou dos parentes, Casa, e o marido desde então fica senhor e administrador deles. Se são *movers*, só elle os troca, empenha, vende e consome, sem que a esposa lhe possa embargar o comercio; se *immovels*, para alheos possa embargar o consentimento indispensavel da parte, que, na maioria dos casos, o concede aos salameleques do seu senhor; e, se não, ha sempre um benevolento juiz a quem a lei trespassa o fantástico direito de dar a esposa, que com aquelle providencial não quiz salvar os filhinhos duma penuria extrema.

O Codigo a dar e o Codigo a tirar!

E as leis que regulam o contrato ordinario do casamento? Perfeita trizão para a mulher. O homem, esse, que traga ou não qualquer coisa para o casal, fica sempre senhor da faca e do queijo.

No moral succede bem peor. Em flagrante delicto de infidelidade e ainda a lei que arma o braço do homem contra a mulher. Roubada nos haveres e roubada mesmo na vida!

UMA MEGERA

Foi condenada em 1 ano de prisão e 3 mezes de multa a 500 réis por dia, a inunda tráficante em carne humana, essa repugnante Encarnação, que roubava creanças as famílias para as vender a inflames destituidores de menores.

Foi leve pena para tão monstruosos crimes; no entanto, esperando, como se esperava, que as altas potências de que a Encarnação se rodeia, conseguissem a sua absolvição, não foi sem uma certa impressão de regosio que ouvimos ler a sentença condenatoria.

Com o presente numero d'*A Madrugada*, distribuímos ás socias da Liga o suplemento ao n.º 8 do nosso jornal, que fez um certo ruido na Baixa no dia do julgamento e nos mereceu sinceros aplausos. Continuamente insistindo na prorrogação contra a exploração de menores, convencidas, como estamos, de que é esta uma das mais belas e sympathicas missões do feminismo.

E os «conselheiros Acáticos» que barafustem, attribuindo-nos todos os disparates que se germinam nos seus empoirados bestamentos.

Les chiens aboient, la caravane passe...

O NOSSO SARAU

Está definitivamente marcado para o proximo dia 26 de maio, no teatro da Republica, obsequiosamente cedido pelo sr. visconde de St. Luiz de Braga, o sarau benedito da *Obra Maternal*. Começaram já os ensaios de apuro, pelo abalizado ator sr. José Fallho, que com toda a proficiência vem dirigindo ha um mez os trabalhos do Grupo Dramatico. Sabe á cena pela primeira vez, a comedia-drama *A lei...*, da nossa collega Maria Veleda, a comedia *Mãe e filha* e o ato allegorico *Escurva*, que foi representado no sarau de 1910, e agrado muitissimo. Far-se-á ouvir a nossa Tuna, consideravelmente melhorada na parte artistica, devido aos esforços do novo regente, sr. Tavares, musico de 1.ª classe da banda de caçadores 2.ª.

A professora de canto e nossa illustre consocia sr.ª D. Maria da Madre de Deus Diniz d'Almeida fará ouvir a sua linda voz de soprano, expandendo-se ainda o concurso de outras senhoras que darão á nossa festa o maior realce e brilhantismo.

Será convidado a assistir o sr. Presidente da Republica, assim como outras individualidades em destaque no nosso meio.

Ha já muitos lugares marcados, pelo que recomendamos ás nossas consocias, que desejem assistir ao sarau, que não guardem para tarde os pedidos de bilhetes.

Está de luto, por lhe ter falecido seu pai, a nossa dedicada consocia, D. Laura Sobral, a quem enviámos sinceros pezaumes, bem como a sua ex.ª família.

A MADRUGADA

dões descobertas na idade em que principiam a dar sinal da tendencia dos seus gostos, destinando-lhes carreira, por quanto não importa que uma rapariga case ou não depois, em tal conjuntura, que é de sumo interesse habilitar-se a poder entrar no numero das mulheres que trabalham se a vida lhes fôr adversa um dia.

No ultimo congresso da União Nacional do Professorado Inglês a que pela primeira vez presidiu uma senhora, Miss Cleghorn, foi por esta apresentada uma moção sufragista que apesar de não alcançar maioria, teve por seu lado o voto representativo de 48 nucleos da União, o que é já bastante significativo.

Opinião do bispo da Queensland (Australia), expressa numa carta enviada ao *Times*, sobre os efeitos

«Pela minha observação pessoal, devo sem hesitação afirmar que, dos direitos eleitorais, as mulheres têm feito tão bom ou ainda melhor uso que os homens.»

Segundo um relatório oficial, presentemente ha um sensível falta do elemento feminino em certos ramos de comercio, na Australia Meridional, escassez que o mesmo documento attribue aos numerosos casamentos

Com vista aos que julgam as santas alegrias do lar e a ambição de poder experimental-as incompatíveis com as condições políticas.

com o exercício amplo dos direitos políticos.

Grande numero das «suffragettes» que estão sendo sentenciadas, ao contrario das opiniões correntes, são esposas e mães felizes que os acasos da existencia levou a observarem as misérias e injustiças de que otegem mulheres menos afortunadas — eternos parias e

E dizem elas para os magistrados—que protestara por não quererem os filhos melhor equiparados que filhos na luta pela vida.

Durante a discussão do «bill» sufragista, o deputado Alfred Mond, referindo-se aos tumultos das «marchas»

«sir Alfred Mond, referindo-se a «nenhuma grande reforma já mais vingou sem haver perturbações da ordem.»

A Inglaterra conta hoje algumas senhoras na pleiade dos seus grandes pintores. N'um artigo sobre a exposição da Academia ingleza, Sir Claude Phillips, critica a influencia de Mrs. Sw...

«Raros são os quadros este ano aparecidos em que quer das grandes exposições que em sublimidade e auge nobreza de concepção e na intensidade do seu

Se logo de começo a grande republica nos dá tamanhos exemplos, que surpresas nos desvendará o futuro nos paizes do ocidente?
Misterio...

Algumas nossas consocias já nos tem devolvido as suas listas, algumas até completas, com as assinaturas

nos cansamos de repetir às nossas consocias--que não durmam sobre o caso e que tratem de ativar a sua propaganda de fôrma que as listas em seu poder re-

redo Miranda (Arazede), Maria do Carmo (Belas) 18; Avelina Nobre, (Egrejinha—Evora); Maria do Carmo Sousa e Silva (Loures). Da «Associação de Propaganda Feminista» recebemos uma lista com 1

O resultado da nossa tentativa, como se pôde ver

nhas senhoras!

Para o resurgimento patrio dois fatores principais devem contribuir: a Mulher no lar, o P...

como o único meio de resuscitarmos para a vida nações, onde devemos figurar e predominar pela força do intelecto, tornando nos conhecidos e respeitados, f

E' necessario, pois, encarar a educação da Mulher como um dos mais urgentes problemas da administração da nossa Patria, tanto para o povo luzitano, co-

Porém, não pôde nem deve continuar a ser v
como ser inferior ao homem a Mulher, a educador

gueza todos os cargos de representação da sociedade popular, quer no Congresso da Republica, quer nas reações dos municipios. Não é uma inovação, porque a forma de governo monarchico já existia.

Não se compreende, e, se é bem assim, a Marquês nunca ousaria conceder os direitos à Mulher, também não é lícita a negação feita pela República a representação de feminismo, já no seio do

E' logico e coerente esperar a concessão de
tos negados até agora e reclamados ha tanto te

1811 1812

Luiz Lucio.

AS CHINEZAS ELEITORAS

Precisamente. O novo governo, dirigido por intelectuais que da civilização europeia ou americana assimilaram as melhores teorias e souberam observar as no-

nas tendências, decidiu por em primeiro plano o menino, não sem reclamações algo turbulentas das interessadas, é certo; mas de qualquer maneira uma ta resolução honra-o sobremodo.

A MADRUGADA

No grande cortejo das sufragistas inglesas, em julho, tomou parte um bello grupo de mulheres indianas.

Em princípios do corrente foi recebida pelo Sultão da Turquia uma comissão de senhoras que lhe pedia toda a sua benevolência para a concessão de um pouco mais de liberdade às senhoras do movimento de reforma na educação feminina e permissão para fundarem clubs para senhoras. O Sultão, certamente recordando quanto os Jovens Turcos devem ao elemento feminino, prometteu-lhes fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para melhorar-lhes as condições de vida.

Também já não se pode, como d'antes, dizer: «Il est Persan»...

Discuti-se no parlamento persa um «bill» de sufrágio quando, ao chegarem a clausula prohibindo o voto as mulheres, o deputado Hadji Vakileh-Roaya sobre a tribuna e declara, peremptoriamente, que opinava pelo sufrágio feminino, visto que as mulheres, como seres humanos, deviam ter direitos eguaes aos dos homens, pedindo para o assumpto a attenção dos *ulamas* ou sábios membros do clero.

Obteve em resposta que tal discussão não poderia continuar em virtude de ser contrária a etiqueta (!) Que Deus não dera às mulheres capacidade politica, nem, sendo o sexo fraco, ellas possuem o mesmo poder cerebral que os homens, e, como ponto final, uma referencia ao Alcorão.

Comentando o facto, o «Standard», apontava as causas d'esta ultima phase do movimento feminista universal, dizendo que, tanto no Oriente como no Occidente, as mulheres reclamam paritica e esphera mais amplas no trabalho mundial. Que professoras inglesas, francezas e allemãs têm educado n'estes ultimos dez annos as habitantes dos harems.

E, fazendo o paralelo entre as turcas, que pedem liberdade e descobrem o rosto, e as inglesas que requerem o voto, termina por constatar que as mulheres persas se têm ultimamente interessado pelas condições do seu paiz com muita intelligencia e actividade.

A causa sufragista vae, dia a dia, conquistando partidarios em pessoas com toda a ordem de idades e creanças.

Quando miss Goldstein, a deputada australiana, chegou a Adelaide, caminho d'Inglaterra, recebeu uma carta do cardeal Moras desejando-lhe o melhor exito na propaganda.

E o fallecido cardeal Vaughan, arcebispo de Westminster, partilhava com o seu collega acima nomeado e também já morto, a mais viva fé nos beneficios sociais do sufrágio feminino.

Este anno, na universidade de Oxford, doze académicas e apenas oito estudantes do sexo masculino obtiveram distincção no curso de linguas.

Talvez muita gente se admire sabendo que a casa da moeda dos Estados Unidos é dirigida por uma mulher. E a mais alta posição official e a de mais lucros, assim como de enorme responsabilidade, occupada por um ser do sexo fragil.

E note-se que Miss Margarida Kelly, que tal é o nome d'esta intelligente americana, deve a sua nomeação simplesmente ao proprio merito. Em seguida a sua educação em collegios, fez exame de stenographia, obtendo logo collocação ao serviço do Estado n'uma repartição, onde se conservou um anno, passado o qual repartição, onde se conservou um anno, passado o qual entrou, como tachygrapha, para a casa da moeda, tendo até hoje exercido, durante 14 annos, todos os cargos que antecederam ao actualmente occupado — de directora.

Os seus honorarios andam por tres contos annuaes. Para todos os conhecimentos technicos indispensaveis, que a pratica lhe deu, e a escripturação cujas minuciosidades ella tem de conhecer como as pontas dos seus rosos dedos, pode avaliar-se pelo numero de creaturas empregadas nos serviços monetarios — para cima de 12400 — os pesados encargos da sua posição.

A «Woman's Press» (imprensa da mulher), pertencente ás sufragettes, tem uma historia pouco menos de phantastica. Desde que em 1907, Mr. Frederico Lawrence, marido d'uma das senhoras que dirigem a sociedade «União Politica-Social das Mulheres» teve a ideia de tema, a seu cargo quanto dissesse respeito a litteratura referente ao movimento, iniciando os seus trabalhos muito modestamente na sua secretaria, até a aposentação que n'esse sentido não hoje occupado em Charing Cross, — que enorme avanço!

Alli se vendem não só volumes, pamphletos e missivas sufragistas, como fornecem qualquer livro que se peça.

No primeiro anno houve um saldo de 270000 réis e, passados apenas quatro annos, isto é, em 1910, subiu a nada menos de quarenta e tantos contos, aumento devido também ás vendas effectuadas nas suas cursas da provincia.

O famoso quadro de Lady Butler «Floresta Eterna» foi ha pouco vendido por 10500000 réis.

Lady Butler é uma das senhoras que se incorporaram no cortejo das sufragistas nas vespas da coroação.

N'um concurso internacional do «Real Club d'Automobilistas», em Brooklands, uma senhora, Miss Muriel Thompson, obteve dois primeiros premios e chegou em quarto lugar na corrida d'obstaculos.

«The Ladies Field», uma das melhores revistas londrinas, faz-lhe os mais rasgados elogios, especialmente com referencia a uma das provas, effectuadas com os olhos vendados.

Mrs. Hewlett é a primeira mulher ingleza que alcançou o diploma, tendo feito os preceitos dos vãos no seu aeroplano «Ave Azul».

Em maio ultimo foi nomeada a primeira mulher policia na Dinamarca. Pelo retrato que vimos publicado, o seu aspecto é dos mais insinuantes e graciosos. Como as suas collegas de Berlim e da Noruega, os seus serviços relacionam-se particularmente com mulheres e creanças, tendo o mesmo salario que os policias.

Em Zurich já as mulheres votam nas Juntas de Commercio.

Por um recente inquerito feito em Boston averigua-se que os salarios das operarias estão longe de ser, nos Estados Unidos, sufficientes para as necessidades da existencia.

Uma greve londrina trouxe também para a evidencia egual miseria a cujas condições vão, porém, melhorar.

Quando lá... Mas aqui temos a vida mais barata, supponho nós.

Clamam as sufragistas inglesas contra injustas sentenças de que são victimas as suas compatriotas. E realmente é por vezes inacreditavel a ditadura imposta a um réu por crimes repugnantes. Mas, recentemente, um juiz inglez teve o bom senso de declarar que, se as mulheres votassem, haviam de conseguir retirar aos magistrados o poder d'opção em certos casos.

Miss Emilia M'Sholy foi nomeada secretaria da camera de Byron. Nova Galles do Sul, succedendo a seu pai de quem fora ajudante um ou dois annos, desempenhando-se tao bem no seu cargo que a câmara o elegeu por unanimidade. Tem 17 annos e não conta um collega da sua idade em todo o mundo.

O scenario *Votes for Women*, orgão das sufragistas inglesas conhecido em todo o mundo, n'clava a morte da illustre feminista portugueza sr.^a D. Beatriz Angelo, fazendo um relato dos seus estudos e da sua energica propaganda, recordando o facto de ter sido a primeira eleitora no nosso paiz.

Entrevistada por um representante de *The Standard*, um dos mais importantes diários ingleses, exclusivamente dedicada ao feminismo — Madame Sarah Bernhardt definiu-se também partidaria do voto da mulher, que deveria ter o direito de escolher os legisladores, visto serem elles quem pode garantir-lhes a verdadeira situação de educadora.

Creio que em França não tardará muito que não veja realizada a aspiração das sufragistas: e posso affirmar segundo as minhas observações, que as mulheres são o mais importante factor na vida familiar e social da America, cuja civilização mais e mais vae ampondo as suas caracteristicas no viver europeu.

Uma reunião tumultuosa

Resultou um verdadeiro e lamentavel desastre a reunião convocada pelo sr. ministro da justiça para pôr todas as forças vivas da nação a cooperarem na revisão da constituição actual. A sala Portugal da Sociedade de Geographia reunia-se de assistentes, entre os quaes se via a fina flor — passe o lugar commun — dos intellectuaes portuguezes.

Pois esses homens, pois esses intellectuaes, portaram-se como verdadeiros desequilibrados, ferindo a si mesmos dos interesses pessoais e da disputa ociosa — estéril. Valeu-se... barafustou-se... e mais nada!

Isto nos vinga das trocas com que constantemente nos mofamos os quartel-feministas, que, entre as varias amabilidades da *ma. sta. repertoria*, o menos de que nos apetece, se realisa através de bisbilhotarias.

Não Portugal, porém, que continuem a porção pomos os interesses d'este malfadado paiz acima de todo o interesse puramente feminista. Apenas lles recomendamos e pedimos... a todos os politicos desorientados, que se movem ao sabor das suas paixões ou das suas antipathias — que se mostrem honrei, com H maiusculo — que... tenham juizo!

A's nossas consocias

Chamamos a attenção das socias da Liga para os annuncios que vão publicados no logar competente, e que devemos á solidariedade d'aquellas que se interessam pelas prosperidades e desenvolvimento do nosso jornal. Convenem especialisar as annunciantes, nossas consocias, como um dever, que muito nos honramos de praticar. Effectivamente, alguma-se nos um dever de inclinação o facto de nos interessarmos — socias da Liga — umas pelas outras, dando ás nossas companheiras, de preferencia, os interesses pecuniarios que poderiamos dispensar em favor de estranhas.

Entre as nossas consocias ha profissionais de suído merito, e a essas devemos recorrer nos casos especiaes em que tivermos de utilizar serviços que ellas possam dispensar-nos.

Na secção competente annunciam hoje além de madame J. A. distincta professora, as nossas consocias D. Adelaide Cabette, D. Maria Brazão, D. Rosa Pestana, D. Maria Arizet e D. Maria Christo da Silva.

Lembramos a todas as nossas consocias que um dos primeiros deveres do feminismo consiste em reforçar, por meio do exemplo, a propaganda feminista, que devem, dada a egualdade de circumstancias, preferir sempre os serviços profissionais de senhoras, especializando as que se encontram filiadas na Liga.

Publicações recebidas

Foram-nos offerecidos alguns numeros da excelente revista «O Vegetariano», orgão da Sociedade Vegetariana de Portugal, que adiante annunciamos. A leitura d'esta revista decidimos a abandonar por completo a alimentação carnívora, convencidas, como estamos, de que nunca é tarde demais para emendarmos os nossos erros. Não ha nada, effectivamente, mais contrario aos principios da Vida e do Amor, do que alimentarmos-nos da Morte e do Sofrimento. Regressar a Natureza — eis o mais bello e o mais sã de todos os ideaes!

Noutro logar transcrevemos um delicioso artigo da menina Milda Wilborg, uma robusta e formosissima creatura de 10 annos, que não só é vegetariana como frugívora, e que realiza o ideal mais perfeito da mulher vigorosa e pura, apta para a maternidade, superiormente educada, verdadeiramente modelar.

Na leitura de «O Vegetariano», que a par de muito interessante e educativo, é altamente util e indispensavel as boas donas de casa, que desejem economizar e trazer a sua familia satisfacta, forte e feliz, «O Vegetariano» oferece muitas receitas culinarias, e, juntando ao útil ao agradável, publica artigos notaveis, que muito convém ler.

Recebemos, na adezenha, estabelecendo gratia, o seguinte permittido de leitura: «O Gosto das Aldeias e o Gosto da Humanidade». Assim, também com o mesmo agrado, o livro do Boletim de Propaganda das Escolas Moças. Bisbilhotas ambulantes e pedras esculpias pelo ministro de J. de Deus.

Expediente da Liga

Balancete de mez de setembro

Receitas	
Contribuição do mez d'agosto	527,00
Automatico	27,00
Venda de jornais	2,00
Somma Réis	556,00
Despesas	
Percentagem do 2º abito da cobrança ás socias	127,00
Idem no abito de 1º abito	135,00
Despesa com luzes, velas, faldes, etc., por occasião do recolhimento da Rep. blica pelos indios	12,00
Agua	2,00
Calor	12,00
Renda da casa	12,00
Aluguer do jornal	12,00
Impressão do 1º e 2º abito	24,00
Costa de papel	12,00
Preciosos	2,00
Telegrammas	2,00
Transportes	2,00
Correio	2,00
Somma Réis	417,00
Difere	139,00

A thesauraria — Maria Felleta.
A secretaria — Filippa d'Oliveira.

A MADRUGADA

não querêr obedecer á autoridade marital, recusando-se ainda por cima a reconhecê-la.

A lei não autorisa, nem pode mesmo autorisar, semelhante rebelião, e ali temos depois o declive perigoso em que a paz domestica se subverte de vez, com todas as suas funestas consequências.

A mulher portugueza carece d'educação moral e civica, e é adquirindo conhecimentos especiaes que ella poderá apreciar a felicidade e o conforto da paz do seu lar, sendo então uma preciosa colaboradora de seu marido e uma consciente educadora de seus filhos, baseando-se a harmonia do *ménage* no respeito mútuo e na solidariedade.

E' para isto que a mulher scandinava é preparada desde tenra idade por um ensino especial, baseado em maximas moraes e em conhecimentos scientificos ministrados em Institutos, habilitando-se d'estarte a dispensar a proteção do homem, governando-se por si mesma, quando a incompatibilidade de genios provo- que a dissolução do *ménage*. Isto succede na Dinamarca, na Suecia, na Noruega e em muitos paizes cultos, especialmente na America do Norte.

Estará a mulher portugueza em egualdade de circumstancias?

Não está; e é por isso que eu—desejando a aprovação do projeto de lei do sr. Alexandre Braga—duvido muito que isto venha a succeder, ja por deficiência do nosso meio social, ja também pelas condições especiaes em que se debate a politica portugueza.

Venha primeiro a instrução, muita instrução, e quando o nivel intelectual da população portugueza for de tal modo elevado que todo o progresso politico e social se opere sem abalos, n'uma evolução suave, então será uma bela realidade a completa emancipação da mulher assente no gigantesco pilar da Liberdade, da Justiça e do Direito.

Não será isto uma verdade proclamada pela ciencia sociologica?

Fevereiro, 1912.

Fazenda Junior.

A AUTORIDADE MARITAL

Mostra-se o nosso apreciado colaborador sr. Fazenda Junior, muito apreensivo por lhe parecer que o desprestigio da autoridade marital deve contribuir para a quebra da harmonia na familia e para lançar a perturbação nos lares. A esse desprestigio da autoridade marital, chama o sr. Fazenda Junior «rebelião que a lei não pode nem devem consentir».

Por outras palavras, o sr. Fazenda Junior preconiza n'este artigo a submissão da mulher ao homem, o que de forma alguma pode coadunar-se com o ideal egualitario que vem derubando com uma forte rajada de justiça todo o secular e tiranico preconceito.

O sr. Loff de Vasconcellos, cuja competencia em assuntos juridicos ninguém usará decerto contestar, no seu Plano de Reforma do Codigo Civil, que vem publicando no *Seculo*, classifica a autoridade marital de «odiosa e deprimente para a mulher». E não é preciso meditar muito nem ter longa experiencia da vida, para compreender que esta classificação é absolutamente verdadeira.

A mulher submetida á autoridade marital é uma escrava dentro do seu lar. Não tem vontade propria; a sua personalidade anula-se, desaparece ante a personalidade do marido; — é uma menor, uma irresponsavel, um joguete, um manequim. Felizmente nem todos os maridos abusam da autoridade marital, e ha muitos que são os primeiros a condemná-la. Estes representam os bons maridos, aqueles que, por via da regra, são sempre os mais respeitados e os mais queridos.

O exercicio da autoridade não serve senão para fomentar a discórdia, separar irremediavelmente corações que o amor uniu.

Submissão é sinonimo de *escravidão*. Quem diz submissão diz humilde; e a humildade na nossa opinião é uma virtude muito... canina. Só os cães lambem a mão que lhes bate, porque são submissos, porque são humildes. Com franqueza, nós preferimos-lhes o gato que... arranha.

Quer isto dizer que desejamos ver estabelecida a discórdia no lar domestico? Por forma alguma! As boas mulheres fazem os bons maridos e vice-versa. A mulher, ente naturalmente meigo, afetuoso, sensivel, raramente fomentará a desordem no lar domestico, se o marido a não provocar.

Duas creaturas que se amem, que se compreendam, cujas afinidades de inteligencia e de coração mais contribuam para que elas se completem, podem viver na mais perfeita harmonia, independentemente da tão antipatica autoridade marital. Ocasões haverá em que surja qualquer pequeno desacordo; mas como a vida é feita de concessões, não de acabar sempre por harmonisar-se, cedendo, não o mais forte — porcin aquelle que tiver mais razão. Ora, se a razão estiver da parte da mulher, será justo que a autoridade marital predomine?

Transige-se por afeto, e — como disse Goethe — não ha nada mais agradável do que submeter mo-nos por amor.

A lei, em respeito a um anacrónico autoritarismo, tem obrigado algumas mulheres a seguirem os seus

maridos, contra vontade propria e contra as suas conveniencias.

Alguns procedem assim, como ha numerosos exemplos, para as afastarem da familia, para as privarem de toda a proteção, para, finalmente, as torturarem mais á seu sabor. Outros exigem que as mulheres lhes deem contas, diariamente, como se fossem suas creadas, das despesas do *ménage*, e ralham por que se gastou mais um tostão, que não estava no orçamento. Ha-os que obrigam as mulheres a engraxar-lhes as botas, lavar-lhes os pés, tratando-as peor de que os senhores da roça tratam os seus negros.

No seu Plano de Reforma do Codigo Civil, a que acima aludimos, diz o sr. Loff de Vasconcellos: «N'estes casos (quando o marido estabeleça residencia no estrangeiro ou n'outra qualquer parte onde ella não possa ser obrigada a segui-lo) entendemos que a mulher não deve ser obrigada a ter o domicilio ou residencia do marido, porque isso importaria uma quebra da sua dignidade n'um ato importante da vida».

«Um codigo civil moderno não deve em regra fazer distincção de sexos. Não ha direitos do homem nem direitos da mulher: ha simplesmente direitos das pessoas».

Esta é a verdadeira doutrina, a doutrina egualitaria por excelencia.

«A mulher portugueza—afirma o sr. Fazenda Junior—carece de educação moral e civica». E o homem estará mais adiantado? E' o que resta saber-se... Portugal posto a saque pelos monarchicos, seria por culpa das mulheres? A politica «de pencho» que ali se tem feito é politica das mulheres? As arruaças, as perturbações da ordem publica são provocadas pelas mulheres? São as mulheres que dão maior contingente para as cadeias e para os presídios? E por culpa das mulheres que ha em Lisboa casas onde se abusa torpemente da virgindade de pobres crianças de 12 a 15 anos, sacrificadas ao appetite *rafine* do homem da cidade, o homem culto, que dispõe d'uma bela educação civica... e moral?...

Não nos iludamos! Em Portugal está por fazer a educação dos dois sexos; e enquanto o masculino quiser exercer a força do seu predomínio, enquanto ambos se não associarem francamente, lealmente para a nobre tarefa de mutuamente se educarem, sem pruridos de superioridade que de facto não existem, caminharemos muito lentamente para o sublime ideal da Emancipação Humana.

M. V.

Regulamentação do jogo

Estamos incondicionalmente ao lado dos que combatem o jogo, considerando-o mais um agente, entre outros, de perturbação das familias e depravação da sociedade. Digam o que disserem aqueles que pretendem—que o jogo pode melhorar as condições economicas do paiz,—nos entendemos que ele serve, principalmente, para fazer o desespero das esposas e o tormento das mães.

O jogo de azar tem todos os predilectos que concorrem n'um saltador de estrada: rouba e assassina. Combatê-lo equivale a fazer propaganda de hygiene social.

Quem é exposto e quem é pae, não deve ter o direito de arriscar a subsistencia dos seus sobre o pano verde d'uma banca de jogo, como não deve tê-lo de frequentar os prostibulos. A regulamentação do jogo, como a regulamentação da prostituição, representam um atentado á familia—e como tal devem ser combatidas por todas as pessoas de sentimentos nobres e raciocínio bem equilibrado.

E por isso — porque as mulheres são sempre as primeiras a defender os interesses da familia, contra a rotina, e certos vicios inveterados, de que alguns homens tanto se ufamam, que a propaganda feminista tem sido sempre tão guerreada.

Não importa! Acima de todo o preconceito, ha um ideal que se chama — Justiça!

Ecos do Estrangeiro

Na campanha sufragista as inglesas tem como paladinos eminentes homens de estado.

Eis algumas passagens d'um discurso do actual ministro da fazenda no gabinete britânico, Mr. Lloyd George, n'um meeting.

«Enquanto o governo d'um paiz se resumia na invasão do dominio dos outros ou na defeza do proprio... quando a espada, o machado, o pelourinho, a tortura, o carcere e as galés eram instrumentos governativos, as mulheres estavam alottadas á politica. Mas desde que as mais elevadas funções do governo se deixaram conquistar pelas maneiras suaves que são apanagio da mulher, indubitavelmente ella tem direito a egual partilha na victoria».

O problema da hygiene das habitações, salubridade e temperança, alimentação infantil, pensões a vellos ou invalidos, etc., que agora estão dentro da esfera das leis porque não são, como antigamente, resolvidas em

comum accordo entre o homem e a mulher já que afetam a sua vida inteira?

Ha uns cinquenta ou cem anos poderia dizer-se que as mulheres não estavam preparadas para exercerem o voto. Mas nos dias de hoje essa afirmação passou de moda; o elemento feminino alcançou entrada nos proprios dominios da atividade commercial, procedendo habil, cauteloso e previdentemente e com toda a capacidade.

Sei de muitos negocios que resultaram desastrosos nas mãos de homens frivolos e levianos, e correram o melhor possivel sob a direção de senhoras habéis e prudentes.

Afinal de contas, o sufragio feminino não é novidade, pois já existe nas nossas colonias e por varias vezes tenho interrogado sobre o assunto os seus homens d'estado cuja resposta é invariavelmente esta: «completo éxito» — quer eles sejam proteccionistas ou livre-cambistas, liberais, traballistas ou conservadores.

A admissão da mulher nas assembléas eleitoraes da Nova Zelandia e da Australia, é aplaudida por todos como um grande triumpho.

Alargou os horizontes do lar.

O homem perdeu uma escrava e achou-se com uma companheira.

Diz o *Globe* que o voto das inglesas é assunto tão perigoso, em vista das divergencias ministeriaes, para o actual gabinete, como o «home rule».

Contrariamente ao que alguns jornaes ingleses costumam alardear, as sufragistas são recebidas com toda a cordialidade e ouvidas atentamente nos círculos electoraes onde fazem invariavelmente uma intensa e, quasi sempre, vantajosa propaganda a favor dos candidatos que se declaram abertamente pelo voto da mulher.

E, já que vem a proposito, annunciemos também o regresso a Inglaterra de M.^{rs} Paulhurst, a illustre «leader» das «sufragettes», da sua longa viagem pelos Estados Unidos da America.

Em Washington — um dos estados em que o sufragio é exercido por ambos os sexos — onde passou o dia de Natal, uma das coisas — que mais a impressionaram foi o respeito tributado á mulher.

E nada mais interessante que observar o orgulho e satisfação com que verdadeiros homens de negocio, energicos, fortes e de rude apparencia, escutavam as suas intelligentes e cultas mulheres discutirem as reformas que projectavam effectuar.

Ainda uma noticia sobre o voto:

Na Suecia o discurso da corôa fazia este anno uma referencia a um projeto de lei concedendo o direito eleitoral ao sexo feminino.

Um «bill» ultimamente aprovado pelo parlamento da Noruega permite ás mulheres o exercicio de todos os cargos, excetto feitos dos seguintes: de membros do governo, dignidades ecclesiasticas, representações consulares e diplomaticas, comendas militares e quaesquer novas posições creadas que o parlamento então considere só proprias para homens.

Este projeto de lei obteve grande maioria na votação, a que foram estranhas questões partidarias.

De modo que, talvez muito em breve, como diz o *Daily News*, vejamos as norueguesas nas elevadas situações de governadores civis, juizes ou occupando o cargo de chefe da policia.

Naturalmente, o caso explica-se o melhor possivel porque, como todos sabem, a Noruega é um paiz *atratadissimo*, selvagem mesmo...

Entanto, as fias têm lá os entretenimentos mais uteis que impacientarem a familia ou desvanamem por *omnis seculi*...

REGISTO CIVIL

Registose civilmente no Lubango uma filha da nossa consocia Joana da Silva, distinta professora e do sr. Cesario da Silva. Recebeu o nome de Republica. Testemunharam o ato o sr. Francisco Ribeiro e D. Natividade Ribeiro. Aos paes da pequenina os nossos parabéns.

O Livre Pensamento

Sob a direção do nosso apreciado colega e velho compunheiro de propaganda republicana, sr. Augusto José Vieira, e editado pela benemerita Associação do Registo Civil, começou a sua publicação o semanario *O Livre Pensamento* cuja vista muito agradecemos. Apresenta-se muito bem redigido. Felicitamos a Associação do Registo Civil por mais este progresso, desejando ao novo jornal todas as prosperidades.

Por falta de espaço, não podemos dar n'este numero o balancete do mez de Janeiro, o que faremos no proximo numero, conjuntamente com o mez de Fevereiro.

Para o Congresso Feminista Internacional de 1913

mente, há 15 mezes, pelo momento decaim

A MADRUGADA

...o Sr. Dr. Maria Rozario Santos, fazia-o sob esta condição: «O feminismo caminha».

— «Não efeito. E caminhará da mesma maneira com a força que lhe emprestam as nossas reivindicações, como tudo quanto obedece às leis inevitáveis da humanidade e do progresso».

...o Sr. Dr. Stromp pelo seu belo e equânime, congratulando-nos com a sr.ª D. Maria do Rozario Santos pela sua nomeação, que nos encheu da maior e mais profunda alegria.

Conferências de propaganda feminista

Realizou-se no dia 1, como tínhamos anunciado, a segunda conferência da série, que nos propuzemos levar a efeito, e que esteve bastante concorrida, vindo-se entre muitas das nossas consocias, outras senhoras estranhas à coletividade.

— A conferência, que foi brilhantíssima, como se pôde ajuizar do extrato que abaixo se segue, assistiram, porém, poucos representantes do sexo forte, o que é para lamentar, porque perderam uma excelente ocasião de instruir-se. Referimo-nos, é claro, aos que combatem o feminismo, armados apenas da sua crassa ignorância sobre o assunto, que apenas conhecem por d'ê ouvir falar, nas palestras dos cafés, entre dois dedos de má língua.

Os nossos colegas republicanos tem-se mostrado pouco interessados na nossa propaganda, notando-se o contrario por parte dos nossos colegas socialistas. Assim, apenas o *Século* e a *Luz* deram aos seus leitores umas ligeiras notas sobre a conferência do sr. Agostinho Fortes, ao passo que o *Socialista* e a *Voz do Operário* publicaram largos e cuidadosos extratos. E' da *Voz* o extrato que apresentamos às nossas leitoras, com os nossos agradecimentos ao colega, sentindo apenas de passagem, que não se tivesse lembrado de declarar que a conferência em questão tinha sido promovida pela Liga Republicana das Mulheres Portuguezas. O seu a seu dono, não é verdade?

— O conferente, depois de agradecer a honra do convite que lhe fizeram, principia por analisar a mulher sob o ponto de vista moral e intelectual.

A religião, afirma o illustre conferente, teve sempre sobre a mulher uma poderosa influencia, especialmente a religião cristã, que, para os diferentes povos que a professam, tem d'ella determinadas variantes que atuam sobre a civilização da mulher.

Assim, vemos a mulher indiana, o prototipo da mulher ideal e que mais libertada do preconceito religioso conseguiu, em certas épocas, equiparar-se ao homem, intelectual e fisicamente.

Da civilização egípcia pouco ou nada recebemos, pois que a mulher, n'aquella paiz, também viveu sempre subjugada ao dominio tirânico do homem, e de que elle proprio também foi vítima.

Fala da mulher grega, que, dentro e fóra do lar, era uma miserável escrava, não lhe sendo concedido sequer receber visitas e comer à mesa com o marido. Aparece depois a heitaira, educada na musica e na mitologia, que realisa o que se chama uma obra de verdadeira remodelação feminina.

A propria Sáo, que muitos consideram uma aberração, foi uma mulher de extraordinario valor e que poderosamente contribuiu para levantar o nivel moral da mulher. Helena e Aspasia eram o tipo mais completo da heitaira, exercendo até manifesta preponderancia sobre Sócrates.

Vem depois Roma, manifestando-se pela adoração da mulher, ao ponto do patriarquado romano lhe conceder evidentes direitos.

No complemento das energias e das vontades é ainda a mulher romana quem melhor se revela.

Messalina e Agripina foram as mitorras vítimas de uma decadência que profundamente se acentuou em uma época em que uma torpíssima devassidão envolvia toda a pureza das idéas e das energias. Se a mulher era, então, dominada por todos esses fatores, que lhe eram, deprimiam e demoralizavam, não é menos certo que isso foi o resultado de uma maior devassidão que invadia a Roma de Heliogabalo, Nero e outros devassos da época.

A mulher não é, pois, a culpada, mas sim uma vítima.

Se ella tem condições de inferioridade, também o homem as tem. Ha quem diga que a mulher, por qualquer futilidade, se prostitue; pois, na sua opinião, quantas vezes o homem não se prostitue mais vergonhosamente.

Tratando da mulher perante a politica, demonstra como na Noruega, onde a mulher tem entrada no Parlamento, tem feito brilhante figura, tratando dos assuntos mais palpitantes da politica.

Em Portugal observa-se, com geral satisfação, que as criações do sexo feminino, nos exames a que são sujeitas, e com mais duas ou tres disciplinas que as do sexo masculino, revelam mais aproveitamento, ou seja mais poder de intelligencia, isto segundo as estatísticas.

Sobre a questão economica, é ella ainda a escrava que tem a seu cargo a enorme responsabilidade de equilibrar o orçamento caseiro.

Refer-se ainda aos casamentos, que a mulher mu-

tas vezes é obrigada a contrair, para se livrar da tutela da familia, que a obriga a esse brutal sacrificio.

O conferente termina dizendo: A idade média é a época da grande remodelação social e em que a mulher começa a levantar-se, caminhando, através de todos os obstáculos, até aos tempos modernos.

Começa agora a envolver por novos caminhos. Considera a politica a unica forma de luta para a conquista da emancipação da mulher.

Lutem as mulheres para se organisar politicamente e a sua emancipação será um facto.

O illustre professor foi imensamente aplaudido no final da sua brilhante conferencia.

A TERCEIRA CONFERENCIA será realzada no proximo mez de outubro, em dia que oportunamente annunciaremos, pelo sr. dr. Antonio Macieira.

Ecos do Estrangeiro

Parece que na Hungria as mulheres são frequentemente vendidas pelos maridos e ha quem afirme que se deu ali um caso muito recente, fazendo-se a transacção pela soma de 21 libras.

São restos da antiga concepção dos direitos masculinos.

Continuamente se estão dando em Inglaterra casos de excessiva indulgencia dos magistrados para com reus de crimes execráveis de que são vítimas pobres creanças, enquanto as sufragistas militantes sofrem toda a severidade da lei ás vezes por causarem insignificantes prejuizos.

Semelhanças factos apenas servem para exacerbar os animos das menos exaltadas, sendo ellas proprias que o confessam.

Num festival em que o ministro inglez Lloyd George falou com difficuldade no meio de incessantes interrupções das «sufragettes» deram-se cenas indignas por parte d'alguns assistentes e senão fosse a energia e zelo da policia com certeza haveria mais graves acontecimentos a lastimar.

Sufragista de qualquer dos sexos que ousasse interpellar o orador, era expulso violentamente por entre os apupos da multidão e ca fóra chegaram ao extremo de não só espantarem brutalmente as pobres indefeizas, mas ainda peior — rasgaram-lhes os vestidos e arrancaram-lhes mãos cheias de cabelos. Um reporter do *Daily Mirror* entrevistou uma das vítimas que lhe mostrou uma recordação que desejava para sempre guardar, — uma porção de cabelo que pudera apanhar no tumulto.

Não repetimos quanto nos são desagradáveis os excessos, mas afinal d'onde virão em casos como este?

A propaganda inconstitucional é por assim dizer um remedio desesperado que as militantes aceitam com resignação.

Em Aigle foi nomeada M.^{me} Porchert diretora d'uma prisão, cargo que já exercera por duenda do marido agora falecido.

A municipalidade de Munich emprega mulheres na limpeza das ruas. De 1898 a 1909 o numero de mulheres que se dedicam á agricultura aumentou ali 1.844.340.

Opinião do general Botha acerca do feminismo:

«Oficiaes ou soldados, todos deveriam compreender que a mulher é tão importante, valiosa, competente e necessaria para o progresso e felicidade do mundo como o homem.»

Ao mesmo tempo que expressam nobres idéas, essas palavras são uma sentida homenagem do illustre general á memoria da esposa que, segundo elle proprio confessou, em horas amargas era a sua inefável consolação, amiga e conselheira nas maiores difficuldades.

A primeira «reitoria» da Alemanha acaba de submeter-se ao exame respectivo, ficando aprovada. Era professora oficial.

Fraulein Vera Heijelt, inspetora industrial finlandeza e também a primeira mulher eleita ao Landtag, organou ultimamente uma exposição permanente de productos e objectos que se relacionam com o bem-estar das classes trabalhadoras.

Em Vitoria (Australia) foi agora estabelecido o salario minimo de 28 «shillings» por semana para empregados no commercio sem distincção de sexos. Na Inglaterra onde as mulheres não podem servir-se do voto para melhorarem as suas condições de vida, não recebem mais de 15 a 20 «shillings».

Colhidas num livro inglez, publicado agora, estas observações subit:

«Nos semblantes das mulheres que se vêem nas ruas das grandes cidades, lêem-se os sinais do tempo. Não é a independencia, unicamente, mas sim alguma coisa de mais profundo: uma consciente posse do proprio eu.»

Falha a expressão serena porque a batalha ainda não terminou.

Na proxima geração a mulher livrar-se-á d'esse aspecto «novo». Dizem-no os rostos das collegias radiantes de franqueza e imperio pessoal, sem arrogancia nem severidade — antes a apparencia d'um rapazinho docil mas cheio de confiança em si proprio.»

A MULHER PORTUGUEZA

(Á Liga Republicana das Mulheres Portuguezas)

Dotada d'uma complexão doce e meiga, apaixonada sempre pelos mais belos e sublimes ideaes, a mulher portugueza sabe sentir, sofrer e amar, cantando hinos de amor e de redenção, desabrochando a sua alma generosa ao calor das idéas do Progresso, de Civilisação, de Justiça e Paz Social.

A sua noção de solidariedade social não está ainda muito desenvolvida — é facto — mas a sua alma docemente sonhadora substitue bem esta falta tão sensível, preenche bem esta lacuna tão dolorosa. E que a mulher portugueza sabe amar como ninguém, cala em seu intimo todo o sofrimento causado pelas contrariedades da existencia, mas heroica perante o perigo, ella descerra os labios num sorriso de encantadora resignação e luta incessantemente — epicamente mesmo — para alcançar a consideração, a simpatia e o respeito a que tem merecido jus.

Ante a ultima incursão conceitista, a mulher portugueza sentiu o seu espirito reconfortado pelo ardente amor á Patria.

Não trepidou perante os maiores e mais iminentes perigos.

Por toda a parte ella aclamou as heroicas tropas republicanas que afluíram á fronteira do norte a defender a Patria contra os miseráveis que tentaram manchar a sua odiosa presença. O sentimento cívico, nato na aguerrida alma portugueza, despertou no espirito das nossas populações de Trás-os-Montes, e o combate de Chaves constituiu a maior e mais lidima gloria para os bravos que souberam immortalisar o nome com o seu heroismo, inscrevendo mais uma laureada pagina na épica historia lusa que tantas encerra.

A Republica pôde bem confiar em tão heroicos quanto dedicados filhos; e a levantar alto, bem alto, a aguerda alma de nossos soldados, ali está o doce e carinhoso sorriso da mulher portugueza, a sua meiguice tão adoravelmente enternecedora, o seu admiravel espirito de sacrificio; e a sobrelevar todos estes apreciados predicados, o desprendimento alivo com que corre ao encontro dos maiores perigos.

E por isso que a mulher portugueza deve, sem perda de tempo, conquistar plenamente os seus direitos politicos, ingressando na porfiada luta em que vamos empenhados de alma e coração para um prodigioso futuro de evolução social.

Que admiravel e profunda legisladora não se fará da mulher portugueza quando, sob o seu doce e terno influxo, as leis perderem por completo o seu caracter de egoismo, de ferocidade e oppressão com que ainda hoje se impõem?

A bememerita Liga Republicana das Mulheres Portuguezas, a quem este singelo e despretençoso artigo é dedicado, cumpre o grato e humanitario dever de se lançar na luta d'entrance para que o direito ao voto, que — em principio — o Senado ha pouco reconheceu á mulher diplomada e intelectual, se estenda a todas sem distincção de classes, quando apresentem certidão d'exame de admissão aos liceus. E' um incentivo para o desenvolvimento da instrução popular que urge iniciar, promovendo-se o seu progresso para bem da Patria e da Republica, num espirito generoso de se alcançar o bem-estar do nosso paiz.

E' assim que se poderá cumprir integralmente o generoso e humanitario programa da Liga Republicana das Mulheres Portuguezas, todo de Paz, Solidariedade e Amor.

Lisboa, setembro, 1912.

Faustina Junior.

TRANSCRIÇÕES

A *Revista Pedagógica*, de Ponta Delgada, transcreveu num dos seus ultimos numeros o artigo que publicamos no n.º 15 do nosso jornal, intitulado *A Derrota de Ceuveiro*, e parte d'um artigo da nossa diretora publicado no *Século*, sob a designação de *Anonimos*. Também a mesma revista, assim como o nosso colega *A Folha*, da mesma cidade, se referiu com palavras de quente adesão á nossa propaganda contra a venda de tabaco e alcool a menores. Aos nossos illustres colegas, cordaeas agradecimentos.

DR. ANTONIO MACIEIRA

MINISTRO DA JUSTIÇA

A MADRUGADA congratula-se pela elevação ao poder de um ilustre magistrado, um dos mais dedicados defensores do feminismo, em Portugal. Digno continuador da obra do Dr. Afonso Costa, e sr. dr. Macieira, valente, deserte, se elevado legar a que ascendeu, honrar as suas tradições de feminista, de defensor de uma parte da Humanidade, vetada ao sofrimento.

Ecos do Estrangeiro

Um verdadeiro triunfo internacional a concessão do voto parlamentar às mulheres na California, que é o mais vasto e importante dos seis estados americanos onde o sufrágio feminino é já uma realidade.

E' curioso notar que as populações urbanas se mostraram inegavelmente favoráveis à aprovação da medida, alcançando-se a necessária maioria nos «farmers» (fazendeiros), anomalia que o «New York Times» atribue a interesses alcohólicos.

Foi recebida pelo ministro inglês, Lord Lloyd George, uma deputação de membros da sociedade sufragista «Men's Political Union» — uma das associações masculinas inglesas exclusivamente fundadas para reclamar o voto da mulher — que desejava interrogar aquelle homem d'estado sobre a sua opinião relativamente ao projeto de lei do sufrágio feminino conhecido pelo «Conciliation Bill», em razão de ter sido redigido por deputados liberais, conservadores e trabalhistas, isto é: conciliando os pareceres de todos.

O ministro, declarando-se partidário do voto feminino, manifestou-se todavia contrario à aprovação do atual «bill» que considera pouco democrático. Entretanto, todas as sociedades sufragistas concordam na impossibilidade de conseguir, por enquanto, a sanção das câmaras a um projeto de lei mais extensivo.

Em França existem atualmente dezenove advogadas.

Segundo Mr. Spanton, cirurgião inglês, presidente d'um núcleo de «British Medical Association», as mulheres têm muito mais coragem que o sexo forte em materia d'operações cirurgicas, razão porque atualmente mais cedo se restabelecem.

Refere-se a homens dos mais robustos a quem faltava o animo para... permitirem ligeiros cortes, sem anestesia.

Por recentes estatísticas sabe-se que presentemente ha 100 senhoras fazendo parte das camaras municipais da Noruega, onde tambem uma professora, Anna Røstad é, como se sabe, membro do Parlamento.

Além d'isso, nas eleições de 1907 votaram apenas 6008 norueguesas e em 1910 as eleitoras chegaram a 191361, n'aquelle país.

Mr. Balfour, que ultimamente deu a sua demissão de chefe do partido unionista inglês, é um grande partidário do sufrágio feminino.

Doutora Carolina Beatriz Angelo

A INAUGURAÇÃO DO SEU RETRATO

Revestiu uma tocante manifestação de saudade a sessão solene promovida pelo «Grupo das Treze», para comemoração do 30.º da decorrido após o falecimento da nossa ilustre consociada, doutora Carolina Beatriz Angelo, e em que se inaugurou o seu retrato. A sessão foi presidida por m.^{me} Jeanne d'Almeida Nogueira, veneranda presidente da «Associação de Propaganda Feminista», que se fez representar por um distinto grupo das suas associadas, na sua maior parte tambem socias da «Liga».

Fizeram uso da palavra os seguintes oradores: D. Virginia Quaresma, Dr. Antonio Macieira, Dr. Alfredo de Magalhães e o valioso professor, sr. Agostinho de Fortes. Todos os oradores se referiram a situação da mulher na sociedade e fizeram uma levantada propaganda em favor das suas reivindicações.

As nossas salas e dependencias da sede estavam repletas de senhoras e cavalheiros, que aplaudiram calorosamente os distintos oradores.

No final da sessão, por proposta da nossa camarada Maria Veleda, como um ato de solidariedade humana, foi assinada pelas senhoras presentes uma mensagem dirigida ao sr. Ministro da Guerra, pedindo-lhe a liberdade de um militar que se encontra detido, por ter promovido dentro do seu quartel uma manifestação de caráter politico, embora a favor da Republica.

A MADRUGADA

MODERNA

Da graça indizível e encantadora e perturbante garridice, vae um mundo de sensações, de cambiantes, de antiteses, não sem alguns pontos de contacto apparentes.

Como o beijo é, na linda expressão de Rostand.

«Une façon d'un peu se respirer le coeur»

a graça ondulante da mulher espalha e confunde no ambiente morno da vida os atomos dulcissimos da sua alma e n'elles respiramos, comovidamente, o oxigenio espiritual da belleza.

A impressão será deliciosa sem jámais ter o perfume aligero, mas estonteante, da coquetterie.

Uma faz sentir, outra esquecer...

E, divagando, ficamos a pensar, longamente.

Enquanto as finas hastes não tombam, mochas e desmaiadas, as violetas graciosas não deixam de enviarnos o seu perfumado encanto.

Simplemente porque existem.

A mulher d'hoje póde, livremente, desdobrar ao sol as azas da fantasia e do sonho, caminho das cerebras regidas de Arte, condensar no espirito a imensidade augusta dos mundos e a miniatura enternecedora dos infinitamente pequenos.

Menos recatada que as violetas gentis, a sua alma desabrocha como uma linda e perfumada flor, olhando o azul.

Não deixará de ser magnificamente generosa na sua opulencia.

E, como sempre, a mulher não perderá o doce titulo de Senhora da Graça e da Belleza, mesmo desdenhando a exaggerada coquetterie e os frissons d'épiderme.

Serrana.

TUNA DEMOCRATICA DA LIGA REPUBLICANA DAS MULHERES PORTUGUEZAS

Realisou-se no preterito dia 5, com grande entusiasmo, a inauguração da nossa tuna, como a imprensa diaria pormenorizadamente referiu. As salas foram visivelmente ornamentadas pelas socias do grupo, com o generoso concurso do sr. Melgaço, tio da executante Palmira Lopes, venerando ancão, que se pode considerar um benemérito da nossa coletividade, pela dedicação como vem acompanhando e secundando as suas iniciativas.

No começo da festa, foi pelas nossas camaradas Marianna A. Silva e Filipa d'Oliveira, oferecido em nome da Tuna, ao sr. Veloso Santos, dedicado regente da mesma, uma carteira com o seu monograma e duas lindas argolas de prata para guardanapo. Tambem a sr.^a Alice Pinto foi oferecido um lindo ramo de flores, como demonstração de reconhecimento pela dedicação como lecionou os primeiros rudimentos de musica, ás alunas do curso respectivo.

Seguidamente, a nossa boa e respeitavel vice-presidente, Marianna A. da Silva, tomou a palavra para protestar em nome da coletividade contra a orientação das feministas que gritam «abaixo o homem» — o que não é democratico nem humano, pois o verdadeiro feminismo não quer fazer a guerra ao homem mas simplesmente emancipar a mulher, como primeira condição para a emancipação da humanidade.

Finda a breve allocução da nossa vice-presidente, subiu ao estrado o sr. Dr. Carneiro de Moura, que produziu uma delcadíssima conferencia sobre Arte e Instrução, sendo muitissimo aplaudido.

A Tuna executou varios trechos do seu repertorio, depois do que se organisou um animado baile, que durou até perto da uma hora.

A esta graciosas festa assistiram além de numerosissimas socias, os esposos, pais e irmãos de muitas, que se retiraram encantados com a orientação francamente democratica da Liga e a sua propaganda em prol do educção e da emancipação feminina.

Congresso do Partido Republicano

Como as nossas consociadas decerto sabem, a socia delegada pela Liga ao ultimo congresso do partido foi a nossa camarada Maria Veleda. E' a terceira vez que a nossa coletividade se faz representar no Congresso, sendo sempre acolhida com as maiores demonstrações de interesse e consideração. Nem outra coisa era de esperar, por parte dos elementos serios e dignos, que costumam constituir estas reuniões magnas do partido republicano.

A nossa camarada apresentou a moção seguinte: «Considerando que a mulher portugueza, educada, tem uma grande missão reactiva a desempenhar dentro da Republica»;

Considerando que essa missão consiste principalmente em educar as suas irmãs mergulhadas n'um oceano de treva e de ignorancia, por culpa dos governos da monarchia»;

Considerando que é a terceira vez que uma associação feminina tem representação no Congresso, considerado o verdadeiro parlamento do Partido Republicano»;

A assembleia dá o seu incondicional apoio a todas as reivindicações feministas, tendo como principal objectivo a educação da mulher e a sua emancipação civil e politica.»

Foi aprovada por aclamação.

O Congresso, pois, mostrou-se animado do espirito moderno, o que muito nos apraz registar. A ideia caminha e ha-de triunfar, a despeito de todos os obstaculos que procurem opor-lhe.

BULLETIN POUR L'ETRANGER

La représentation de la «Ligue des Femmes» au dernier Congrès du Parti Républicain

C'est la troisième fois que la Ligue des Femmes est officiellement représentée au Congrès du parti. Ce fut M.^{me} Maria Veleda qui la représentait à celui d'octobre dernier, assistant à toutes les séances. La Ligue a été, comme d'habitude, très bien reçue et acclamée. Le Congrès a voté à l'unanimité la motion ci-dessous, proposée par M.^{me} Maria Veleda.

«Considérant que la femme portugaise, instruite, a une grande mission éducative à remplir sous la République; considérant que pour pouvoir mener à bien cette mission, qui consiste surtout à faire sortir ses sœurs de l'ignorance et de la superstition où les préjugés honteux de la monarchie les ont fait abîmer, il lui faut l'appui du parti; considérant que la représentation, dans ce Congrès, d'une association féminine est une preuve plus que suffisante que le Parti Républicain reconnaît chez la femme assez de qualités et d'aptitudes pour qu'elle puisse faire partie de son vrai parlement, le Congrès donne son appui aux revendications féministes qui ont pour but principal l'éducation de la femme et son intervention dans la vie politique du pays.»

Du moment que cette motion a été approuvée sans qu'un seul congressiste proteste ou la combatte, du moment que notre collègue a voté, sur tous sujets discutés, avec les autres congressistes, et que le Parti lui a reconnu assez d'autorité pour prendre part à l'élection du nouveau Directeur dudit parti; puisque la Ligue représentait au Congrès l'opinion de la femme portugaise, nous ne saisissons pas quel motif sérieux il peut y avoir pour que l'on continue, sous la République, à interdire à la femme le droit de vote dans l'autre élections politiques. Car l'élection du Directeur du Parti Républicain est, évidemment, un fait politique.

Nous voulons croire que les revendications suffragistes trouveront bientôt quelque appui au Parlement et que l'on finira par débrayer le honteux préjugé qui fait refuser à la femme toute idée de criticisme, d'intelligence et de dévouement indispensables à son intervention efficace dans la vie politique de sa Patrie.

Dans notre opinion, toute femme qui soit chef de famille, sache lire et écrive ou qui pare des contributions à l'Etat, doit avoir le droit d'être élue et élue. Le contraire représente un contre-sens, inexplicable, sous un régime démocratique, et une offense aux principes d'égalité et de justice, une tyrannie des plus odieuses.

GLÓRIAS DA HUMANIDADE

Maria Sklodowska

Pedro Curie

A maior descoberta cientifica realizada nos fins do século XIX foi, inquestionavelmente, a do rádio, esse mineral mysterioso, emissor de formidavel energia. A sua aprensão, o seu estudo à luz da ciencia, a confirmação irrefutavel das suas extraordinarias propriedades fisico-químicas vieram revolucionar as ciencias nos seus mais fundos alitercos.

Donde surgiu esse curioso e novo corpo, até então desconhecido mas, todavia, velho como o mundo?

Quem era o seu feliz descobridor?

Eis as perguntas que, por ocasião dessa revolucionaria descoberta, naturalmente afluram aos libios de toda a gente, desde o sábio até ao mais simples dos mortaes.

Não era facil responder, devido ao espirito retraiado e excessivamente modesto dos dois sábios investigadores dos fenomenos rádio-activos. Veiu unicamente a publico o relato científico da descoberta, com a necessária indicação dos nomes dos seus autores. Como efeito, em 1906 Pedro Curie e Maria Sklodowska Curie participavam a Academia das Ciencias de França que acabavam de descobrir dois elementos, dois minerais completamente novos, aos quais tinham dado os nomes de Rádio e de Polónio. (Em homenagem a Polónia, donde Maria Curie é originária).

Desde 1898 até hoje, o estudo desses corpos tem

**Março de
1911**

A MULHER E A CRIANÇA

diosa e sympathica educadora de amanhã.

Illustres suffragistas portuguezas?—decidi dos vossos proprios destinos na sociedade transformada pela Republica.

Eis o que vos deseja o vosso fervoroso admirador.

Fevereiro de 1911.

Fazenda Junior.

Litteratura internacional

Um erro no calendario

Quem o visse sentia-se atheado para elle por uma fatalidade irresistivel. O olhar encovado e scintilante tinha a fascinação da onça refalsada. A estaménha monastica da humildade era uma arma de que se servia. A cor sombria do remorso que o ralava interiormente, sabia invertel-a tão bem na maceração de penitência, que assim facil lhe era devassar todas as consciências, e submettel-as ao seu capricho, tyranisal-as, alimentando sempre uma infinidade de horrores futilissimos, com que as trazia suspensas. Cabisbaixo, meditando continuamente um longo plano de vingança, de uma sevizia obscura e mesquinha, os que o viam achavam n'aquella gravidade satanica de monge, um ar contemplativo de compunção piedosa.

O frade fez-se Director espirital.

De uma extracção illustre, rico, herdeiro de um grande nome, porque despresaria as pompas do mundo, os amores do seculo, as glorias?

Acordar-lhe hiam os annos todos esses sentimentos a um tempo na alma, e o horror do impossivel tornal-o hiam hipocrita, apagando-lhe a esperança com o sopro do cinismo? Elle amara a filha de um velho fidalgo de Hespanha, que desejava tambem realisar essa aliança dos seus pergaminhos com as grossas sommas do enamorado de Hernanda, a madrilena engraçada, de ingenua desenvoltura.

Hernanda na morbidez voluptuosa da sua natureza oriental, nunca mais sorriu, nunca mais deixou ver aquella alegria impaciente que a animava, logo que soube da resolução da familia. Detestava o galanteador, aborrecia-o de morte, resistindo sempre ás instancias e ameaças do pae, que procurava sacri-

ficar-la aos interesses e pompas do seu braço de armas.

Hernanda tinha um amor de infancia, puro, recondito; como um raio de luz que nos fecunda ao desabrochar da vida, aquella affinidade precoce e ignorada de todos fora uma intuição do sentimento. Amaram-se longo tempo sem saber o que era amor. Quando um dia acordaram á luz, sentiram necessidade um do outro; a anciedade de uma mesma aspiração, identificou as suas almas para sempre. Cedo o noivo proposto soube da existencia de um rival obscuro. Procurou-o, farejou-o, lançou-lhe o repto. Encontraram-se. Ambos corajosos e fortes, bateram-se num duello a todo o transe. Logo que Hernanda soube da morte do seu amor primeiro jurou um odio eterno ao assassino. O velho fidalgo não comprehendia estas coisas; ameaçou-a com o convento. A ideia da clausura em vez de amedrontal-a, sorriu-lhe, era um refugio, o unico que lhe restava no mundo, depois de perdida a esperança que resume todas as que se podem ter na vida. Professou. O galanteador assistiu impassivel na igreja para ouvil-a pronunciar os votos. Havia n'aquella coragem uma alegria selvagem, egoista, por ver que a mulher que elle amava de balde não havia de pertencer a mais ninguem. Depois de satisfeito este instincto, lembrando que fora ludibriado, despresado, passou-lhe pela cabeça uma ideia atroz de vingança. Queria salvar o seu orgulho ferido. Lembrou-se tambem de abandonar o mundo, esconder-se debaixo da cogula monastica.

Para os que o conheciam foi um rasgo heroico de resignação; para elle era um meio de poder ver de mais perto Hernanda: só assim podia tortura-la, vir a ser seu Director espirital.

O socego da solidão deixa apreciar os ruidos mais imperceptiveis; Hernanda na mudéz da cella, na ausencia completa de interesses que lhe povoassam a existencia, era impressionada profundamente pelos sentimentos mais leves que lhe passavam n'alma, como as auras suaves pelas cordas de uma harpa.

A imaginação desenvolvia-se a tal ponto, que a fazia soffrer.

Foi assim que fr. Pedro, o disfarçado monge, veio a ser seu Director de consciencia. Elle exagerava as doutrinas misticas do dualismo, o predominio do mal, essa lucha incessante do espirito contra a carne, fortificada pelas mortificações do corpo, pela vi-

tra Revista, mediante uma lição por mez, poderia considerar-se mestra... lá para as kalendas gregas...

Quando o governo portuguez estiver liberto de maiores cuidados, elle creará sem duvida, escolas de educação domestica, como as ha, modelares, na Suissa e n'outros paizes. Isto será o bastante.

Concordamos em absoluto com a nossa illustre correspondente, quando nos diz «que devemos interessar-nos pela instrucção.» Assim temos feito, dependendo em grande parte das nossas consocias o maior desenvolvimento d'esta missão. «Que se criem na provincia cursos dominicaes, cursos nocturnos, etc.» alvitra ainda a nossa collega. Alguns tem funcionado, por nossa iniciativa e de dedicadas consocias. E a nossa cara collega, sendo professora, pode melhor do que ninguem ajudar-nos em tão sympathica cruzada. Constitua n'essa localidade, onde é socia unica da Liga, um nucleo trabalhador, como o de Setubal, ou o de Cantanhede, por exemplo, e dê-nos em breve a grata noticia de ter um ou mais cursos femininos funcionando sob a sua intelligente direcção. Isto redundará em gloria da Liga, que só deseja alargar o mais possivel a sua acção libertadora, contando com a boa vontade e o zelo de todas as socias que se desvelam pela independencia e pela emancipação da mulher.

Maria Velleda.

SUFFRAGIO FEMININO

As reivindicações feministas na sociedade moderna, redimida pela Democracia, além de serem a prática são d'um dever indeclinavel, são uma justa e nobilissima aspiração.

A mulher portugueza, pelos doces impulsos da sua alma amavel, encantadoramente carinhosa, consciente do seu dever e das suas responsabilidades, tem pleno direito a conquista do voto.

A sympathica causa da emancipação feminina está fazendo os mais assombrosos e assignalados progressos nos mais cultos e avançados paizes do Mundo e, em quasi todos, caminha triumphalmente na gloriosa senda d'uma conquista merecida.

Na Allemenha a insigne pensadora Rosa Luxembourg e a eminente escriptora e distincta sociologa Clara Zetchin, têm feito uma enorme e intelligentissima propaganda

em prol da emancipação politica e economica da mulher. Os seus discursos e conferencias nas principaes cidades do imperio vão todos os dias fazendo numerosas e importantes conversões mesmo entre a classe burgueza e — ainda mui recentemente — por occasião dos tumultos occorridos em Berlin por causa da reivindicação do suffragio universal, Rosa Luxembourg salientou se corajosamente no movimento á frente das operarias da grande capital.

Na Inglaterra a energica e portuada campanha das suffragistas tem emocionado extraordinariamente toda a Europa.

Madame Panskurt — a dirigente do movimento — gosa hoje d'uma reputação verdadeiramente mundial. A sua energica luta em prol dos direitos politicos da mulher é uma gloriosa epopeia.

A despeito da opposição do governo, a causa feminista em Inglaterra, é uma causa triumphante, porquanto apaixonando e comovendo a Opinião, tem ja plenamente assegurado o seu direito. A sua decisiva victoria é questão de pouco tempo.

Na Noruega a eleição de madame Røgsdal ao *Storting* é o primeiro e decisivo passo para o triumpho da causa feminina.

A sua eleição á vice-presidencia do parlamento norueguez é uma incontestavel prova da muita consideração em que é tida pelos elementos intellectuaes d'aquelle culto e avançadissimo paiz.

Em muitos dos Estados da vasta *Confederação Norte-Americana*, a mulher logrou já de ha muito a sua representação nos municipios e nas assembléas estaduais, e a sua collaboração nos multiplos e intrincados problemas da publica administração tem sido altamente proveitosa aos interesses d'aquelle paiz.

Em França a mulher é elegivel para a constituição do jury nos tribunaes commerciaes, e, se mais importantes concessões não tem conseguido, deve-se ao caracter accentuadamente conservador d'aquella grande e sympathica Republica, e á pouca energia das suffragistas d'aquelle paiz, entre as quaes cumpre-nos distinguir madame Sorgue, a incâncavel e valorosa propagandista.

A gloriosa proclamação da Republica Portugueza veio offerecer-nos um meio social favoravel a esta propaganda, e aproveitá-lo desde já — eis o indeclinavel dever das nossas suffragistas.

E' urgente reivindicar-se a conquista d'um direito que fará da escrava de hoje a gran-

A MULHER E A CRIANÇA

7

monio? sempre governariam melhor, do que têm governado os nossos compatriotas barbados.

Os ingleses são gente pratica, e, ao contrario do que pensam os que os conhecem mal, gente agarrada á tradição. O povo inglez é pouco dado a fazer leis, servindo-se das que tem, muitas vezes pondo de parte as que tem, para se regular pelos costumes.

Ora desde o começo do mundo os homens mandam e as mulheres obedecem, no que diz respeito a leis, e por isso as reivindicações feministas em materia de votos encontram ali uma resistencia teimosa, como em parte nenhuma.

Encontramos num jornal diario a noticia acima, que talvez tenha graça para quem só se compraz nas futilidades do espirito, tomando pela rama os assumptos mais sérios e dignos de respeito.

Se ha justiça no mundo, os homens não tinham que se preocupar com que a maioria pertencesse á mulher, visto que os dois sexos fazem igualmente parte da humanidade. Se é justo que as maiorias mandem, ellas que apareçam estejam onde estiverem.

Se ao contrario devem mandar as minorias conscientes, que se procurem e aceitem, estejam do mesmo modo onde estiverem.

Por mais que os senhores nos digam, nós é que não nos convencemos... *senão aparentemente*, da sua superioridade. Para que chegassemos á hipocrisia que aceitam e lhes agrada, porque não chegam a compreender o que tem de vexante para a sua alta superioridade, sujeitaram a mulher a seculos e seculos de cultivo atrofiante, fazendo ao espirito e á alma feminina o que os japonezes e chinezes fazem aos cedros e outras arvores de grande porte que conservam em lindos e pequenos vasos de porcelana, durante seculos.

Nós, as mulheres, não somos seres humanos, somos os productos inuteis duma cultura esterilizada.

E quanto a serem os homens que *desde o principio do mundo* deram as leis, não o diz o mesmo a historia, e sem querermos alardear *sabenças*... que tão mal nos ficam, na opinião de certos *masculinistas*. — não mdo mais longe do que á alta civilização egypcia em que a influencia da mulher predominou.

Ann Moore.

Litteratura internacional

A morte do Delfin ⁽¹⁾

O joven Delfin está doente, o joven Delfin agonisa. Em todas as egrejas do reino se expôz o Santissimo Sacramento, e ardem velas enormes, pela cura do filho d'el-rei.

As ruas permanecem desertas e silenciosas, não se ouvem os sinos, as carruagens rodam devagar. Nas proximidades do palacio, burguezes curiosos contemplam, atravez das grades, os vistosos alabardeiros que conversam pelos corredores com ares importantes.

Todo o castello freme de commoção. Camareiros e mordomos sobem e descem, correndo, as grandes e marmoreas escadarias. As galerias estão cheias de págens e de cortezãos vestidos de seda, que andam de grupo em grupo, colhendo novas, em voz baixa. Nos largos peristillos as damas d'honor, lacrimosas, cumprimentam-se gravemente e enxugam os olhos a ricos lenços bordados.

Os medicos estão reunidos em numerosa assembleia. Atravez dos vidros vêem-n'os agitar as largas mangas e inclinar doutoralmente as encanudadas cabelleiras. O governador e o escudeiro do joven Delfin passeiam defronte da porta, aguardando as decisões da Faculdade. Moços de cozinha passam ao lado d'elles sem os cumprimentar. O senhor escudeiro pragueja como um pagão, e o senhor governador recita versos de Horacio.

E durante este tempo, do lado das cocheiras, vem um longo relincho queixoso. E' o alazão do joven Delfin, que os palafreiros esqueceram, e que se lamenta tristemente ao pé da sua manjadoura vasia.

E o rei? Onde está sua magestade? O rei fechou-se, sózinho, n'um quarto ao fundo do castello. As magestades não gostam que as vejam chorar! Emquanto á rainha, o caso é differente. Assentada junto á cabeceira do

(1) Segundo contaram os jornaes, depois de D. Manoel de Bragança ter abandonado o palacio das Necessidades, encontrou-se um livro aberto n'um dos seus aposentos. Eram os *Contos escolhidos* de A. Daudet, e a pagina em que se encontravam abertos, — a ultima pagina que leu o rei depesto, — era uma das do conto que apresentamos ás nossas leitoras, o qual, além da lição moral que encerra, tem n'este momento uma certa oportunidade historica.

Assim elle, orador, é mais revolucionario, e a sua palavra mais ardente, mais rubra, do que a do sr. dr. Bernardino Machado, que é o professor illustre cuja lição orienta e ensina. E não se pode dizer que um valha mais do que o outro, ou a ação deste seja melhor do que a daquelle, porque ambas são necessarias.

Tomando o papel de conciliador, que poucas vezes representa, preocupado sempre mais com as ideias revolucionarias que agita, propõe que a Liga se esforce para que a distincta medica sr.^a D. Adelaide Cabette volte a ocupar o seu lugar na direção.

Lembra que para ir pedir a essa senhora que não deixe o seu lugar, bem como a sr.^a D. Camilla de Sousa Lopes, cujas altas qualidades de caracter e intelligencia conhece por ter tido o prazer do seu convívio em S. Thomé, se nomeie uma comissão especial de senhoras. Está, porém, certo desde já que nem uma nem outra senhora deixarão de prestar a coletividade, que viram nascer, todo o seu apoio, pois duvidar disso seria duvidar dos seus caracteres.

Termina fazendo o elogio da Liga, que é um belo exemplo do que podem a vontade e a dedicação por uma ideia, e afirma que estará sempre a seu lado em todos os seus empreendimentos.

Os oradores foram muito applaudidos e a reunião acabou deixando em todos os espiritos a melhor impressão, pois a *Liga* é uma das agremiações mais sympathicas ao povo republicano, pelo evidente beneficio moral prestado já á causa liberal.

A sr.^a D. Anna de Castro Osorio, como a hora fosse adiantada, disse ás senhoras que desejassem formar a comissão para procurar as sr.^{as} D. Adelaide Cabette e D. Camilla de Sousa Lopes, conforme a proposta do sr. dr. Antonio José d'Almeida, para se inscreverem.

Ficou esta comissão composta pelas sr.^{as}: D. Lucinda Chrysostomo Pires Monteiro, D. Delvina Julia Lourenço, D. Maria José Coelho Seixas Barros, D. Maria d'Almeida, D. Elisa Santos Lima, D. Ilda Jorge, D. Marianna de Jesus e Silva, D. Maria José Caldeira Barbosa, D. Maria Augusta Ravasini, D. Maria José Guerreiro e D. Adelina Theodora da Silva.

A sessão acabou ás 5 horas da tarde.

A nossa presadíssima consocia sr.^a D. Bertha Villar Coelho ofereceu á sede da nossa Liga um lindissimo quadro com os retratos dos srs. drs. Bernardino Machado, Magalhães Lima e Antonio José d'Almeida, cuja moldura, altamente artistica, é um perfeito trabalho seu.

A nossa prestimosa consocia sr.^a D. Zulmira Rosa participou á direção que a bandeira, offerta sua á Liga, está já concluida e vai ser entregue na sede.

Brevemente a direção convocará uma reunião extraordinaria das socias residentes na capital para se inaugurarem estas duas preciosas ofertas.

Entretanto a direção muito agradece, desde já, ás suas presadas e generosas consocias.

A nossa revista, por varios motivos justificados, atrazou-se dois meses durante este primeiro anno da sua existencia.

Como a sua numeração é que vale e não a sequencia

dos meses, achamos mais regular deitar o presente numero (n.^o 11) do mês em que de facto são.

D'oravante contamos poder publica-la com regularidade no principio de todos os meses.

Expediente da «Obra Maternal»

Na sua ultima reunião, a comissão de propaganda deliberou propôr á comissão dirigente, o aluguer ao meio, da sede da Liga, devidamente ampliada, de forma a poder-se instalar nella, no proximo semestre, a *Obra Maternal*.

A comissão dirigente aprovou a proposta.

Deliberou mais a comissão de propaganda amparar, de preferencia, as crianças cujas mães estejam cumprindo sentença no Aljube, e que por esse motivo se encontrem ao desamparo, sem exclusão das que vaguem pelas ruas, explorando a caridade publica.

— O sarau em beneficio da *Obra* rendeu 193\$710, tendo sido a despeza 34\$510.

— Receberam-se os seguintes donativos: da sr.^a D. Maria Augusta Pereira Alves, 1\$000 réis; do sr. Mauricio Alves e da sr.^a D. Francisca Teixeira, igual quantia; das consocias D. Ignez da Conceição e D. Helena (da Luz, Algarve), 30^o, de Thomar, 2\$000; de Ancora, 20\$000 réis.

O sr. Elisario Brandão, do Porto, inscreveu-se com o alto auxilio de 5\$000 réis mensaes.

A socia D. Olimpia Costa entregou varias peças de vestuario para criança.

A comissão aceita, reconhecida, para os seus futuros protegidos, roupas de cama, mobilia e fatos usados.

— No Porto instituiu-se recentemente, sob a designação de *Obra Maternal*, uma associação de assistencia infantil, presidida pelo prelado da diocese, a que a nossa *Obra* é perfectamente estranha.

— A comissão agradece, muito penhorada, a todas as pessoas que a vêm auxiliando na sua propaganda.

NOTICIARIO

A mulher inglesa e o feminismo. — Ha sei meses que existe na Inglaterra uma revista litteraria feminista, intitulada *The Englishwoman* (A Mulher Inglesa). É a primeira revista feminista inglesa; a sua fundadora é directora, Mrs. Grant Richards, é uma distincta senhora italo-francesa, muito sensata nas suas aspirações. A revista *The Englishwoman* obedece a um plano essencialmente inglês: reivindica os direitos da mulher inglesa em nome de razões economicas — nunca em nome de razões sentimentaes ou intellectuaes; reivindica-os tambem em nome de razões puramente inglesas, e não geraes. As mulheres inglesas e o *The Englishwoman* affirmam, com toda a razão, que a representação da mulher pela mulher no Parlamento é urgente e necessaria, porque ás mulheres interessam as questões de: instrucção primaria, e protecção da infancia, dos velhos e dos indigentes. É urgente a representação no parlamento dos tres milhões de mulheres inglesas obrigadas a trabalhar em troca de salarios irrisorios — dois mil réis por semana, na média! — já que não existe organização alguma para reivindicar os seus direitos e proteger as suas existencias. Essas questões, e mil outras, não podem ser tratadas a fundo e com todo o conhecimento necessario senão por mulheres, pois são ellas as dire-

duzir essa locomotiva melhor que o homem que alli puzeram a guiar-la. Pois bem: que passe essa mulher para o logar do machinista.

A sua coragem civica segreda-lhe: Tu eras mais capaz de derrubar aquelle tyranno, do que qualquer dos homens que te cercam. Não devemos hesitar um instante: é entregar-lhe a direcção do movimento.

O seu musculo é forte, o seu pulso tenaz e as suas aptidões são de tal ordem que ella pode dizer ao cavador de enxada, ou ao lavrador que guie no campo uma charrua: Eu posso mais do que tu, ó cavador. Dá-me cá a enxada. Eu sei guiar melhor essa charrua, ó camponez. Deixa-me lavrar a mim.

Nesse caso, o homem que venha para casa, accender o lume e fazer o jantar, porque os trabalhos rudes não devem ser para aquelle que fôr homem, mas sim para aquelle que fôr forte.

Ha terras onde isto é já ha muito lei assente: O que pode é que marcha. O que tem mais força e mais saber é que dirige o barco.

Na minha aldeia, por exemplo. Alli, quem tem saúde, quem é forte, quem pode é que vae adeante.

Por isso quantas vezes o homem fica em casa e a mulher vae cavar e roçar matto. Quantas vezes o homem vae á fonte em quanto a mulher segue com os bois ao carro, para o monte, a transportar o estrume, ou a carretar madeiras. Quando o homem é fraco ou traz maleitas, elle guarda os filhos e a mulher desce ao campo, a mulher ceifa, a mulher cava, a mulher lavra, a mulher manda. E se ella pode e sabe substituir o homem no campo e na montanha, porque não ha de tambem substitui-lo no fôrô e na tribuna, no estado e na egreja, na paz e na guerra, na ideia e no facto, no pensamento e na acção?

Tudo o que fôr impedir uma funcção ou um direito, torcer uma vontade ou uma consciencia, é sempre crime, é sempre despotismo, quer isso vá de encontro a um homem, quer vá d'encontro a uma mulher.

Porque tanto n'um caso como n'outro, vae d'encontro á justiça social, ao direito humano. Que é o mesmo que dizer: offende a creatura, humilha o individuo, despreza e avilta o ser.

Por isso, gloria ás mulheres de todo o mundo, na reivindicacção dos seus direitos!

Thomaz da Fonseca

A MULHER E A CRIANÇA

ESTATUTOS

DA

Liga Republicana das Mulheres Portuguezas

Approvados em assembleia geral
de 24 de Julho e 4 de Agosto de 1910

CAPITULO I

Fins da Associação

Art. 1.º — Encontra-se fundada uma sociedade sob a designação de «Liga Republicana das Mulheres Portuguezas», com sede em Lisboa, a qual se propõe:

1.º — Orientar, educar e instruir, nos principios democraticos a mulher portugueza, como mãe de familia, esposa, filha, educadora, tornando-a um individuo autonomo e consciente, pois que só um novo regimen libertado de preconceitos poderá trazer á sociedade portugueza a consciencia e responsabilidade do povo livre e activo;

2.º — Fazer propaganda civica, inspirando-se no ideal republicano e democratico;

3.º — Promover a revisão das leis na parte que interessa especialmente a mulher e a criança — taes como o direito paternal e maternal equalados, autonomia economica da mulher casada, igualdade de direitos perante o codigo, na tutoria, testemunho, etc. Promover immediatamente, de preferencia a outro qualquer assunto, a discussão, no parlamento, do projecto sobre a questão do divorcio, já apresentado em côrtes;

4.º — Crear escolas infantis, escolas de serviço domestico, maternidades, casas de trabalho, asilos escolas, etc., quando a sociedade se achar constituida de maneira a corresponder ás intenções das suas fundadoras;

5.º — Publicar uma revista de caracter sociologico, jornal quinzenal ou boletim semestral, segundo a receita da associação o permittir, e de forma que a despesa não exceda um terço da receita.

§ unico. A redacção e administração serão pagas conforme a direcção entender, em harmonia com os recursos da collectividade; mas logo que estes ou outros cargos sejam remunerados, tornar-se-ão incompatíveis com os dos corpos gerentes. A administração da revista que se publique, estará immediatamente subordinada á direcção, devendo a respectiva administradora prestar contas mensalmente á thesoureira da sociedade.

CAPITULO II

Deveres das socias

Art. 2.º — A's socias cumprem os seguintes deveres:

1.º — Desempenharem gratuita e obrigatoriamente os cargos para que forem nomeadas, salvo se justificarem plenamente a sua recusa;

2.º — Fazerem propaganda das vantagens da sociedade, tratando por todos os meios de angariar socias para ella e leitores para a Revista, e noticiarem á Direcção quaesquer desgraças ou injustiças que esta possa, se não remediar, pelo menos atenuar, fazendo convergir para ellas a attenção do publico.

A MULHER E A CRIANÇA

defensores dos vossos direitos e fieis cumpridores dos vossos deveres! pois, cumprindo a ponto estes preceitos, decerto sereis bons chefes de familia e bons cidadãos!... Aos illustres professores, é meu grande desejo testemunhar-lhes a minha elevada admiração, pelos seus altos merecimentos pessoais e educativos; mas não devo abusar da vossa delicada attenção e limitar-me-hei a cumprimentar-vos com sincera estima, fazendo ardentes votos por que não desaniméis no vosso tão provado e digno proposito de bem educar a infancia d'esta laboriosa e florescente aldeia.

GLORIA A'S MULHERES!

Os meus olhos humedecem-se sempre de ternura e o meu coração é sempre grato ás agencias de grande informação, quando ellas me fallam da mulher, transmittindo despatches como este:

«Londres, 23. n.»

«Uma grande manifestação de damas suffragistas approvou esta tarde em Hyde Park uma moção reclamando o direito de voto. Atravessaram Londres e chegaram a Hyde Park, onde se tinham levantado 40 tribunas para as oradoras, seis grandes cortejos conduzindo estandartes e acompanhados de musicas. Não ha memoria d'uma tão grande multidão».

Como eu me sinto renascer, quando vejo a mulher a libertar-se da tutela dos homens e dos codigos!

E como ella é grande e é bella quando faz o seu gesto, desligando o seu destino da humilhação da egreja ou quebrando a grilheta que do seu braço pende, fugindo assim á lei da morte, fugindo assim á escravidão do Estado!

Até hoje, a mulher tem sido considerada não como um ser intelligente e nobre, mas como um agente secundario, uma coisa de certa utilidade para os homens.

Tem sido vista, não atravez do verdadeiro amor, mas atravez do sentimento mais vil e mais mesquinho.

A justiça, para ella, nunca se manifestou sem lhe dar a entender que qualquer dos

seus gritos de protesto é sempre absurdo, sem razão e sem direito.

A lei é feita na sua ausencia, de modo que a sua liberdade, a sua ancia de justiça, o seu papel de ser humano, são esmagados, subvertidos de continuo pela onda dos preconceitos sociaes.

Farta, porém, de ser escrava, a mulher resolveu ser tambem livre. A mulher resolveu querer, tambem.

A' vista do que, eu nenhuma duvida tenho acerca do seu triumpho. Ha de vencer, como a primavera ha de voltar.

Ha de ser nossa igual perante a lei como perante a mesma lei tem sido sempre nossa mulher e nossa mãe.

Mesmo porque repugna ao sentimento humano fazer da nossa irman, da nossa filha, a escrava do nosso semelhante.

Ella pode ser deusa e ser rainha, ser engenheira e medica, actriz e operaria, sacerdotisa e abbadessa, discipula e professora, e não pode então ter capacidade para emitir a sua opinião perante a urna?

A mulher que se arma e vae, sob um chuveiro de balas, escalar a Bastilha, não pôde porventura dar um voto?

Ella que ás vezes é Madame Roland, indo morrer na guilhotina, não poderá tambem subir aos parlamentos, derogando a lei que a tyrannisa?

Ah! eu sou pela intelligencia e pelo coração, defensor incansavel da mulher. Desejo-a livre; como a desejo bella. Formosa sim; mas formosa liberta. Quero vê-la na luz e não na sombra, na praça publica e não nos locutorios, carregada de lucto e de tristeza.

Se ella é capaz de defender a minha causa, eu desde já me declaro seu constituinte, para que ella vá reclamar perante os tribunaes, á face da lei e da justiça, os meus direitos despresados.

Se ella é capaz de me ensinar, eu desde já me faço seu discipulo, eu desde já escuto as suas palavras e vou ouvir as suas theses.

Pode ella commandar um regimento? Pois bem: que o commande. Porque eu, simples soldado, obedecerei ao seu commando.

Sabe ella, por ventura, como se extrahe um cancro, ergue uma ponte ou edifica um predio? Porque não ha de então ella operar-me, ser engenheira e constructora?

A minha theoria é esta, desde ha muito: Que a mulher vá até onde as suas faculdades a conduzam. Que seja o que a sua natureza quer que seja.

A sua intelligencia diz-lhe: Tu sabes con-

se prepara com maior a dor para atingir a emancipação, que se julga indispensável. A propaganda, nesse sentido, torna a actividade, ora indisciplinada é revolta, ora firme e serena, das reivindicações, escoradas num fundo sentimento de justiça. Afinal chegam as eleições, eleições formidáveis em que se colocam, frente a frente, o passado com toda a sua rede absorvente de privilégios e o futuro com todas as suas promessas de equidade — e a mulher, como o escravo da antiga Roma, coloca-se ao lado dos que representam nessa luta magnífica a intolerância immove, inacessível, do passado.

«Entre nós, ninguém o ignora, os que apostolizam os principios velhos, quando pretendem imprimir uma acção mais decisiva aos seus esforços, procuram a cooperação da mulher. E no entanto ella só será senhora de si propria, só será junto do homem a irmã pela igualdade e pela missão social a desempenhar, no dia em que abraçar, como um evangelho salvador, os principios politicos que tendem ao avanço, á reforma, á maxima dignificação das instituições humanas.»

Até aqui «O Dia». Agora nós:

Apesar das boas intenções com que evidentemente este artigo é feito, o nosso distincto colega não levará a mal que delle discordemos em parte, e que na outra parte lhe demos algumas explicações que melhor evidenciem a luta sustentada pelas mulheres de todo o mundo pela conquista dum pouco de liberdade moral, luta tão mal acompanhada pela grande maioria dos homens... sejam elles de que partido forem.

Diz o articulista que a mulher só excepcionalmente está nos partidos avançados, e nós vamos pela historia além e é sempre ella que encontramos ao lado do seu companheiro nas luctas mais libertadoras, a maior parte das vezes sendo ella a incitadora, ella a valorosa contra a dor e contra os revezes.

Quando o cristianismo surgiu no desvaieramento do mundo latino, como uma reacção politico-social, que de facto foi, a mulher lá estava, levando a essa seita, que não era menos para o mundo de então que o tão odiado anarquismo para a sociedade de hoje, todo o ardor da sua fé, toda a paixão da sua alma.

Na Idade-Media, sempre que o povo oprimido encontrou a forma de manifestar a sua revolta, a mulher estava ao seu lado, porque ella era a maior victima, ella a mais martirisada, ella a que soube conservar,

atravez de todas as perseguições, o grande patrimonio de saber que arabes e judeus tinham colhido na sua longa peregrinação pelo mundo, para alivio da humanidade sofredora.

A *feiticeira* é uma forma perfeita da revolta na humildade e na sombra. É a revolta da mulher, simbolo do povo sacrificado e despresado.

O que a mulher foi na revolução francesa todos o sabem, e como a revolução reconheceu a sua cooperação tambem não é misterio para ninguém medianamente lido em historia

Sabe-se o que foi na Italia uma mulher: Leonor de Fonseca Pimentel, por signal portugueza, e atraz della estavam muitas outras vibrando na mesma aspiração sublime da liberdade.

Na invasão franceza, ás mulheres do nosso país se deve em grande parte a sua defesa heroica, como ás suissas, ao lado dos homens, deve a sua patria a defesa gloriosa contra os invasores.

Na luta do constitucionalismo e miguecismo as mulheres dividiram-se dum lado e outro, havendo creaturas heroicas que sofreram pelas suas convicções. Até nos conventos, sabe-se, as opiniões apaixonadas se dividiram pelas ideias que os dois irmãos representaram. Não ha familia liberal portugueza que não tenha na sua tradição um acto heroico de mulher da sua casa nesses tempos calamitosos.

Quando na Russia houve um nihilista, uma mulher se encontrou ao seu lado, e no martiriologio slavo os nomes de mulheres são talvez tantos e tão glóriosos como os dos seus companheiros.

Quem pode afirmar que a mulher não esteja ao lado dos espiritos mais avançados, se ella é uma eterna revoltada?

A sua propria *reação*, a sua nefasta influencia nas sociedades pelo espirito religioso, é ainda um movimento de revolta, uma forma de protesto.

O mundo, a sociedade, nada lhe dá, e ella vae para a crença numa outra existencia e numa soberania mais alta, no desespero da sua impotencia e inactividade forçadas.

Se a mulher não está sempre ao lado dos partidos avançados é porque ahi mesmo ha muito quem despreze a sua cooperação sincera.

Ainda ha dias, a proposito do movimento das mulheres espanholas, lhe era dito na

Julho de 1910

ASSIGNATURAS

Anno. 800 rs.

Semestre. 400 rs.

Numero avulso 80 rs.

A Mulher e a Criança

REVISTA MENSAL

— Órgão da Liga Republicana das Mulheres Portugêsas —

REDACÇÃO — Rua Andrade, 39, 2.ª — Lisboa

COMMISSÃO DIRIGENTE

Anna de Castro Osorio

e

Pinho de Albuquerque

Pinho

ANNO 2.ª

Lisboa, Julho de 1910

N.º 14

SUMMARY. — Resposta ao DIA, por Anna de Castro Osorio.
 — O Nada, por Noíael. — A Obra Maternal, por Maria Velleda.
 — Questões feministas: A Mulher Moderna, por Luiz de Almeida Nogueira. — Um grão de incenso, *versos*, por Augusto Gil. — Indústrias Caseiras: Sericicultura — Das impressões de viagem de José de Sousa Larcher. — Para comparar: *Pierrot* Maçônicos — Escola domestica. — Noticiário. — Expediente da Liga. — Penhor Fatal, por Benedicta Pinho. — Para rir.

Resposta ao "DIA"

Publicava ha dias o jornal dissidente «O Dia» um pequenino artigo intitulado «*Cá e lá* — as mulheres e os partidos avançados» que não resistimos ao desejo de transcrever para lhe acrescentarmos as notas que se nos afiguram justas:

«A mulher — diz o nosso distincto colega — salvo as rarissimas excepções da praxe, quer se trate de mulheres quer de simples fôrmas vegetaes, está sempre, pela simpatia ou pela acção, ao lado dos partidos retrogradados. E isto verifica-se em Portugal como na Inglaterra ou na França, hontem como hoje.

«As excepções são nobilitadoras — e chamam-se, por exemplo, Renée de Ferrare, que acolheu Calvino em sua casa, Margarida de Valois, rainha de Navarra, Victoria Colonna, esta a primeira mulher da Renascença em cultura e em espirito, ambas amigas e defensoras da Reforma. Outras ainda se evidenciaram pelo esforço avançado, como a formosissima madame de Longueville, irmã do grande Condé, a mais celebre das mulheres que contribuíram para o bom exito da *Fronde*, abatendo a tirannia real; as frequentadoras da marquessa de Rambouillet, em que tanto se distinguia a subtil e conceituosa madame de Sévigné; e as mulheres da Revolução; madame Helvétius, madame Rolande e as condessas e marquizes que na Maçonaria, ao lado dos ardentes fomentadores da idéa nova, poderosamente contribuíram, com o predominio da graça e do espirito, para o seu definitivo triumpho.

«Mas estas mulheres são uma minoria de-

soladora perante o seu sexo. Hoje, como sempre, a natural tendência da mulher revela-se favoravel ás idéas e aos homens que simbolisam e sustentam as instituições atrasadas, opressivas. E' vêr a propaganda recente das mulheres contra o governo progressivo de Asquith, na Inglaterra, ou o auxilio, o incitamento, que sempre prestaram na França aos elementos reaccionarios contra os movimentos tendentes a um estadio de plena liberdade.

«E, afinal, os partidos que escutam e recebem favoravelmente as suas reivindicações, são os partidos avançados. Onde quer que se encontre, em politica, o apêgo ao tradicionalismo conservador, encontra-se necessariamente o desdém mais absoluto pelo que hoje se chama o *feminismo*. O *feminismo* constitue para os conservadores um motivo de zombaria, um motivo fertil em scenas pitorescas de farça ou de opereta. A mulher, segundo elles, se não é o sêr destituido dalma, como lhe chamou o concilio de Meudon, se não é a porta do inferno e a escrava sem alforria, como a designaram santos varões da Igreja, é a criatura sem capacidade atendida fóra dos deveres do lar e das contas da modista.

«Não discutimos se a mulher está ou não em condições de se colocar ao nosso nivel perante as leis e os costumes. Essa discussão importava exigencias incompativeis com a ligeireza destas linhas. O que acentuamos, é que a mulher, reconhecendo que ocupa na nossa vida juridica um lugar de subalternidade que a coloca, em incapacidade, ao lado dos doentes, dos surdos-mudos e dos estrangeiros — e isto, mais ou menos, em Portugal como lá fóra — circumscreve a orbita das suas simpatias politicas, quando as manifesta, ao espaço em que se mexem os que se obstinam em não lhes abrir horizontes desafogados, em não lhes reconhecer direitos.

«O exemplo recente da Inglaterra é dos mais eloquentes que conhecemos sob este aspecto. E' este o paiz onde actualmente a mulher

